



Joaquim Nabuco. Óleo de Carlos Oswaldo. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

.....

JOAQUIM NABUCO:
REVOLUCIONÁRIO CONSERVADOR
(SUA FILOSOFIA POLÍTICA)



Mesa Diretora
Biênio 1999/2000

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

Senador Geraldo Melo
1º Vice-Presidente

Senador Ademir Andrade
2º Vice-Presidente

Senador Ronaldo Cunha Lima
1º Secretário

Senador Carlos Patrocínio
2º Secretário

Senador Nabor Júnior
3º Secretário

Senador Casildo Maldaner
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Eduardo Suplicy
Senador Jonas Pinheiro

Senador Lúdio Coelho
Senadora Marluce Pinto

Conselho Editorial

Senador Lúcio Alcântara
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Coleção Biblioteca Básica Brasileira

JOAQUIM NABUCO:
REVOLUCIONÁRIO CONSERVADOR
(SUA FILOSOFIA POLÍTICA)

Vamireh Chacon



Brasília – 2000

COLEÇÃO BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

COLEÇÃO BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

A Querela do Estatismo, de Antonio Paim

Minha Formação, de Joaquim Nabuco

A Política Exterior do Império (3 vols.), de J. Pandiá Calógeras

O Brasil Social, de Sílvio Romero

Os Sertões, de Euclides da Cunha

Capítulos de História Colonial, de Capistrano de Abreu

Instituições Políticas Brasileiras, de Oliveira Viana

A Cultura Brasileira, de Fernando Azevedo

A Organização Nacional, de Alberto Torres

Deodoro: Subsídios para a História, de Ernesto Sena

Rodrigues Alves, de Afonso Arinos de Melo Franco (2 volumes)

Rui – O Estadista da República, de João Mangabeira

Eleição e Representação, de Gilberto Amado

Franqueza da Indústria, de Visconde de Cairu

Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros, organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro

Pensamento e Ação de Rui Barbosa, organizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa

A renúncia de Jânio, de Carlos Castelo Branco

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970 – Brasília – DF

CEDIT @cegraf.senado.gov.br

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

.....
Chacon, Vamireh.

Joaquim Nabuco : revolucionário conservador : sua filosofia política /

Vamireh Chacon. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

236 p. -- (Coleção biblioteca básica brasileira)

1. Político, Brasil. I. Nabuco, Joaquim, cartas. II. Nabuco, Joaquim, discursos, ensaios, conferências. III. Título. IV. Série.

CDD 923.281
.....

Os que o vêem indicar o perigo de um lado e logo do lado oposto, julgam-no incoerente, mas é que a estrada corre entre precipícios e que ele olha à direita e à esquerda e não vê os abismos somente de uma margem.

JOAQUIM NABUCO

sobre si mesmo em seu pai, o Senador
José Tomás Nabuco de Araújo (1814-1878)

.....

Sumário

APRESENTAÇÃO

pág. 9

JOAQUIM NABUCO E O LIBERALISMO
RADICAL FRANCÊS

pág. 13

LIBERDADE E IGUALDADE EM TOCQUEVILLE

pág. 39

JOAQUIM NABUCO E ALEXIS DE TOCQUEVILLE

pág. 51

WHIGS BRITÂNICOS E BRASILEIROS

pág. 61

BAGEHOT, PARLAMENTARISMO BRITÂNICO E
PRESIDENCIALISMO ESTADUNIDENSE EM
JOAQUIM NABUCO

pág. 79

LIBERDADE E IGUALDADE EM JOAQUIM NABUCO

pág. 113

ANEXOS: CORRESPONDÊNCIA DE JOAQUIM NABUCO

pág. 133

Cartas de Joaquim Nabuco a José Mariano
Visconde de Taunay
Barão do Rio Branco

pág. 135

DISCURSOS DE JOAQUIM NABUCO

pág. 143

Urgência para um Projeto Abolindo a Escravidão.

Protesto contra seu Retardamento

pág. 145

Elogio ao Abolicionismo do Visconde do Rio Branco

pág. 157

Projeto de Monarquia Federativa. Contra o Centralismo Burocrático.

Pela Reforma Agrária e Democratização Social mesmo com a

Queda da Monarquia

pág. 161

Um Projeto de Federação

pág. 197

Encíclica de Leão XIII contra a Escravidão

pág. 211

Abolição sem Indenização

pág. 215

Emendas no Senado ao Orçamento da Agricultura e Situação

dos Ex-Escravos. Contra a Implantação de *Coolies* Chineses

e em Favor da Educação dos Ex-Escravos

para a Liberdade

pág. 219

ÍNDICE ONOMÁSTICO

pág. 227

Apresentação

Liberdade e igualdade são dimensões de difícil convivência, mesmo se cruzando e coexistindo. A História da Humanidade é, em grande parte, a História dos seus conflitos e das tentativas de sua solução. Libertários e igualitários entendem-se e desentendem-se, divergem e convergem nas fases tanto pacíficas de reformas, quanto de revoluções. Nas fases de equilíbrio, os extremos convergem para o centro; nas de desequilíbrio, o centro diverge em extremos.

No Ocidente moderno os libertários e os igualitários chocam-se doutrinariamente, e não só com a força das armas, na Revolução Inglesa terminada pela conciliação de 1688, por isso chamada de Revolução Gloriosa. A luta daí em diante ali será desarmada, canalizada e institucionalizada pela democracia representativa no quadro da monarquia constitucional parlamentarista. O quadro da oposição entre adeptos da Coroa e adeptos do Parlamento: alguns destes chegando aos extremos dos levellers, os “niveladores”, já naquele tempo igualitários radicais, liberais whigs e conservadores Tories.

Libertários (Washington, Jefferson, Madison) e igualitários do gênero de Thomas Paine repetiram a dualidade na Revolução Americana de 1776, também conciliada institucionalmente, neste caso pela república presidencialista. Básica dialética insistida por girondinos e jacobinos na Revolução Francesa de 1789, cujos extremos não conseguirão todavia convergir tão bem para o centro, como se verá na linha contestária vindo da Conjuração dos Iguais de Babeuf às Insurreições já propriamente socialistas de 1848 e 1871. Guerras civis na França, Guerra Civil entre Sul e Norte dos Estados Unidos, desta as reivindicações institucionalizadas nas lutas democratizadoras dos negros e outras minorias em defesa dos seus direitos.

Joaquim Nabuco viveu intensamente os dilemas, inicialmente pela leitura dos grandes historiadores da Revolução Francesa, ele refere Thiers, Lamartine, Mignet, Quinet; quanto à Revolução Americana, Nabuco filho aprendeu Tocqueville com seu pai, o Conselheiro José Tomás, como Joaquim Nabuco revela ao incluí-lo entre as leituras de Um Estadista do Império. Na França Nabuco viu os conflitos, nos Estados Unidos soluções polêmicas, na Inglaterra os conflitos mais amenizados e as soluções mais aceitas pelas grandes maiorias.

Daí a opção nabuqueana pelo liberalismo whig parlamentarista e monárquico, confirmando e ampliando sua confiança democrática na capacidade da monarquia brasileira renovar-se, resultado do testemunho de perto da ação reformista da geração do seu pai.

Liberalismo, já social whig em Gladstone, levado a socialista agrário de Henry George pela experiência pessoal de Nabuco nas campanhas abolicionistas, quando concluiu pela necessidade de reforma agrária, com terras para os libertos (discurso de 14 de setembro de 1885) e escolas como também propõe em Minha Formação.

Estes foram os caminhos de Joaquim Nabuco tentando superar seus condicionamentos de aristocrata de berço, liberal de idéias e igualitário de coração, na paradoxal síntese de “revolucionário conservador” assim definido por Gilberto Freyre em discurso no centenário do seu nascimento, 18 de agosto de 1949, na Câmara dos Deputados, onde Nabuco fizera aquele e outros memoráveis, precursores, pronunciamentos. O fundamental na Revolução Conservadora são novas conquistas sem prejuízo das anteriores: dificuldades de elaboração de modelos e instituições democráticos novos e próprios.

Toda época tem contradições, Nabuco viveu as suas, mas previu o futuro da República, desvirtuada dos seus iniciais princípios de 1817 e 1824, como se vê em algumas das cartas dele a José Mariano, Visconde de Taunay e Barão do Rio Branco nos Anexos do presente livro.

A primeira edição deste livro aparece no 90º aniversário de falecimento de Joaquim Nabuco, ano seguinte ao sesquicentenário do seu nascimento.

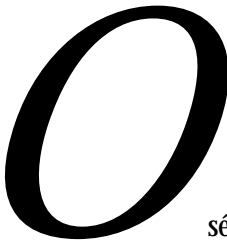
O recurso aos textos de Nabuco, à sua correspondência e à biografia dele pela própria filha, significa aqui uma viagem por dentro das suas fontes mais profundas.

As fontes primárias, correspondência de Nabuco, aqui utilizadas pela primeira vez, foram consultadas no arquivo da Fundação Joaquim Nabuco no Recife.

Brasília, 1º de março de 2000

.....

*Joaquim Nabuco e o
Liberalismo Radical Francês*



século XIX foi o século econômico da Inglaterra da Revolução Industrial, mas também o século do fascínio intelectual da Revolução Francesa, ambas vindo do século XVIII, projetando-se como inspiradoras sombras imensas. Com elas muita influência também política: liberalismo, socialismo, parlamentarismo, presidencialismo, monarquia, república, tiranias e democracias: direitos civis individuais e sociais e liberdades públicas.

Inevitáveis as profundas, amplas repercussões também no Brasil. Joaquim Nabuco reconhece-as, conscientiza-as, sem nunca perder a brasilidade, nas páginas de *Minha Formação* amoráveis porque escritas com a cabeça e o coração: “Politicamente, receio ter nascido cosmopolita. Não me seria possível reduzir as minhas faculdades ao serviço de uma religião local, renunciar à qualidade que elas têm de voltar-se espontaneamente para fora”.

Nabuco sabe não estar sozinho, embora não pertença ao sentimento dos que se consideram exilados nos trópicos; Nabuco pertence à estirpe espiritual dos Jacinto de Tormes, reencontrados consigo mesmos pela redescoberta da terra e gente natais, sua *A Cidade e as Serras* são o Recife e Pernambuco, não só em si, principalmente enquanto microcosmos

do Brasil e do mundo em ida e volta da razão e da sensibilidade, assim ainda mais enriquecidas.

Joaquim Nabuco revela a sua solução do dilema: “Nós, brasileiros – o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos – pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas”. “O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação européia”. “Quando, porém, entre a pátria, que é o sentimento, e o mundo que é o pensamento, vi que a imaginação podia quebrar a estreita forma em que estavam a cozer ao sol tropical os meus pequenos debuxos de almas, *Ustedes me entiendes?*, deixei ir a Europa, a História, a Arte, guardando do que é universal só a Religião e as Letras”.¹

Mais que sintomático, até paradigmático, Nabuco escrever inicialmente em francês o seu tão intenso capítulo “Massangana” de *Minha Formação*, ele próprio o revelou ao transcrevê-lo em apêndice a *Pensées détachées* e como capítulo do póstumo *Foi voulue* traduzido e publicado sob o título *Minha Fé* em 1985 pela Fundação Joaquim Nabuco. No “Prefácio” a *Escritos e Discursos Literários* declara-o “vertido do francês em que primeiro o escrevi”.

Mesmo assim, com toda a fidelidade ao Brasil, nunca propriamente perdida e sim refortalecida por uma volta completa pelo mundo, Nabuco sempre foi politicamente internacionalista, sem jamais deixar de ser nacional e regional.

Desde muito jovem, no desabrochar dos vinte anos, “em 1870, o meu maior interesse não está na política do Brasil, está em Sedan”. Também era a reação de Tobias Barreto, que confessava a origem do seu germanismo no impacto daquela, para muitos inesperada, vitória da Alemanha de Bismarck sobre a França de Napoleão III. E mais: “No começo de 1871, não está na formação do Gabinete Rio Branco, está no incêndio de Paris”, a formidável erupção socialista da rebelião da Comuna. Tudo isto vai marcar profundamente Joaquim Nabuco. “Sou antes um espectador do meu século do que do meu país; a peça é para mim a civilização, se está representando hoje pelo telégrafo”. Depois Nabuco poderia ter dito: pelo rádio, pela televisão, pela Internet e outros meios da eletrônica e informática.

1 NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal, 1998, pp. 55, 58, 59 e 60.

Pois, “em minha vida vivi muito da Política com ‘P’ grande, isto é, da política que é História”, “mas, para a política propriamente dita, que é a local, a do país, tenho esta dupla incapacidade: não só um mundo de coisas me parece superior a ela, como também minha curiosidade, o meu interesse, vai sempre para o ponto onde a ação do drama contemporâneo universal é mais complicada ou mais intensa”. Isto e a repulsa ao imediatismo antiético da politicagem confirmam a opção nabuqueana pela Política com “P” maiúsculo: mesmo tendo de disputar votos, é pela nobre causa do abolicionismo, e nos debates parlamentares é ainda com os estadistas do Império, dos quais o próprio pai surgira outrora entre os maiores.²

Daí, aos vinte e quatro anos, logo na primeira viagem à Europa em 1873, “a minha ambição de conhecer homens célebres de toda ordem”. Os primeiros, nada menos que Adolphe Thiers e Jules Simon, receberam-no por intercessão do diplomata brasileiro Visconde de Itajubá, que, desde 1834 a 1867, ocupara sucessivamente todos os postos da carreira.

Também Thiers era um misto de político e intelectual. Autor, ainda jovem, de importante *História da Revolução Francesa*, quando ele estava na década dos trinta anos, cedo se projetou na Política pelo jornalismo. Seu precoce prestígio levou-o a Ministro de Estado de vários Gabinetes do Rei Luís-Filipe, cuja liberal revolução de 1830 com entusiasmo apoiara. Após exercer várias pastas, retorna à vida intelectual para pesquisar e escrever outro clássico, *História do Consulado e do Império*, que diz ainda mais do autor, uma vocação de Napoleão civil como os fatos em seguida demonstrarão.

Thiers – após a queda de Luís-Filipe em mais uma revolução na França, a de 1848 – Thiers passa declarar-se republicano conservador, porém vota em Luís-Napoleão para presidente, legitimando assim seu golpe de Estado. Apoio considerado insuficiente pelo aventureiro cedo se proclamando Imperador Napoleão III, na linha bonapartista da família, o qual prende e exila Thiers, embora a título de advertência, porque logo permitindo seu retorno. Thiers deu o troco, tornando-se um dos líderes da oposição na de novo permitida Assembléia Nacional. Será a ele que ela apelará, quando da derrocada de Napoleão III na guerra de 1870 contra a Alemanha.

2 *Idem*, pp. 55, 53 e 54.

Thiers consegue uma trégua com Bismarck e esmaga a insurreição socialista da Comuna. Presidente provisório, recebe a confirmação de mandato ao qual fortalece por concessão de poderes extraordinários pela Assembléia para restabelecer a paz externa e interna e reconstruir o país. Dentre os seus ministros se destaca Jules Simon – revolucionário de 1848, também adversário de Napoleão III, reformador como Ministro da Educação de Thiers – Jules Simon chegará a Primeiro-Ministro sob outra presidência.

Simon e Thiers recebem o jovem Nabuco na casa de Thiers, conforme registro de 10 de janeiro de 1874 no diário nabuqueano lembrado em *Minha Formação*: “Conversei com monsieur Thiers sobre o Brasil. *Opinião dele sobre a desigualdade da raça, de que provém o direito não de escravizá-la mas de forçá-la ao trabalho, como a Holanda faz com os javaneses*”.³ Por aí se vê a mentalidade colonialista dos liberais conservadores franceses no estilo e no grau também dos britânicos da época do tipo de Disraeli, até o auge na presidência Jules Ferry comemorando o primeiro centenário da Revolução Francesa com o máximo de expansão da França na África e Ásia. Em Portugal os republicanos serão os maiores colonialistas.

Jules Simon, na mesma ocasião, será mais gentil, proporá ao jovem Nabuco um roteiro artístico pelo interior da França.⁴

Das visitas que ele então faz, a de maior impacto é a Ernest Renan.

Joaquim Nabuco havia escrito aos vinte e três anos, em 1872, um pronunciamento, em forma de pequeno livro, sobre a polêmica surgida em Paris pela publicação de um livro de Alexandre Dumas, filho, justificando o homicídio por amor. A participação de Nabuco no debate intitula-se *Le Droit au meurtre (Lettre à M. Ernest Renan sur l'Homme-Femme)*, este último o título do romance de Dumas, filho. Livro de Nabuco tornado uma raridade bibliográfica, o melhor retrato do artista quando jovem.

Nabuco principia com uma descrição idílica da Baía da Guanabara, em meio à nostalgia de ainda não conhecer pessoalmente a Eu-

3 *Ibidem*, p. 57.

4 *Ibidem*, p. 57.

ropa. Proclama sua francofilia, mas no quadro da latinidade, opta pela França na recente guerra, embora sem se pronunciar contra a Alemanha em si e sim por considerá-la mais longe culturalmente do Brasil.

Discorda com realismo da tese romântica de Dumas, filho, Nabuco prefere o divórcio quando da traição conjugal, ou desmoralização pública. Opinião depois aparentemente banal, mas ousada naquela época ultra-anti-divorcista.

Conclui, com muita maturidade para seus vinte e três anos, declarando-se contra as utopias, entre elas a do amor livre, indo ao ponto de generalizar a partir da sua condenação à Comuna de Paris, então muito simpatizada nos meios intelectuais (tão cedo Nabuco já tinha coragem de não ser o que veio a se chamar de politicamente correto): “Um dos sofismas mais funestos ao nosso tempo é o de aceitar toda utopia indistinta e confusa, sob pretexto que o futuro é de transformação, e que é preciso fugir do passado tão rápido quanto ele nos foge. Quantas pessoas não se agradam com a onda destas utopias, que crêem sentir o vivificante calor do futuro sob a cinza dos monumentos que a Comuna queimou por seus funerais? Sim, conheço alguns espíritos, generosos e diretos, que se perguntam se não havia alvares e centelhas das coisas futuras na última erupção de Paris. Há todo um mundo de pessoas acometidas de uma doença de curiosidade, de uma sede do novo, que aplaude cada transformação, como um encaminhamento rumo a um mundo que substituirá o nosso”. “Ora, o real não tem poesia”.⁵

Quando Joaquim Nabuco tornar social o seu liberalismo, será com realismo através do socialismo agrário de Henry George, socialização da terra através da taxação de impostos, como se verá em pormenores no último capítulo do presente livro, percorrendo as etapas do pensamento nabuqueano.

Ao receber o pequeno exemplar de *Le Droit au meurtre*, Renan deslumbrou-se. Mais adiante ele e Nabuco passaram a corresponder-se. Nabuco registra uma carta em *Minha Formação*, mas o arquivo da Fundação Joaquim Nabuco detém aquela carta mais dois cartões com notícias de Renan a Joaquim Nabuco.

5 NABUCO, J. *Le Droit au meurtre (Lettre à M. Ernest Renan sur l'Homme-Femme)*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872, pp. 76, 77, 5, 82, 83, 52-54, 63 e 57.

Na de 15 de agosto de 1873, Renan procura encantar o jovem Nabuco ao saudar com excessivo entusiasmo, o próprio Nabuco o reconhece em *Minha Formação*, os versos em francês do jovem poeta. George Sand, que também o receberá pessoalmente, mais objetiva em carta da mesma época, igualmente no arquivo daquela Fundação.

Muito mais útil, porém, lhe será “o silêncio frio impenetrável, entretanto polido, atencioso, simpático, de Edmond Scherer”,⁶ então tido e havido por grande crítico literário, saudado inclusive por Saint-Beuve. Joaquim Nabuco desistirá de ser poeta, em versos, pois sua prosa, sim, continuará exemplarmente poética.

Foi grande o fascínio nabuqueano por Renan, ele lhe dedica dois capítulos em dois livros de introspecção, *Minha Formação* e *Foi voulue*, depois traduzido como *Minha Fé*. Mas em *Minha Formação* reconhece: “Hoje, descubro, mesmo literariamente falando, os lados fracos na *maneira* renaniana; naquele tempo eu era o mais inteiramente sugestionado dos nossos renanistas”.⁷ E em *Minha Fé*: “O que o caracteriza é não ter sido mais que um estilo. Ninguém jamais conseguiu agradar tanto à sua época; nenhuma influência, porém, terá sido mais evidentemente estéril”. Nabuco foi até à crítica bíblica alemã da época e viu a diferença: “a erudição alemã não é nem tem a pretensão de ser uma Arte. Eles não passam a História numa peneira literária, mas amassam cuidadosamente os seus resíduos. Eles não pretendem fazer com a História, poesia ou arte cromática”. Ficou duplamente para trás, pelo estilo e o conteúdo, a inicial influência, até deslumbramento de Joaquim Nabuco por Ernest Renan. Do renanismo só restou o “virtuosismo”, e, do próprio Renan, “o segredo do fascínio” decifra-se na religiosidade mal reprimida, sempre irrompendo à tona.⁸

Idêntica superação íntima Joaquim Nabuco fará com a Historiografia a partir daquela da Revolução Francesa, a de Lamartine, Thiers,

6 *Minha Formação*, *op. cit.*, pp. 79 e 81.

7 *Idem*, p. 79.

8 Nabuco, *J. Minha Fé* (trad. do francês *Foi voulue*). Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1985, pp. 37 e 35.

Mignet e Quinet: a primeira Revolução e a primeira Historiografia interessando Nabuco, logo também as ultrapassando.⁹

Os liberais franceses realizaram um longo processo de reexame da sua Revolução, para encaminhar seus resultados em direções cada vez mais conservadoras.

Este processo historiográfico começou com as *Cartas sobre a História da França* (1820), seguidas pelas *Considerações sobre a História da França*, longo prefácio às suas pesquisas sobre os merovíngios, por Augustin Thierry, pelo qual Marx e Engels tinham especial admiração pelo pioneirismo na visão da História como luta de classes.

Mas de 1823 a 1827 Adolphe Thiers publica em dez volumes sua *História da Revolução Francesa*. Thiers foi dos intelectuais franceses que mais apoiaram a Revolução de 1830, colocando no trono Luís-Filipe, tentativa de monarquia liberal burguesa sucessora do absolutismo empreendido de novo por Carlos X, ali deposto, irmão do Luís XVIII da Restauração após a queda de Napoleão, Luís XVIII por sua vez irmão do Luís XVI guillotinado pela Revolução Francesa. Luís XVII, o Delfim, nunca chegou ao trono, teve falecimento misterioso. Liberalismo, conservador de Luís-Filipe porque procurando conciliar Revolução e Restauração: derrubado em 1848, a última das revoluções e restauração liberais européias e a primeira das revoluções socialistas.

Thiers pessoalmente irá numa direção política cada vez mais conservadora autoritária, até chegar à presidência da República, credenciado por haver há pouco esmagado o levante da Comuna de Paris, em seguida à derrota da França de Napoleão III pela Alemanha de Bismarck de 1870 a 1871.

Em 1824 François Mignet, ainda amigo de Thiers, publica uma *História da Revolução Francesa* épica e incitadora, daí em diante sempre mais dedicado à pesquisa sem pretensões políticas. O contrário do doutrinário até o fim da vida, Edgar Quinet, revolucionário de 1848, opositor de Napoleão III enfrentando o próprio exílio, deputado após sua queda em 1870, defensor permanente da laicização do ensino público, autor de *La Révolution*, para ele a de 1789 por excelência, influenciador de Michelet.

9 Idem, p. 79.

A inflexão interpretativa liberal conservadora opera-se principalmente por Alphonse de Lamartine, neo-girondino na teoria e na prática; na teoria com sua *História dos Girondinos* em vários volumes impressos a partir de 1847 em livro, antes em fascículos, na prática por sua ação moderadora na Revolução de 1848, incompreendido a ponto de ser preterido na votação popular que preferiu Luís-Napoleão para a presidência da República, depois coroado Imperador Napoleão III. Lamartine tem a mais participante das vidas de historiador.

Aristocrata de origem, família perseguida pela Revolução de 1789, ingressa no serviço militar na Guarda de elite dos Bourbons restaurados. Poeta dos maiores românticos, ousa entrar no auge da agitação política como orador de massas. Arrebatou tantas gerações, que seu próprio nome continua sendo adotado por uma após outra em seus filhos. Corajoso, brilhante e generoso, não conheceu a mediocridade e a mesquinhhez, nisto um exemplo da possibilidade de conciliação ou convergência do escritor e historiador politicamente participante, sem perder inspiração nem objetividade.

Do complexo processo da Revolução Francesa – de moderados girondinos a extremistas jacobinos, até os comunistas e não só socialistas da Conjuração dos Iguais de Babeuf – nesta complexidade Joaquim Nabuco opta pelos girondinos, como se vê na sua escolha pela luta legal, parlamentar, por pronunciamentos eleitorais cada vez mais conscientizados por campanhas políticas entre as massas brasileiras também começando a despertar: “A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais”.¹⁰ A guerra servil seria a guerra civil.

Antônio Cândido analisou muito bem este neo-girondinismo em si: “são sempre girondinos, nas crises, os que embora sinceramente partidários de reformas radicais, deslizam insensivelmente para o centro, à medida que o processo político suscita à sua esquerda elementos mais avançados, dispostos a modificar a própria estrutura social”. Nisto aplicável a Nabuco, “à sua esquerda juntaram-se grupos de duvidoso aventureirismo,

10 NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Londres: Tipografia de Abraham Kingdon, 1883, pp. 30 e 31.

onde não poderiam avultar os democratas e republicanos sinceros, e cujo predomínio teria acarretado porventura o esfacelamento do país; enquanto, à sua direita, se estendia a ampla franja de virulentos reacionários”.¹¹

Nabuco tinha começado a aprender o que também veio a acontecer no Brasil na virada do século XIX ao XX: Proclamação da República, Revolta da Armada, Rebelião Federalista, Insurreição de Canudos e a do Contestado, todas as classes conflagradas, embora sucessivamente por várias regiões entre si, o que inviabilizou generalizada guerra civil.

Premonitoriamente, já aos vinte e um e vinte e dois anos, para Nabuco “em 1870, o meu maior interesse não está na política do Brasil, está em Sedan. No começo de 1871, não está na formação do Gabinete Rio Branco, está no incêndio de Paris”.¹² Isto é, pelo conflito armado, o desmontonamento político de um Império dilacerado ideologicamente por dentro. Nada disso ia Nabuco querer para o Brasil, a França ensinara-o por antecipação.

Daqueles personagens, Joaquim Nabuco guardaria admiração contrastante por Léon Gambetta, tribuno de massas, mobilizador da defesa popular nacional francesa contra o invasor alemão, de um lado, e, por outro, pelo reconstrutor econômico e institucional da França então combalida, Adolphe Thiers. Em *Minha Formação* Nabuco sintetiza com realismo, justificando a dupla opção: “No fundo só há duas políticas: a política de governo e a política de oposição”.¹³ Nabuco tinha afinidades de um dos lados da sua personalidade com Gambetta, seus adversários sabiam muito bem disto, como se vê em irônico aparte nada menos que do Visconde de Ouro Preto, em sessão da Câmara dos Deputados em 25 de outubro de 1879, recebendo tréplica em sua defesa pelo menos conhecido Manuel Pedro, invocando que “acima de qualquer juízo desdenhoso estão as manifestações que despertam sua palavras no coração do povo brasileiro”.

Sua filha, Carolina, registra sobre o pai: “Vibra o auditório diante do orador que excita os ânimos, como não o pode fazer em frente daquele que somente esclarece o espírito”, como no caso do avô de Carolina

11 CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)*. São Paulo: Livr. Martins Edit., 1964, 1º vol., p. 269.

12 *Minha Formação*, op. cit., p. 55.

13 *Idem*, p. 137.

e pai de Joaquim Nabuco, o Conselheiro José Tomás, solene, compassado, harmonioso, mais senador que deputado: “Onde o pai tinha majestade, ele tinha impetuosidade”.¹⁴

O próprio Joaquim Nabuco explica de que modo conseguia, sendo admirador do apelo popular de Léon Gambetta, conciliar esta admiração pela de Thiers: “Eu era como político francamente thierista, isto é, em França, de fato republicano. Isto não quer dizer, porém, que me sentisse republicano de princípio; pelo contrário. A Terceira República em França foi fundada por monarquistas; foi uma transação de estadistas monárquicos, como Thiers, Dufaure, Rémusat, Léon Say, Casimir Périer, Waddington, e todo o Centro-esquerdo”, “espírito a que se pode chamar *Centre Gauche*”.¹⁵

Delineia-se desde jovem a tendência do que Gilberto Freyre chamou de “revolucionário conservador” na forma política de democracia representativa pela gradativa conscientização eleitoral do povo, um tanto à maneira dos ingleses.¹⁶ Em longo direto contato com eles, em breve Nabuco aprofundará e ampliará esta perspectiva realista construtiva, aprendida antes de mais nada com o próprio pai, que “não era escravo de nenhuma teoria, de nenhum sistema abstrato”.

Por isso, Joaquim Nabuco sintetiza muito bem o Conselheiro José Tomás como “a sua mobilidade é espantosa; os que o vêem indicar o perigo de um lado e logo do lado oposto; julgam-no incoerente, mas é que a estrada corre entre precipícios e que ele olha à direita e à esquerda e não vê os abismos somente de uma margem”.¹⁷ A renovação, esquerda, deve acrescentar, enquanto conserva as conquistas adquiridas, geralmente enfatizadas pelo que também convencionalmente se denominou direita, convergindo para o centro nas fases de estabilidade econômica, social, política, divergin-

14 NABUCO, Carolina. *A Vida de Joaquim Nabuco*. 4ª ed., Rio de Janeiro, vol. 92 da Coleção Documentos Brasileiros da Livraria José Olympio Editora, 1958, pp. 69 e 70.

15 *Minha Formação*, *op. cit.*, pp. 71 e 72.

16 FREYRE, Gilberto. “Centenário de Joaquim Nabuco (Um Revolucionário Conservador)”. Discurso na Câmara dos Deputados em 18 de agosto de 1949. *Discursos Parlamentares* Perfis Parlamentares nº 39. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994, pp. 210 e 211.

17 *Apud* NABUCO, C. *A Vida de Joaquim Nabuco*, *op. cit.*, p. 69.

do para os extremos nas de instabilidade até o ponto da ruptura e recomeço de mais este processo cíclico da História. Cujos extremos também os dois Nabucos queriam evitar no Brasil.

Joaquim Nabuco tendia a admirar mais Gambetta, seu pai mais a Thiers, é o que se deduz de uma espécie de elegia meio amarga, ao dar adeus à influência francesa, quando do auto-exílio em Londres de 1881 a 1884, por não reeleger-se deputado, desta vez pelo Rio de Janeiro, para o Parlamento do Império, após ali representar freqüentemente Pernambuco, quando via as portas fechadas até a candidatar-se, tão temerosos estavam os próceres do próprio Partido Liberal diante dos abolicionistas.¹⁸

Nabuco em Londres então escreve e publica *O Abolicionismo*, e, em carta a Sancho de Barros Pimentel, 2 de janeiro de 1883, lamenta o recente falecimento de Gambetta e o impacto recebido quando leu os primeiros discursos dele de resistência ao invasor alemão, tempos de estudante de Nabuco.¹⁹

Ele reconhecerá a influência de Thiers, entre outras importantes, no seu pai, como se lê em *Um Estadista do Império*, ao incluir Thiers nas principais leituras da maturidade paterna, ao lado de Guizot, do lado dos franceses, Hume e Macaulay ingleses, após Bentham, “seu mestre amado e seguido nos primeiros anos”. Predileções por autores empiricistas conservadores suficientes para explicação do que conclui, no discurso de 11 e 13 de junho de 1873, no Senado. Depois de saudar Thiers como o “grande estadista Thiers”, o Conselheiro Nabuco explica: “Thiers, nas grandes questões do seu tempo com os socialistas, comunistas e simonianos, dizia: ‘Pois bem, reduzi vossas idéias a projetos de lei, vejamos se elas são praticáveis’ ”.²⁰

Da sua própria parte, Joaquim Nabuco considera Thiers na guerra de 1870 “um vidente de todas as suas conseqüências”.²¹

Terá sido assim? Em qual extensão?

18 *Idem*, pp. 125, 128, 129 e 135.

19 Carta no Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

20 NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, II. vol., pp. 1112, 967 e 971.

21 *Idem*, I vol., p. 508.

Adolphe Thiers fora um conservador republicano oposicionista de Napoleão III. Presidente da República, após sua queda pela derrota diante da Alemanha de Bismarck, foi sucedido por um marechal, Mac Mahon, monarquista, adepto de outra Restauração dos Bourbons, inviabilizada pela tardia reconciliação deles com os também pretendentes Orléans descendentes de Luís-Filipe. O fracasso do Primeiro-Ministro Jules Simon levou Mac Mahon a dissolver constitucionalmente a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições, mesmo assim soou como golpe de Estado por seu desgaste de popularidade, tendo Mac Mahon de renunciar à presidência. Foi sucedido por Jules Grévy.

Grévy tinha passado oposicionista republicano idêntico a Napoleão III, logo foi presidente da Assembléia Nacional pós-napoleônica nos decisivos anos do início da III República, de 1871 a 1873, paralelamente à presidência da República por Thiers. Este tem de renunciar por interpelação do deputado Duque de Broglie, o que lhe valeu grande admiração nabuqueana mais de uma vez registrada em *Minha Formação*. Grévy também terá de renunciar e por motivo mais prosaico, por incrível que pareça a distribuição de condecorações pelo genro a dinheiro e/ou em troca de favores.

Tumultuados primeiros tempos de III República, deles não escapará nem Jules Ferry nem Sadi-Carnot, sucessivos presidentes assassinados. Até 1894, data deste último magnicídio, a França não conseguirá estabilizar seus governos. A Questão Dreyfus (1894-1899), tremenda discussão dividindo os franceses a propósito da culpa ou inocência de um oficial judeu do seu Exército ao qual teria traído por espionagem, a Questão Dreyfus assim conclui dramaticamente o século XIX francês.

Entende-se como e porque Joaquim Nabuco preferiu o parlamentarismo monárquico britânico ao parlamentarismo republicano francês, não apenas Monarquia à República. Nabuco vira seu pai senador pela Bahia, o avô no Senado pelo Espírito Santo e um tio bisavô senador pelo Pará, por onde haviam perambulado no serviço do Estado, roteiro muito comum entre os que então queriam fazer carreira política, de início egressos da Universidade de Coimbra, depois principalmente das Faculdades de Direito de Olinda e Recife e de São Paulo.

Joaquim Nabuco era, portanto, a quarta geração de parlamentares do Império em sua família, o Império brasileiro parecia-lhe com um

toque da eternidade. Por isso foi vaiado no seu primeiro discurso político em pleno Teatro Santa Isabel no Recife, quando teve a coragem de dizer, para uma platéia de abolicionistas infiltrada por republicanos: “A grande questão para a democracia brasileira não é a Monarquia, é a escravidão”.²² O que quase lhe valeu derrota nesta eleição de 1878. Palavras de um precoce realista, muito objetivo aos vinte e oito ou vinte e nove anos de idade em primeiro mandato legislativo, vindo da carreira diplomática, onde no começo afirmava ter desejado permanecer. Se não fosse o empenho de sua mãe em ver a quarta geração da família no Parlamento do Império e a fidelidade dos amigos do pai ao compromisso de eleger deputado o filho,²³ pois a abolição da escravatura não podia esperar pela proclamação da República.

Da França política Joaquim Nabuco só registrará os obituários de Gambetta e Thiers, do primeiro a recordação do seu impacto na sua juventude, em carta a um amigo; do segundo mais longamente no diário íntimo reproduzido em *Minha Formação*: “Thiers morreu ontem. Foi seu destino fundar e destruir governos, mas não se pode acusá-lo de se ter divorciado da França em nenhum desses momentos. Mudou sempre com o país. A sua grande mudança final de monarquista para republicano coincidiu com o seu interesse pessoal como primeiro Presidente da República, mas coincidiu também com a conversão das classes médias, não ao princípio republicano, mas à idéia de que só a República era possível”.

“O que faz a unidade da carreira de Thiers é que ele foi sempre pelo governo parlamentar, pelo direito popular representado nas assembleias legislativas. Por esse princípio renunciou à presidência da República em mãos suspeitas. O segredo da sua fortuna política consistiu em guardar fidelidade à França”.

“O último em França dos grandes homens do passado não nomeou sucessor”.²⁴

Joaquim Nabuco estava preparado para o trânsito da francofilia republicana à anglofilia monárquica, melhor defensora, a seu ver, daquilo

22 *Minha Formação, op. cit.*, p. 175.

23 *Idem*, pp. 174 e 175.

24 *Ibidem*, pp. 138 e 139.

porque Thiers tivera de mudar para assegurar à França: o parlamentarismo como expressão da democracia, pela República tornada inevitável em 1870 como em 1789.

Não foi um francês quem confirmou Nabuco no parlamentarismo, nem podia ser numa fase de novo tão instável como na França da época, e sim alguém da Inglaterra de instituições políticas estáveis desde a reconciliação de 1688 após longas guerras civis entre Parlamento e Coroa: “As minhas idéias, porém, flutuavam, no meio das atrações diferentes desse período, entre a Monarquia e a República, e a *France Nouvelle*, de Prévost-Paradol, que eu li com verdadeiro encanto, não conseguiu, apesar de todo o seu arrastamento, fixar a minha inclinação do lado da Monarquia parlamentar. O que me decidiu foi a *Constituição Inglesa* de Bagehot. Devo a esse pequeno volume, que hoje não será talvez lido por ninguém em nosso país, a minha fixação monárquica inalterável; tirei dele, transformando-a a meu modo, a ferramenta toda com que trabalhei em Política, excluindo somente a obra da Abolição, cujo estoque de idéias teve para mim outra procedência”.²⁵ Bagehot e outros ingleses aos quais voltaremos noutros capítulos

Guizot não exercerá em Joaquim Nabuco e sua geração a influência que teve na anterior.

François Guizot foi um dos pensadores políticos mais importantes do seu tempo.

Nasceu de pais protestantes, um dos poucos casos de intelectual francês descendente dos huguenotes na maioria expulsos por ordem de Luís XIV. Durante o Império napoleônico dedicou-se à Literatura, com a Restauração dos Bourbons passou a aproximar-se da Política através do liberal conservador Royer-Collard muito citado mais por Nabuco pai que pelo filho. Após o fracasso do retorno de Napoleão I, enfim derrotado em Waterloo, foi secretário-geral do Ministério da Justiça e um dos ideólogos do grupo dos *doctrinaires* que queriam um meio-termo entre absolutismo e democracia. O assassinato do Duque de Berry, herdeiro do trono, atraiu desconfiança e hostilidade dos Bourbons ao grupo, logo em ostracismo. Ele passou à oposição.

25 *Ibidem*, p. 35.

Guizot pessoalmente preferiu dedicar-se à pesquisa histórica, foi quando escreveu a *História das Origens do Governo Representativo* e a *História da Revolução da Inglaterra desde Carlos I a Carlos II*, incorporando-se à linha anglófila política de Montesquieu e Voltaire, em cujos *O Espírito das Leis* e *Cartas Filosóficas*, respectivamente, ela ressalta com muita ênfase. No caso de Rousseau, este usou a acolhida inglesa, quando da sua expulsão da Suíça por fundamentalistas protestantes, porém logo rompeu com seu protetor David Hume e voltou à França.

Com a Revolução de 1830, depondo os Bourbons e instalando no trono os Orléans mais liberais na pessoa de Luís-Filipe, Guizot resolve candidatar-se e é eleito deputado. Chega a ser brevemente Ministro do Interior, em seguida Ministro da Educação, então chamada Instrução Pública. Passou a organizar um Partido Conservador propriamente dito. Sucedeu a Thiers como Ministro das Relações Exteriores, contribuindo à distensão dos ânimos entre França e Inglaterra acirrados pelo antecessor. Guizot muito se aproximou do seu homólogo britânico Lorde Aberdeen e mereceu sua confiança.

Outra Revolução, a de 1848, expulsa agora Luís-Filipe e sobe de novo a estrela dos Bonapartes na pessoa de Napoleão III, o II nunca atingiu o trono falecido que foi na infância o filho de Napoleão I, o III era sobrinho. Retirado da Política, Guizot dedicou-se à vida das academias do Instituto de França, ao qual reorganizara quando ministro, e à administração da Igreja Reformada (calvinista) de cujo Consistório fez parte. Antes de falecer, escreveu nesta linha as suas *Meditações da Religião Cristã*. Homem proverbialmente reto e correto, nem assim escapou de virulentos ataques tanto das esquerdas quanto das direitas numa época de extrema radicalização política, à qual Guizot procurou em vão amainar.

Para Guizot o historiador é um intelectual engajado politicamente através da responsabilidade ética da sua missão pedagógica, neste caso ajudar a conscientização da dialética da ordem e liberdade inseridas no tempo. Óbvio inspiração hegeliana, por Guizot recebida através de Victor Cousin, inicial divulgador de Hegel em língua francesa. Guizot vai mesmo adiante, considera a História um desenrolar da luta de classes, porém confia na crescente mediação das classes médias.²⁶ Neste caso, porém, ele não rece-

26 RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. "François Guizot e o Liberalismo Conservador do Segundo Reinado". *VI Congresso Brasileiro de Filosofia* (Atas). São Paulo: 1999, II, vol., pp. 2-4.

be influência de Marx e sim o antecede, como o apontou Plekhanov, a partir de reconhecimento dos próprios Marx e Engels, em carta deste a Starkenburg, 25 de janeiro de 1894.

Há uma tendência hoje em reavaliar mais favoravelmente o pensamento, embora não tanto a ação, de Guizot. Na França Pierre Rosanvallon publicou em 1985 *Le Moment Guizot*, mostrando, entre outros aspectos, como Karl Marx e Friedrich Engels entenderam a contribuição de Guizot. Rosanvallon vai mais longe, como consequência “poderá ser observada a atração exercida por Guizot sobre certos teóricos de inspiração marxista, na medida em que ele tinha sido considerado por Marx e Engels como um dos historiadores burgueses que tinham inventado a noção de luta de classes”.²⁷

Quanto a Plekhanov, o reconhecimento está no prefácio à segunda edição russa do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels. Aliás, estes proclamaram não só a precedência de Guizot nisto, mérito também de outro historiador contemporâneo, Augustin Thierry. O que Marx e Engels reivindicavam, entre várias inovações, era a conexão da luta de classes com a dialética de Hegel remetida à articulação com o fator econômico do valor-trabalho de David Ricardo, num processo de contradições só se resolvendo no socialismo e comunismo, em etapas pacíficas ou revolucionárias. O que por completo escapava a Thierry, Guizot e outros.

No Brasil, Ricardo Vélez Rodríguez da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, vem sendo o principal conhecedor de Guizot.

Guizot diz claramente no prefácio e na primeira lição da sua *História das Origens do Governo Representativo e das Instituições Políticas da Europa*, eis o título completo, a sua intenção pedagógica, mesmo sem perder o rigor metodológico historiográfico.

Já na primeira lição antecipa que aquele panorama geral por etapas chegará à sua culminância nas instituições representativas inglesas.²⁸

Então se entende a *História da Inglaterra* também por Guizot com um longo título, modesto pois se querendo apresentar como relatos aos netos, na realidade algo muito maior.

27 Vide RODRÍGUEZ, R. V., *op. cit.*, p. 4.

28 GUIZOT, François. *Histoire du Gouvernement Représentatif et des Institutions Politiques de l'Europe*. 4ª ed., Paris: Librairie Académique Didier et Cie., 1880, I vol., pp. I-VIII e 23.

Esta evolução também político-institucional Guizot começa naturalmente pelos acontecimentos levando à Magna Carta, a ela própria e suas conseqüências fundadoras da primeira legalização ampla e pormenorizada dos direitos individuais e liberdades públicas.²⁹

Em seguida vem a Revolução de 1688, “através das amarguras das lutas parlamentares, não obstante as culposas violências dos partidos, o regime parlamentar, as liberdades políticas e a religião protestante estavam de agora em diante asseguradas na Inglaterra”. Há então condições para o Primeiro-Ministro, Sir Robert Walpole, surgir tempos depois. Sintomaticamente Guizot cita Burke, principal teórico conservador inglês contra a Revolução Francesa, para confirmar a superioridade da Revolução Inglesa capaz de auto-superação, em vez da Francesa descambando para o bonapartismo e outras instabilidades institucionais até a época de Guizot.

Pois, “as reformas continuaram, ousadas e moderadas, previdentes e prudentes, sem jamais alterar o caráter fundamental da Constituição, suficientemente profundas, entretanto, para manter a Inglaterra na primeira fila entre os países liberais e livres. Enquanto primeira, ela conquistou os grandes direitos políticos da humanidade; conquistou-os laboriosamente, não sem erros e crimes; ela soube conservar aqueles direitos e protegê-los, após fechar definitivamente a era fatal das (suas) revoluções”.

Daí em diante é o encaminhamento rumo à Rainha Vitória, auge do poderio mundial britânico, cujo início Guizot vê e saúda como o começo da época da sua maior expansão, 1878, coincidente com a publicação dos três volumes da sua *História da Inglaterra*. Tempos de ainda mais afirmação do Parlamento e do Primeiro-Ministro Sir Robert Peel, Canning, Palmerston e outros, “grandes atores da longa luta sustentada pela Inglaterra, seja contra as paixões anárquicas ou a ambição absolutista externa, seja contra o contágio deste males funestos no interior”. Guizot e ingleses, liberais conservadores.

Guizot invoca, como incentivo ao seu e outros povos em busca do futuro, a convocação universal do Duque de Broglie, também muito

29 GUIZOT, F. *L'Histoire d'Angleterre depuis les temps les plus reculés jusqu'à l'avènement de la Reine Victoria racontée à mes petits enfants*. Paris: Librairie Hachette, Paris, 1878, I vol., pp. 174 e 175.

evocado por Joaquim Nabuco admirativamente em *Um Estadista do Império* e *Minha Formação*: “Trabalhem”, laboremus, em prol de idênticos direitos e liberdades.³⁰

Joaquim Nabuco já podia ir direto às fontes inglesas, sem precisar da mediação de Guizot, mas ela ainda era necessária à geração anterior. Mediação credenciada por ter a clareza latina de francês e ser um liberal conservador acima de qualquer suspeita de radicalismo. Guizot inclusive chegou a interessar-se pelo Brasil ao assinar – em companhia de Broglie, Laboulaye, o historiador Henri Martin, o católico liberal Montalembert e outros – mensagem da Junta Francesa de Emancipação enviada ao Imperador Dom Pedro II urgindo a abolição da escravatura no Brasil. A resposta, contemporizadora porém promissora, foi assinada por um Andrada ministro, Martim Francisco.³¹

Guizot está entre as leituras prediletas do Conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo, ao lado de Bentham, na juventude, mais os ingleses Hume, Macaulay e Burke, o que dá a dimensão filosófica empiricista e utilitarista da sua formação (naquele tempo ainda não se dizia pragmatismo, embora estes fossem seus antepassados) e explica qual “principalmente o espírito positivo que o caracterizava: necessidade do real nas coisas; de utilidade, sobretudo nas ficções”. Com Comte Nabuco de Araújo tinha apenas afinidades, ele não figura nas suas leituras prediletas.

Quanto aos franceses, são todos menos ou mais liberais conservadores de Guizot a Royer-Collard, Montalembert, Duvergier de Hauranne, Rémusat, Thiers e o Duque de Broglie, alguns deles retransmitidos em influência ao filho Joaquim Nabuco.³²

Ele lhes acrescentará Émile Olivier e mais outros poucos franceses e principalmente ingleses tão importantes a seu ver que não precisavam ser numerosos.

A condição de liberal conservador, confessa-a Filipe Lopes Neto com realismo em discurso na Câmara dos Deputados em 31 de maio de 1865, dirigindo-se exatamente a Nabuco de Araújo: “Só liberais ou só con-

30 *Idem*, II vol., pp. 430, 431, 515, 780, 713, 744 e 780.

31 NABUCO, J. *Um Estadista do Império*, op. cit., I vol., p. 661.

32 *Idem*, II vol., pp. 1113, 1119 e 1113.

servadores podem governar o país, segundo as nossas instituições”. “A aliança dos liberais com os conservadores moderados deve ser firmada”, “sem reservas mentais, com a lealdade de cavalheiros, declarando-nos francamente liberais. O que existe não pode durar: não é situação normal, é a corrupção do sistema representativo; é a organização da anarquia, não da anarquia estrepitosa, que se mata nas ruas, como disse Guizot, a tiro de canhão, mas da anarquia latente, mais perigosa ainda, que está nos espíritos”.³³

O Segundo Reinado foi fazendo as etapas das reformas abolicionistas paralelamente às reformas eleitorais; ao argumento que se tratavam de escravocratas, lembre-se que até George Washington³⁴ e Thomas Jefferson³⁵ sempre tiveram escravos, nenhum regime político e econômico nasce perfeito, nem nisto jamais se torna plenamente.

A marca de Guizot no Brasil vem de longe, vem nada menos que de Paulino José Soares de Souza, Visconde de Uruguai, autor do *Ensaio de Direito Administrativo* (1862), obra de metodologia e intenções concretas, na realidade muito mais que um ensaio.

Nada melhor que acompanhar o próprio Visconde de Uruguai em seu saber teórico de experiência feita e comprovada – deputado, senador, governador (naquele tempo se dizia presidente de província), conselheiro de Estado, ministro da Justiça e Relações Exteriores, organizador da aliança que derrubou Rosas do poder na Argentina e reformador do Código de Processo Criminal do Brasil, mais um dos estadistas do Império – quando explicava no seu mais que *Ensaio*: “Na viagem que ultimamente fiz à Europa não me causaram tamanha impressão os monumentos das Artes e

33 *Apud ibidem*, I vol., p. 553.

34 *Vide* HIRSCHFELD, Fritz, *George Washington and Slavery (A Documentary Portrayal)*. Columbia e Londres: University of Missouri Press, 1997, e *The Last Will and Testament of George Washington*. 6ª ed. revisada. The Mount Vernon Ladies' association of the Union, 1992.

35 *Vide* LEVY, Leonard W. *Jefferson and Civil Liberties (The Darker Side)*. Cambridge/Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press, 1963; *Jefferson at Monticello (Memoirs of a Monticello Slave e The Private Life of Thomas Jefferson)*, ed. coord. com introd. por James A. BEAR JR. Charlottesville: University Press of Virginia, 1967; STANTON, Lucia, *Slavery at Monticello*. Monticello: Thomas Jefferson Memorial Foundation, 1996.

das Ciências, a riqueza, força e poder de duas grandes nações: a França e a Inglaterra, quanto os resultados práticos e palpáveis da sua administração". "Convenci-me ainda mais de que se a liberdade política é essencial para a felicidade de uma nação, boas instituições administrativas apropriadas às suas circunstâncias, e convenientemente desenvolvidas, não o são menos".

Para começar pela importância do Poder Moderador, recorre ao reconhecimento do próprio Guizot, aliás se referindo especificamente ao Brasil na nona lição da sua *História da Civilização na Europa*: "Abri a obra onde M. Benjamin Constant tem representado de forma tão engenhosa a realza como um poder neutro, um poder moderador. Um soberano fez dessa idéia, na Constituição do Brasil, a base mesma do seu trono". Benjamin Constant o suíço-francês, anterior ao brasileiro republicano.

Refere ainda a Guizot sua concordância com a necessidade de conciliar direitos universais e direitos individuais, conforme as *Memórias para servir à História do Meu Tempo*, e, segundo *Os Meios de Governo*, com grande objetividade, textos que "explicam e completam o meu pensamento"; volta a citar literalmente Guizot: "Agir sobre as massas e agir através dos indivíduos, é isso que se chama governar. Dessas duas partes do governo, o poder é inclinado a negligenciar a primeira". "Dos erros do poder, esse é sobretudo o mais fatal, pois é nas massas, no povo mesmo que ele deve encontrar a sua força principal, os principais meios de governo".³⁶

Foi o Visconde de Uruguai o maior administrativista do Império, quem abraçou com realismo o Estado herdado de Portugal, numa linha claramente liberal embora dentro das limitações conservadoras da época, preocupadas em primeiro lugar com a preservação da unidade nacional, em seguida com a integração do Brasil consigo mesmo, a começar pelas reformas abolicionistas complementadas pelas reformas eleitorais.

A primeira etapa abolicionista foi a proibição da importação de escravos em 1850, a Lei do Ventre Livre em 1871 (Joaquim Nabuco já em 1880 propõe projeto de abolição total, mas é derrotado), em 1885 a Lei dos Sexagenários, enfim a Lei Áurea de 1888.

Paralelamente, a primeira reforma eleitoral, 1846, estabelece as eleições distritais ("por círculos"), restabelece as incompatibilidades e dimi-

36 *Apud* RODRÍGUEZ, R. V., *op. cit.*, pp. 5, 6, 10 e 11.

nui as exigências censitárias. Em 1881 impõe penalidades contra as fraudes eleitorais, estende o direito de votar aos naturalizados, acatólicos e libertos, rumo gradualmente ao sufrágio universal, cria os títulos eleitorais. Tudo dentro da orientação do próprio Dom Pedro II, ao lado dos seus próceres com convicção idêntica: “Não é o vestido que torna vestal a Messalina, porém, sim, a educação do povo e, portanto, a do governo”. Tratava-se de acostumar o povo a votar cada vez mais.

Esta última reforma se chamou Lei Saraiva, em homenagem ao Conselheiro José Antônio Saraiva, seu autor, Primeiro-Ministro. Ia ser sucedida por outra, já começando a ser preparada por debates nacionais, não fora a derrubada da Monarquia. Lembre-se de que até 1914 a França tinha critérios de censo pecuniário e no Brasil predominou o que Rui Barbosa classificou de censo literário até a extensão do direito de voto ao analfabeto.³⁷

Aquela e outras recomendações eram dadas por Dom Pedro II aos ministros e, nas ausências de viagem, recomendava insistência à filha Princesa Regente: “Meu grande empenho é a realização das eleições”. “Sem educação generalizada nunca haverá boas eleições; portanto, é preciso atender, o mais possível, a essa importantíssima consideração”. “A instrução primária deve ser obrigatória e generalizada por todos os modos”. “A fundação de Escolas Normais onde se formem professores primários de ambos os sexos é de absoluta necessidade”. “A instrução profissional também reclama a atenção do Governo”.³⁸

Por que tais e mais recomendações do próprio Imperador não foram seguidas?

Durante todo o Segundo Reinado se discutiu e praticou a implantação do parlamentarismo, etapa por etapa, como também na Inglaterra onde não foi feito da noite para o dia e sim mediante lento amadurecimento.

Dom Pedro II estava consciente disso e procurava colaborar, como se vê de novo por dentro em recomendações pessoais à Princesa Isa-

37 PORTO, Wálter Costa. *Dicionário do Voto*. São Paulo: Editora Giordano, 1995, pp. 93-95.

38 PEDRO II, Dom. “Conselhos à Regente Dona Isabel”. In: *Conselhos a Governantes*. Brasília: Fundação Projeto Rondon - Ministério da Educação, Leituras Brasileiras nº 2, s.d. pp. 13, 14 e 18.

bel, só muito depois reveladas e publicadas: “O sistema político do Brasil funda-se na opinião nacional, que, muitas vezes, não é manifestada pela opinião que se apregoa pública. Cumpre ao Imperador estudar constantemente aquela para obedecer-lhe”. “O que eu almejo é que os Ministérios se sucedam pela opinião da maioria da Câmara”.³⁹ Pedro II respeitava a crescente transferência do seu poder para o Primeiro-Ministro através do parlamentarismo em marcha.

Enquanto isso se discutia se reinava e governava, ou não governava: a divisão entre conservadores e liberais.

Para os liberais, o lema de Thiers, *le roi règne, ne gouverne pas*,⁴⁰ devia ser aplicado radicalmente, mesmo no quadro do Poder Moderador, de leituras diferentes conforme os ingleses, favoráveis a este Poder ativo, ou os franceses favoráveis a ele menos ativo, embora ambos quisessem, não só aceitassem, sua participação. Os britânicos Hallam, Maculay e Lord Brougham são pelo liberal Zacarias de Góes e Vasconcelos contrapostos aos gauleses Thiers e Guizot.⁴¹ Até o conservador Braz Florentino recorre a Guizot para querer o Poder Moderador mais presente e atuante.⁴²

Zacarias chega a declará-lo “o exímio escritor”⁴³ e Alberto Venâncio Filho ao estudar Zacarias lembra como “foi comparado a Guizot, acusando-o os contemporâneos de não somente imitá-lo no físico, mas

39 *Idem*, pp. 16 e 13.

40 Outros atribuem este lema a Guizot. É o caso de João Camilo de Oliveira TORRES, *A Democracia Coroada (Teoria Política do Império do Brasil)*. Rio de Janeiro: vol. 93 da Coleção Documentos Brasileiros da Livr. J. Olympio Edit., 1957, p. 33, mas, Zacarias de Góes e VASCONCELOS, contemporâneo tanto de Guizot quanto de Thiers, distingue claramente: “A fórmula de Thiers ‘o Rei reina e não governa’ ... quer que a realeza *gouverne*, mas com a concorrência dos outros Poderes do Estado”. “A fórmula de Guizot, dizendo que o rei governa, está longe de admitir que a realeza constitucional possa, no exercício de suas atribuições, praticar ato algum sem a referenda e conseqüente responsabilidade dos ministros”. *Da Natureza do Poder Moderador* (1860), reeditado com anexos de discursos sobre o tema em 1862. 3ª ed., Brasília: Senado Federal, 1978, pp. 183, 181 e 179.

41 *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*, *op. cit.*, pp: 188-192.

42 SOUZA, Braz Florentino Henrique de. *Do Poder Moderador (Ensaio de Direito Constitucional)* (1864). 2ª ed., Brasília: Senado Federal, 1978, pp. 41-42.

43 *Discursos Parlamentares* Perfis Parlamentares 9. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 94.

também no moral”.⁴⁴ Para Zacarias, a diferença entre Guizot e Thiers é só de ênfase.⁴⁵

Da parte de Dom Pedro II em confiança ainda à filha, dizia só reconhecer ter contribuído três vezes para quedas de primeiros-ministros, nos casos do Marquês de Paraná, Visconde de Abaeté e uma vez contra Zacarias. Nos outros teria havido exagero nas acusações contra o Poder Moderador como poder pessoal abusado por ele, Pedro II.⁴⁶

Para quem achar supérfluo, mesmo superado, esse tipo de discussão, lembre-se a atual vigente Constituição da Espanha, a qual declara no item 1 do seu artigo 56: “O Rei é o chefe do Estado, símbolo da sua unidade e permanência, arbitra e modera o funcionamento regular das instituições”, portanto paira sobre o Executivo, o Legislativo e até sobre o Judiciário como última instância. As mesmas atribuições consuetudinárias no Reino Unido da Grã-Bretanha, onde o monarca, ou a monarca, não são figuras decorativas como alguns imaginam e sim recorridas para dirimir conflitos de Poderes constitucionais, ademais de liderança moral e psicológica. Nisso estavam menos ou mais de acordo também no Brasil liberais e conservadores. E na Espanha moderna, todos os partidos em Assembleia Nacional Constituinte, 1976, aprovaram o retorno à monarquia também com aquele Poder Moderador.

Joaquim Nabuco acompanhou assim de perto e por dentro – de início na casa do seu pai, um dos estadistas do Império – muito daqueles memoráveis debates que tanto contribuíram para moldar o Estado brasileiro numa fase decisiva, de meados do Segundo Reinado a princípios da República. Da influência francesa no seu espírito à inglesa, sempre fiel à monarquia constitucional parlamentarista, enquanto Rui Barbosa, seu companheiro de geração nascido no mesmo ano de 1849, transitava do parlamentarismo monárquico britânico pelos constitucionalistas republicanos franceses para o presidencialismo estadunidense, com certa decepção no fim

44 VENÂNCIO FILHO, Alberto. “Introdução” aos *Discursos Parlamentares* de Zacarias de Góes e VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 34.

45 *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*, *op. cit.*, p. 184.

46 “Conselhos à Regente Dona Isabel”, *op. cit.*, pp. 22 e 23.

da vida pela inadequada e pouco criativamente assimilada adaptação do presidencialismo ao Brasil.

Os próprios historiadores da Revolução Francesa – Thiers, Lamartine, Mignet, Quinet, curiosamente Joaquim Nabuco não menciona Michelet – eles mesmos são substituídos pelo inglês Macaulay e até os alemães Mommsen, Curtius, Ranke, Buckhardt.⁴⁷

É neles que se deve buscar a concepção de *Um Estadista do Império*, muito além da menos preparada metodologicamente historiografia conservadora brasileira, Varnhagen, ou liberal da fase monárquica: Abreu e Lima no *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil* (1835) e *Compêndio da História do Brasil* (1843); Fernandes Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco* (1840); Tristão de Alencar Araripe, *Patriarcas da Independência* (1876) e histórias de guerras civis do Maranhão ao Rio Grande do Sul vistas pelo lado liberal.

Mas qual o segredo do estilo literário nabuqueano?

Nabuco encarregava-se de levantar um pouco o véu: “A frase, a eloquência, o retrato e a encenação histórica de Maculay foram também uma influência permanente que se imprimiu em meu espírito”, antes dos historiadores alemães.⁴⁸

Contudo, por mais que Joaquim Nabuco se anglicizasse e na Historiografia projetada em Historiologia dos ingleses aos alemães inclusive em Literatura – ele acrescenta a confissão da sua passagem dos românticos franceses Lamartine, Victor Hugo, Musset, também a um inglês, Shelley, e ao alemão Goethe, só inferior nesta hierarquia a Dante de italiano a ainda mais universal, tendo antes percorrido Schiller⁴⁹ – de qualquer modo permanece fiel à estilística francesa, como se vê nas datas de *Pensées détachées*, livro escrito em 1893, publicado quando residia mais tempo em Londres e depois falecia em Washington.

47 *Minha Formação, op. cit.*, p. 76.

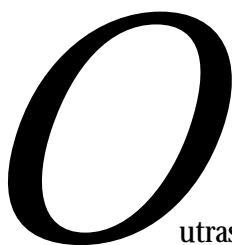
48 *Idem*, p. 76.

49 *Ibidem*, p. 76.

A influência de Renan ali aparece confessadamente residual em Filosofia e nula em Religião, na própria estilística Nabuco não tem o eruditismo renaniano, apresenta-se muito mais leve, muito mais espontâneo, muito mais intimista, enfim, muito mais ele, Joaquim Nabuco. A ponto de ter escrito sua antológica “Massangana” de *Minha Formação* antes em francês, repetida, mesmo insistida como prova de valoração nas próprias últimas obras *Pensées détachées* e *Foi voulue*.

.....

Liberdade e Igualdade em Tocqueville



utras influências foram se somando em Nabuco.

Ainda ampliando sua visão, demonstra-o Tocqueville: “Uma grande revolução democrática se realiza entre nós; todos a vêem, mas nem todos a julgam da mesma maneira. Uns a consideram uma cousa nova e, tomando-a por um acidente, esperam ainda poder detê-la; enquanto outros a julgam irresistível, porque ela lhes parece o fato mais contínuo, mais antigo e mais permanente que se conhece na História”. “É necessária uma nova Ciência Política para um mundo totalmente novo”.¹

Tendo percorrido os Estados Unidos por nove meses de 1831 a 1832, publicou o primeiro volume de *A Democracia na América* em 1835, o segundo em 1840: aquele mais específico de observações de viagem, este se projetando em considerações mais universais (“Não voltemos nossos olhares para a América a fim de copiar servilmente as instituições que ela se deu, mas para melhor compreender as que nos convêm.”). Nabuco demorará nos Estados Unidos mais que Tocqueville.

François Furet, autor de polêmico livro no bicentenário da Revolução Francesa,² mostra quanto o segundo volume gira em torno da

1 TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América* (tradução do homônimo francês). São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1998, pp. 20, 8 e 12.

2 FURET, F. *Penser la Révolution Française*. Gallimard, 1978.

preocupação de conciliar liberdade e igualdade, preocupação esboçada desde o primeiro (“Não se trata apenas de satisfazer às necessidades e às comodidades de uma classe, mas de todas as classes ao mesmo tempo”). Pois, mesmo sem endossar o pensamento de Marx, então começando a afirmar-se, Tocqueville assume a posição de que “falo de classes; só elas devem ocupar a História”, numa convergência de democracia e igualdade: “Quando um povo tem um estado social democrático, isto é, quando já não existe no seu seio nem castas nem classes.”³

Existem dispositivos psicológicos internos sociais que levam as sociedades democráticas a um equilíbrio autocrítico: “A democracia não proporciona ao povo o governo mais hábil, mas faz o que o governo mais hábil muitas vezes é incapaz de criar; ela difunde em todo o corpo social uma atividade inquieta, uma força superabundante, uma energia, que nunca existem sem ela e que, por pouco que sejam favoráveis as circunstâncias, podem gerar maravilhas”. Tocqueville chega a esta conclusão após longo e minucioso exame das instituições americanas de auto-governo (*self-government*), desde as bases municipais, e as inúmeras instituições intermediárias entre o indivíduo e o Estado.

Daí Furet julgar poder concluir: “Tocqueville é o primeiro a descobrir essa lei fundamental das sociedades modernas, segundo a qual os homens não interiorizam pelo desejo senão um destino provável, no sentido estatístico do termo. Eles só antecipam o que lhes pode acontecer, o que evita ao mesmo tempo as ambições desenfreadas e as decepções inevitáveis”. Por outras palavras, instintivamente os povos se encarregam de estabelecer os limites funcionais da democracia viável. “Assim, ‘a igualdade das condições’, que é uma das suas expressões favoritas para caracterizar a democracia, não significa que senhor e servo sejam iguais, mas que podem sê-lo.”⁴

Por outras palavras, tendo estendido suas viagens à Inglaterra, onde esteve três vezes em busca das raízes do que vira nos Estados Unidos, para Tocqueville, naturalmente tão familiar com a história da Revolução Francesa que tanto atingiu sua própria família, “a relação da paixão igualitá-

3 FURET, F. “Prefácio”: “O Sistema Conceptual da Democracia na América. A Democracia na América”, *op. cit.*, p. XXXVI.

4 FURET, *op. cit.*, pp. XXXIX e XXXVII.

ria com as outras paixões da vida democrática aparece assim como um dos elementos essenciais desse tipo de sociedade. No fundo, Tocqueville pensa que essa paixão configura sempre nos povos democráticos a paixão principal, distintiva, e que todo problema que ele coloca é justamente o de sua gestão dentro dos limites compatíveis com a liberdade”.

Até mesmo porque “é por isso que o desejo de igualdade se torna sempre mais insaciável à medida que aumenta a igualdade”.⁵

Tornam-se então inevitáveis certas comparações das afinidades entre Tocqueville e Marx, embora mais pontos de cruzamentos que afluências de origem ou destinação, Furet aponta-os muito bem: “Marx permanece no interior do sistema de crença igualitária. Tocqueville faz dele a análise comparada”; “em Tocqueville o alicerce do sistema não é intelectualmente construído: é uma evidência empírica transposta para o nível abstrato, sob a forma dos progressos irreversíveis da igualdade”.⁶

Em Tocqueville o método empírico anglo-saxônico coexiste, ou até predomina sobre o cartesianismo tão racionalista que simétrico.

Alexis de Tocqueville surge, portanto, como um dos primeiros sociólogos empíricos, a partir da análise documental da sociedade, à qual estuda, mais a técnica, até então inédita, de participante observação pessoal no seu próprio país e noutros. Francês e marquês, só podia preocupar-se também com a Revolução Francesa, ainda tão próxima

Ele aceita e admira a Revolução Francesa, porém a primeira, a do início, 1788-1789, a da Declaração dos Direitos do Cidadão conciliada com a monarquia constitucional ao modo inglês tão louvado inclusive pelos iluministas, Montesquieu em *O Espírito das Leis* e Voltaire, nas *Cartas da Inglaterra*. O que houve em seguida não foi previsto por eles, nem de longe parece portanto desejado, nem Tocqueville pode nem quer aceitá-lo, tanto por sofrimentos da sua família quanto por convicções intelectuais.

A propósito da Primeira Revolução Francesa, Tocqueville chega a escrever: “Não creio que em nenhum momento da História se tenha visto, em qualquer parte, um tal número de pessoas tão sinceramente apai-

5 *Idem*, pp. XLII e XXXVIII.

6 *Ibidem*, pp. XLVIII e XLVI.

xonadas pelo bem público, tão verdadeiramente esquecidas dos seus próprios interesses, tão absorvidas na contemplação de um grande objetivo, tão resolvidas a arriscar o que os homens têm de mais caro na vida, a se esforçarem para se elevar acima do nível das paixões do coração. É como um fundo comum de paixão, coragem e devotamento, do qual vão sair todas as grandes ações da Revolução Francesa. Esse espetáculo foi breve, mas apresentou belezas incomparáveis, e não sairá nunca da memória dos homens”.⁷

Por que cedo substituída pela violência de meio a fim em si mesma?

Tocqueville dá duas explicações básicas: a institucional e a ideológica.

Institucional: a “centralização administrativa”, ela “não é uma conquista da Revolução. É, ao contrário, uma conquista do Antigo Regime, aliás a única parte da Constituição política do Antigo Regime que sobreviveu à Revolução, porque era a única que podia encaixar-se no novo estado social criado por esta Revolução”.⁸ Napoleão dela se apossou, utilizou suas mobilizadas energias para dar estabilidade à nova sociedade emergente.⁹ Tocqueville não era, porém, admirador de despotismos mesmo esclarecidos, como se vê na sua crítica a Frederico, o Grande da Prússia, tão elogiado pelos próprios iluministas Mirabeau e Voltaire; enquanto, para Tocqueville, “por toda a parte as ousadias e novidades na teoria e timidez na prática são a característica desta obra do grande Frederico”. “Nesta estranha produção, Frederico mostra tanto desprezo para com a lógica quanto cuidado pelo seu poder, além de um interesse em não criar dificuldades inúteis ao atacar o que ainda tinha a força de se defender”.¹⁰

7 Raymond ARON enfatiza a importância desta fidelidade tocquevilliana ao melhor da Revolução Francesa. *As Etapas do Pensamento Sociológico* (trad. do homônimo francês). Brasília-São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, Livr. Martins Fontes, 1982, p. 230.

8 TOCQUEVILLE. *O Antigo Regime e a Revolução* (trad. do homônimo francês). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979, pp. 73 e 89.

9 HOLTMAN, Robert B. *The Napoleonic Revolution*. Filadélfia-Nova York-Toronto: J. B. Lippincott Co., 1967, *passim*.

10 TOCQUEVILLE. *O Antigo Regime e a Revolução*, *op. cit.*, pp. 187 e 188.

Era o Código Prussiano, “ao mesmo tempo um Código Civil, um Código Criminal e uma Carta Constitucional”. Nele “não há alusão alguma ao direito hereditário do príncipe, de sua família e nem mesmo de um direito particular que seria distinto do direito do Estado. O nome do Estado já é o único empregado para designar o Poder Real”. “Em compensação, fala-se do direito geral dos homens”, mas a maioria dos privilégios dos proprietários do solo é novamente consagrada pelo Código, pois “a nobreza é declarada o principal corpo do Estado” e “os burgueses autorizados por exceção expressa dos direitos e honrarias ligados à posse de tais bens”. Uma revolução burguesa consentida e controlada, ainda mais os camponeses não mais servos da gleba, porém servos pessoais na sua dependência sem direitos econômicos e sociais.¹¹

Luís XVI, seus ministros e os assessores e áulicos tinham feito muito pior: prometeram mais que fizeram, e, o que fizeram, desorganizou mais que organizou.¹²

Outra causa da Revolução Francesa: o doutrinarismo.

“Como não existiam mais instituições livres e, portanto, nem classes políticas, nem corpos políticos vivos, nem partidos organizados e guiados e que, na ausência de todas estas forças regulares, o encaminhamento da opinião pública, quando esta renasceu, coube unicamente aos filósofos, tinha-se de prever que a Revolução não seria guiada por determinados fatos particulares quanto por princípios abstratos e teorias muito gerais”. “Quem bem estudasse o estado do País poderia prever sem dificuldades que não haveria temeridade alguma, por mais incrível que fosse, que não poderia ser tentada nem violência alguma que não poderia acontecer”. Excessos de doutrinismo podem levar a extremos.

Tocqueville pormenoriza: “Quando se estuda a história da nossa Revolução, vê-se que ela foi conduzida precisamente no mesmo espírito que a fez produzir tantos livros abstratos sobre o governo. Vemos a mesma atração pelas teorias gerais, os sistemas completos de legislação e a simetria exata nas leis; o mesmo desprezo pelos fatos reais; a mesma confiança na teoria; o mesmo gosto pelo original, o engenhoso e o novo nas instituições;

11 *Idem*, pp. 187 e 188.

12 *Ibidem*, p. 174.

a mesma vontade de refazer de uma só vez toda a Constituição seguindo as regras da lógica e segundo um plano único, em vez de procurar emendá-la nas suas várias partes. Um espetáculo assustador! De fato, o que é qualidade num escritor é, às vezes, vício num estadista”.¹³

Tocqueville atribui esta propensão à ausência, ou insuficiência de tradição de auto-governo de baixo para cima, desde o município, e de uma organizada malha de instituições intermediárias entre os indivíduos e o Estado na França, ao contrário de sua diversidade e força há muito nos Estados Unidos;¹⁴ ademais da herança formalista, além de propriamente racionalista, cartesiana, na França, enquanto predominava a herança empírico-pragmática anglo-saxônica nos Estados Unidos.

Raymond Aron, em plena segunda metade do século XX, confirma o afirmado por Tocqueville cento e cinqüenta anos antes: “Os franceses têm o gosto da ideologia porque durante séculos não se puderam ocupar efetivamente com os assuntos públicos”. E com pessoal autocrítica: “Pessoalmente, sei que na época em que eu não possuía qualquer experiência do modo como se praticava a política, tinha as maiores certezas teóricas neste terreno”. “Esta é quase uma regra do comportamento político-ideológico dos indivíduos e dos povos”.

Apesar de Tocqueville descender diretamente da linha anglófila democrática de Montesquieu, mais metodológica que a de Voltaire, mais emotiva, Tocqueville “na França, porém, nunca foi objeto de interesse por parte dos sociólogos, porque a moderna escola de Durkheim se originou da obra de Augusto Comte”.¹⁵

O positivismo até sociológico vigorou nas universidades francesas durante décadas, foi Raymond Aron, então vindo da Alemanha, com novos métodos e visões, quem iniciou a quebra daquele monopólio, rumo à diversificação da Sociologia na França. O mesmo se diga, pouco antes, do impacto do kantismo, por Renouvier, Brunschvicg e outros, ainda muito teóricos.

13 ARON cita-o com muito gáudio, *op. cit.*, p. 228.

14 TOCQUEVILLE. *A Democracia na América*, *op. cit.*, pp. 66, 74, e 89.

15 ARON. *As Etapas de Pensamento Sociológico*, *op. cit.*, pp. 234 e 208.

Daí Aron percebe quanto, em toda a parte, não só na França, “os homens de letras se perderam em teorias abstratas porque não participavam na prática do governo, e portanto ignoravam seus problemas reais”.¹⁶ *Hommes des lettres* não apenas ficcionistas ou poetas, também cientistas sociais desde o início das Ciências Sociais, veja-se o contraste entre a prudência e a objetividade da *Política*, de Aristóteles, diante do utopismo, mesmo eticamente nobre e esteticamente belo, da *República* de Platão: foram perigosas e fugazes as ligações platônicas com Dionísio, tirano de Siracusa; profícuas no ânimo de Alexandre e fecundas na herança do seu império helenizante as influências do seu preceptor Aristóteles.

Tocqueville estendia o realismo à própria previsão das revoluções, no seu tempo comprovada pela sua antevisão das de 1848. Com saber de experiência feito, Tocqueville havia no entretempo chegado a deputado e ministro de Estado, ademais de extensas viagens pela Europa, sobretudo à Inglaterra, sua admiração inicial na linha de Montesquieu, e pelos Estados Unidos. Na Câmara dos Deputados da França previu as explosões revolucionárias, diante da incredulidade da maioria incorrigível em autoritarismos e ideologismos tanto conservadores quanto mudancistas; um mês depois, as duas facções, subdivididas em muitas, engalfinhavam-se em lutas mortais.

Os dois lados “seguindo os exemplos do passado sem os compreender, imaginaram tolamente que bastava convocar a multidão à vida política para uni-la à sua causa”. “Todos, portanto, impeliavam-se em um esforço comum, seja para além seja para o oposto da verdade”.

“O que não chegava a ser ridículo mas realmente sinistro e terrível era o aspecto de Paris, quando retornei. Encontrei cem mil operários armados, arregimentados, sem trabalho, morrendo de fome, mas com o espírito repleto de teorias vãs e de esperanças quiméricas. Vi a sociedade partida em duas: os que nada possuíam, unidos em uma cobiça comum, e os que possuíam alguma coisa, em uma angústia comum. Já não havia laços nem simpatias entre as duas grandes classes, mas por toda a parte a idéia de uma luta inevitável e próxima”.¹⁷

16 *Idem*, pl. 231.

17 TOCQUEVILLE. *Lembranças de 1848* (trad. do francês *Souvenirs*). São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 115, 117 e 116.

A França viveu as maiores conflagrações internas e externas da Europa durante quase um século, da Revolução Francesa de 1789 às guerras napoleônicas, Revoluções de 1830 e 1848, Guerra Franco-Prussiana e Comuna de Paris, em 1871, praticamente sem força para se imporem suas mediações democráticas.

Sim, Tocqueville acreditava e usava a luta de classes como eixo da História (“Falo de classes; só elas devem ocupar a História”); à diferença, porém, de Marx e Engels, Tocqueville negava-lhe qualquer previsibilidade. Embora expressasse desde *Democracia na América* a confiança que a busca, mesmo conflituosa da igualdade, podia servir à liberdade. Contudo, sem determinismos nem monocausalidades de qualquer tipo. Tocqueville, e não só Guizot e Thierry, anteviu o papel da luta de classes na História.

Descrendo em linearidade mesmo ziguezagueante da História (ao contrário do pretendido por Hegel, ao alegar que a História da liberdade não se faz em linha reta), Tocqueville era contra o esquematismo ideologizante redutor do socialismo a estatismo: para Tocqueville o social-político era a hegemonia da sociedade civil sobre o Estado, sociedade civil organizada pluralisticamente e de baixo para cima em liberdade.

Em *O Antigo Regime e a Revolução*, Tocqueville portanto discorda dos jacobinos e de outros grupos extremistas, que “queriam usar o governo todo-poderoso no qual sonhavam para mudar as formas de sociedade”, enquanto “outros apoderavam-se em imaginação do mesmo poder para arruinar suas bases”. Terminando por ensejarem a reação termidoriana e o bonapartismo. Na França e onde por toda parte esse tipo de conflito se repetir.

Permanecia assim a preocupação político-filosófica central em Tocqueville, a do equilíbrio, mesmo dinâmico, entre liberdade e igualdade no próprio cerne do seu pensamento e da sua ação, inclusive como deputado às vésperas das Revoluções de 1848, por ele tão bem previstas em meio ao quase geral alheamento por parte das classes dominantes e dirigentes.

Para evitar-se o extremo totalitarismo da “igualdade absoluta, uniformidade em todas as coisas, regularidade mecânica em todos os movimentos dos indivíduos, a tirania regulamentar e a completa absorção da personalidade dos cidadãos no corpo social”,¹⁸ tem-se, mais que conciliar,

18 *O Antigo Regime e a Revolução, op. cit.*, p. 149.

fazer convergirem igualdade e liberdade, porém com a igualdade como meio a serviço da liberdade, não o contrário, ele, Tocqueville, insistiu ainda mais em *A Democracia na América*. Convergência equilibrada, pois Tocqueville, discípulo e sucessor de Montesquieu, até mais que isso, acreditava firmemente na fundamental necessidade da subdivisão dos Poderes constitucionais em Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes entre si, defensores dos direitos individuais com liberdades públicas, para garantia do rodízio eleitoral no poder e a maior possível transparência responsável no seu exercício.

Já voltam à tona as afinidades tocquevillianas com as instituições anglo-saxônicas, inclusive por viagens aos Estados Unidos e à Inglaterra, além de leituras as experiências pessoais tanto do seu gosto.

Nesse contexto se situa a admiração tocquevillianiana pelos Estados Unidos como gigantesco laboratório social-político, o maior daquele tempo. Lembre-se quais eram os Estados Unidos de Tocqueville: corria o ano de 1831 quando ele chegou, retornando à França¹⁹ no seguinte, de 9 de maio a 20 de fevereiro, pouco mais de nove meses; naquele ano já estava na presidência Andrew Jackson, desde 1829, na chamada Revolução Jacksoniana,²⁰ o primeiro homem comum a chegar à Casa Branca, estava extinta a sucessão dos aristocratas iluministas vindo de Washington e Jefferson.

Duas coisas logo se lhe apresentaram como diferentes: a organização da sociedade civil hegemônica sobre o Estado pelas eleições diretas (*self-government*) desde a base municipal até a presidência da república, neste último caso coexistindo com um colégio eleitoral, isto no plano vertical; no horizontal o municipalismo ao lado do federalismo; tudo entremeado por inúmeras instituições intermediárias entre o indivíduo e o Estado: par-

19 PIERSON, George Wilson, *Tocqueville in America*. Baltimore-Londres: The Johns Hopkins Press, 1996, reedição de *Tocqueville and Beaumont in America*. Nova York: Oxford University Press, 1938.

20 SCHLESINGER JR., Arthur M. *The Age of Jacson*. Boston-Nova York-Toronto-Lonres: Little, Brown and Co., 1945.

Gilberto Freyre observa muito bem a mudança entre estas duas fases dos Estados Unidos na sua conferência no ciclo comemorativo *O Bicentenário da Revolução Americana*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1976, p. 141.

tidos políticos, igrejas, entidades patronais e sindicatos, associações dos mais variados tipos de pais e mestres nas escolas a associações de bairro e muitas outras.²¹ Isso era novidade em 1830. Nem na Inglaterra originária das tradições estadunidenses havia tanto se desenvolvido, as sementes ainda ali frutificavam lentamente.

Arguto observador, Tocqueville pressentiu a continuação daquela revolução: mais cedo ou mais tarde viria a emancipação dos escravos, a igualdade das raças e sexos, e muito mais. Tocqueville é o anunciador dos Estados Unidos modernos e pós-modernos, tentando institucionalizar cada etapa em maior ou menor velocidade. Para isto, cumprir ser obedecida uma fundamental religião civil no sentido de Montesquieu, *O Espírito das Leis*, para realmente ter vigência o pacto social dos contratualistas desde Locke, muito antes de Rousseau.

Daí a importância vista por Tocqueville na origem da liberdade política a liberdade do pluralismo religioso, quando na Europa de 1830 ainda se debatiam ultramontanos e anticlericais em quase toda a parte.

Não deu tempo para Tocqueville ver os descaminhos, não só os caminhos desviados pelos excessos de libertinagem, sobretudo dos mais poderosos. Ele próprio decerto os previu ao definir na sua introdução a *A Democracia na América* o seu objetivo maior, indo além dos Estados Unidos, portanto, se alçando a cientista social pela generalização, porém, sem simplismo, pois baseada em observações vindas das suas análises sobre a Revolução Francesa: “Na América vi mais que a América”; ali ele verá a mesma paixão pela igualdade e a liberdade que em antigas culturas, comprovando sua universalidade.

Pessoalmente marquês, católico praticante e monarquista, Alexis de Tocqueville é o maior defensor da Revolução Conservadora democrática, a partir do modelo da Revolução Americana, enquanto Bismarck e Napoleão III, mesmo discordando entre si por motivos nacionais, o são pelo caminho autoritário. Joaquim Nabuco, conhecendo estas várias propostas,

21 *Vide* nota 14. De Ricardo Vélez RODRÍGUEZ a síntese “O Liberalismo Democrático segundo Alexis de Tocqueville (1805-1859)”. *Cultura (Revista de História e Teoria das Idéias)*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. X, 1998.

prefere o parlamentarismo monárquico vindo da reconciliação da Revolução Inglesa de 1688.

Nabuco não se detém em Tocqueville, também socialmente vai adiante do Alexis de Tocqueville cético em relação ao futuro democrático dos índios²² e negros²³ nos Estados Unidos; já Nabuco viu e apontou as limitações daquela democracia hostil aos “emigrantes analfabetos”, e aos do México e Caribe, e desejou também ali a miscigenação de etnias, para completar a construção de um mundo novo.²⁴

Em *Um Estadista do Império* aponta afinidades do pai com Tocqueville, mas em favor da abolição da escravidão nas colônias francesas.²⁵ Era o Alexis de Tocqueville que lhe interessava, interpretação dos Estados Unidos Joaquim Nabuco preferira lá apreender diretamente. O fato de não citar *A Democracia na América* não implica que não tivesse lido, Nabuco poucas vezes cita livros de autores.

Numa época de maioria também da população brasileira trabalhando na agricultura como camponesa e escrava, a Questão Social era, portanto, principalmente agrária e abolicionista.

22 TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América* (trad. do homônimo francês). São Paulo: Livraria Martins Fontes Edit., 1998, pp. 374-378 e 392-419.

23 *Idem*, pp. 378-393.

24 *Minha Formação*, *op. cit.*, pp. 146 e 158.

25 *Um Estadista do Império*, *op. cit.*, Tomo II, p. 1124. “O seu molde (do pai) é anglo-saxônico, ele não abrangia entre os sistemas políticos a teimosia diante do irreparável”. O Conselheiro Nabuco de Araújo teria conhecido “na obra de Perdigão Malheiro (*A Escravidão no Brasil*) o grande manancial onde todos foram se prover”, “que contém os projetos até então apresentados em matéria de escravidão ou nos trabalhos das comissões francesas de que foram relatores Tocqueville e o Duque de Broglie...” (Tomo I, p. 728). Joaquim Nabuco referia-se ao texto tocquevilleano traduzido ao português, *A Emancipação dos Escravos*, depois traduzido em Campinas, São Paulo: Papyrus Editora, 1994.

.....

Joaquim Nabuco e Alexis de Tocqueville

Joaquim Nabuco, capaz de distinguir o que há de democrático nos Estados Unidos e lá na juventude já residente, pouco se refere a Alexis de Tocqueville, sequer uma única vez nos seus discursos em favor do federalismo no Brasil, embora numa monarquia, a federativa.¹ Em discursos de defesa disto, Nabuco evoca, porém, o maior adepto de Tocqueville no Brasil, Tavares Bastos, o qual recorre a brasileiros, além de Tocqueville, ao admitir a possibilidade de monarquia federativa no Brasil: “nós voltamos a um ponto de partida bem distante, o fim do reinado de Pedro I, queremos como então queriam os patriotas da Independência democratizar as instituições”.² Só em *Um Estadista do Império*, a propósito do pai, aparecem referências a Tocqueville.

Diante das acusações de estrangeirismo, Tavares Bastos dizia: “Responderemos apresentando, uma a uma, não conforme uma teoria preconcebida, mas segundo os traços que nos legaram os estadistas de 1831.

1 *Vide* os discursos de Joaquim NABUCO em 14 de setembro de 1885 e 8 de agosto de 1888. *Discursos Parlamentares* Perfis Parlamentares 26. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983, pp. 410-420 e 426-428.

2 *A Província (Estudos sobre a Descentralização no Brasil)*. Rio de Janeiro: L. Garnier, 1870, p. 110.

Tal é o nosso método. Em vez de oferecer reformas sem filiação histórica, preferimos inspirar-nos nas tradições de um passado memorável”.³ Nabuco não estava sozinho neste espírito.

O Ato Adicional de 1841 reformara a Constituição de 1824, com a entrega de atribuições e competências às Assembléias Provinciais, o Partido Liberal não cessará de reivindicar mais descentralização horizontal, ao lado da vertical do Poder Moderador do Imperador para o Parlamento, na linha de “o Rei reina, mas não governa”, com Zacarias de Góes e Vasconcelos, seu expoente máximo;⁴ Braz Florentino, o adversário maior.⁵

Tavares Bastos, freqüente viajante à Europa, nunca foi aos Estados Unidos; já Nabuco lá esteve quase três anos (1876-1878) desde início de carreira diplomática. Pessoalmente até por dentro da política em Washington, Joaquim Nabuco vira as conseqüências da mudança estadunidense após a chamada Revolução Jacksoniana, durante o mandato presidencial de Andrew Jackson, o primeiro homem comum vindo socialmente de baixo à Casa Branca, após a geração dos Pais Fundadores da Pátria, aristocráticos grandes proprietários rurais. Depois do mandato de Jackson (1829-1837) começava outra fase na história dos Estados Unidos, elitismo daí em diante cada vez mais misturado ao populismo. Outros Estados Unidos, diferenciando-se do de Tocqueville.

O período de permanência diplomática de Joaquim Nabuco ali (1876-1878) coincide com o início do mandato presidencial de Rutherford B. Hayes (1877-1881).

Pouca gente sabe que as eleições estadunidenses para cargo executivo, inclusive à presidência da República, ocorrem por via dupla; se, porém, houver divergência entre os dois resultados, predomina o do colégio eleitoral. A explicação é federalista: o colégio eleitoral tem uma representação proporcional menos desfavorável aos estados com menor população, que a da própria Câmara de Deputados assim compensando um pouco

3 *Idem*, p. 110.

4 GÓES E VASCONCELLOS, Zacarias. *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*. 3ª ed., Brasília: Senado Federal, 1978.

5 SOUZA, Braz Florentino Henrique de. *Do Poder Moderador (Ensaio de Direito Constitucional)*. 2ª ed., Brasília: Senado Federal, 1978.

mais a votação das mais populadas unidades da federação. Isto se repete dentro de cada estado em relação aos municípios em favor do mesmo princípio compensatório.

Na prática houve dois casos de presidente perdendo a eleição direta e ganhando a indireta, no século passado; muito se discute se hoje seria aceita esta predominância do colégio eleitoral no caso de alguém derrotado majoritariamente pelo povo na sociedade urbanizada, massificada e tão sensível às violações da sua vontade, do tipo em que se tornou a industrial e pós-industrial sociedade civil organizada dos Estados Unidos.⁶

Hayes (1877) tinha sido consagrado por apenas um voto pela comissão julgadora de sua vitória no colégio eleitoral. Nabuco chegara aos Estados Unidos um ano antes e sairá um ano depois. Preferiu ficar em Nova York, onde podia assistir melhor a crescente mobilização popular, até populista, desencadeada antes por Jackson, a chamada Revolução Jacksoniana. Mobilização desembocando no Congresso Nacional em Washington. Com autorização do Barão de Carvalho Borges, titular da Legação do Brasil, Nabuco transitava entre as duas cidades, dois mundos, o da capital do Estado e o da capital da sociedade civil.

A vitória de Hayes, sobre Tilden, muito discutível, no colégio eleitoral, foi um escândalo. Nabuco testemunha: “Ele chegou ao poder por fraudes eleitorais sem exemplo, empurrado até à Casa Branca pelos *carpet-baggers* do Sul e *wire-pullers* do Senado, depois de uma campanha de que os empregados públicos fizeram os gastos: deve, assim, a sua eleição, ou melhor, o seu posto, a um sem-número de *politicians* de todos os matizes, desde os fabricantes de atas falsas até os juizes da Corte Suprema, que as apuraram. Chegando ao poder, porém, tem vergonha de tudo isso e se torna ele o representante da pureza administrativa e eleitoral” (*sic*).⁷

Joaquim Nabuco principia a distinguir os matizes, como ele os chama, da sociedade estadunidense: “Isto não quer dizer que na política americana não haja um tipo muito diferente do *politician*, ou como os

6 BEST, Judith, *The Case Against Direct Election of the President (A Defense of the Electoral College)*. Ithaca-Londres: Cornell University Press, s.d.

7 *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal, 1998, pp. 129, 134 e 135.

antigos chamariam, de demagogos; que, ao lado da consciência elástica, insensibilizada para todas as espécies de fraude, de corrupção, de chicana, como males inevitáveis da democracia, não existiam a honra, o decoro, a imaculabilidade. Há homens na política respeitados por todo o país, e que ambos os partidos reputam incapazes da menor indelicadeza no que toca à honestidade pessoal”.

Há um fator regente deste aparente caos, “a opinião pública”, como uma faca de dois gumes: por um lado, o permanente devassamento da vida íntima dos políticos, de outro a consciência cívica dos seus limites.

Num quadro escrito em diário pessoal por Nabuco, aproveitado para o livro *Minha Formação*, datado de 1876-1878, Joaquim Nabuco faz comentários de extraordinária perenidade sobre a política estadunidense como se fosse a de fins do século XX e virada do XXI nos escândalos do Presidente Bill Clinton: “Para a reportagem não existe linha divisória entre a vida pública e a privada. O adversário está sujeito a uma investigação sem limites e sem escrúpulos, e não ele – somente – todos que lhe dizem respeito. Se um candidato à presidência tiver tido na mocidade a menor aventura, terá o desgosto de vê-la fotografada, apregoada nas ruas, colorida em cartazes, cantada nos *music-halls*, por todos os modos e invenções que o ridículo sugerir a parecerem mais próprios para captar o eleitorado.

“Mas (a opinião pública) não é uma força de uma energia incalculável, que atiraria pelos ares tudo o que lhe resistisse, partidos, legislaturas, Congresso, Presidente”.

Pois “o espírito prático”, “o espírito de transação” anglo-saxônico, o qual permeia suas instituições, impede a auto-destruição. “É o país prático por excelência, e que tem a admirável qualidade de, bem ou mal, governar-se a si mesmo”. “O Governo tem uma capacidade limitada de fazer mal; a parte de influência e de lucros que a nação abandona à classe política está circunscrita a uma escala móvel, isto é, proporcional ao rendimento público, o que permite à profissão vantagens crescentes e progressivas, mas como quer que seja, está circunscrita; a nação deixa-se dividir em partidos, forma e manobra em campos eleitorais, e, apesar da massa das abstenções, acompanha os maus administradores dos seus interesses; mas todos sentem que de repente a opinião pode mudar, tornar-se irresistível, destruir tudo”, no sentido dos projetos pessoais dos políticos, mantendo,

porém, as instituições.⁸ Por isso foi que o Presidente Hayes soube conter-se, ou viu-se contido, em seus esquemas de corrupção pela opinião pública. Ele e outros.

Joaquim Nabuco incluiu suas experiências políticas dos Estados Unidos entre muitas outras pessoalmente importantes, em especial para a busca de apoio da opinião pública estadunidense ao movimento abolicionista brasileiro.

É o que se vê na carta a ele enviada por Wendell P. Garrison, de Nova York, em 9 de janeiro de 1888, propondo-lhe que fizesse *lobby* no Congresso Nacional americano: “V. poderia obter as assinaturas de praticamente todo o nosso Congresso mas individualmente”; “Em todo caso no lugar de v., não perderia tempo para ir a Washington e entrar em contato com os principais senadores e deputados: posso facilmente estabelecer contatos com eles”.⁹ Não foi mais necessário, a Abolição veio ainda no mesmo ano.

Wendell Philipps era filho de William Lloyd Garrison, destacado abolicionista estadunidense. Garrison pai percorrera brilhante e fecunda carreira de abolicionista. De origem paupérrima, começou como tipógrafo, daí passou a jornalista, convertido pelo precursor abolicionista Benjamim Lundy logo em recíprocas discordâncias: Lundy era gradualista e queria que os ex-escravos saíssem dos Estados Unidos, algo como na idéia de fundação da Libéria, na África, com apoio até de determinados setores do movimento emancipacionista negro americano; Garrison exigia emancipação imediata e liberdade de escolha dos libertos sobre a permanência, ou não, nos Estados Unidos.

Veio a triunfar a linha de Garrison através do seu jornal *Liberator*, de pequena a grande circulação nacional. Garrison também foi à Inglaterra solicitar o apoio internacional do grande abolicionista britânico William Wilberforce, que lhe foi imediatamente solidário.

A total abolição da escravatura por Lincoln teve deste o reconhecimento da importante contribuição de Garrison, seu filho promotor de campanhas de intensa repercussão contra o imperialismo colonialista da época e em favor do voto feminino, livre imigração e imposto único. Ou-

8 *Idem*, pp. 143, 142, 125, 124, 134 e 145.

9 Original em inglês no arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, PE.

tro filho, dirigiu a seção literária do jornal novaiorquino *Nation*, onde continuou a prestigiar os adeptos das idéias do pai e do irmão.

Joaquim Nabuco participava do pensamento de Garrison pai e de mais um estadunidense de relevo na época, Henry George, defensor do socialismo agrário, segundo o qual a terra pertencia a todos, mas, por motivos práticos de produtividade, deveria ser confiada aos que por ela pagassem um imposto único destinado à sociedade inteira, imposto cobrado sobre estas terras na realidade arrendadas pelo Estado em nome do povo, seu final e permanente proprietário e fiscal do seu uso através do Estado democrático. Idéias apresentadas por Henry George no seu livro *Progresso e Pobreza* (*Progress and Poverty*), 1879, de enorme repercussão inclusive no Brasil. O autor chegou a candidatar-se a prefeito de Nova York, recebendo considerável votação e só não ganhou dada a união dos dois maiores partidos, Democrata e Republicano, contra ele, o que denota o grau de preocupação despertado.

Joaquim Nabuco – que declarara indispensáveis a reforma agrária¹⁰ e a educação dos libertos¹¹ para consumação da abolição formal jurídica da escravatura – foi adiante, tornou-se adepto do próprio socialismo agrário de Henry George.¹²

Nas suas literais palavras: embora lhe parecesse muito inviável “a nacionalização do solo” sem indenização aos atuais proprietários, recorresse à violência, mesmo para extinguir o que também Nabuco reconhecia como “a miséria, que é a lepra da civilização”, admitia “que no futuro, com o aumento progressivo da população seja constituído em propriedade pública inalienável”.

A dificuldade já no seu tempo era a corrupção burocrática da “retirada dos capitais”, “incerteza da posse”, “arbitrário da divisão oficial do solo a parcelas”, “dando lugar à criação de classes parasíticas e nômades no seio de uma agricultura dependente do favor dos homens políticos”.

A análise nabuqueana chega a ser de um realismo profético.

10 Discurso em 14 de setembro de 1885. *Discursos Parlamentares*, op. cit. p. 367.

11 *Minha Formação*, op. cit., p. 221.

12 *Henry George (Nacionalização do Solo. Apreciação da Propaganda para Abolição do Monopólio Territorial na Inglaterra)*. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux, 1884, pp. 3 e 6-9.

O que não o impede de continuar profético também moralmente: “Utopias generosas, entretanto, nunca fazem mal. O que elas têm de impraticável fica esperando indefinidamente pela sua hora; mas o sentimento que as inspirou, e os impulsos que elas criam, concorrem sempre para realizar algum bem”, “esse novo evangelho da democracia socialista anglo-saxônica”, o de Henry George.¹³

Em 1884, data do seu livro *Henry George (Nacionalização do Solo. Apreciação da Propaganda para Abolição do Monopólio Territorial na Inglaterra)*, Joaquim Nabuco ia adiante do liberalismo do seu pai, o Conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo, ao qual tanto professava admirar,¹⁴ e retoma mesmo a linha do socialismo da insurreição praieira de 1848, quando, nas suas palavras de analista, “A política complicava-se com um fermento socialista”. “Não se pode deixar de reconhecer no movimento praieiro a força de um turbilhão popular”. “O povo julga o seu direito tão extenso como sua vontade, sobretudo quando luta com as classes que se servem de delongas infinitas da lei para conservarem os seus privilégios e perpetuarem seus abusos”.¹⁵

Interessante, até muito significativo, ter Joaquim Nabuco encontrando nos Estados Unidos, no socialismo agrário de Henry George, a sua inspiração socialista, tão liberal anglófico era Nabuco, ao modo de vários dos estadistas do Império. Socialismo agrário dando o toque mais profundamente social ao liberalismo nabuqueano.

Também se apresenta muito sintomático haver surgido não na Europa, e sim nos Estados Unidos, o primeiro socialismo propriamente agrário. Na Europa o socialismo era principalmente operário, Engels dedicando estudos a guerras camponesas no passado; só de 1899, virada do século XIX ao XX, *A Questão Agrária*, de Kautsky. O operariado urbano na

13 *Idem*, pp. 3 e 6-9.

14 Admiração de Joaquim NABUCO pelo pai a ponto de escrever sua monumental biografia, também biografia de uma época, o Segundo Reinado, *Um Estadista do Império*. Paris-Rio de Janeiro: L. Garnier, Tomo I, 1897; Tomo II, 1898; Tomo III, 1899.

A filha, Carolina NABUCO, testemunha a admiração do pai pelo avô dela. *A Vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1985, p. 53.

15 5ª ed. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, Tomo I, pp. 106, 113 e 114.

Europa defrontava-se com uma burguesia urbana e rural, esta advinda da Revolução Francesa, portanto, tinha de se opor a ambas.

Já nos Estados Unidos, a intensa mobilidade vertical urbana de ascensão social, e horizontal de mudança de cidade a cidade, conforme suas sucessivas inserções na Revolução Industrial, dificultavam um choque revolucionário frontal, facilitando soluções reformistas pontuais.¹⁶ O campesinato – deixado para trás, antes da agricultura estadunidense também se industrializar – a inicial postergação do campesinato ali inspirou o socialismo de Henry George. Numa época de maioria no campo lá e no Brasil, onde também os primeiros movimentos socialistas ignoraram, ou subestimaram, os trabalhadores rurais.

O jornal recifense *A Verdade*, adepto da ala radical da Praia, escrevia nas vésperas do levante, 21 de agosto de 1848: “Nós não podemos deixar de ter escravos, e só com o tempo, e com a introdução de colonos europeus, se pode ir acabando pouco a pouco, e sem que se sinta de repente a sua falta; por isso, a igualdade que proclama a República não pode ser entre nós para os escravos, e, quem deseja o governo republicano no Brasil não pode querer acabar a escravatura, porque será isto o mesmo que aniquilar a República”.

O problema para os revolucionários brasileiros vinha de longe.

Os rebeldes de 1817 chegaram a libertar um certo número de escravos, “no intuito de aumentar seu pessoal combativo”, porém, com isto, afastaram certos setores de proprietários rurais mais desconfiados. Nas palavras de Oliveira Lima: “Os senhores de escravos não podiam ver com bons olhos este emprego de negros em defenderem a liberdade, e os doutrinários da revolução não podiam dispensar o apoio daquele elemento conservador.”.¹⁷

16 Seymour Martin LIPSET já tratara do assunto brevemente no seu *Political Man*, 1959, trad. ao português como *O Homem Político*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 39, e desenvolveu-o nas memórias intelectuais “Steady Work (An Academic Memoir)”. In: *Annual Review of Sociology*, nº 22, 1996.

17 LIMA, Oliveira. Anotações à terceira ed. TAVARES, Mons. Muniz *História da Revolução Pernambucana*. Edição comemorativa do 1º Centenário da Revolução. Recife: 1917, pp. 238 e CCIII-CCVI.

Muniz Tavares, participante e analista de 1817, explica: “O coração sincero daqueles patriotas não valeu-se de subterfúgios no anúncio da verdade, com toda a solenidade proclamou que em ceder fazia o máximo de sacrifícios. Basta este ato do Governo Provisório para perdoar-lhe os seus erros.”. E diante dos que ainda temiam seu implícito abolicionismo, só esperando a vitória revolucionária para dar outros passos adiante, “o governo perdoa uma suspeita que o honra.”.¹⁸

Por sua vez o povo esteve atento por entender: “Não obstante a sua ignorância, o povo soube compreender em parte o sentido da revolta e acompanhou-o”. “Regimentos (negros) de Henriques e de pardos fraternizaram com os brancos na implantação da república. As medidas democráticas estabelecidas e sobretudo o interesse do governo pela solução da Questão Servil foram alimentos decisivos para a participação popular. Houve até momento em que causou receio às classes conservadoras a tendência radical que ia assumindo a Revolução”.¹⁹

Os movimentos populares de massa mais espontâneos – cabanadas e cabanagens em Pernambuco ou Pará – tiveram de enfrentar dificuldades ainda maiores inclusive quanto às conexões com outras classes sociais em favor da revolução.

Joaquim Nabuco – vindo de região, a nordestina, de maior incidência de rebeliões populares, não só de intelectuais vanguardistas no espírito da época – Nabuco sentiu, mais que ninguém, a necessidade de contribuir à convergência dinâmica das duas direções. Seu abolicionismo, além da liberal emancipação formal jurídica, por importante que também fosse, completava-se na visão e reivindicação sociais mais amplas e mais profundas de reforma agrária²⁰ e educação do liberto,²¹ chegando às portas do socialismo, mesmo com as limitações de Henry George na época.

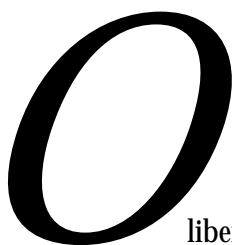
18 *Idem*, pp. 238 e CIII-CCVI.

19 QUINTAS, Amaro. *A Revolução de 1817*, 2ª ed., Rio de Janeiro-Recife: Livraria J. Olympio Editora – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1985, p. 142.

20 *Vide* nota 10.

21 *Vide* nota 11.

Whigs *Britânicos e Brasileiros*



liberalismo brasileiro do século XIX tem uma fonte inglesa, ao lado da francesa. Vejamos diretamente a história da liberdade britânica, também de intensa repercussão entre nós.

Os aparentemente tão aristocráticos termos políticos britânicos para conservadores, *tories*, e liberais, *whigs*, nada têm de cavalheirescos, são pejorativos das paixões partidárias da época.

Originariamente os *tories* eram católicos irlandeses adeptos da dinastia Stuart; *whigs* os presbiterianos escoceses outro tanto dos Hanovers sucessores da Rainha Ana, cujos filhos haviam falecido antes de subir ao trono.

Enquanto os *tories* demoravam para aceitar a supremacia do Parlamento sobre o monarca, os *whigs* foram os primeiros a defender o princípio “o Rei reina, mas não governa”. John Locke, o principal teórico do que veio a ser a doutrina da *praxis whig*. Shaftesbury, seu inicial líder, de início fora, depois dentro do Parlamento,¹ após a superação da maior parte das resistências vindo das lutas entre Coroa, os Stuarts, e o Parlamento, Cromwell, até a exaustão dos contendores e conciliação de 1688, por isso chamada de Revolução Gloriosa, *Glorious Revolution*. Afinal de contas,

1 JONES, J. R. *The First Whigs*. Londres: Oxford University Press, 1961, pp. 6, 214, 215, 2 e 3.

Cromwell, emergindo do Parlamento, também acabara se transformando em ditador.

Whigse e *tories* não eram, porque não podiam ser, partidos políticos no moderno sentido da palavra, naquele tempo havia facções, nem assim menos fortes; a organização que lhes faltava começou a ser dada por Shaftesbury, através da criação de diretoria, programa doutrinário e mesma plataforma eleitoral.

Estranha figura, a de Shaftesbury.

Por mais difícil que seja classificar o passado, Shaftesbury muito se aproximava do que após se denominou populista: um aristocrata capaz de mobilizar as massas com discursos só aparentemente revolucionários, porque, ao fim e ao cabo, sempre pronto a acordos. De qualquer modo, Shaftesbury era rigoroso disciplinador das multidões que o ouviam e seguiam-no. Durante o auge da sua carreira política, nenhum rival conseguiu desafiá-lo à altura. Locke entre seus admiradores e amigos, fiel até o fim.

O Rei, com ajuda dos *tories*, terminou prendendo Shaftesbury, sob a mais perigosa das acusações, a de traição à pátria, então sinônima da dinastia reinante. A Câmara dos Lordes, dominada pelos *tories*, invocava precedência hereditária sobre o critério eleitoral da representação da Câmara dos Comuns, na qual os *whigs* eram maioria. Esta questão tornou-se naturalmente um dos pontos de divisão entre *whigs* e *tories*, pouco a pouco vindo a chamar-se liberais e conservadores. Na realidade os dois grupos surgem simultaneamente, a tal ponto se cruzam as origens de ambos.

Shaftesbury não viveu o suficiente para presenciar a ascensão do partido por ele tão decisivamente impulsionado desde o berço. Faleceu no exílio em Amsterdam, 1683.

O partido *whig* dividiu-se, perdeu eleições em cidades, inclusive Londres, embora se mantendo forte na Câmara dos Comuns, o que não satisfazia sua ala radical, os Niveladores, *Levellers*, persistentes revolucionários republicanos com raízes remontando às guerras civis anteriores à grande reconciliação de 1688.²

A perseverança *whig* terminou por compensar.

2 *Idem*, pp. 212, 213, 16, 17, 190, 183, 33, 209, 200, 201, 204, 206, 14 e 15.

Outra mudança de dinastia deu sua parte de contribuição à mudança. Stuarts católicos e Stuarts protestantes haviam terminado por dividir a Família Reinante, aqueles sucedidos por estes e estes sem mais sucessores após o falecimento da Rainha Ana, em 1714. Recorreu-se então a um primo de outra dinastia, os alemães Hanovers, na pessoa de George I. Apegado aos costumes de origem, sempre se recusou a sequer aprender inglês, muito menos as instituições britânicas, teve de confiar num ministro para coordenar, mesmo para dirigir os outros. Foi a origem do cargo propriamente de Primeiro-Ministro, outra fundamental etapa na história do primeiro parlamentarismo. Também no Brasil ele se fará por etapas

Claro que antes já existiam lá e cá primeiro-ministros de fato, numa linha levando historicamente às suas cada vez maiores prerrogativas, mas, o que parece à primeira vista um mero episódio até anedótico, na realidade contribuiu para apressar o processo. Sir Robert Walpole (não confundi-lo com o escritor Horace Walpole, embora também haja livros do outro), aquele Walpole costuma ser identificado como o primeiro dos realmente primeiros-ministros e de 1721 a 1742, nada menos de vinte anos para firmar-se no posto. Não por acaso Sir Robert Walpole continua recebendo o reconhecimento desta sua prioridade histórica.³ E mais: é declarado o primeiro grande *whig*, principal responsável pela transformação do *whiggism* em primeiro grande partido de governo, estável e estabilizador.⁴ Também no Brasil o Partido Liberal precederá o Conservador enquanto tal; até então os conservadores simplesmente conservavam: a inovação partidária cabe aos liberais.

O que era, no começo, um *whig*?

O *whig* típico, uma média dos vários liberais britânicos, de liberais conservadores a democratas liberais radicais inclusive com pontos de contato com os socialistas, um médio *whig* era descendente direto dos combatentes práticos e teóricos das lutas entre Coroa e Parlamento desde os tempos dos Stuarts e Cromwell, até a Grande Conciliação mas em termos

3 BLAKE, Sir Robert. *The Office of Prime Minister*. Londres: Oxford University Press – British Academy, 1975, pp. 5-8.

4 MITCHELL, L. G. *Charles James Fox and the Desintegration of the Party*. Londres: Oxford University Press, 1971, p. 1.

de consagração da democracia representativa parlamentar, na, por isso denominada, Revolução Gloriosa em 1688.

O seu ideólogo maior: John Locke, de quem muito bem afirmou Basil Williams, professor da Universidade de Oxford, numa excelente síntese: “Não é exagero dizer que na esfera política o inquestionável domínio das idéias políticas de Locke fornece o mais óbvio elo de unidade para este período. Pois tanto a teoria quanto o sistema de governo durante os primeiros dois Georges (da nova dinastia de Hanover introduzida então na Grã-Bretanha) foram um direto resultado do Acordo da Revolução, o qual nunca teria tido a importância à qual alcançou nos anos seguintes, se não fosse pela interpretação dele por Locke”.⁵

Ainda mais importante que o lockeano *Second Treatise on Civil Government (An Essay concerning the True Original, Extent, and End of Civil Government)*, é sua *Carta sobre a Tolerância (Letter on Toleration)*,⁶ na realidade um manifesto em favor da tolerância religiosa e política, tão intimamente ligadas na época. O tempo confirmaria ser esta inicial união fundamental para todos os demais direitos individuais e liberdades públicas.

Locke logo fez escola; Hume também na Filosofia, Blackstone no Direito, Adam Smith na Economia, dentre muitos outros.⁷ Os lockeanos passaram a florescer e a transformar-se criativamente da Inglaterra para o mundo em geral.

O relativismo empiricista anglo-saxônico, remontando ao nominalismo de Occam já na Idade Média e empirismo de Bacon no Renascimento, continuou crescendo no século XVII com Locke e no XVIII com Hume, este levando a tolerância relativista política lockeana ao próprio ceticismo epistemológico, aplicado na Política como defesa da liberdade de imprensa, menos perigosa na prática que a censura, mesmo que esta fosse a melhor intencionada possível, porque suscetível de cair em mãos piores que as dos censurados, sem ninguém mais conseguir reagir. Raciocínio concisamente desenrolado nos seus *Essays (Moral and Political)* de 1748.

5 WILLIAMS, Basil. *The Whig Supremacy*. Oxford: at the Clarendon Press, 1987 (1ª ed. em 1962), p. 3.

6 *Idem*, pp. 4 e 6.

7 *Ibidem*, p. 6.

Sir William Blackstone escreverá também no século XVIII os todavia hoje considerados modelares *Comentários às Leis da Inglaterra* (*Commentaries on the Laws of England*), aulas pronunciadas em Oxford, 1758, com publicação em 1765.⁸

Houve então todo um florescimento político, econômico e intelectual levando vários importantes historiadores a declarar uma “supremacia” *Whig* a partir da Grã-Bretanha com irradiação universal.⁹

Na Filosofia o relativismo de Berkeley só não chegou ao solipsismo porque recorreu em última instância à Teologia; na poesia: Dryden, Pope; na novela: Swift, Defoe, Addison, Steele, Sterne, Richardson, Fielding; nas memórias íntimas: Horace Walpole e acima de todos o tornado proverbial Dr. Samuel Johnson e seu fiel secretário e comentador Boswell. Todos da era do apogeu *whig*.

E não só nas Humanidades, também na Física (os discípulos de Newton: o astrônomo Halley, descobridor do meteoro famoso, William Gilbert com seus pioneiros estudos sobre a eletricidade, o próprio Benjamin Franklin nos nascentes Estados Unidos com sua Física reconhecida na Grã-Bretanha, não, porém, suas opiniões políticas, apesar de originárias do *whiggism* e dele sempre muito próximas, levando-as às últimas consequências na reivindicação da independência do seu País).

Idêntico florescimento na Química (Hales, Black, Roebuck indo pragmaticamente a conexões comerciais das suas descobertas); na Botânica, com a vinda de Linnaeus à Inglaterra sob patrocínio dos reis, também interessados em trazer Handel, que não só lá produziu as suas maiores composições, quanto ali fez escola renovando a música britânica.

Em decorrência das pesquisas na Química e Botânica, a Medicina fez então outros tantos consideráveis desenvolvimentos.

Não esqueçamos a própria Religião.

John Wesley efetuou na Igreja Anglicana o equivalente da Reforma Protestante por Lutero e Calvino diante da Igreja Católica. Wesley – com seu rigorismo metódico bíblico e ético, daí ser chamado de metodismo

8 *Ibidem*, pp. 56 e 57.

9 *Vide* WILLIAMS, *The Whig Supremacy*, *op. cit.*, e de H. T. DICKINSON sob o mesmo título, todos remontando ao pioneiro *The Whig Supremacy* clássico de Sir Lewis NAMIER.

– Wesley teve grande acolhida popular e possuía grande talento simultaneamente de orador e organizador. Wesley não hostilizara diretamente o anglicanismo, este preferiu também não hostilizá-lo, portanto moderação recíproca, comportamento típico *whig*, assim a Reforma Metodista foi a seu modo a Reforma Religiosa do *whiggism*, o liberalismo na Religião, liberalismo conservador, mais moralista que místico. Wesley evitou que a crise política chegasse à Igreja Anglicana, ao induzi-la pacificamente e por dentro a aceitar o pluralismo teológico.

Os *whigs* e os reis George, da dinastia Hanover, criaram nesta época a Biblioteca e o Museu Britânico (*British Museum*), e muito incrementaram as academias de Ciências e Humanidades da *Royal Society*.¹⁰

Os vinte e um anos de Primeiro-Ministro propriamente dito de Robert Walpole, Sir Robert – não confundi-lo com o Horace ou Horatio Walpole escritor, embora Robert Walpole também tenha escrito livros – aquelas duas décadas foram decisivas para o florescimento do parlamentarismo da Grã-Bretanha ao mundo. Esta forma de governo vinha em gestação desde a Magna Carta medieval de 1215, mas num processo muito lento, orgânico, supremacia do Parlamento sobre a Coroa reivindicada pela baixa nobreza contra a alta nobreza, que abusara do poder em cumplicidade com o Rei. Aperfeiçoamentos daí em diante tão lentos, que levando à ruptura do Parlamento com a Coroa dos Stuarts, em 1642, decapitação do Rei Carlos I, ditadura porém de Cromwell, que usara o Parlamento para depois expurgá-lo e controlá-lo.

Não sendo transmissíveis as lideranças carismáticas, o filho de Cromwell não conseguiu manter-se no poder, retornou então Carlos II, filho do I, como herdeiro da legitimidade tradicional monárquica, o que também obviamente faltava ao filho de Cromwell. Tudo isso em meio a tumultos e guerras civis e religiosas.

O cansaço, não aliviado por tréguas sempre rompidas, levou enfim ao Grande Acordo de 1688, daí cognominado de Revolução Gloriosa, ensejando a deposição do mesmo assim autoritário Jaime II, sucedido por dois príncipes convocados do estrangeiro, Guilherme de Orange, da

10 WILLIAMS, *op. cit.*, pp. 90, 92, 424-431, 378-389 e 414-417.

Holanda, e sua esposa Maria, filha de Jaime II. Estava mantida a sucessão dinástica, chegando ao ponto de conseguir conciliar a hereditariedade dos Stuarts, ora anglicanos, ora católicos, com a presença simultânea no trono de um príncipe calvinista. Reinaram juntos sob os nomes de William III e Mary II.

A Revolução de 1688, muito além de solucionar uma questão de governo, confirmou e ampliou princípios doutrinários democráticos liberais de divisão e interdependência de Poderes constitucionais, dando outro largo passo na direção do parlamentarismo como modelo local pouco a pouco irradiando sua influência de inspiração noutros países. E também abriu as portas para os direitos sociais, ao garantir liberdades públicas para reivindicá-los diante dos direitos individuais, sem contudo feri-los no essencial estabelecido desde 1215 na Magna Carta: o *habeas corpus* e o mandado de segurança, muito subestimados em épocas de estabilidade política, muito valorizados nas fases de estado de exceção ditatorial, não só autoritaria em geral.

Este comportamento empírico pragmático britânico também na Política, remontando epistemologicamente ao nominalismo medieval de Occam e ao empirismo renascentista de Francis Bacon, voltou a ser decisivamente convocado na sucessão de Guilherme e Maria, sem filhos, indo ao trono a irmã desta, a Rainha Ana, também sem descendência direta. Então foi que se viu convocado, para sua própria surpresa, um pacato pequeno príncipe alemão, da modesta aparentada dinastia dos Hanovers, o qual não estava sequer interessado em trocar suas provincianas comodidades pelo incômodo, porque então muito turbulento embora importante, Reino Unido da Grã-Bretanha, ainda profundamente desunido por conflitos sócio-econômicos e político-ideológicos.

Apesar de tudo, venceu a tradição cultural empírico-pragmática anglo-saxônica e foi convocado o tal príncipe alemão, sob o título de George I, tão relutante em aceitar que sequer aprendeu o idioma, nem as instituições britânicas, preferindo deixar tudo por conta do Primeiro-Ministro daí em diante de direito, quando até então só existia de fato, à mercê dos caprichos monárquicos e tumultos parlamentares. Robert Walpole, por isso honrado como *Sir* pelo Rei e Parlamento, conseguiu tornar-se o inicial Primeiro-Ministro propriamente dito da Grã-Bretanha, com poderes cada

vez mais autônomos, só em última instância dependentes do Parlamento e Coroa.¹¹ Por incrível que pareça, a sistemática omissão pessoal administrativa e política de um Rei estrangeiro contribuiu profundamente para o Parlamento assumir maiores responsabilidades por cima de divergências de interesses de classe e ideologias religiosas. Muito serviram as recentes recordações das longas, intermitentes guerras civis de 1642 até a confirmada conciliação da, por isso denominada, Revolução Gloriosa de 1688, com John Locke como seu principal teórico, ao lado de outros menores.

Robert Walpole foi tão extraordinário, nos vários sentidos da palavra, que veio a ser o Primeiro-Ministro com mais tempo no cargo até hoje, nada menos de vinte e um anos. Ao seu término, deixou o cargo confirmado e sólido institucionalmente.

Além de habilíssimo em política interna e externa, Walpole foi grande administrador; a ele muito se deve o florescimento econômico ensejando aquele também magnífico florescimento cultural em praticamente todas as áreas das ciências e artes da época.

Ao longo das suas duas décadas de governo, deu persistentes provas de fidelidade criativa ao seu moderado realista liberalismo *whig*, tão sensível tanto aos direitos individuais quanto a antigas e novas liberdades reivindicatórias públicas, para isso tendo de enfrentar até conspirações e ameaças de recrudescência de tumultos. Nem por isso deixou de organizar e equilibrar as finanças do Estado, mesmo tendo de enfrentar caprichos monárquicos, pressões militares e interesses de facções parlamentares, inclusive do seu próprio partido. Reformou impostos, demitiu parasitas, combateu o nepotismo numa época em que isso parecia completamente impossível pelos privilégios aristocráticos,¹² conseguiu na Grã-Bretanha o inalcançado por Turgot e Necker, na França. Daí um dos fatores da Revolução Francesa, ao lado do crescente doutrinismo por sua vez incapaz de deter o Terror jacobino, o Termidor e o golpe militar bonapartista do 18 de Brumário, como depois Edmund Burke virá a denunciar.

Talvez o mais extraordinário na política e administração de Walpole foi sua enorme sensibilidade em favor da nascente Revolução In-

11 BLAKE, *op. cit.*, pp. 5-8.

12 WILLIAMS, *op. cit.*, pp. 181 e 186-188.

dustrial, a qual passava despercebida a todos os governantes da época. Mas recebeu um país agrícola e, ao término do seu governo, entregou-o industrializado. Nisto colaborou, muito coerente com seu liberalismo, não com subsídios diretos estatais e sim com hábil política de incentivos fiscais, novidade para aqueles tempos, mas não de todo, porque antes outros a haviam usado, e sim pela perspicácia da orientação. Daí a multiplicação da indústria têxtil, carbonífera, siderúrgica e metalúrgica, inclusive com tecnologias próprias e novas. Sem esquecer a indústria de consumo de luxo, no seu caso a porcelana Wedgwood, competindo com a italiana, a francesa e a alemã.

Nesse contexto, Walpole desenvolveu estradas e portos, ampliando os existentes e criando outros, induziu a descentralização dos investimentos de modo à Escócia e sua capital Edimburgo rivalizarem com a Inglaterra e Londres. Não por acaso Adam Smith, David Hume e outros escoceses tanto se destacaram ao lado dos demais britânicos. Walpole também não esqueceu o País de Gales e a própria Irlanda católica, a atual Dublin moderna muito lhe deve a urbanização e, para a periferia, foram orientados, não propriamente direcionados contra o liberalismo *whig* investimentos e diversificadores tratamentos de impostos.

As beneméritas visão e ação de Walpole chegaram até os nascentes Estados Unidos, então semi-esquecidas longínquas colônias, obscurecidas pelos maiores interesses comerciais britânicos na Índia, não negligenciada por Walpole, afinal de lá provinham os maiores lucros. Mas sem prejuízo para aquelas colônias no litoral do Atlântico Norte, para as quais Walpole fez as atenções britânicas se concentrarem, a fundação da Geórgia (com este nome em homenagem ao Rei da Grã-Bretanha) foi sua maior realização colonial. Filadélfia e Boston, já existentes, receberam outra especial atenção.

Para honra de Walpole e administrações britânicas anteriores, algumas colônias nos futuros Estados Unidos tinham recebido escolas tão boas quanto as da Grã-Bretanha, inclusive universidades.¹³

Walpole e os *whigs* haviam conseguido firmar um modelo e padrão.

13 *Idem*, pp. 105, 112, 113, 115-118, 120-122, 286, 122, 303, 304, 307, 309, 321 e 322.

O processo democratizador britânico é o mais longo e mais contínuo do Ocidente, mesmo com a dramática e contraditória interrupção da Revolução Inglesa de 1642 a 1688 em seus altos e baixos, avanços e recuos, sempre retomando o fio da meada do parlamentarismo monárquico. Processo iniciado pela imposição da Magna Carta ao Rei pela pequena nobreza, obrigando a alta nobreza a segui-la. Daí em diante foi uma longa marcha.

Os *whigs* passaram a concentrar-se na defesa do Parlamento e os *tories* na da Coroa, ambos sem excludências dinásticas, os primeiro-ministros sucedendo-se de um partido e de outro por eleições cada vez mais abertas, no sentido de menores exigências censitárias, até sua final extinção e advento do voto universal.

O *whiggism* projetou-se fora da Grã-Bretanha mais que o *torysm*: os conservadores britânicos mais ligados à dinastia local e à Igreja Anglicana também muito situada; já os liberais britânicos, a partir do seu líder Charles James Fox, foram buscando crescentes contatos no estrangeiro.

Durante a Revolução Francesa, Fox logo percebeu a viabilidade de utilizá-la um tanto para pressionar os reis britânicos; o *whiggism* ou *whiggery*, como era também chamado, mostrava-se capaz de contatos internacionais: Fox pronunciou discursos na Câmara dos Comuns em defesa da primeira Constituição revolucionária francesa, ainda monárquica, porém liberal-monárquica pelas influências anglófilas de Voltaire e Montesquieu, inspirando Mirabeau e seu grupo inicialmente hegemônico; contudo, a defesa dos líderes republicanos só ia até a dos girondinos, os moderados contra os extremistas jacobinos.¹⁴

Mesmo isso era demais para Edmund Burke, sucessor de John Locke como principal ideólogo liberal inglês, *whig*. Burke vinha de publicar sua *Reflexões sobre a Revolução na França* (1790). Burke havia influenciado intelectualmente o início da carreira política de Fox, mas este sentiu a necessidade de opor-se-lhe, a fim de afirmar a própria liderança. Burke também era prestigioso deputado na Câmara dos Comuns e defendera a Revolução Americana contra a repressão política, militar e diplomática conservadora *tory*, auto-incumbida de evitar até pela força a independência

14 MITCHELL, *op. cit.*, p. 6.

dos Estados Unidos, considerada por Burke uma continuação da Revolução Inglesa. O que Burke declarava demasiado era a tentativa da Revolução Francesa em romper com o passado da própria França e previa, já em 1790, os excessos de violência e retrocessos daí decorrentes: o Terror jacobino seguido pela reação do Termidor e o golpe militar bonapartista, não nestas literais palavras, porém, sim, suas auto-destuidoras contradições de implícitas a explícitas.¹⁵

A publicação das *Reflexões sobre a Revolução Francesa* (1790) marcou o afastamento entre Burke e Fox, por mais que Fox afetasse nada ter a ver com o assunto. Mas, mesmo indiretamente, a recusa burkeana aos excessos da Revolução em si, expressos na Francesa, significava um ataque público, mais que mera advertência aos que os subestimavam, alegando estar então a Revolução Francesa no início. Quando Burke já apontava os perigos inerentes à condução daquele tipo de processo histórico.

O Partido *Whig* tinha de cindir-se em burkeanos e foxeanos; foi o que aconteceu. A Revolução Francesa, repercutindo em todo o Ocidente, até além, só podia repercutir também na Grã-Bretanha, apesar de todas suas resistências conservadoras.

Líderes *whigs* foram à França visitar e apresentar solidariedade ao filósofo iluminista Helvétius, ao Marquês de Lafayette, herói de duas Revoluções, a Americana e a Francesa, e ao cientista Lavoisier, também seu adepto. Acontece que, logo depois, não só o Rei Luís XVI era guilhotinado, também Lavoisier e o poeta André Chénier, outro dos iniciais entusiastas revolucionários.

William Pitt, o chefe dos *tories*, aproveitou a oportunidade para desfechar sucessivos e crescentes ataques contra os *whigs*, em geral, especialmente contra Fox. O Velho Pitt ia ao ponto de propor refortalecimento dos poderes da Coroa e diminuição dos do Parlamento, alegadamente necessários naquele tempo de crise. Divididos os *whigs*, Fox muito desgostoso resolveu renunciar à Política, ele tinha pago um alto preço, nunca chegara a Primeiro-Ministro, só a Ministro em companhia de correligionários menos polêmicos, ou em governos de coalizão com os *tories*.¹⁶

15 Desde 1982 está traduzido ao português pela Editora da Universidade de Brasília o livro de Edmund BURKE, *Reflexões sobre a Revolução em França*, do homônimo inglês.

16 MITCHELL, *op. cit.*, pp. 158, 165, 166, 168, 152, 154, 215, 233 e 234.

Voltava a subir a estrela dos Pitt, pai e filho: após alguns breves governos de transição, o Velho Pitt havia sido Primeiro-Ministro por quase um ano (1756-1757), quatro de 1757 a 1761, três de 1767 a 1770, cabendo ao conciliador Lord North doze anos (1770-1782) ao lado de outras figuras, até o Jovem Pitt, muito mais competente e enérgico que o próprio pai já tão duro no seu nacionalismo conservador, chegar a comandar a Grã-Bretanha nas guerras contra a Revolução Francesa e Napoleão Bonaparte de 1783 a 1801 e de 1804 a 1806. Sucedido por criaturas suas, do mesmo Partido *tory*, inclusive seu Ministro das Relações Exteriores George Canning e o próprio Duque de Wellington também Primeiro-Ministro após consagrar-se vitorioso na Batalha de Waterloo.

Apesar de tudo, iam permanecer muitas conquistas liberais *whigs*, de modo a retornar seu partido ao poder, predominando no revezamento com os primeiros-ministros conservadores *tories*.

O Brasil – na órbita econômica britânica à maneira da maior parte do mundo de então, mas sendo uma monarquia que procurava enquadrar-se constitucionalmente – o Brasil era muito suscetível à influência institucional da Grã-Bretanha na prática, embora seu modelo originário fosse francês, orleanista e de influência de Benjamim Constant, o suíço teorizador da doutrina do Poder Moderador como Quarto Poder.¹⁷ Na realidade, a Constituição brasileira imperial de 1824 não era parlamentarista, o cargo de Primeiro-Ministro foi criado por lei ordinária em 1849 e Dom Pedro II, em companhia do Parlamento, sempre procurou fortalecê-lo, como recomendava em cartas à Princesa Isabel.

Pragmáticos, os estadistas do Império (“não nos iludamos com metafísicas; esse princípio, como todos os da Ciência Política, é uma teoria, é uma abstração: e o princípio que em absoluto é verdadeiro é, muitas vezes, relativamente falso, como aquilo que é absolutamente falso é, muitas vezes,

17 *Vide* João Camilo de Oliveira TORRES. *A Democracia Coroada (A Teoria Política do Império do Brasil)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957, p. 510, e *Os Construtores do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 190. O autor privilegia as fontes francesas da Constituição de 1824, o que é razoável, porém subestima as inglesas no pensamento e ação dos estadistas do Império, sobretudo entre os liberais, o que é insuficiente.

relativamente verdadeiro”, dizia Silveira Martins em discurso no Senado em 20 de maio de 1887); pragmáticos recorriam cada vez mais ao modelo parlamentarista britânico na busca do que lhes parecia o melhor, mais rápido e mais estável caminho para o encaminhamento das duas reformas então democratizadoras por excelência: as reformas abolicionistas, liberando os escravos, e as reformas eleitorais, ampliando cada vez mais o eleitorado de censitário a universal.

Assim – paralelamente às reformas abolicionistas dos sexagenários, ventre livre e Lei Áurea – foram aprovadas as reformas eleitorais de 1846, 1855 e 1881, com algumas menores de permeio.

Os conservadores brasileiros não queriam ser menos liberais que os liberais, como se vê no discurso do Visconde do Rio Branco, em 23 de maio de 1871: “nem no País clássico do nosso sistema de governo (a Grã-Bretanha), onde o Partido Conservador tem outro caráter, onde representa interesses e privilégios que não existem entre nós, nem mesmo aí o Partido Conservador é inimigo da liberdade. Os *tories* muitas vezes têm realizado reformas liberais.”

A dificuldade estava em que os monárquicos liberais brasileiros queriam ser mais liberais que os liberais monárquicos britânicos,¹⁸ esquecidos os brasileiros daquela precedência histórica: os britânicos há muito mais tempo se tinham tornado mais liberais que monárquicos.

Contudo, os monárquicos brasileiros estavam a par dos feitos *whigs* desde os de Walpole e muito os admiravam, como se vê naquele discurso de Silveira Martins: “Na Inglaterra a influência predominante passou da Casa dos Lordes para a dos Comuns, com o talento eminente de Walpole”. “Pela nossa organização política, o Senado absorveu prematuramente os homens de talento”, enquanto a Câmara dos Deputados escolhe os primeiros-ministros.

Típico deste liberalismo monárquico brasileiro maior que o das próprias fontes monárquicas, é a concentração dos ataques, não só por parte dos republicanos, contra o Poder Moderador enquanto poder pessoal do imperador. Quando, na realidade, naquela época o próprio parlamentarismo britânico transformava-se paralelamente ao do Brasil.

18 TORRES. *A Democracia Coroada. Op. cit.*, pp. 114 e 107.

Se, por um lado – “como Brougham expõe a Constituição inglesa, assim a tem compreendido a Rainha Vitória, assim eminentemente a compreendeu o Príncipe Alberto, a cujo bom senso declara Lorde Russel dever a Inglaterra no reinado atual a aplicação a mais real e sincera dos verdadeiros princípios constitucionais, abstendo-se a Coroa de toda influência indiscreta e perigosa”, nas alegações de Zacarias de Góes e Vasconcelos, experimentado estadista, em 1860, *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*¹⁹ – por outro lado, João Camilo de Oliveira Torres invoca o constitucionalista britânico Lorde Ivor Jennings: “era ilusória e crença dos velhos liberais de que realmente ‘nada fazia’ o Rei”. A Rainha Vitória, por exemplo, participava e muito das decisões políticas, embora coubesse ao Primeiro-Ministro e seu Ministério a decisão final.²⁰

Joaquim Nabuco muito se alongará e profundamente no entrecruzamento das influências britânicas conservadoras *toriese* liberais *whigs* no Segundo Reinado brasileiro, começando no tempo da ação política do seu pai, o Conselheiro Nabuco de Araújo, pelo filho biografado em *Um Estadista do Império*, sua própria ação auto-retratada em *Minha Formação*.

A anglofilia de Joaquim Nabuco nunca foi, portanto, diletante nem excludente.

Na sua ação de deputado abolicionista isso ressalta muito claramente, em termos de revolucionário conservador (“o verdadeiro meio de salvar as instituições é exatamente adiantar-se no caminho das reformas. é caminhar resolutamente pela estrada das grandes reformas populares”. Discurso na sessão de 15 de outubro de 1888 da Câmara dos Deputados do Império); revolucionário conservador de inspiração predominantemente *whig*, mas que não vacila em recorrer ao exemplo da revolução conservado-

19 VASCONCELOS, Zacarias de Góes e. *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*. 3ª ed., Brasília: Senado Federal, 1978, p. 192. Só se entende este exagero no calor da polêmica com o tradicionalista Braz Florentino Henrique de SOUZA, 1864. Polêmica em 1860, por Zacarias, acrescida por discursos deste no Parlamento do Império.

20 TORRES. A Democracia Coroada. *Op. cit.*, pp. 107 e 534.

O autoritarismo político provém sempre de raízes mais profundas, como se vê não só na sua continuação, até na sua exacerbação na República. Vide Ernest HAMBLOCH, *Sua Majestade o Presidente do Brasil (Um Estudo do Brasil Constitucional. 1889-1934)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, tradução do homônimo inglês.

ra arquetípica da época, a alemã de Bismarck: “a política interna toda do Príncipe de Bismarck, bastaria para provar que nas monarquias as mais aristocráticas há uma tendência liberal e profunda e de caráter socialista, que a Monarquia deve acompanhar, para não ser arrebatada por ela tendo faltado aos seus deveres, todos mesmo, para as classes conservadoras que a querem monopolizar e separar do povo” (Discurso de 24 de agosto de 1885 na Câmara dos Deputados). E é a Bismarck que Nabuco recorre, no discurso de 15 de maio de 1879, quando quer ressaltar a importância fundamental da instrução pública também no Brasil.

Daí, não a adesão, e sim o apoio do Deputado Joaquim Nabuco do Partido Liberal ao Ministério conservador de João Alfredo, quando da sua decisão de participar também da etapa final da campanha abolicionista na Lei Áurea: “o exemplo dado hoje pelo Partido Conservador corresponde à noção do único verdadeiro conservantismo”. “Esse é o conservantismo nacional e político, por oposição ao conservantismo doutrinário, que até hoje tem perdido todas as instituições que se confiaram à sua obstinação e à sua cegueira e que ainda não ressuscitou nenhuma com o seu despeito” (Discurso de 7 de maio de 1888 na Câmara). Lembre-se que sagazmente o Partido Conservador terminava concordando com o Partido Liberal, quando tornadas inevitáveis as reformas, inclusive a abolicionista, como se vê desde a Lei do Ventre Livre consumada pelo Visconde do Rio Branco, com parecer no Senado por José Tomás Nabuco de Araújo, primeira lição doméstica de abolicionismo ao jovem Joaquim, como ele reconheceu em discurso na Câmara em 3 de novembro de 1888.

A *Realpolitik* de Joaquim Nabuco começava assim em casa, apesar de todo seu confessado cosmopolitismo em *Minha Formação*, até enfatizado, Nabuco escrevia e dizia em discurso de deputado (8 de agosto de 1888): “agora o que resta é organizar o nacionalismo brasileiro pela única forma que lhe é adequada, e que é exatamente o provincialismo democrático e liberal, que se resume na fórmula – monarquia”. Nabuco temia os desmandos e insuficiências da próxima república e repelia o provincianismo em favor do provincialismo (discurso da Câmara em 14 de setembro de 1885); “meu provincialismo”, explicado em *Minha Formação* como só lhe interessando na província nordestina, pernambucana e brasileira, o que fosse universal. Então ele poderia ter repetido o Tolstoy de “se queres ser uni-

versal, fala de tua aldeia”. Nacionalismo social porque igualitário: “esse sentimento da igualdade civil. é a grande lei das sociedades modernas” (Discurso na Câmara em 30 de setembro de 1879).

Nacionalismo nabuqueano de político – diante dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França – a cultural, perante as raízes lusitanas autonomizadas no Brasil, como se vê no seu discurso de primeiro secretário geral, inaugural da Academia Brasileira de Letras em 20 de julho de 1897: “O facto é que, falando a mesma língua, Portugal e Brasil têm de futuro destinos literários tão profundamente divididos como são os seus destinos nacionais. Querer a unidade em tais condições seria um esforço perdido. Portugal, de certo, nunca tomaria nada essencial ao Brasil, e a verdade é que ele tem muito pouco, de primeira mão, que lhe queiramos tomar”.²¹ O que não o impediu de pronunciar importantes conferências sobre Camões em universidades americanas quando embaixador nos Estados Unidos.

Realpolitik brasileira até nacionalista de Joaquim Nabuco, a ponto de fazê-lo incluir Bismarck ao lado nada menos que dos seus tão apreciados Thiers (Discurso na Câmara em 1º de setembro de 1879) e Gladstone mais Cavour (Discurso em 7 de maio de 1888); mesmo Richelieu (Discurso de 1º de setembro referido) com toda sua razão de Estado.²² *Realpolitik*, política realista de poder, muito diferente da mera política de força, *Machtpolitik*.

Na visão de Joaquim Nabuco e do seu tempo, influenciados pela ascendente hegemonia mundial do modelo anglo-americano (no caso

21 “Discurso de Inauguração”. *Escritos e discursos Literários*. Rio de Janeiro-Paris: H. Garnier, 1901, p. 204. No “Prefácio” a este livro, Nabuco confessa ter traduzido para *Minha Formação* o capítulo “Massangana”, “vertido do francês, em que primeiro o escrevi” (p. VIII).

22 NABUCO, Joaquim. *Discurso Parlamentares*. Brasília: Coleção Perfis Parlamentares nº 36, Câmara dos Deputados, 1983, pp. 428, 332; 419, 367, 207, 186 e 377. Alguns destes discursos em apêndice ao presente livro.

Barrington MOORE Jr. é dos que explicam o êxito econômico e social da Revolução Conservadora na Grã-Bretanha e Estados Unidos, ao ali conseguir incorporar novas reivindicações e estratos, enquanto fracassou nos fascismos italianos, alemão e japonês. Vide *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston: Beacon Press, 1967, e *Moral Aspects of Economic Growth*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

de Nabuco mais o britânico que o estadunidense), a mudança social tinha de permanecer sob flexível, porém firme, controle social por iluminada classe dirigente capaz de assim impor-se à classe dominante, para incorporação gradativa de cada vez mais grupos canalizados institucionalmente, mesmo sob pressão de baixo para cima. É a Revolução Conservadora: acomodações sucessivas menos ou mais dirigidas, sem perda de estabilidade do conjunto. Modelo dependente não só das desiguais contradições internas, quanto outro tanto das externas, ambas podendo desequilibrar o projeto, quando incompetentes as lideranças e/ou insuficientes os meios, diante das forças maiores de mudança. Eis as limitações do modelo aceito e proposto também por Joaquim Nabuco.

As opiniões políticas finais de Joaquim Nabuco sobre a República em sua correspondência – antes de retornar à carreira diplomática à frente da Legação do Brasil em Londres e Embaixada em Washington onde terminará seus dias – são opiniões cheias de preocupação quanto ao futuro.

Em pleno ocaso da Monarquia, no último ano, o de 1889, em 2 de janeiro protestou do Rio de Janeiro ao correligionário abolicionista pernambucano José Mariano, outrora liberal, que já se bandeava para os republicanos despontando no horizonte do poder. Então Nabuco distinguiu entre a República libertária nordestina insurrecta de 1817 e 1824, esmagada no berço, substituída pela República interesseira latifundiária conservadora em torno do Manifesto de Itu de 1870, rumo a unir cafeicultores paulistas e pecuaristas mineiros no rodízio presidencialista café-com-leite até a Revolução da Aliança Liberal irromper, a partir de 1930, com uma onda maior de industrialização e urbanização do Brasil, seguida por outras ainda maiores.

Foi quando Nabuco escreveu angustiado a José Mariano: “qualquer que seja o caráter democrático do movimento no Norte, no Sul ele é uma explosão de despeito e rancor contra a lei de 13 de Maio”. Despeito e rancor dos latifundiários sulistas, mais prejudicados com a Abolição que os seus homólogos açucareiros nordestinos em lento, inexorável processo de decadência desde aqueles fracassos anteriores.

Diante de novas reivindicações dos libertos, aqueles republicanos latifundiários sulistas “falam abertamente em matar negros como se

matam cães”, Nabuco testemunha incidentes a respeito no Rio de Janeiro. E conclui profético: “Eu nunca pensei que tivéssemos no Brasil a guerra civil depois, em vez de antes, da Abolição. Mas havemos de tê-la. O que se quer hoje é o extermínio de uma raça e como ela é a que tem mais coragem, o resultado será uma luta encarniçada”. Em vão Joaquim Nabuco tenta evitá-la através da criação do Partido Abolicionista, que consumaria social e economicamente o que o próprio Nabuco reconhecia como “obra inconclusa da Abolição”, porque jurídico-formal, importante, sim, mas ponto de partida e não de chegada. Pela permanência e agravamento da lacuna, o cadáver da escravidão veio a apodrecer nas ruas do Brasil com a violência da marginalidade social, Rui Barbosa teve esta outra antevisão dramática, no contexto da guerra civil prevista por Joaquim Nabuco. Contudo, Rui confiava na República, ao contrário de Nabuco, como se vê em carta ao Barão do Rio Branco em 31 de julho de 1890.

“A ladroeira e o servilismo e apagamento do senso moral já tão debilitado” na Monarquia, reconhece-o Nabuco, culminam seu itinerário na República reacionária social e política, rumo a conflitos internos cada vez mais violentos e intervenções militares, até alcançar enfim paz e justiça, são análises e antecipações nabuqueanas em cartas ao Visconde de Taunay e Barão do Rio Branco. Na Câmara dos Deputados do Império, em 14 de setembro de 1885, Nabuco insiste em reforma agrária e democratização mesmo com a queda da Monarquia. As formas de governo são instrumentos, não fins em si mesmas. Contradições todo mundo as tem, a própria vida é dialética. Nabuco vive as do seu tempo, mas prevê o futuro.

.....

*Bagehot, Parlamentarismo Britânico e Presidencialismo
Estadunidense em Joaquim Nabuco*

Duas grandes admirações *whigs* modernas vêm permear o pensamento e a ação de Joaquim Nabuco, ao lado de outras influências: Bagehot, título de capítulo como sempre tão bem escrito em *Minha Formação*, e Gladstone, conforme ressalta nas referências a ele feitas ali em *Um Estadista do Império* e na correspondência nabuqueana, em seguida aqui descritas e analisadas. Influência teórica de um e prática de outro.

Quem era Walter Bagehot?

Bagehot – nascido em 1826, na Inglaterra, lá falecido em 1877, graduou-se em Direito pela Universidade de Londres – hoje tem menos repercussão, fora da Inglaterra, que na época em que escreveu livros. Mesmo assim, suas reedições logo despertam ecos inesperados, comprovações da importância de Bagehot como um dos elos da cultura política e econômica da qual proveio.

Ele se dedicou ao Direito Comercial, ativamente, na Bolsa de Londres, ao lado do pai, há muito presente como corretor. Bagehot também foi jornalista, chegou a ser dos principais diretores de *The Economist*.

As experiências de vida inteira de Bagehot, na Bolsa, ele as sintetizou no livro *Lombard Street*, nome da principal rua do distrito financeiro londrino, a City, da mesma forma que Wall Street na Manhattan novaiorquina.

Lombard Street é ali retratada como Bagehot a via. Do seu livro foi que emergiu a proposta, depois universalmente aceita, de um único banco central com depósitos mínimos por todos os bancos, nível oscilante segundo as necessidades de mais poupança ou mais consumo por parte do mercado em geral. O que passou a parecer óbvio, levou muito tempo a acontecer e, quando foi aplicado, deveu-se, pelo menos em parte, à repercussão do livro de Bagehot.

Bagehot levou de 1870 a 1873 para escrever e publicar *Lombard Street*. Ali, além de defender um novo modelo de Banco Central, previu a substituição e expansão dos bancos com acionistas, em lugar das então ainda quase artesanais firmas individuais de crédito. Neste contexto, Bagehot defende também em especial a confiança mundial no sistema bancário londrino, mesmo hoje muito grande, como se vê na sua posição em segundo lugar internacional, vez por outra acima da Wall Street novaiorquina.

Bagehot viveu intensamente por dentro a ascensão da época vitoriana; faleceu, em 1877, quando atingia o auge. A ela ele contribuiu e muito com a influência alcançada por *Lombard Street*, na Lombard Street londrina, dali para o mundo.

Bagehot também previu e defendeu o alargamento do uso dos cheques e diversificações dos títulos de crédito bancário, sua visão portanto era prática, produto de vivências pessoais, às quais conseguia transmitir ao grande público através da sua assídua colaboração jornalística em *The Economist*.¹

O Banco Central britânico, Caixa de Compensação e Banco da Inglaterra, embora modelo para tantos congêneres, permanece com inúmeras peculiaridades analisadas no *Lombard Street* de Bagehot, de modo a seu texto haver se tornado um clássico.²

Logo de saída, Bagehot declara intencional, demonstrando objetivo prático, denominar *Lombard Street*, nos Estados Unidos teria dito

1 BAGEHOT, Walter. *Lombard Street: A Description of the Money Market*. Nova York: Scribner, Armstrong & Co., 1873 (aqui ref. na trad. em castelhano *Lombard Street: el Mercado Monetario de Londres*. México: Fondo de Cultura Económica, 1968, no prefácio, por Hartley WITHERS, pp. 9, 10 e 7).

2 “Prólogo”, de Roberto R. Reys MAZZONI a *idem*, p. 17.

Wall Street, o seu livro, em lugar de preferir o subtítulo, *Uma Descrição do Mercado Financeiro (A Description of the Money Market)*.

Bagehot começa proclamando a unânime constatação da “maior combinação de poder e sensibilidade econômicos já contemplada pelo mundo”, então a Lombard Street londrina: “Os depósitos bancários em Londres são várias vezes mais que os de qualquer outro país”.

Pois, enquanto os vizinhos do Continente europeu entesouram, “o dinheiro inglês é ‘emprestável’. Nossa gente aceita mais riscos ao negociar seu dinheiro, que qualquer outro país do Continente”: “emprestamos grandes somas, que seriam impossíveis de obter em outra parte”. Com rapidez e previsibilidade, Lombard Street transformou-se numa “espécie de corredor permanente”, ainda mais ativo, até mesmo o maior do mundo após a Guerra Franco-Alemã de 1870. A insularidade e a estabilidade britânicas transmitindo sempre maior confiança.

Bagehot acreditava na capacidade de Lombard Street continuar se aperfeiçoando: “Por nenhum motivo me considero um alarmista. Creio que nosso sistema, apesar de raro e peculiar, pode ser operado com segurança”.³

Bagehot parte da definição de David Ricardo, seu antecessor na racionalização também das atividades da Bolsa: “A função característica do banqueiro começa logo que utiliza o dinheiro dos outros”; se utilizasse só o seu, seria um comerciante igual aos demais. Por isso o crédito dos banqueiros requer fiscalização por parte da sociedade, através do Estado pelo Banco Central, para que haja confiança neles.

O meio circulante britânico no início da era vitoriana estava constituído por moedas de ouro e prata em minoria e pelo majoritário papel-moeda. Bagehot apresenta outro sinal de modernidade no seu destemor por este, portanto, pelo não-apego ao padrão ouro, superado um século após. Bagehot crê na Lei de 1844, da Grã-Bretanha, então objeto de exageros pró ou contra, a lei que leva o nome do Primeiro-Ministro Sir Robert Peel. Pois, com o empirismo característico dos anglo-saxões, tinha

3 “Introdução” pelo próprio BAGEHOT, *ibidem*, pp. 23-25, 30,31 e 33.

havido o habitual bom senso britânico em aceitar sua violação, de depósitos compulsórios de 6%, sempre quando necessário...

A maior rigidez e menor capacidade de risco calculado pelo Banco de França e Banco Imperial da Alemanha, equivalentes do Banco da Inglaterra, levaram-nos a não ter a mesma importância mundial, mais se destacando o londrino. Para haver operações financeiras mundiais, elas passaram a ter de circular pela Inglaterra. Bagehot antecipa-se aos defensores de taxas flutuantes de juros, não só de depósitos mínimos compulsórios, para contribuir à aceleração ou desaceleração da economia, a inflação tão temível quanto a deflação.

Walter Bagehot é um *whig* na economia, como se vê nas suas conclusões: “Proponho conservar tal sistema, porque estou completamente seguro que, de qualquer maneira, é inútil alterá-lo”. “Um sistema de crédito que cresceu lentamente no transcurso dos anos, que ele mesmo se adaptou ao transcorrerem os negócios e os costumes humanos, não se alterará porque os teóricos o desaprovem ou porque hajam escrito livros contra ele. Equivaleria a mudar, ou melhor dito, a tratar de mudar a monarquia inglesa e substituí-la por uma república.”. “Mas terei escrito em vão, se me vejo obrigado a repetir agora que o problema é delicado, que a solução é vária e difícil, e que nem todos podemos apreciar o resultado”.⁴

Não concluamos, porém, apressadamente, ter sido Bagehot um praxista arrogante e primitivo. Muito pelo contrário, também se interessou profundamente pela teoria econômica no seu tempo, a dos clássicos liberais de Adam Smith a Malthus, Ricardo, James Mill, Stuart Mill e outros. Bagehot pretendia publicar estes estudos em três volumes, os quais, porém, ficaram dispersos e incompletos. Mesmo assim fornecem uma visão da busca de uma coerência metodológica e ideológica no pensamento e ação bagehotianos. Bagehot chegou inclusive a professor do University College de Londres.

Bagehot data o início dos estudos de Economia Política britânicos em 1776, ano da primeira edição de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, com todo o impacto que ali e no mundo veio a ter. Bagehot só

4 *Lombard Street, op. cit.*, pp. 34, 35, 23, 23, 39, 41, 14, 101, 105, 104, 189 e 191.

aponta um condigno precursor: Sir James Stuart em seu *Inquiry*, texto muito incipiente, apesar de tudo.⁵

Bagehot não é, porém, chauvinista, nem triunfalista: reconhece a repulsa até mundial já naquele tempo, ao livre-cambismo smithiano, atribui-a ao desconhecimento do público em relação aos economistas ingleses que vieram depois, de David Ricardo a Malthus (em quem Keynes via, muito além do pessimista demógrafo, noutras obras o economista primeiro precursor do estruturalismo anti-monetarista),⁶ e os demais clássicos fundadores da Political Economy no sentido originário britânico. Desconhecimento estendendo-se à Jurisprudência da Grã-Bretanha (Austin, Bentham), como ele denomina esta teoria jurídica baseada no Direito Costumeiro,⁷ tão diverso do Direito Romano escrito, contudo jurisprudencial antes das suas codificações desde Justiniano.

Contra os que declaram demasiado limitado o mundo da Teoria Econômica, Bagehot inteligentemente concorda, chega a discordar do imaginário *homo economicus*, afirma mesmo que “tabelas estatísticas, até aquelas mais elaboradas e cuidadosas, não são substitutos para um atual

5 BAGEHOT, Walter. *Economic Studies*. Londres, Nova York e Bombaia: Longmans, Green, and Co., 1898 (1ª ed. incompleta em 1895, sg. pps V e VI do coordenador da republicação, Richard Holt HUTTON), pp. 1, 2, 5 e 4.

6 KEYNES, John Maynard. *Essays in Biography*, vol. X dos *Collected Writings* (originariamente conferência pronunciada no Political Economy Club da Universidade de Cambridge em 1922). Londres: Macmillan St. Martin's Press for the Royal Economic Society, 1972 (1ª ed. como livro autônomo em 1993).

Conforme KEYNES, Malthus foi não só o demógrafo, quanto ainda mais revolucionário economista em *The Principles of Political Economy Considered a With a View to their Pratical Apllication*, 1820, seu segundo livro. No qual procura completar senão superar o anterior, quanto às limitações econômicas de crescimento demográfico através do primeiro enunciado da possibilidade de criação e/ou manutenção do que pela primeira vez se denominou demanda efetiva, demanda alimentada pelo Estado mobilizador das poupanças para canalizá-las ao público por intermédio de obras públicas e reforços à demanda potencial assim se efetivando (pp. 71, 91 e 107). Esta idéia central do Keynesianismo foi confessadamente buscada no Malthus economista, procurando superar sua inicial fase de demógrafo acusado de pessimista. A teoria da demanda efetiva teria influenciado o próprio Marx (p. 19). Não por acaso, KEYNES define politicamente o Malthus economista como um *whig* (p.92), portanto dali provém o *whiggism* liberal social de KEYNE. As proposta de Bagehot são muito afins e pertencem à mesma linha de seqüência.

7 *Economic Studies*, op.cit., p.4.

conhecimento dos fatos”, sua própria história de Lombard Street só é válida porque “havia um considerável acúmulo de doutrina aplicável, anteriormente existente”.

“A natureza humana tem um forte elemento ‘factual’ nela”. O método, para captá-lo, permanece idêntico em todos os lugares do mundo, por isso é científico. Daí Stanley Jevons na Inglaterra e Léon Walras na Suíça, sem se conhecerem pessoalmente, nem um saber o que o outro estava fazendo, chegarem às mesmas conclusões inclusive matemáticas na simultânea fundação da Econometria. O que não a impede de arbitrariedades abstratas, generalizações excessivas, erros e acertos também da Economia Clássica inglesa, porém não só dela. O método histórico, e qualquer outro, têm igualmente suas unilateralidades. Bagehot, ao ampliar seu leque visual inclusive de experiências feito na Bolsa de Londres e na direção do jornal-revista *The Economist*, antecipa em parte o próprio Max Weber, ao incluir a influência religiosa entre os fatores que “fazem um povo rico ou pobre”.

Mas a universalidade da metodologia teórica da Economia prática dispõe de um básico denominador comum, o estudo da riqueza, para os ingleses alcançável através dos negócios privados ou públicos, daí o inicial nome britânico de Economia Política, em vez de Crematística apenas notarial ou da Fisiocracia fundamentalmente agrícola à anterior maneira da Europa continental. Esta a glória de Adam Smith a David Ricardo, Thomas Robert Malthus, Mill pai e filho, Senior, MacCulloch e outros, nas cabeceiras da moderna Teoria Econômica mundial.⁸

Sem etnocentrismo, nem xenofobias, Walter Bagehot faz com êxito a indireta, porém nítida apologia, não do primado, mas da primazia britânica nas antecedenças da Teoria Econômica, rumo a Karl Marx, John Maynard Keynes e seus desdobramentos futuros. Bagehot, em *Lombard Street* e nos *Economic Studies*, apresenta-se não como teorizador e sim percuciente analista da prática à teoria criticamente concebida.

O Bagehot economista – com suas propostas de Banco Central, depósitos compulsórios flexíveis, expansão dos bancos com acionistas em lugar de firmas individuais de crédito e universalização do uso do cheque –

8 *Idem*, pp. 7, 97, 12, 19, 17, 20, 23, 26, 20, 23, 23, 26, 20, 99, 100, 98, 2, 24.

muito se aproxima do keynesianismo, pelo caminho também teórico do Malthus não o demógrafo e sim o economista, pelo próprio Keynes considerado precursor do seu modelo até econométrico de demanda efetiva.⁹

Além de economista prático e teórico, Walter Bagehot foi também constitucionalista, mesmo cientista político e sociólogo da Política.

Bagehot escreveu o clássico *The English Constitution* (1867), que tanto influenciou Joaquim Nabuco a ponto de dedicar-lhe importante capítulo em *Minha Formação*. *The English Constitution* recebeu, logo dois anos após, tradução francesa publicada em Paris e com prefácio do próprio Bagehot. De novo com saber de experiência feito, por direta participação em duas eleições, ele evita doutrinanismos, utiliza muito das suas vivências pessoais, quanto ao passado sempre o vê pragmaticamente em função do presente.

Isto logo se observa desde sua definição de democracia: “O princípio do governo popular, é que o poder supremo capaz de determinar o acontecimento político reside no povo, não necessariamente ou ordinariamente no povo inteiro, nem na maioria numérica, e sim no povo escolhido, triado e selecionado”,¹⁰ é o princípio da democracia representativa pre-ocupando teoricamente Stuart Mill na época.

A visão de Bagehot está firmemente enraizada sociologicamente na cultura do seu povo: “Nossa história, e as instituições que ela nos legou, tiveram uma grande influência em nosso caráter nacional; impossível exagerar o efeito de nossa história e de nossas instituições sobre a idéia que comumente se tem do nosso caráter”. A Constituição inglesa assim “convém unicamente às nações, que têm conosco uma certa analogia de História e tradições políticas”,¹¹ isto é, o mundo anglófono, como se verá, depois de Bagehot, nas afinidades das Constituições mais do Canadá, Austrália e Nova Zelândia com a britânica, que a dos próprios Estados Unidos vindo da mesma base, porém, recebendo outras importantes influências.

9 *Vide* nota bibliográfica 6.

10 *The English Constitution*, 1867, logo foi traduzido ao francês, apenas dois anos após e com prefácio do próprio Walter Bagehot. Paris: Germer Baillière, Libraire-Éditeur, 1869, p. 38.

11 *Idem*, p. 383.

O que leva Bagehot, ao término deste seu livro, de volta ao ponto de partida: “A língua é questão de tradição nos povos; cada geração descreve o que ela vê, porém usa os termos recebidos do passado”.¹² Linguagem política dentro do respectivo idioma.

O Parlamento medieval inglês, dos tempos da primeira Constituição moderna, a Magna Carta de 1215, oriunda já naquele tempo de conflitos entre ele e a Coroa, o Parlamento inglês desde o início surgiu de baixo para cima: ademais da nobreza feudal, “foram as corporações, os condados (equivalentes a municípios), os burgos (ou cidades), que indicaram os membros dos primeiros parlamentos (legislaturas); foi porque estes centros locais eram livres, que os parlamentos também o foram. Se os representantes não tivessem sido escolhidos por entidades tendo uma existência real e independente, não teriam tido nenhum poder”.¹³

Há um provérbio alemão que diz: “O ar da cidade liberta” (*Stadtluft macht frei*), referindo-se à inexistência de poder dos senhores feudais sobre as cidades, onde só mandavam as corporações pré-sindicais, desde as dos empregadores (comerciantes) às dos trabalhadores autônomos (artesões), pois os empregados tinham direito a aceitarem ou não o trabalho, e dentro de condições mutuamente acordadas, além de as corporações iniciarem no mundo algo equivalente à previdência social dos seus membros, associações de entre-ajuda.

A cidade de Londres, ainda hoje com tão grande concentração populacional, foi o principal suporte da democratização inglesa, ao modo posterior de Paris na Revolução Francesa: “as corporações de Londres foram, durante séculos, uma das avenidas da liberdade inglesa. Foi porque se sentia um forte apoio oferecido, bem organizado pela capital, que o longo Parlamento teve um vigor e uma vitalidade os quais não poderia encontrar noutra parte. Os principais patriotas do partido parlamentar encontraram um refúgio na City (de Londres), e o que, em nossa história, mais parece a uma assembléia permanente, é o comitê das corporações (Guildhall) onde tinham direito de votar todos os membros, à medida que se apresentavam às eleições”,¹⁴ esta a origem da democracia inglesa, segundo Bagehot, que tanto veio a impressionar e influenciar Joaquim Nabuco.

12 *Ibidem*, p. 1.

13 *Ibidem*, p. 378.

14 *Ibidem*, pp. 378 e 379.

A grande peculiaridade da Constituição inglesa é que é “a sistematização a mais completa e a mais judiciosa dos elementos políticos legados pela Idade Média à grande maioria dos Estados da Europa moderna”.¹⁵

Logo se vê que está a falar um *whig*, um típico liberal social britânico. Bagehot faz questão de confessar suas origens ideológicas e na admiração da Magna Carta à Revolução de 1688, reivindica até Cromwell, nem que seja pelo avesso: a ditadura republicana, mas parlamentar, embora não parlamentarista, indo aos extremos da própria guerra civil em nome destes princípios.

Bagehot orgulha-se da Revolução Inglesa de 1688, iniciadora da segunda fase do constitucionalismo britânico, quando da autoridade do Parlamento e Coroa, Cromwell contra os Stuarts

Para Bagehot a lição maior da Revolução Inglesa é que “Uma nação que se diz livre, não pode de nenhum modo temer os abusos pelo Poder Executivo, pois a própria condição da liberdade para um povo é que ele se governe por si próprio, e o Executivo não seja outra coisa senão a entidade política da qual o povo se serve para governar”. “Nossa liberdade é filha das resistências opostas durante muitos séculos, com mais ou menos legalidade, mais ou menos audácia, ao Poder Executivo”.¹⁶

Aqui Walter Bagehot projeta-se de constitucionalista em sociólogo político. “Toda a nobreza *whig* e metade da nobreza *tory*, não menos que a burguesia dissidente”, haviam apoiado a Revolução Inglesa de 1688, mas o fator ali decisivo foi a classe média: “As etapas foram múltiplas; porém o espírito sempre foi o mesmo: o espírito da classe média então ascendente pela prosperidade britânica na Revolução Comercial imediatamente predecessora da Revolução Industrial, classe média “animada por um sopro, o sopro do protestantismo”. Assim, Bagehot volta a aproximar-se de uma das centrais teses de Max Weber, em parte explicativas da gênese do capitalismo moderno: “o povo inglês flutuou do catolicismo ao protestantismo, e do protestantismo ao catolicismo, sem contar que existiam muitos matizes e inúmeras seitas protestantes; esta hesitação (...) durou até a época

15 *Ibidem*, p. 4.

16 *Ibidem*, pp. 370, 373, 370 e 376.

dos puritanos”.¹⁷ Bagehot aproxima-se mais da específica tese puritana de R. H. Tawney, em *Religião e o Despertar do Capitalismo* (*Religion and the Rise of Capitalism*), que da ampla de Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (*Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*) sobre a influência profunda do calvinismo. Aqui é que ressaltaria a importância do rígido puritanismo de Cromwell.¹⁸

Bagehot conclui a característica principal da Constituição inglesa: divisão entre partes imponentes e partes eficientes, isto é, a importância moral e psicológica da Coroa e Câmara dos Lordes diante da eficiência do Poder Legislativo em última instância nas mãos da Câmara dos Comuns, de onde emerge e perante a qual é responsável o Primeiro-Ministro.

Daí o parlamentarismo: “a eficácia secreta da Constituição inglesa reside, pode-se dizer, na estreita união, na quase completa fusão de Poder Executivo e Poder Legislativo”. Ironicamente Bagehot explica, com seu saber de experiência feito: “Segundo a teoria tradicional, que se encontra em todos os livros, o que nossa Constituição recomenda é a separação absoluta do Poder Legislativo e do Poder Executivo; mas, na realidade, o que faz seu mérito é precisamente o parentesco destes Poderes. O laço que os une se chama Ministério. Por esse novo termo entendemos uma comissão do Legislativo, por ele escolhida para ser o Poder Executivo”.

O Parlamento, acima de tudo a Câmara dos Comuns, retém o controle do Ministério e do Primeiro-Ministro, impondo-lhes “explicar-se sobre todos os pontos da administração, dar os motivos das decisões tomadas e dizer por que não foram tomadas outras”. Não há segredos entre Executivo e Legislativo, “a curiosidade do Parlamento estende-se a todas as coisas”.

“O Ministério, em síntese, é uma comissão de controle, escolhida pelo Parlamento entre as pessoas nas quais ele tem bastante confiança, suficiente confiança para lhe encarregar o Governo da nação”.¹⁹

Mais uma vez vem à tona o *whig*em Walter Bagehot, ele valoriza a alternância no poder – um dos elementos essenciais na democracia, no

17 *Ibidem*, pp. 372, 370 e 371.

18 *Ibidem*, pp. 371 e 372.

19 *Ibidem*, 13, 18, 16, 14, 263, 262, 19 e 7.

caso britânico a alternância *whig-tory*, naquele tempo liberais e conservadores –, porém enfatiza a importância da hegemonia *whig* na consolidação das reivindicações da Revolução Inglesa de 1688, ao longo dos setenta anos seguintes, com especial destaque para a capacidade de manobra cortesã e parlamentar por parte de Sir Robert Walpole, realmente o primeiro Primeiro-Ministro britânico de fato e de direito.

Mesmo reconhecendo as falhas *whigs*, do tipo então recente da cumplicidade extra-legal do Rei Guilherme IV em favor da escolha de Lorde Melbourne para Primeiro-Ministro, destaca a especial relevância dos seus contemporâneos Gladstone e Lorde Palmerston, figuras marcantes da consolidação política e econômica mundial da Inglaterra na segunda metade do século XIX.²⁰

Bagehot demonstra conhecer extensamente a obra de Alexis de Tocqueville e, não só suas opiniões sobre a democracia nos Estados Unidos, quanto suas críticas a respeito da França e Grã-Bretanha do seu tempo. Mas não se deixa impressionar, Bagehot é um firme parlamentarista, discorda do presidencialismo com Presidente da República e Parlamento inamovíveis em mandatos fixos, sem voto de desconfiança ao Executivo e sem possibilidade de dissolução do Legislativo com convocação de imediata nova eleição nos casos de crise. Aponta a eleição presidencial de Lincoln e da legislatura mais pró-nortista que pró-sulista, no berço da Guerra Civil, como um dos típicos exemplos dos resultados daquela rigidez. Naquele momento a sorte para os Estados Unidos foi a liderança de Lincoln, o que não justificaria o presidencialismo, pois, nas palavras irônicas de Bagehot, “o sucesso na loteria não é justificativa para os jogos de azar...”.

Bagehot reconhece, contudo, a peculiaridade inexportável do parlamentarismo britânico, por mais que reivindique sua excelência, mesmo com autocritica dos defeitos e insuficiências.²¹

A maior repercussão da Revolução Americana deu mais prestígio mundial a *A Democracia na América* de Alexis de Tocqueville, que a *A Constituição Inglesa*, de Walter Bagehot. Nenhum dos dois as viu nascer, mas ninguém melhor que ambos as descreveu e analisou, eles conse-

20 *Ibidem*, pp. 374, 344 e 15.

21 *Ibidem*, pp. 303, 379, 380 e 15.

guiram escrever clássicos a respeito, livros-síntese de perene inspiração e influência.

Também Bagehot tem seu mérito grandemente reconhecido. Respeitados autores, como Sir Ivor Jennings, em *A Constituição Britânica* a ele recorre;²² S. B. Chrimes, na sua *História Constitucional Inglesa*, mesmo o atualizando, reconhece que “o primeiro relato inteligível publicado sobre o Governo de Gabinete, num sentido moderno, é o de Walter Bagehot em *A Constituição Inglesa*”, pois, “ele estava certo em crer, na sua época, que o ‘eficiente segredo’ da Constituição se tornara ‘a estreita união, a quase completa fusão dos Poderes Executivo e Legislativo’, realizado pelo ‘elo de conexão’ do Governo de Gabinete – uma ‘nova palavra’, pela qual se quer referir ‘uma comissão do Legislativo escolhida para ser Executivo’”.²³

Não é de admirar que Joaquim Nabuco conhecesse Tocqueville e Bagehot e, monarquista de afinidades e simpatias *whigs*, optasse por Walter Bagehot.

Nabuco descreve em *Minha Formação* o itinerário que o levou a Bagehot: Nabuco havia lido desde os clássicos maiores (Macaulay e Gneist) aos menores (Freeman, Erskine May, Green) do seu tempo, mas o que nenhum “conseguiu nos dar tão perfeitamente como Bagehot, aliás um leigo em História e Política, um simples amador, foi o segredo, as molas ocultas da Constituição” inglesa. “Banqueiro de nascença, ele é um exemplo mais dessa singular atração para os estudos especulativos ou de política pura, que por vezes se notou na alta finança inglesa, como o próprio Grote, Mr. Goschen, ou Gladstone”. “Não sei se me engano, mas acredito que a Constituição inglesa é uma esfinge, da qual foi ele quem decifrou o enigma”.²⁴

Joaquim Nabuco aponta a data quando descobriu Bagehot: 1869. Nabuco tinha vinte anos, já estudava na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, porém, acredita ter comprado *The*

22 JENNINGS, Sir Ivor. *A Constituição Britânica* (do homônimo em inglês, 1ª ed. em 1940, definitiva em 1966). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 25.

23 CHRIMES, S. B. *English Constitutional History*. 4ª ed., Londres-Oxford-Nova York: Oxford University Press, 1973, pp. 9 e 130.

24 NABUCO, Joaquim, *Minha Formação*. Brasília: Coleção Biblioteca Básica Brasileira, Senado Federal, 1998, pp. 39 e 40.

English Constitution na recifense Livraria Lailhacar, a mesma onde, no ano seguinte, Tobias Barreto também confessadamente veio a adquirir o primeiro livro em alemão com a respectiva gramática, sob o impacto da vitória germânica na guerra contra a França, uma surpresa para quase todo o mundo acostumado ao mito francês.

Nabuco, ao entrar naquela Faculdade em 1866, tinha imaturas idéias da idade, deslumbrava-se ainda pela Revolução Francesa e seus historiadores do século XIX: Lamartine, Thiers, Mignet, Quinet. “As minhas idéias, porém, flutuavam, no meio das atrações diferentes desse período, entre a Monarquia e a República, com preferência republicana, talvez somente por causa do fundo hereditário de que falei e da fácil carreira política que tudo me augurava”.²⁵ Prenúncio possibilitado pela importância paterna de alto relevo, várias vezes Ministro de Estado, nobilitado Conselheiro do Império.

Mas o adolescente naturalmente queria se tornar independente, por mais que sempre proclamasse profunda admiração pelo pai: “Desde o primeiro ano fundei um pequeno jornal para atacar o Ministério Zacarias. Meu pai, que apoiava esse Ministério, escrevia-me que estudasse, me deixasse de jornais e sobretudo de atitudes políticas em que se podia ver, se não uma inspiração, pelo menos uma tolerância por parte dele. Eu, porém, prezava muito minha independência de jornalista, a minha emancipação de espírito; queria sentir-me livre, julgava-me comprometido perante a minha classe, a acadêmica, e assim iludia, sem pensar desobedecer, o desejo de meu pai, que, provavelmente, não ligava grande importância à minha oposição ao Ministério amigo”.

“O que me decidiu foi *A Constituição Inglesa* de Bagehot. Devo a esse pequeno volume, que hoje não será talvez lido por ninguém em nosso país, a minha fixação monárquica inalterável; tirei dele, transformando-a a meu modo, a ferramenta toda com que trabalhei em Política, excluindo somente a obra da Abolição, cujo estoque de idéias teve para mim outra procedência”. Em pleno ocaso da vida, ainda guardava aqueles apontamentos de juventude, quase adolescência: “Tenho diante de mim um caderno de 1869, em que copiava as páginas que em minhas leituras mais me

25 *Idem*, pp. 34 e 35.

feriam a imaginação”. Nabuco transcreve-as em parte no capítulo “Bagehot” de *Minha Formação*.²⁶

Algo de fundamental importância no itinerário político e intelectual nabuqueano: ele era monarquista porque era parlamentarista, deixou de tornar-se republicano porque não se sentiu com argumentos para ser presidencialista

Demos a palavra ao próprio Joaquim Nabuco: “Dos dois governos, o inglês e o norte-americano, o último parecia-me mais livre, mais popular”. “As idéias que devo a Bagehot são poucas, mas são todas elas, por assim dizer, chaves de sistemas e concepções políticas, de verdadeiros estados de espírito moderno. Foi ele, por exemplo, quem me deu a idéia do que ele chamou Governo de Gabinete, como sendo a alma da moderna Constituição inglesa”. “É ele quem destrói os dois modos clássicos de explicar a Constituição inglesa: o primeiro, que o sistema inglês consiste na separação dos três Poderes; o segundo, que consiste no equilíbrio deles. Sua idéia é que os dois Poderes, o Executivo e o Legislativo, se unem por um laço que é o Gabinete e que, de fato, assim só há um Poder, que é a Câmara dos Comuns, de que o Gabinete é a principal comissão. ‘O sistema inglês, diz ele, não consiste na absorção do Poder Executivo pelo Legislativo; consiste na fusão deles’. O rival desse sistema é o que ele chamou sistema presidencial. Essas designações são hoje usadas por todos, mas são todas dele. ‘A qualidade distintiva do Governo presidencial é a independência mútua do Legislativo e do Executivo, ao passo que a fusão e a combinação desses poderes serve de princípio ao Governo de Gabinete’. Cada uma das suas palavras, comparando os dois sistemas de Governo, merece ser pesada”.²⁷

Recorrendo aos resumos juvenis que dele fez, Nabuco comenta: “Comparemos primeiro, diz ele, esses dois governos em tempos calmos. Era uma época civilizada, as necessidades da administração exigem que se faça constantemente leis. Um dos principais objetivos da legislação é o lançamento dos impostos. As despesas de um governo civilizado variam sem cessar e devem variar essas necessidades da administração, não são as que fazem as leis, haverá antagonismo entre elas e as outras. Os que devem

26 *Ibidem*, pp. 33, 35 e 37.

27 *Ibidem*, pp. 38, 40 e 41.

marcar a importância dos impostos entrarão seguramente em conflito com os que tiverem reclamado o seu lançamento. Haverá paralisia na ação do Poder Executivo, por falta de leis necessárias, e erro da legislatura, por falta de responsabilidade...”²⁸

Escrito entre 1893 e 1895, conforme o próprio Nabuco, no prefácio da primeira edição, *Minha Formação* também nisto se antecipa magistralmente, neste caso aos freqüentes impasses orçamentários entre Legislativo e Executivo também no Brasil...

Ainda mais básica a confissão nabuqueana, arquetípica de um *whig*, ao término do capítulo “Bagehot”, sobre sua final opção pelo parlamentarismo monárquico, em vez do republicano presidencialismo, pois também há repúblicas parlamentaristas do tipo da França da época de Nabuco, à qual não aderiu, apesar de toda sua admiração por seus próceres Thiers e Guizot, e seus inúmeros ideólogos, também por Joaquim Nabuco muito citados: “A idéia principal que recebi de Bagehot foi essa da superioridade prática do Governo de Gabinete inglês sobre o sistema presidencial americano: por outra, que uma monarquia secular, de origens feudais, cercada de tradições e formas aristocráticas, como é a inglesa, podia ser um governo mais direto e imediatamente do povo que a república” (“as medidas para fortalecer a Coroa alargaram os direitos do povo e vice-versa”).

Concentrando contra o presidencialismo o argumento de Rousseau contra a democracia representativa em geral, Nabuco evoca indiretamente uma sua experiência testemunhada nos Estados Unidos: “Sob um governo presidencial, o povo não tem senão no momento das eleições a sua parte de influência.”. “Uma vez que o povo americano escolheu o seu presidente, ele não pode mais nada e o mesmo se dá com o colégio que lhe serviu de intermediário”.²⁹

Era o caso da duvidosa eleição do Presidente Rutherford B. Hayes, em 1876.

O verdadeiro vencedor na eleição popular direta em 1876 havia sido Samuel J. Tilden, por 4.284.757 votos contra 4.033.950 de Hayes, mas Hayes teve um voto a mais no indireto colégio eleitoral paralelo. A

28 *Ibidem*, p. 40.

29 *Ibidem*, pp. 45, 39, 42 e 46

dualidade repetiu-se em 1888, com 5.444.337 votos populares diretos em Benjamin Harrison, na eleição presidencial de 1888 contra 5.540.050 em Grover Cleveland, em contraste com 233 votos indiretos do colégio eleitoral em Benjamin Harrison, assim vencedor contra os 168 votos de Cleveland, aliás, tentando um segundo mandato (não confundir este Harrison com William H. Harrison, presidente apenas durante um mês, por falecimento sucedido pelo seu vice, John Tyler).

O colégio eleitoral, determinado pela seção 1ª do artigo II da Constituição, está claramente definido: “Cada estado nomeará, de acordo com as regras estabelecidas por seu Legislativo, um número total de senadores e deputados a que tem direito no Congresso”. “Será eleito presidente aquele que tiver obtido o maior número de votos, se esse número representar a maioria do total dos eleitores nomeados”. Mais pormenores processualísticos são ali enumerados.

Em 1977 foi derrotado no Congresso americano um projeto-lei dissolvendo o colégio eleitoral presidencial, apesar de receber o apoio da Ordem dos Advogados dos Estados Unidos (American Bar Association), feministas (League of Woman Voters) e principais confederações sindicais nacionais (AFL e CIO).

Os adeptos do colégio eleitoral alegam que este método favorece ainda mais os estados menos populosos da federação, embora já compensados com igualdade de representação no Senado ao contrário da Câmara, o que equivaleria, portanto, a um reforço de equilíbrio. Até Tocqueville é de novo lembrado sobre a necessidade de conciliar “as tensões entre a ilimitada soberania e a busca da excelência e do bem-comum”. Restringir a eleição presidencial à votação direta correria o risco de demasiado emocionalizar as campanhas, fortalecendo a tirania das majorias tão temida pelo principal autor da versão final da Constituição, James Madison, após os trabalhos constituintes concluídos em 1787.³⁰

Mesmo assim, os ânimos nestas ocasiões também se exaltam, como Joaquim Nabuco testemunhou em 1876, quando irrompeu o protesto popular contra a decisão do colégio eleitoral, “os Estados Unidos te-

30 *Vide*, por exemplo, BEST, Judith. *The Case against Direct Election of the Electoral College*. Ithaca-Londres: Cornell University Press. *s.d.*, pp. 23, 45, 49 e 205-218.

riam dois presidentes com todas as possibilidades de uma guerra civil. O espírito prático, o espírito de transação da raça anglo-saxônica interveio, e as duas Casas do Congresso concordaram em entregar o julgamento a uma comissão especial, tirada de cada uma delas e do Supremo Tribunal". "É o país das válvulas automáticas",³¹ para descomprimir as pressões políticas, econômicas e sociais internas.

Quais seriam, contudo, as reações populares no futuro, diante da repetição do conflitante resultado de duas eleições opostas, no colégio e no voto direto?

Nabuco, mesmo jovem diplomata, estava entre os convidados a assistir o desfecho dentro do plenário. "O General Banks, antigo *Speaker* da Câmara, cedeu-me a sua cadeira no próprio recinto do Congresso (em sessão), depois veio a sentar-se nela o meu ministro, e fomos apresentados a diversos deputados notáveis, entre eles Lamar e Garfield".³² Este último chegou à presidência da República e foi assassinado em 1881, um dos quatro a terem este fim, desde Lincoln (1865), McKinley (1901) e Kennedy (1963). O que comprova não conseguirem ser tão desemocionalizadas as sucessões presidenciais nos Estados Unidos, mesmo com o colégio eleitoral.

Ao contrário do parlamentarismo, no qual se têm visto atentados e execuções de monarcas na fase da sua elaboração histórica; nunca, porém, até o século XX, outro tanto contra primeiro-ministros, demonstrando a consciência popular da maior possibilidade de vê-los substituído legalmente, sem recurso a extremos.

Nabuco explica: "A Câmara dos Comuns, essa, porém, faz e desfaz o Gabinete, de modo que o Governo está sempre nas mãos da representação nacional. Se se dá um desacordo entre eles, em que o Ministério supunha ter de seu lado a opinião, dissolve a Câmara, e, dentro de dias, a nação se pronuncia". "Em um momento grave, o Gabinete pode recorrer à dissolução; na América, é preciso esperar com paciência, para se resolver qualquer conflito de opinião entre o Executivo e o Legislativo, que expire o prazo de um deles. Até lá eles guerreiam-se implacavelmente, como dois partidos rivais". "Na Inglaterra, um gabinete sólido obtém o concurso da

31 *Minha Formação, op. cit.*, pp. 125 e 131.

32 *Idem*, p. 129.

legislatura em todos os atos que têm por fim facilitar a ação administrativa: ele é, por assim dizer, ele próprio, a legislatura. Mas um presidente pode ser embaraçado pelo Poder Legislativo e o é quase inevitavelmente”.

No presidencialismo, recorre aqui Nabuco a um outro resumo seu da crítica de Bagehot aos Estados Unidos, onde “Há um Congresso eleito por um período fixo, que pode ser dividido em frações determinadas, de que se não pode apressar nem retardar a duração; há um presidente escolhido também por um lapso de tempo fixo e inamovível durante todo ele; todos os arranjos estão previstos de modo determinado. Não há, em tudo isso, nada de elástico; tudo, pelo contrário, é rigorosamente especificado e datado. Aconteça o que acontecer, não se pode precipitar, nem adiar. É um governo encomendado de antemão, e, convenha ou não, ande bem ou mal, preencha ou não as condições desejadas, a lei obriga a conservá-lo”.³³

Se é assim nos Estados Unidos das “válvulas automáticas” de contrapesos institucionais sob hegemonia da sociedade civil, imagine-se na América Latina patrimonialista e autoritária. Mesmo assim nos Estados Unidos nem sempre a descompressão apresenta-se suficiente para evitar assassinatos de presidentes, sua modalidade própria de golpe de Estado. Daí Joaquim Nabuco ter preferido a fidelidade mais que sentimental à Monarquia, também e acima de tudo a preferência pelo parlamentarismo, substituído à força por militares no 15 de novembro de 1889 pela República presidencialista. Nabuco via nas modificações internas da Monarquia brasileira sua capacidade de participar do abolicionismo e das sucessivas e crescentes reformas eleitorais democratizadoras.

Daí a empatia de Joaquim Nabuco pelos Estados Unidos ter sido mais tática e política na linha de outro monarquista, o Barão do Rio Branco, à frente do Ministério das Relações Exteriores com sua *Realpolitik* confirmada pelo apoio norte-americano às pretensões brasileiras na Questão do Acre e Questão de Palma-Missões, por meio do Secretário de Estado Elihu Root num caso e pelo próprio Presidente Cleveland no outro, respectivamente contra a Bolívia e Argentina. *Realpolitik* incompreendida pelo nisto muito ideológico monarquista Oliveira Lima, ibero-americanófilo em vez de norte-americanista.

33 *Ibidem*, pp. 46, 42 43 e 44.

Joaquim Nabuco não deixa dúvidas quanto à sua parte nesta *Realpolitik*: “Eu não podia, entretanto, ter vivido quase dois anos nos Estados sem em algum ponto ser modificado pela influência norte-americana”. Nabuco voltará como embaixador em 1905 e de 1907 a 1910, ao todo sete anos em Washington. O mais longo período de tempo seu no estrangeiro, mas sempre com agudo criticismo: “A grandeza do espetáculo que dão os Estados Unidos é tanto maior, eu sei bem, quanto mais baixo o nível do político de profissão. A degradação dos costumes públicos do País, coincidindo com o seu desenvolvimento e cultura, com a sua acumulação de riqueza e de energia, com os seus recursos ilimitados, não quer dizer outra coisa senão que a nação norte-americana não se importa que administrem mal os seus negócios, porque não tem tempo para tomar contas”. “Nos Estados Unidos o Governo não tem assim a importância que tem nos países onde ele governa; o Governo na América é uma pura gestão de negócios, que se faz, mal ou bem, honesta ou desonestamente, com a tolerância do grande capitalista que a delega”.³⁴ Palavras de experiente realista.

Seu raciocínio de *whig* vai de novo se desenrolando rumo a outra culminância: “Os Estados Unidos são um grande país, mas há nele, sem falar da sua justiça, da lei de Lynch, que lhe está no sangue, das abstenções em massa da melhor gente, do desconceito em que caiu a política, uma população (naquele tempo) de sete milhões, toda a raça de cor, para a qual a igualdade civil, a proteção da lei, os direitos constitucionais, são contínuas e perigosas ciladas (palavras escritas antes das campanhas de Martin Luther King pelos direitos civis). A França é um grande país e um país livre, mas sem espírito de liberdade arraigado, sujeito sempre às crises das revoluções e da glória”. “A influência inglesa foi a mais forte e mais duradoura que recebi”. “O fato é que amei Londres acima de todas as outras coisas e lugares que percorri. Tudo em Londres me feria a nota íntima de longa ressonância.”³⁵

Paris era o coração que lhe falava; Washington e Nova York a razão e razão de Estado; Londres, tanto a razão, quanto o coração, e algo

34 *Ibidem*, pp. 151, 144 e 145.

35 *Ibidem*, pp. 114, 97 e 103.

mais, seu retorno à fé ancestral concluído pela influência dos jesuítas de Farm Street e do Oratório de Newman em Brompton.³⁶ O próprio Newman, um convertido, um liberal social na Igreja, um *whig* católico.

Por maior que fosse a inicial influência francesa nele, como na maioria da intelectualidade latino-americana principalmente naquele tempo, Joaquim Nabuco foi no íntimo confessadamente muito mais anglófilo que francófilo ou americanófilo, anglófilo também *whig* ao seu tempo e maneira.

A Inglaterra por Nabuco amada era a Inglaterra vitoriana. A Rainha Vitória permaneceu no trono de 1837 a 1901, mais de sessenta anos, o mais longo período de tempo no Ocidente para um monarca. Nabuco esteve em Londres pela primeira vez na sua viagem pela Europa em 1873 e 1874. Em 1877 viu-se transferido da Legação do Brasil em Washington para a de Londres, de onde saiu em 1878 para enfrentar a primeira campanha eleitoral de deputado abolicionista por Pernambuco. Em 1883 e 1884 sara na Inglaterra uma decepção política, superada por sucessivas reeleições de deputado abolicionista. Retorna a Londres, não mais como jovem secretário e sim como ministro, naquele tempo não eram comuns casos muito especiais. Permanece em Londres de 1900 a 1904, com breves ausências para tratamento de saúde e vilegiaturas no continente europeu.

Ao todo sete ou oito anos na Inglaterra mais uns sete nos Estados Unidos, no mínimo quatorze anos entre anglo-saxões e no cultivo da língua inglesa, à qual assim chegou a dominar pelo menos quase tão bem quanto a francesa, na qual chegou a escrever livros da beleza de *Pensées détachées*.

Em 1877 Nabuco conhece pessoalmente o Príncipe de Gales, futuro Eduardo VII, que tanto terá de esperar para suceder a longeva mãe, num dos brilhantes bailes na Legação do Brasil dirigida pelo Barão de Penedo, no nº 32 de Grosvenor Gardens, título de um dos capítulos de *Minha*

36 *Ibidem*, pp. 104.

Em 1971, foi publicado por Claude-Henri e Nicole Frèches o inédito nabuqueano *Foi voulue (Mysterium fidei)*. Aix-en-Provence: Universidade da Provença. Traduzido e publicado como *Minha Fé* pela Fundação Joaquim Nabuco (Editora Massangana) em 1985, Recife.

Formação. “A Legação do Brasil estava naquele tempo no seu maior brilho: pertencia ao número das casas que tinham o privilégio de receber a realeza, isto é, o Príncipe e a Princesa de Gales”.³⁷ A Legação do Brasil era a única sul-americana por eles freqüentada, inclusive após coroar-se Eduardo VII.³⁸

O Barão era dos Grandes do Império brasileiro, “Da Baronesa de Penedo basta-me dar esse traço: vivendo por mais de trinta anos com a Corte e a sociedade inglesa, ela não pôs nunca no segundo plano as suas amizades ainda as mais humildes e exerceu sempre a hospitalidade da sua mansão de Londres à boa moda do nosso país, com a mais igual afabilidade para todos, o que bem mostra a altivez de raça de uma Andrada”. Penedo e esposa, “no estrangeiro eles são para mim a família e a pátria, é um canto do Brasil”. “Lembro-me sempre e com a mesma saudade da nossa convivência em Londres e da sua larga hospitalidade, que ninguém em nossa diplomacia imitou sequer”.³⁹

Nabuco reverá o Príncipe de Gales em vésperas de ser Rei, 1900, pouco antes de enfim substituir a mãe, 1901. Joaquim Nabuco será o último diplomata recebido pela Rainha para apresentar-lhe credenciais em dezembro, pois ela falecerá no fevereiro seguinte. Nabuco comparecerá ao seu sepultamento majestoso.⁴⁰

Nela, mesmo “velha e enferma”, Nabuco verá a encarnação da instituição: “A Rainha Vitória é mais do que a augusta, cuja imagem cada família venera no seu *lararium* interior; é a realeza normanda, Plantagenet, Tudor. Como a Rainha, a Constituição. Esta não é mais do que uma procuração sim, um mandato de que nunca se viu o instrumento. Nenhum grande legista a redigiu, nenhum homem de Estado a ideou: formou-se espontaneamente, inconscientemente, como a língua inglesa, a arquitetura

37 *Minha Formação*, *op. cit.*, p. 108.

38 A distinção conferida pela Corte e o próprio Rei à Legação do Brasil, prova da reciprocidade na mútua admiração das duas monarquias e seus estadistas, enciumava os diplomatas dos demais países da América do Sul, como se vê, por exemplo, na reclamação do Chile (NABUCO, Carolina. *A Vida de Joaquim Nabuco*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958, p. 340).

39 *Minha Formação*, *op. cit.*, pp. 106 e 109.

40 NABUCO, C. *A Vida de Joaquim Nabuco*, *op. cit.*, pp. 337 e 339.

perpendicular, os cantos da *nursery*. A tradição, como base do temperamento nacional, produz no inglês a faculdade de admirar a massa histórica de uma instituição, como o arquiteto admira a grandeza e o detalhe de uma catedral gótica”.⁴¹

Joaquim Nabuco tem, então, como representante diplomático do Brasil, a oportunidade de conhecer de perto os estadistas vitorianos, auge do poder imperial britânico: de Lorde Salisbury – treze anos Primeiro-Ministro, um dos mais longevos no cargo de 1885-1886 e 1886-1892 mais 1895-1902 – ele deixou o perfil: “Que bela fisionomia nobre, em que os anos, os acontecimentos, o espírito de uma geração que acaba com ele, põem alguma coisa de augusto como em uma antiga estátua grega”.⁴²

Note-se que Salisbury e Nabuco estavam em campos opostos; era a Questão da Guiana, a Grã-Bretanha querendo avançar até o rio Amazonas (por trás do disfarce irônico que se tratava de “Uma região em que não existe uma vaca!”), diante do Brasil querendo chegar mais perto do Caribe pelo Essequibo. A admiração maior de Nabuco era para o Brasil, ele lutou em documentar-se e tentar influenciar inclusive pessoalmente o mediador, Rei Vittorio Emanuel III de Itália, indo visitá-lo em Roma, o qual se decidiu por uma suposta solução salomônica: cortou pela metade o território disputado, para grande decepção de Nabuco, para quem meia-vitória era meia-derrota.

O Brasil, contudo, entendeu-o. A imprensa aplaudiu sua resistência, a Câmara dos Deputados agradeceu-lhe em moção oficial. O Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, fez questão de explicar-lhe que sua remoção para Washington não era punição e sim promoção, como a República mudara da Grã-Bretanha para os Estados Unidos o eixo da política internacional brasileira.⁴³

Deixando Londres em 1904, Joaquim Nabuco saía no início do reinado de Eduardo VII, cuja coroação presenciou em 1901, notando como se fazia sentir a falta de convicção religiosa pelos dignatários anglicanos de uma Igreja de Estado.⁴⁴ Terminara a era vitoriana moralista, rigorista,

41 *Minha Formação, op. cit.*, p. 120.

42 *A Vida de Joaquim Nabuco, op. cit.*, p. 338.

43 *Idem*, pp. 379, 352, 391, 394, 400 e 401.

típica não só de uma época quanto também da influência de uma longa monarca viúva inconsolável, solitária, falecida aos oitenta anos de idade, sessenta e quatro no trono. Por isso ascendia tardiamente o filho, Eduardo VII, boêmio nos seus exageros de receptividade às inovações, outra época, a *belle époque* alegre ao extremo, rumo ao extremo oposto na Primeira Guerra Mundial que se aproximava, término do século XIX, começos do século XX, uma mudança de mentalidade.⁴⁵

Os historiadores também tratam do que classificam *Victorian mind*, até um *Victorian ethos*, baseado em conservadorismo, principalmente o de Edmund Burke, utilitarismo (de Bentham), porém moralistas inclusive religiosos pela renovação metodista de Wesley vindo a dar então seus maiores frutos, diante do desafio da conversão de Newman ao catolicismo com grande repercussão.

Tudo em meio ao pleno desencadear da Revolução Industrial inglesa, também oriunda de muito antes, máxima expansão imperial britânica marítima, intensificação da luta de classes e da luta ideológica de sindicalistas, socialistas, liberais, conservadores. Karl Marx inclusive passando a residir em Londres, onde veio a falecer, John Stuart Mill, Spencer, Darwin, seus maiores representantes. Também época de Dickens e outros na Literatura, muitos mais nas Artes em geral e nas Ciências. Sem se esquecer Walter Bagehot, no auge da influência.⁴⁶

Em Política, uma sucessão de extraordinários primeiro-ministros: Melbourne, Peel, Aberdeen, Canning, Palmerston, Salisbury e principalmente o fantástico duelo Gladstone-Disraeli, o maior liberal e o maior conservador da época, produtos máximos daquela escola de estadistas, o parlamentarismo britânico na análise de Bagehot ainda hoje exemplar.⁴⁷

44 *Ibidem*, p. 339.

45 *Vide*, por exemplo, HYNES, Samuel. *The Edwardian Turn of Mind*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1968.

46 *Vide, tb*, por exemplo, HIMMELFARB, Gertrude. *Victorian Minds*. 8ª ed., Gloucester, Massachusetts: Peter Smith, 1975, pp. 276, 4 e segtes., 285-287, 278-282, 242, 159 e *passim*. *Vide* ainda Walter E. HOUGHTON, *The Victorian Frame of Mind*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1957.

47 *Idem*, pp. 339 e 341-343, 384, 391, 223, 226-228, 230 e 231.

Pairando sobre tudo e todos, a Rainha Vitória, proclamada por Disraeli Imperatriz das Índias, auge de um dos mais longos e largos ciclos do capitalismo mundial. Rainha Vitória muito mais influente naquele grande jogo político, como Bagehot e outros a viram,⁴⁸ desmentindo com sucessivas provas o ceticismo de alguns.

Foi com este apogeu britânico que Joaquim Nabuco se entusiasmou, mesmo com lucidez crítica, seu falecimento em 1910 coincidia com o ocaso da era eduardiana rumo à Primeira Guerra Mundial e maiores crises do século XX.

Na Inglaterra vitoriana, ao lado de Bagehot a admiração maior é por Gladstone.

Mas quem é realmente Gladstone?

William Ewart Gladstone era de uma família de comerciantes suficientemente ricos para ter acesso ao convívio com a aristocracia, a ponto de Gladstone poder iniciar seus estudos em Eton e concluí-los em Oxford.

Suas primeiras leituras, as humanísticas, desde as clássicas gregas (Homero, Heródoto, Tucídides, temperados mais com as comédias de Aristófanes que com tragédias) às clássicas francesas (Racine, Molière), até a espanhola (Cervantes). Entre os clássicos ingleses, estranha ausência de Shakespeare, enquanto se dedica a John Milton por motivos principalmente religiosos e, logo em seguida, muito dos românticos: de Walter Scott a Wordsworth, Byron e Shelley próximos do seu tempo, uma geração anterior com toda a força desencadeada.

Primeiras leituras políticas: Locke e Burke, biografias de Walpole e Pitt, logo a paixão prática; por melhor informado que fosse, Gladstone tinha mesmo a vocação política, deputado ainda jovem. Admiração maior, desde cedo, por Canning.⁴⁹

48 Lytton STRACHEY é o maior historiador da era vitoriana com suas biografias *Eminent Victorians*. Londres: Chatto & Windus, 1918 e sua magistral *Queen Victoria*. Nova York-Londres: Harcourt Brace & Company, 1921. STRACHEY confirma e pormenoriza principalmente as ações da Rainha Vitória em favor da ascensão e manutenção de Melbourne e Disraeli no cargo de Primeiro-Ministro.

49 MORLEY, John. *The Life of William Ewart Gladstone*. Londres-Nova York: MacMillan, 1905, I vol., pp. 18, 22, 26, 78, 33, 40 33, 25 e 38.

George Canning havia começado como membro do Governo do segundo Pitt, Ministro das Relações Exteriores de Lorde Liverpool, quando desempenhou importante papel, inclusive contribuindo para a independência do Brasil,⁵⁰ faleceu no exercício do cargo de Primeiro-Ministro.

De Canning dizia Gladstone: “Fui criado à sombra do grande nome de Canning; toda influência, ligada com aquele nome, governou a Política da minha infância e da minha juventude (...); por Canning, e sob a sombra do ainda mais venerável nome de Burke, minha mente e imaginação juvenis foram marcadas”. O falecimento de Canning teve em Gladstone grande impacto pessoal.⁵¹

Canning era conservador, *tory*, também Sir Robert Peel, outro conservador, que iniciou Gladstone Ministro do Comércio, depois Ministro das Colônias. Mas, adepto do livre-cambismo, Gladstone rompeu com o Partido Conservador e ingressou no Liberal. O itinerário de Gladstone ia cruzar-se com o do Brasil na Questão da Escravatura.

George Canning tinha sido o autor principal do Tratado Anglo-Brasileiro de Comércio e Abolição da Escravatura (1827), originado da pregação dos abolicionistas britânicos convergentes aos interesses coloniais de proteger a produção açucareira das Antilhas inglesas, contra o que era alegado como competição desleal dos custos mais baixos da agricultura escravista brasileira contra o açúcar produzido por mão-de-obra livre na Jamaica.

Lorde Wellington, Primeiro-Ministro *tory* após a consagradora vitória em Waterloo, escrevera em carta ao correligionário Lorde Aberdeen, que tanto viria a se destacar a propósito em seguida: “Toda a questão é a de dar impressão. Nunca teremos êxito em abolir o tráfico estrangeiro de escravos. Mas temos de evitar qualquer passo que possa induzir o povo da Inglaterra a crer que nada fazemos com nossas forças para desencorajá-lo (ao tráfico) e aboli-lo o mais rápido possível”.

50 FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil (Influência da Diplomacia Inglesa na Formação Brasileira)*. São Paulo: vol. 298 da Brasileira da Companhia Editora Nacional, 1956. Antes o clássico de 1908, *Dom João VI no Brasil (1808-1821)*, de autoria de OLIVEIRA LIMA.

51 MORLEY, John *op. cit.*, I vol., pp. 26 e 38.

O Tratado de 1827 no fundo era a continuação e consolidação dos Tratados Comerciais Anglo-Lusos de 1815 e 1817, renovados e adaptados pelo Brasil recém-independente inclusive por considerável intercessão de Canning, que passara a cobrar o preço: “a Grã-Bretanha assegurara a consolidação de uma altamente privilegiada posição econômica no Brasil, juntamente com um compromisso por parte do Brasil em abolir o tráfico de escravos em 1830”.⁵²

A subsequente lentidão, da abolição do tráfico só vinte anos depois pela Lei Eusébio de Queirós em 1850, até a Lei Áurea mais trinta e oito anos (1888), passando pelas Leis do Ventre Livre e dos Sexagenários, tanta lentidão muito azedou as relações britânico-brasileiras, embora acabassem por predominar os interesses.

O Governo britânico chegou a oferecer cobranças mais baixas de impostos de importação, para facilitar a entrada do açúcar brasileiro no mercado britânico, mas nem isso satisfazia os escravocratas brasileiros. Levando o Governo de Londres a tomar iniciativa pela Lei Aberdeen – Ministro das Relações Exteriores, em seguida Primeiro-Ministro numa coalizão liberal-conservadora – com o objetivo de autorizar navios britânicos a perseguirem, apresarem e levarem navios negreiros a Freetown, na Serra Leoa, então ainda colônia britânica, e ali libertar os escravos; ou transportá-los para as Antilhas inglesas de trabalho livre.

A data da Lei Aberdeen (1850), mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós proibindo o tráfico de escravos para o Brasil e logo desrespeitada, comprova a desconfiança britânica, fundamentada quanto à sua aplicação prática. O apresamento de navios em águas brasileiras, superposição de poderes violando a soberania brasileira, criou vários incidentes diplomáticos entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Agravados pela determinação da Lei Aberdeen, que fossem julgados em Freetown por um Vice-Almirante britânico.⁵³

A família de Gladstone tinha muitos interesses comerciais nas Antilhas, mas, coerente com suas posições livre-cambistas que o levarão do

52 BETHELL, Leslie. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the Slave Trade Question. 1807-1869*. Cambridge at the University Press, 1970, pp. 66, 62, 67, 61 e 60.

53 *Idem*, pp. 233, 237 e 267.

Partido Conservador ao Partido Liberal, Gladstone propunha o término do monopólio açucareiro colonial britânico e aumento do comércio com o Brasil, inclusive o do açúcar. Gladstone também negava legitimidade moral às intervenções militares navais contra o Brasil, ou qualquer outro país, neste sentido. E sim que o tráfico escravista fosse considerado pirataria e assim tratado com rigor. Reconhecia a validade dos tratados antitráfico, mas esperava que não recorressem às últimas conseqüências armadas, embora em derradeira instância as aceitasse. Dificuldades de conciliação entre o liberalismo político e o econômico...

Ao chegar ao cargo de Primeiro-Ministro em 1868, Gladstone aboliu a Lei Aberdeen, por julgá-la superada, continuava porém vigente o Tratado Anglo-Brasileiro de Comércio de 1827, inclusive com seu primeiro artigo comprometendo o Brasil a abolir a tráfico e a própria escravidão.⁵⁴

Em 1868 o movimento abolicionista brasileiro já havia adquirido dinâmica própria.

Disraeli derrotará Gladstone em 1874, seis anos após retornará Gladstone a Primeiro-Ministro, daí em diante se revezará no poder por breves períodos com o Marquês de Salisbury, até não mais voltar a partir de 1894.

Gladstone era um homem de princípios éticos e religiosos. Continuou a atualizar suas leituras filosófico-políticas (Victor Cousin, Bagehot com quem se correspondeu, Chatham e Brougham sobre a renovação da política colonial), foi mesmo aos clássicos universais da Política (Aristóteles, Maquiavel), continuou fiel ao Locke da Política à Epistemologia para isso tendo de ler também o *Novum Organon* de Francis Bacon. Na Literatura mais os italianos (Dante, Petrarca, Boccaccio, Manzoni), que os alemães (principalmente Schiller), os franceses (Racine e Molière) e o *Dom Quixote*.⁵⁵

Conhecedor também do pensamento católico de Santo Agostinho a Bossuet,⁵⁶ Gladstone era, portanto, liberal no seu anglicanismo: não aderiu ao movimento liderado por Newman de conversão ao catolicis-

54 *Ibidem*, pp. 228, 323, 381, 386 e 187.

55 MORLEY, *op. cit.*, I vol., pp. 696, 697, 113, 117 e 33.

56 *Idem*, I vol., pp. 117, 113 e 56.

mo, porém o entendeu com benignidade como uma questão de consciência pessoal, contudo não entendeu nem aceitou a submissão de Newman e dos católicos à proclamação do dogma da infalibilidade pontificia pelo Concílio Vaticano I. Polemizou a propósito com Newman.⁵⁷

Estes os principais traços de William Ewart Gladstone que estavam subjacentes na admiração de Joaquim Nabuco, também ele um liberal, monárquico, de preocupações sociais, éticas e religiosas, abolicionista com realismo, itinerários quase paralelos de um *whig* britânico e um *whig* brasileiro. Nabuco não tendo chegado a Ministro e Primeiro-Ministro, chegou porém a Embaixador, deputados longamente ambos, ele e Gladstone fazendo do Parlamento a tribuna, mais artigos na imprensa e livros.

A admiração nabuqueana, quando se dirigir a um líder conservador britânico, será a Lorde Salisbury, também rival de Gladstone, mas não em especial a Disraeli, embora o cite com respeito.

Após uma entrevista com Salisbury dirá Joaquim Nabuco, quando Ministro do Brasil em Londres, num tempo de raras embaixadas então reservadas a missões especiais, com muita admiração pelo antigo estadista: “Que bela fisionomia nobre, em que os anos, os acontecimentos, o espírito de uma geração que acaba com ele, põem alguma coisa de augusto como em uma antiga estátua grega”. E compara a dignidade do rosto de Salisbury com o de Gladstone.⁵⁸

Terá Nabuco se encontrado pessoalmente com seu tão admirado *whig*?

Nabuco não diz do encontro em livro, artigo ou carta, porém há grandes indícios de ter ocorrido.

Em fins de 1887 ele estava na Europa, a caminho de Roma, para um encontro com o papa Leão XIII, precedido por cartas de apresentação do Cardeal Manning, da Inglaterra.⁵⁹

57 *Vide*, de William Ewart GLADSTONE, *The Vatican Decrees in their Bearing on Civil Allegiance: A Political Expostulation*. Londres: John Murray, 1874, e a réplica de John Henry NEWMAN, *A Letter Addressed to his Grace the Duke of Norfolk on Occasion of Mr. Gladstone's Recent Expostulation*. Londres: B. M. Pickering, 1875.

58 NABUCO, Carolina, *op. cit.*, p. 338.

59 *Idem*, pp. 318 e 59.

Em 16 de junho daquele ano lhe foi endereçada uma carta de Cádiz, Espanha, assim concluindo: “Vossa admiração, ou melhor, vosso culto por Gladstone me parece um pouco excessivo. Eu o admiro também, e muito, porém somente por causa da eminência de seus talentos e de seu vigor intelectual. Seu caráter deixa muita a desejar segundo penso, e me parece que se você tivesse visto de perto, como eu vi, as causas que o fizeram adotar a linha de conduta atual e desmentir as próprias opiniões e os próprios atos, defendidos com o mesmo vigor e o mesmo entusiasmo que ele empenha agora para sustentar o contrário, você pensaria como eu lhe daria menos crédito por seu liberalismo. Lamento muito não ter condições, por não estar na Inglaterra, de colocar você em relação com ele pelo intermediário de Granville. Escrever-lhe uma carta e enviá-la a você para que lhe entregue talvez fosse um bom meio para que possa realizar vosso desejo; porém, entre nós, não estou muito certo que Granville desse toda a atenção desejada, não por falta de cortesia ou de boa recordação, mas por causa das preocupações. Diga-me entretanto se você quer esta carta, se quiser a enviarei imediatamente com grande satisfação”.

O autor da carta, de assinatura ininteligível, é um liberal decepcionado, como se depreende da sua despedida: “Parece que o pretenso Partido Liberal, que está no poder, se manterá ali por bastante tempo ainda. Entretanto, ele terá seu fim como todas as coisas deste mundo”.⁶⁰

Ao que tudo indica, houve a entrevista Nabuco-Gladstone, como se depreende da carta de Homem de Melo, datada de 19 de agosto ainda de 1887, a ele, Nabuco: “Recebi a sua estimada carta, escrita de Londres”. “Que eloqüentes palavras as suas sobre o Senador Nabuco (o pai), por ocasião de sua visita ao grande Gladstone! E que fortuna a sua de ali retemperar-se naquela onda tão pura, supremo ideal de sua alma de patriota! Acompanhamo-lo, os seus amigos, dia por dia. Quanto a mim, posso dizer: assistimos juntos a essa esplêndida cerimônia do *Queen’s Jubilee*”.⁶¹

Aí pode estar a explicação para o encontro Nabuco-Gladstone, a presença de Joaquim Nabuco também nas comemorações em 1887 do Jubileu de Cinquenta Anos de Coroação da Rainha Vitória, cujo fausto e

60 Carta no arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

61 Carta no arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

esplendor formais da corte britânica Nabuco contrastava com o participante entusiasmo do público no Jubileu papal de Leão XIII.⁶²

Para Joaquim Nabuco, Gladstone era a própria imagem da Grã-Bretanha, a ele recorre quando quer simbolizá-la.⁶³ Em *Um Estadista do Império*, a propósito da biografia do pai, suas referências a Gladstone são mais numerosas e mais elogiosas que a Disraeli, a ponto de, quando quer louvar em síntese o Conselheiro Nabuco, o filho aponta como paradigma: “É um espírito como o de Gladstone: pertence ao tipo de estadistas que funcionam sempre como árbitros, recebem a sua investidura do Direito, estão sempre prontos a ouvir a outra parte, não triunfam nunca contra pessoas, mas somente contra idéias ou sistemas, não levam o antagonismo além das raias da equidade e da benevolência e, nas grandes questões nacionais, se pronunciam como se fossem anfitriões da humanidade”.

O próprio Conselheiro Nabuco de Araújo gostava de comparar-se a Gladstone, como se vê na sua carta ao Conselheiro Dantas, em 13 de fevereiro de 1875: “Cada dia desejo mais a vida privada, a exemplo de Gladstone...”⁶⁴

Importante, mais que interessante, observar como Joaquim Nabuco também cita mais e melhor Sir Robert Peel, que Disraeli, quando quer elogiar alguém do nível do Visconde do Rio Branco, “a mais lúcida consciência monárquica que teve o Reinado”, “à moda de Peel”.⁶⁵ Porém, ao pai reserva a comparação com o *whig* Richard Cobden, campeão da abertura comercial da Grã-Bretanha para o mundo, com isso favorecendo as exportações brasileiras e os investimentos no Brasil: “Nabuco foi verdadeiramente o Cobden da reforma de que Rio Branco foi Sir Robert Peel”, paralelas reformas econômica e política liberais renovadoras então da Grã-Bretanha, como os Nabucos, pai e filho, queriam ver também no Brasil.⁶⁶ Típico programa *whig*.

62 NABUCO, Carolina, *op. cit.*, pp. 339 e 62.

63 NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Coleção Biblioteca Básica Brasileira, Senado Federal, 1998, pp. 154 e 63.

64 NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, II vol., pp. 1.120 e 1.078.

65 *Idem*, I vol., p. 700, e II vol., pp. 828, 853 e 857.

66 *Ibidem*, I vol., p. 602, e II vol., pp. 857, 850 e 851.

Eram estes os britânicos inspiradores dos Nabucos, no filho já os abolicionistas Wilberforce e Buxton, não escapando à atenção de Joaquim Nabuco o próprio pai do futuramente tão famoso Sir Winston Churchill: “Lorde Randolph Churchill principiante, exasperando o banco ministerial com seu talento, sua petulância, seus golpes pessoais...”.⁶⁷ Lorde Randolph de tão breve e infausta carreira política, tanto incentivando Sir Winston a superá-la, como o conseguirá com brilho e proficiência invulgares do parlamentarismo monárquico da Grã-Bretanha para o mundo.

Lembre-se ainda quanto Nabuco cita John Morley, o publicista e biógrafo gladstoniano de *The Life of William Ewart Gladstone*, primeiro volume em 1905, segundo em 1906, pela editora MacMillan de Londres e Nova York, mesmo sem referir livros específicos.

Pesquisas têm demonstrado quanto Gladstone e Disraeli eram os mais recorridos dos políticos britânicos da época nos debates do Parlamento brasileiro imperial.⁶⁸

Coerentemente, o renovador do Partido Conservador, Visconde do Rio Branco, invocava Disraeli: “Os *tories* muitas vezes têm realizado reformas liberais”; “Quem não sabe que no seu último Ministério Disraeli promoveu a reforma eleitoral, alargando os princípios liberais sobre que se deve assentar a escolha dos representantes da nação na Câmara dos Comuns?”; invocação na sessão do Senado de discussão da Resposta à Fala do Trono em 23 de maio de 1871, comprovando quanto o *whiggism* se havia estendido dos liberais aos conservadores na Grã-Bretanha e de lá inclusive ao Brasil. Merecendo o nome de “democracia conservadora”,⁶⁹ com todo seu conservadorismo, mesmo assim sensível democraticamente, óbvia influência *whig*, embora no solo fértil da cultura brasileira receptiva por tantos motivos sociológicos internos, tão bem estudados pioneiramente pelas análises e sínteses de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, com o próprio Joaquim Nabuco como precursor maior.

67 *Ibidem*, I vol., p. 695; II., pp. 851, e I vol., p. 75.

68 LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *O Senado nos anos Finais do Império (1870-1889)*. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 68.

69 TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada (A Teoria Política do Império do Brasil)*. Rio de Janeiro: vol. 93 da Coleção Documentos Brasileiros da Livraria José Olympio Editora, 1957, *passim*.

Até a religiosidade católica de Nabuco era *whig*, como nele se lê de novo textualmente: “A Igreja, com toda a probabilidade, chegou a uma dessas encruzilhadas em seu caminho em que ela deverá mudar de curso. Ela permanece latina desde sua fundação; sinais existem, contudo, que fazem pressupor, em tempos não muito afastados, sua entrada em uma corrente anglo-saxônica”.

“Não será porém necessário esperar que a Cátedra de São Pedro seja ocupada por um futuro Newman para ver a Igreja abençoar a liberdade moderna. Leão XIII já o fez...”⁷⁰

O primeiro comentarista de *Foi voulue*, confissão da reconversão de Joaquim Nabuco ao catolicismo, o francês Claude-Henri Frèches concluiu muito bem: “Na época de sua redação, *Minha Fé* (tradução de *Foi voulue* em português) não teria sobrevivido às fulminações do Santo Ofício. Hoje ela está em perfeita sintonia com o Vaticano II, mas setenta anos na frente”.⁷¹

Nabuco lá chegara por mãos anglo-saxônicas, as dos jesuítas ingleses da Farm Street londrina e do Oratório newmaniano de Brompton, não por influência do liberalismo católico de Lacordaire, ou mesmo do socialismo de Lammenais em grande parte também ainda católico em meio à polêmica do tempo. Dos dilemas do catolicismo francês, só lhe influenciara a saudade renaniana: “Sem Renan, eu não teria sentido, durante todo o meu afastamento da fé, aquela nostalgia que experimentam sempre aqueles a quem Deus reserva ainda a volta”. Nabuco explica, ao longo de *Foi voulue*, o seu retorno “não por tendências místicas”, e sim por conta da insatisfação com a insuficiência científica do evolucionismo tão auto-declarado cientificista e pela consciência de latinidade cultural também religiosa.

O Oratório, na concepção de Newman, não era um convento com regras monásticas e votos permanentes, porém “uma livre e voluntária fraternidade, unida por mútua afeição”. Newman trouxera de Roma a idéia

70 NABUCO, Joaquim. *Minha Fé* (do francês *Foi voulue*). Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1985, p. 122.

71 FRÈCHES, Claude-Henri. “Introdução” a *Minha Fé*, *op. cit.*, p. 23.

oratoriana originariamente de Santo Afonso de Ligório, por Newman numa nova direção, de início em Birmingham, logo depois em Londres.⁷²

John Henry Newman, convertido do anglicanismo, convervou para sempre as marcas liberais sociais anglo-saxônicas, o que lhe valeu muitas incompreensões dentro da Igreja católica da época,⁷³ visões só muito depois aceitas oficialmente pelo Concílio Vaticano II,⁷⁴ reconhecido o pioneirismo newmaniano pelo Papa Leão XIII que o fez cardeal. Newman e Manning, levados ao cardinalato, no “grande Movimento de Oxford, o maior movimento espiritual que a Inglaterra tenha originado, e que terminou dando à Igreja católica duas grandes figuras, e, o que é muito mais, à simbólica do catolicismo um prestígio de conseqüências religiosas ainda hoje difícil de calcular”. Nabuco, tão apolíneo que até olímpico no pairar sobre acontecimentos e sentimentos, Nabuco assim demonstra se ter tão tocado pelo Movimento de Oxford, ao concluir o retorno ao catolicismo entre os jesuítas da Farm Street e os newmanianos do Oratório de Brompton. Newman, ao lado de Manning que apresentará Nabuco ao Papa Leão XIII, e dos tão admirados estadistas Stockmar, Melbourne, Peel e Alberto, Príncipe Consorte, outras das suas maiores admirações enfatizadas no artigo nabuqueano de comemoração do Jubileu de Diamante de Coroação da Rainha Vitória publicado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro em 20 de junho de 1897, máxima profissão de fé da sua anglofilia.

Grandes afinidades aproximam então Nabuco do maior dos *whigs* católicos, Lorde Acton, mas a quem nunca cita. Também a esta Inglaterra sempre se considerou devedor: “Foi em Londres, graças a uma concentração forçada, a qual não teria sido possível para mim senão em sua bruma, que a minha inteligência primeiro se fixou sobre o enigma do destino hu-

72 GILLEY, Sheridan. *Newman and his Age*. Londres: Darton, Longmand and Todd, 1990, pp. 258, 252 e 257.

73 Os biógrafos de Newman costumam tratar também deste aspecto.

74 O primeiro cardeal da Índia, Valeriano Gracias, testemunha esta influência de Newman, in *Cardinal Gracias Speaks (A Selection of Speeches, Addresses, Sermons, Articles, Broadcasts, by the Cardinal During the Last 48 Years)*. Bombaim: St. Paulo Publications, 1977, p. 187.

mano.”. “Era uma daquelas manhãs em que Londres desabrocha ao sol, ao longo de seus parques que se sucedem como um campo interminável em meio à cidade escondida no horizonte, deixando-nos ver a mais sadia, a mais séria das almas de uma grande capital, como outra jamais existiu”.⁷⁵

75 *Minha Formação*, *op. cit.*, p. 104, e *Minha Fé*, *op. cit.*, p. 23.

.....

Liberdade e Igualdade em Joaquim Nabuco

Ao término da vida – após tantas leituras, viagens, convivências e experiências políticas e pessoais – Joaquim Nabuco conclui seu itinerário como social liberal, cristão, monárquico, porém autocrítico.

Contradição?

Todos somos menos ou mais contraditórios, a própria vida é dialética, cheia de contradições.

No pai Nabuco já apresentava em síntese “dentre os nossos antigos estadistas, o guia mais seguro dos espíritos positivos, que aliam, como Burke, o *liberalismo utilitário* e o *conservantismo histórico*”.¹

Nabuco converteu-se, ou melhor, reconvertiu-se porque nunca havia de todo esquecido o catolicismo cultural brasileiro, como se vê em *Minha Formação*, por não poder aceitar os simplismos positivistas tornados evolucionistas por Spencer. Voltou, na realidade, a uma cristianismo aberto, pré-ecumênico.

Nabuco mesmo explica, passo a passo: “Até onde me levaria o evolucionismo?”.

“Segui essa abstenção de Deus nas metamorfoses do universo até um passado tão remoto quanto o exigiram os defensores de tal teoria”.

1 NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, II vol., p. 1126.

“A ciência eliminava sua intervenção até as épocas incalculáveis em que fora dado o primeiro impulso às forças atuantes da natureza.”. “Ou ainda, se dermos o nome de Deus ao segredo indecifrável da natureza, seria Deus uma causa infinita no centro do universo, ou apenas a acumulação de efeitos infinitesimais atuantes na periferia? A causalidade infinitamente grande ou infinitamente pequena?”.

“Não se pode imaginar nenhuma descoberta científica capaz de retirar essa questão, a maior de todas, do terreno das probabilidades.

“E se a inteligência é capaz de uma expressão ilimitada e se teve a eternidade para consumá-la por que não imaginar que ela preceda já, com todo seu desenvolvimento possível, à formação de astros, ainda hoje em dia, em plena juventude como a Terra? E, afinal, por que não admiti-la tão poderosa, dominando o segredo das coisas, que não seja capaz de impor um plano ao que ainda não existe?”.²

Seu crítico francês, Claude-Henri Frèches, faz a propósito o comentário mais que meramente irônico: “Curioso batismo de Hegel e Spencer!”. “Assim, pois, Joaquim Nabuco defende a união consubstancial da fé não apenas com a verdade revelada, mas também com a verdade científica”. Nabuco realmente atribui ao catolicismo o sentido de depositário do Espírito, tanto quanto Hegel o fazia com o luteranismo nas suas *Lições de Filosofia da História*, na síntese por Frèches: “Igreja do futuro: libertadora, tolerante, traço de união entre raças e povos; geradora de paz, de amor, ela incita o homem a agir bem, conservando, simultaneamente, o que ele tem de melhor a oferecer no tempo e no espaço; ela exige o progresso da civilização e das ciências e impele o homem para a sua mais alta realização”.³

Terá Joaquim Nabuco lido Hegel e Spencer?

Nabuco cita ambos na mesma página em *Um Estadista do Império*, sua obra mais extensa, porém o faz sobre Hegel com uma metáfora, “um de seus labirintos de idéias”; já quanto a Spencer refere mais concre-

2 NABUCO, Joaquim. *Minha Fé*. (trad. do francês *Foi voulue*, publicado inicialmente pelo Departamento de Estudos Portugueses da Universidade da Provença, Aix-en-Provence, 1971, por Claude-Henri e Nicole FRÈCHES). Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1985, pp. 42-44.

3 *Idem*, p. 23.

tamente um dos seus conceitos opondo escravidão antiga à nova.⁴ Em *Foi voulue* vai ao ponto de ironizar “quaisquer ‘spencerismos’ de elos mais ou menos rompidos”. E, quanto a Darwin, “Eis como o darwinismo operou em mim o efeito contrário ao que costuma produzir”.⁵

Acresce a importância, contudo, das citações de Spencer e Hegel, porque Joaquim Nabuco não costumava fazer menções a filósofos: o próprio Comte, tão influente na época, recebe também uma única referência, o mesmo se diga de Hume, já Bentham o triplo de vezes. Enquanto os pensadores propriamente políticos são frequentemente mencionados em *Um Estadista do Império* e *Minha Formação*.

Quanto à desvinculação entre protestantismo e liberalismo em termos de exclusividade de geração deste por aquele, o que à primeira vista parece uma pré-refutação a Max Weber, na realidade se dirige explicitamente contra argumento “tão caro à imaginação dos liberais”⁶ e insere-se na linha geral do seu raciocínio.

No principal do contexto da época, Nabuco repelia o materialismo mecanicista positivista evolucionista de Herbert Spencer, a quem dedica portanto especial importância, nem que seja pelo avesso. E quanto ao cristianismo nabuqueano, ele é culturalmente luso-brasileiro e generosamente humanista e ecumênico em sua concepção de Igreja aberta, contrária a fanatismos, embora socialmente participante.

As provas de que Nabuco leu Hegel aumentam nos seus dois últimos livros, *Minha Formação* (1900) e no póstumo inédito *Foi voulue*.

Ao optar literariamente pelo francês – no qual escreveu *Pensées détachées* e peça de teatro *L’option*, bem como *Foi voulue* – ele afirma haver “desaprendido” o alemão ensinado por “meu velho mestre Goldschmidt”. Talvez uma meia justificativa explicada por *L’option* exatamente contra a anexação da Alsácia-Lorena pela Alemanha ao derrotar a França em 1870, demonstrando de que lado Joaquim Nabuco estava naquele momento. Sem ênfases contrárias ao seu temperamento apolíneo e circunstâncias da sua carreira diplomática exigindo obviamente certa auto-contenção. Ade-

4 *Um Estadista do Império*, op. cit., II vol., p. 1074.

5 *Minha Fé*, op. cit., p. 45.

6 *Idem*, p. 114.

mais, da opção literária pelo francês e pela anglofilia política, não esqueçamos ter Nabuco vivido no estrangeiro mais tempo no mundo de língua inglesa, seis ou sete anos na Inglaterra, mais uns sete nos Estados Unidos.

Mesmo assim, Nabuco coloca Goethe no penúltimo mais alto degrau das suas preferências literárias, “onde não espero morrer, porque tenho diante de mim o Dante...”. Apesar de toda modéstia quanto ao idioma alemão, confessa ter conseguido ler o Schiller de *Maria Stuarde Wallenstein* no original. Inclusive, durante as preocupações e ocupações tão absorventes da vida política, nunca deixou de continuar lendo intensa e extensamente: “Eu tinha sempre lido muito e de tudo na época em que me sentia mais político que homem de letras. Em Filosofia tinha assimilado um pouco de Spinoza, Plotino, Kant e Hegel”, embora o retorno à fé, à qual nunca de todo perdera, o fizesse passar pelo tomismo.⁷

As marcas do hegelianismo são nele mais claras e até confessadas: “recebi bem a idéia de Renan da adaptação da filosofia de Hegel, de que Deus se encontra em contínuo estado de formação”. “Por seu enunciado um tanto vago, em contraposição ao *processus* hegeliano perfeitamente delimitado e conhecido por antecipação, a idéia de Renan parecia-me possuir uma órbita infinita da qual só mais tarde conheci a radical estreiteza”.⁸ Portanto, adesão, depois repulsa, ao criacionismo.

Lido com atenção, o capítulo “Ernesto Renan”, de *Minha Formação*, é menos um deslumbramento com Renan que uma saudade de si mesmo de Nabuco, saudade da inocência perdida do jovem que se imaginava poeta, até mais esta autocrítica fazê-lo cair em uma outra realidade.

Lá está em *Foi voulue* (“Das influências literárias que sofri, nenhuma se compara à de Renan. Hoje em dia, no entanto, ao relê-lo, seria incapaz de sentir as vivas emoções de outrora”),⁹ as leituras também de juventude de Strauss¹⁰ contribuíram para dar-lhe o desconto (“A Filologia, para ele – Renan –, não passou de um atalho. A Religião deve abranger também as Artes e os moralistas. Páginas inteiras da obra de Renan são

7 NABUCO, J. *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 75.

8 *Minha Fé*, op. cit., p. 39.

9 *Idem*, p. 33.

10 *Minha Formação*, op. cit., p. 75.

meras refrações de Epiteto, através de uma idéia de Spinoza. O que a caracteriza é não ter sido mais que um estilo. Ninguém jamais conseguiu agradar tanto à sua época; nenhuma influência, porém, terá sido mais evidentemente estéril”, pois, “os alemães (Strauss e a crítica bíblica alemã desde Schleiermacher mais Hegel) que o precederam (a ele, Renan) elaboraram imensas reconstruções do passado com outra grandiosidade e outra solidez. Todavia, a erudição alemã não é nem tem a pretensão de ser uma arte. sem exceção todos se têm em conta, não de construtores de jardins suspensos, mas de operários anônimos de uma construção que jamais será completada e que, a cada época, será reestruturada a partir dos seus fundamentos. Sem dúvida, não deixa de ser uma tarefa essencial. Eles não pretendem fazer com a História, poesia ou arte cromática”.

Enquanto isto, “evidentemente, para Renan, a História mais não era que um pretexto, sob a aparência de personagens que ele desenhava, representava seus próprios e insolúveis enigmas”, “a seu favor, só possuía o virtuosismo”, há Renan, não há... renanismo.

O que resta é o que há de mais profundo, “incontestavelmente, o segredo do fascínio exercido pela obra literária de Renan reside na sua religiosidade”.¹¹

Estranho destino histórico de Ernest Renan que se queria iconoclasta crítico anti-bíblico... E mais, Renan chegou a pretender-se até filósofo político, no que não atraiu nenhuma atenção mundial para sua tentativa de polêmica não de crítica bíblica, e sim da questão do nacionalismo, com David Friedrich Strauss, após ser provocado por este pela imprensa durante a Guerra Franco-Alemã de 1870.

Renan pendulara entre democracia de massas e liberalismo elitista nos seus livros *L'Avenir de la science e Essais de morale et critique*, procurando concluí-los nos *Drames philosophiques*. Se para alguma coisa serviu a Joaquim Nabuco sua leitura, pode ter sido o impasse de quem se deixa cair neste dilema, evitado, senão superado, por Nabuco ao longo da vida.

Ainda sobre Ernest Renan, Joaquim Nabuco incluiu como anexos aos seus *Pensées détachées et souvenirs* (1906, pouco antes de falecer), reflexões claramente afins dos *Souvenirs d'enfance et jeunesse* renanianos, os

11 *Minha Fé, op. cit.*, 37, 35 e 37.

fragmentos *L'influence de Renan e Massangana*. Massangana que retorna como primeiro capítulo de *Foi voulue*, mais uma vez comprovando ter sido escrito, este belo texto literário, originariamente em francês.

A religiosidade ancestral de Nabuco não o torna, contudo, um absolutista monárquico, nem um liberal francófilo a mais. Ele percebe a inutilidade do neo-girondinismo de Lamartine e a incompreensão do *whiggism* de Guizot pela França. Mesmo tomando conhecimento deles, como se vê em *Minha Formação e Um Estadista do Império*, preferiu mais uma vez ir direto às fontes, neste caso as inglesas do Gladstone mais sensível à questão operária e à contenção do imperialismo inglês desde a Irlanda à Índia, ao contrário de Disraeli.

Joaquim Nabuco vai muito adiante, percebe claramente as limitações sociais da República brasileira se delineando no horizonte, só Tobias Barreto também no Recife teve a mesma intuição, ao contrário dos jacobinos de decepção em decepção até o extremo do suicídio de Raul Pompéia. Já Nabuco havia infletido numa direção socializante aplicada à agricultura pelo imposto único, segundo Henry George, numa época em que ainda nos Estados Unidos e Europa, não só no Brasil, a maioria da população vivia no campo. Na juventude, Nabuco simpatizara com o também socialista Louis Blanc.¹²

Em discurso na Câmara dos Deputados do Império, 14 de setembro de 1885, Nabuco já clamava explicitamente pela reforma agrária, por meio da pequena propriedade com o trabalho livre, o abolicionismo como uma reforma social e econômica.¹³ Mais a educação ainda dos libertos, a reivindicação está em *Minha Formação*.¹⁴ Nos seus discursos na Câmara dos Deputados desde 15 de maio de 1879, Nabuco se preocupava com a instrução pública e privada e criação das primeiras universidades brasileiras; em 5 de outubro de 1888, outro tanto sobre as bibliotecas, a pro-

12 NABUCO, J. *Henry George (Nacionalização do Solo. Apreciação da Propaganda para Abolição do Monopólio Territorial na Inglaterra)*. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux, 1884, e *Minha Formação*, *op. cit.*, p. 34.

13 NABUCO, J. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983, nº 26 da Coleção Perfis Parlamentares, p. 367.

14 *Minha Formação*, *op. cit.*, p. 221.

pósito do Gabinete Português de Leitura e Liceu Literário Português do Rio de Janeiro.

Como André Rebouças – que escrevera em artigo na *Revista de Engenharia*, do Rio de Janeiro, em 1890, de cujo clube foi um dos fundadores: “o monopólio da terra é o maior dos crimes sociais, porque a terra é a base de tudo; é o instrumento inicial e indispensável de toda produção” – Joaquim Nabuco escrevia em 1887: “Nós dizíamos nas conferências: a escravidão é um crime. Agora vamos pregar: o latifúndio é uma atrocidade”. “Quero demonstrar que o *landlordismo* é um crime maior que o escravagismo”.¹⁵ E mais: “A Abolição deve ser imediata, instantânea e sem indenização alguma”.¹⁶

Gilberto Freyre relembra ter isto valido a Joaquim Nabuco acusações de “anarquista”, “comunista”, até “petroleiro” como então se classificava aos terroristas.¹⁷

O que na realidade Nabuco queria era a criação de um Partido Abolicionista, ele o propõe desde 1883 no seu livro *O Abolicionismo*, “sem todavia formar um partido único e homogêneo, *no mínimo* viesse a reunir os elementos progressistas de cada um numa cooperação desinteressada e transitória, numa aliança política limitada a um certo fim”. “Entenda-se por partido não uma opinião somente, mas uma questão organizada para chegar aos seus fins”.¹⁸

Não veio o Partido Abolicionista, ficou inconclusa a Abolição, Nabuco protesta em carta a André Rebouças – primeiro engenheiro negro do Brasil, descendente de escravos – carta datada de 1º de janeiro de 1893:

15 “Correspondência entre Joaquim Nabuco e André Rebouças”. *Arquivos do Ministério da Justiça*; Brasília: Fundação Petronio Portella, ano 41, nº 172, abril-junho, 1988, p. 71.

16 NABUCO, J. *Confederação Abolicionista (Abolição Imediato e sem Indenização)*. Rio de Janeiro: Central de Evaristo R. da Costa, Panfleto nº 1, 1883, pp. 46, 48 e 5.

17 FREYRE, Gilberto. “Centenário de Joaquim Nabuco (Um Revolucionário Conservador)”. Discurso na Câmara dos Deputados em 18 de agosto de 1949 in *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994, nº 39 da Coleção Perfis Parlamentares, p. 210.

18 NABUCO, J. *O Abolicionismo*. Londres: Tipografia de Abraham Kingdon E Ca., 1883, pp. 14 e 10.

“os negros estão morrendo e pelo alcoolismo se degradando ainda mais do que quando escravos, porque hoje são livres, isto é, responsáveis, antes eram máquinas, cuja sorte Deus tinha posto em outras mãos”.¹⁹

Ocorrera o tão bem sintetizado por Gilberto Freyre: por consequência da inconclusão da obra da Abolição surgira “um proletariado de condições menos favoráveis de vida que a massa escrava”.²⁰ Alexis de Tocqueville já analisara fenômeno idêntico na Europa logo após a Revolução Francesa e em suas repercussões nas vizinhanças: “Na antiga sociedade feudal o senhor possuía grandes direitos, mas também grandes encargos”. “Desde que tiraram do senhor seus antigos poderes, este resolveu livrar-se de suas antigas obrigações. Nenhuma autoridade local, nenhum conselho, nenhuma associação provinciana ou paroquial tomou o seu lugar”.²¹ Daí os movimentos socialistas passarem a liderar as massas abandonadas em êxodo rumo às cidades na Revolução Industrial. Ela tardou na periferia, também no Brasil, com o resultado dos primeiros movimentos socialistas não poderem acompanhar seus congêneres nas matrizes em conquistas trabalhistas, assim retardadas.

Rui Barbosa, companheiro de geração de Joaquim Nabuco em campanhas sociais, participa da denúncia ao explicar: “Estava liberto o primeiro operariado brasileiro, aquele a quem se devia a criação da nossa primeira riqueza nacional”. “Valeram-lhe? Não. Deixaram-no estiolar nas senzalas, de onde se ausentara o interesse dos senhores pela sua antiga mercadoria, pelo seu gado humano de outrora. Executada, assim, a Abolição era uma ironia atroz. Era uma segunda emancipação o que se teria a empreender, se o abolicionismo houvera sobrevivido à sua obra...”.²²

19 NABUCO, J. *Cartas a Amigos*. São Paulo: Instituto progresso Editorial, 1949, I vol., p. 219

20 FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. 12ª ed. Brasileira e 13ª em língua portuguesa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963, p. 27.

21 TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução* (trad. do homônimo francês). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979, pp.125, 77 e 123.

22 *Apud* MANGABEIRA, João. *Rui (O Estadista da República)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943, p. 292.

Mesmo sem Partido Abolicionista, Rui Barbosa ousa reagir contra a situação. Candidata-se à presidência da República em campanha contra um marechal, sobrinho de Deodoro da Fonseca, em 1910, campanha civilista protestando contra a tendência ao salvacionismo militar vindo dos positivistas, mas já dominado pelo latifúndio da aliança “café com leite” dos grandes cafeicultores paulistas com os também grandes fazendeiros de Minas Ferais, desde o primeiro civil, Prudente de Moraes, substituir na presidência da jovem República aos seus proclamadores militares, Deodoro e Floriano Peixoto.

Em 1919, Rui volta a candidatar-se à presidência, desta vez contra outro civil, outro membro da oligarquia mesmo ilustrado, quando Rui Barbosa lança pioneiramente uma campanha presidencial com reivindicações também operárias de Questão Social. Paralelamente, desencadeavam-se ondas de repressão ao início da sindicalização urbana e às rebeliões camponesas do Norte ao Sul do País, de Canudos, na Bahia, ao Contestado, no Paraná.

As duas derrotas eleitorais de Rui são algumas das comprovações da veracidade da conclusão do historiador estadunidense Robert Conrad: “Enfrentando exigências de mais mudança social, a elite tradicional conservou seu poder e autoridade e, depois, varreu o movimento democrático no golpe de Estado militar que provocou o desaparecimento do Império de D. Pedro II e estabeleceu uma república conservadora. Nos últimos anos do século XIX, depois de caos, ditadura e até uma insensata guerra civil, a sociedade brasileira reverteu às normas que haviam sido ameaçadas pela curta experiência abolicionista e milhões de brasileiros, particularmente aqueles cujas peles escuras os marcavam como descendentes de escravos, continuaram vivendo de uma forma muito semelhante àquela em que viviam sob a escravidão (.). Mais de cem anos, na realidade desde a libertação dos recém-nascidos (pela Lei do Ventre Livre, antes da dos Sexagenários e da Lei Áurea) – milhões de seus descendentes ainda se vêem negada a igualdade de oportunidades, imaginada, para eles, pelos líderes abolicionistas”.²³

23 CONRAD, Robert. *Os últimos Anos da Escravidão no Brasil* (trad. do inglês *The Destruction Of Brazilian Slavery*). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, pp. 336 e 337.

Daí Gilberto Freyre poder dizer que “a verdadeira revolução brasileira da segunda metade do século foi a abolicionista; e não a republicana”.²⁴ Daí a fidelidade não só de Nabuco à monarquia, também a dos abolicionistas, tão ativos quanto ele, André Rebouças e José do Patrocínio. Mesmo com todas suas delongas, pelo próprio Nabuco muitas vezes de público denunciadas,²⁵ “se a monarquia pudesse sobreviver à Abolição, esta seria o seu apanágio; se sucumbisse, seria o seu testamento”.²⁶ Isto quanto à dinastia dos Braganças, a dos Nabucos também havia associado seu destino político ao abolicionismo desde a Lei do Ventre Livre, do Ministério do Visconde do Rio Branco, da qual foi relator o Conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo, tão bem retratado pelo filho, neste e noutros momentos, em *Um Estadista do Império*.

Ia cumprir-se a previsão de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, Nabuco reivindicando educação e terras para o liberto (“A liberdade sem o trabalho não pode salvar este país da bancarrota social da escravidão, tampouco merece o nome de liberdade: é a escravidão da miséria”),²⁷ sem o que o cadáver da escravidão vai apodrecer nas ruas do Brasil, das favelas, sucessoras dos quilombos também urbanos, às avenidas e bairros da classe média e alta, em estado de sítio por medo de assaltos e invasões, na profecia de Rui: “A carcaça do cativo morto ontem está em decomposição no meio de nós...”.²⁸ Ninguém previu melhor, e com tanto tempo antes, o que veio a acontecer.

Portanto, Joaquim Nabuco nunca se enganou quanto aos rumos daquela república, desde cedo se encaminhando pela rota tão insuficiente, que essencialmente errada. Nabuco nunca se incomodou muito com as formas de Governo, algo à maneira de Tobias Barreto dele tão diferente

24 FREYRE, G. *Discursos parlamentares*, op. cit., p. 211.

25 Vide, por exemplo, *O Erro do Imperador (Propaganda Liberal, Série para o Povo. Primeiro Opúsculo)*. Rio de Janeiro: Tip. De G. Leuzinger & Filhos, 1886.

26 *Minha Formação*, op. cit., p. 205.

27 Apud GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1989, p. 168.

28 Artigo em *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1899.

noutros pontos, como se vê nas palavras nabuqueanas: “Se alguém me perguntar se sou monarquista ou republicano, em princípio, eu mesmo não saberei responder”. “Para mim a luta é a mesma, é o mesmo espírito escravista contra o mesmo espírito popular, é a mesma guerra social entre o feudalismo que não quer morrer e a democracia que não pode nascer, e como sinto uma confiança ilimitada nas idéias, estou certo de que o resultado será o mesmo de 13 de maio – a vitória do povo”.²⁹ Nada sintetiza melhor o pensamento político de Nabuco que tais palavras.

Contra e acima dos partidismos, Joaquim Nabuco escreve ao amigo e conterrâneo José Mariano, que prosseguira do abolicionismo ao republicanismo, como se vê nesta carta datada de julho de 1888, logo após a Lei Áurea: “Deixe os partidários desgostarem-se de mim: estou fazendo a única política verdadeiramente democrática que possa existir no país. Os partidos esmagam o povo. Ambos eles são exploradores e mal começa o Republicano já está adorando o bezerro de ouro”. “Não considero o interesse de nenhum partido, mas somente o do povo que nada pode fazer por mim porque ainda nem sequer balbucia a linguagem de seus direitos. Eu sei que a minha atitude tem aí desagradado ao partidismo”.³⁰

Ao apagar das luzes da Monarquia, Nabuco escreve em 2 de janeiro de 1889 protestando contra a reação à bala dos latifundiários tornados republicanos, contra os escravos libertos que queriam se solidarizar com a Família Imperial: “Os republicanos fizeram fogo sobre os sitiados do prédio e dispararam não sei quantos tiros. Isto não promete nada bom, mas o resultado de tudo há de ser o ódio de raça, porque os republicanos falam abertamente em matar negros como se matam cães. Eu nunca pensei que tivéssemos no Brasil a guerra civil depois, em vez de antes, da Abolição. Mas havemos de tê-la. O que se quer hoje é o extermínio de uma raça e como ela é a que tem mais coragem, o resultado será uma luta encarniçada”.³¹

Joaquim Nabuco entendeu perfeitamente a reação contra o abolicionismo enganosamente em nome do republicanismo, até então ape-

29 GOUVÊA, F. da C., *op. cit.*, p. 380.

30 Carta no Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

31 Carta no Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

nas com dois ou três deputados na Câmara do Parlamento do Império,³² numa época em que não havia nenhuma repressão contra eles, pois estavam numa fase de propaganda pacífica. O Segundo Reinado orgulhava-se de nunca ter exercido a censura de imprensa e de sempre haver anistiado os revoltosos políticos, de modo a voltarem a exercer suas atividades fora e dentro da Política.

Nabuco percebeu muito bem que a República impenitente não teria a mesma compreensão para seus próprios dissidentes, muito menos prosseguiria na obra de educação e reforma agrária para os libertos.

Ele não ficava apenas por gratidão ao lado da monarquia deposta, e sim ao discordar da primeira Assembléia Constituinte da República que não só confirmava sua proclamação, legalizando assim um golpe militar, quanto substituíu o parlamentarismo, em lenta elaboração, sob o Segundo Reinado, por um abrupto presidencialismo pelos ressentidos contra o abolicionismo: “Não se devia absolutamente aproveitar para nenhuma fundação nacional o ressentimento do escravismo; por prever que a monarquia parlamentar só podia ter por sucessora revolucionária a ditadura militar, quando a sua legítima sucessora evolutiva era a democracia civil; por pensar que a República seria no Brasil a pseudo-república que é em toda a América Latina”.

“O Partido Republicano foi inicialmente um movimento puro de aspiração democrática”, conspurcado pela onda de adesistas anti-abolicionistas, que “Fê-lo perder de vista o povo”, “e o segundo contingente, o Exército, que o tornou vencedor sem combate, fê-lo perder de vista a

32 George C. A. BOEHRER na sua tese de doutoramento na Universidade Católica da América em Washington, D.C., *Da Monarquia à República (História do partido Republicano do Brasil. 1870-1889)*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, *s.d., passim* – mostra como os republicanos eleitoralmente no máximo o segundo partido, quase sempre o terceiro após o Conservador e o Liberal, conseguiram montar jornais de propaganda capazes de pelo menos paralisar a resistência potencial da maioria, quando do golpe militar da proclamação do 15 de novembro de 1889. Os intelectuais urbanos, com poucos votos, eram majoritariamente republicanos e eram proprietários e/ou controlavam aquela imprensa. Daí a decepção destes jacobinos com o Termidor brasileiro militar, em seguida latifundiário, levando Saldanha Marinho a exclamar “Esta não é a República dos meus sonhos!” e Raul Pompéia até ao suicídio.

própria República”. E, nesse tipo de república, ao excluir os monarquistas, “não se verificou somente que o país não estava preparado para ela, mas também, o que talvez pior, ela não estava preparada para o Governo”.

A desordem do Estado que se seguiu, na administração, nas finanças, na politicagem daí em diante desenfreada em opressão contra os ex-escravos libertos e contra quem ousasse protestar das cidades aos campos, do Norte ao Sul de Canudos ao Contestado, então “os republicanos não acharam para pôr no lugar da Monarquia senão o Governo militar, que representa um período de crescimento social anterior ao da monarquia parlamentar, e que não pode em caso algum preparar o país para a República”.³³

Daí em diante se alastrou ao Brasil “o perigo do militarismo”, “porque o militarismo pode existir sob a forma pretoriana da anarquia tanto quanto sob a forma de união e disciplina – o perigo militar sob todas as suas faces cresceu consideravelmente com os precedentes e a lição viva do que se pode chamar florianismo”. Que chegou ao extremo, até então inédito na História do Brasil, de apelar à intervenção estrangeira, a dos Estados Unidos por meio da sua esquadra, para deter a revolta da Armada brasileira em plena Baía da Guanabara.³⁴ Apelo feito pelo Marechal-Presidente Floriano Peixoto.

Joaquim Nabuco conclui corajosamente, como sempre, sua profissão de fé *Porque Continuo a ser Monarquista*: “Monarquista sem esperança de monarquia, para que serve?”. “Serve para não ser republicano sem esperança de liberdade”. Mas, “estou pronto a dizer-me republicano, mesmo com a certeza da Restauração diante de mim, se se modificar em meu espírito a convicção de que a República no Brasil há de ser uma forma inferior de despotismo”.

Pois, com Spencer contra Comte, a verdade que “as Constituições não se fazem mas crescem, verdade que faz parte da verdade maior, que as sociedades em toda a sua organização não se fazem, porém crescem, afas-

33 NABUCO, J. *Porque Continuo a ser Monarquista (Carta ao Diário do Comércio)*. Londres: Abraham Kingdom & Newham, 1890, pp. 3, 4, 7, 11, 12 e 10.

34 *A Intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada de 1893* in *Nabuco e a República*, textos com organização e introdução por Leonardo DANTAS SILVA. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1990, p. 170.

ta de uma vez a idéia de que se possa dirigir como se quer um sistema de Governo artificialmente combinado”.³⁵

Em carta de 16 de março de 1891, de Londres, para onde fora após a Proclamação da República à maneira de André Rebouças e outros em auto-exílio de protesto, Nabuco escreve mais contundente porque em carta privada: “O que me fazia evitar a República não era o receio de que ela viesse com sangue. Era a certeza de que ela não podia vir sem a ladroeira e o servilismo e apagamento do senso moral já tão debilitado. A coisa porém parece que era necessária. Sirva-nos ela para alguma coisa no futuro”.

O realismo de Joaquim Nabuco cede ao coração ao concordar em colaborar com o jornal *O Comércio de São Paulo*, adquirido em 1895 por Eduardo Prado para dar-lhe um sentido monárquico, mas sem deixar de adverti-lo em carta de 30 de janeiro de 1896, várias vezes rascunhada, sinal de grande preocupação ao preveni-lo: “O *desideratum* de tal jornal devia ser produzir uma agitação capaz de transformar-se em revolução no momento favorável. Esse jornal não seria bem aceito pela opinião, que é moderada, tímida, hesitante; os espíritos conservadores do país achariam que ele vinha, sem possibilidade de êxito, exasperar os republicanos, provocar ditaduras, dar ganho de causa aos jacobinos. Esse jornal ou era recebido com indiferentismo, se fosse exercido sem talento, ou realmente assustava os guardas da República, que açulariam o Exército contra ele”.³⁶

Em 1902 falece Eduardo Prado; Nabuco anota em seu diário: “Perdi um camarada, um da minha roda, do meu grupo de amigos, do bando literário-político-social a que pertenci”.³⁷ Em carta de 26 de novembro de 1902 a Domingos Ribeiro anima-se, em meio à tristeza, com a notícia, depois não concretizada, de instituição de uma fundação pela matriarca Dona Veridiana Prado, para “reunir a grande biblioteca dele em um edifício a fim de perpetuar-lhe a memória”.³⁸

Nabuco tinha razão naqueles prudentes conselhos a *O Comércio de São Paulo*, de Eduardo Prado. O *Jornal do Brasil*, fundado monar-

35 *Porque Continuo a Ser Monarquista*, op. cit., pp. 22, 15 e 16.

36 Cartas no Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

37 *Apud* NABUCO, Carolina. *A Vida de Joaquim Nabuco*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958, p. 276.

38 Carta no Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

quista por Rodolfo Dantas, teve tão ampla repercussão por seu alto nível, que foi apedrejado e o Ministro da Justiça declarou aos jornalistas “que o Governo não garantia nem a vida dos jornalistas nem a integridade da tipografia”.³⁹ Rodolfo Dantas vendeu o *Jornal do Brasil* e rumou ao auto-exílio, na Europa, com Nabuco. Os jacobinos retribuía a liberdade de imprensa que tiveram no Segundo Reinado.

Joaquim Nabuco decidira abandonar de vez a Política, com “P” maiúsculo, a única a que sabia fazer.⁴⁰ Desde 1890 escrevera a Resposta às Mensagens do Recife e Nazaré, dirigida aos seus habituais eleitores de deputado aos quais representara no Parlamento do Império na campanha abolicionista, explicando-lhes os motivos da sua atitude. De Londres envia o Agradecimento aos Pernambucanos.⁴¹

A virada do século XIX ao XX presenciava, contudo, o início da cicatrização das feridas da guerra civil iniciada com o protesto do Levante da Armada, no Rio de Janeiro, concluída com a derrota da Revolta Federalista que assolara do Rio Grande do Sul a Santa Catarina e Paraná. Veio Campos Sales de 1898 a 1902 para a reconstrução nacional através de inevitável dura reorganização das finanças do Estado, o que lhe custou muita impopularidade.

A grandeza de Nabuco o fez escrever carta ao Presidente Campos Sales em 24 de novembro de 1902, término do seu governo: “As nossas idéias em Política sempre foram diferentes, mas prezo-me de acreditar que a nossa sinceridade foi igual. A força da sua administração foi essa perfeita sinceridade, que se nota também nos seus discursos. Confesso-lhe, porém, que só por estes eu o teria tido na conta de ideólogo, ao passo que na presidência vi o estadista de propósito mais firme e mais direto que se podia desejar. A sua Política, porém (refiro-me à idéia da sua presidência que foi ‘ressuscitar’ o crédito público, tirar as nossas finanças do ‘caos’), não podia ser popular”.⁴²

39 *Apud* NABUCO, Carolina, *op. cit.*, p. 270.

40 Minha Formação, *op. cit.*, p. 53

41 NABUCO, Carolina, *op. cit.*, pp. 265 e 266.

42 Carta no Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

Campos Sales havia insistido no convite do Governo Provisório no sentido de Joaquim Nabuco aceitar uma Legação do Brasil na Europa, ou mesmo uma cadeira no Senado, propostas recusadas da mesma forma.⁴³ O que não impedia, em termos de Política geral, a Nabuco passar a defender a reconciliação nacional, mesmo retificando em pormenores as declarações a ele atribuídas pela Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro: “Eu disse uma vez que o último aderente da República seria o instinto de nacionalidade, mas chegou o momento em que esse instinto nos deve gritar a todos: ‘Esquecei vossas dissensões políticas, o país está chegando ao grau de fraqueza do qual nenhuma nação se levanta, e quando ele ficar caído, acreditais que ficará salva a vossa responsabilidade de Brasileiros com a resposta: Nós nada tínhamos com isso, nós éramos monarquistas?’. É tempo de cessar o grito cruel de quanto pior melhor”.⁴⁴

E mais: “Com ressalva de minhas idéias monárquicas, do que tenho dito e escrito, posso entrar por toda parte na República para defender a causa nacional. Nada me liga à República; se me desligam da Monarquia, ficarei tendo um só partido: o da Pátria”.⁴⁵

Na virada de 1899 a 1900 Nabuco aceita finalmente a Legação do Brasil em Londres, com grande escândalo dos monarquistas (Carlos de Laet escreve artigo acusando-o grosseiramente de “apóstata, trãsfuga”),⁴⁶ apesar da Princesa Isabel do exílio mandar dizer-lhe: “Quero que o Sr. Nabuco saiba que aprovo o seu ato de patriotismo, como meu pai, se fosse vivo, o aprovaria”. Eduardo Prado, radical monarquista histórico, também o defende e, Nabuco, convidado pelos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, onde iniciara os estudos concluídos na do Recife, é aos jovens que se explica: “Eu não aderi à República, porque ninguém tem o direito de dizer que adere às leis e instituições do seu país”. Discurso de 14 de setembro de 1906, explicativo do de 19 de junho do mesmo ano, quando pareceu aderir à República.

43 *Apud* NABUCO, Carolina, *op. cit.*, pp. 320 e 321.

44 Carta no Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

45 Carta no Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

46 Há dois rascunhos desta carta, ambos sem destinatário, datados de 29 de abril de 1900, no Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

“Eu estou quite com a minha fé monárquica, porque a envolvi religiosamente na mortalha de púrpura em que dormem as grandes dinastias fundadoras”.⁴⁷

Certamente se referia ao seu grande painel em *Um Estadista do Império*.

Nabuco preocupava-se também com os eleitores monarquistas do Pernambuco liderado pelo Conselheiro João Alfredo, Primeiro-Ministro quando da Lei Áurea, duramente perseguido pelos republicanos temerosos da sua popularidade. Nabuco escreveu a amigos comuns: “Sinto todos os desgostos que possa sofrer o João Alfredo (politicamente meus laços com ele romperam-se de todo desde que o Partido Monarquista me repudiou com insinuações e ofensas ao aceitar eu a causa do Brasil contra as pretensões da Inglaterra)”.⁴⁸ Era a Questão da Guiana, questão de fronteiras que requeria a capacidade de Nabuco conforme lhe reconhecia o Barão do Rio Branco, alvo de idênticas acusações de adesismo, dos quais do mesmo modo se defendia dizendo que servia ao Brasil, não à República. Por isso Nabuco aceitara a Legação em Londres.

Daí Joaquim Nabuco poder concluir naquele discurso aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo em 14 de setembro de 1906: “Eu não fiz, porém, ato de contrição, e nem tinha de que fazer, porque as minhas intenções foram sempre as mais puras, e nem um só dia estabeleci competência entre a dinastia e o país”.⁴⁹

A Família Imperial continuou se correspondendo com Nabuco, como o demonstram os telegramas de condolências e congratulações intercambiados com a Princesa Isabel e o Conde d’Eu até o fim da vida de Joaquim Nabuco embaixador do Brasil em Washington.⁵⁰

Por tudo isso, Joaquim Nabuco foi muito mais social liberal *whig*, correspondente à última geração deles em princípios do século XX, na Grã-Bretanha, à maneira típica de Lloyd George,⁵¹ que um liberal con-

47 *Apud* NABUCO, Carolina, *op. cit.*, pp. 324, 325, 332 e 333.

48 *Vide* nota 46.

49 *Apud* NABUCO, Carolina, *op. cit.*, p. 332.

50 Correspondência no Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

51 *Vide*, por exemplo, Stephen CONSTANTINE. *Lloyd George*. Londres – Nova York, Routledge, p. 40.

servador. O próprio Winston Churchill começou social liberal, defendendo direitos dos trabalhadores e,⁵² mesmo após passar-se para o Partido Trabalhista, Churchill até o fim se disse *tory democrat*,⁵³ expressão de difícil tradução, algo além de “democrata conservador”, pois alguns grupos chegavam ao ponto de se proclamarem até “revolucionários conservadores”.⁵⁴ O termo foi cunhado noutra contexto pelo poeta austríaco Hugo von Hofmannsthal, em conferência na Universidade de Munique em 1927,⁵⁵ quando a derrota da Alemanha e Áustria-Hungria na então recente Primeira Guerra Mundial demonstrava conseqüências imprevisíveis no choque máximo entre hitleristas e stalinistas, ambos totalitários, ameaçando o mundo.

Movimento muito amplo, os conservadores esclarecidos, cônscios da importância e necessidade de cederem, para salvação não só de interesses de classe (lembremo-nos das votações também populares dos conservadores britânicos e dos liberais radicais franceses, levando-os ao poder até com grandes maiorias), os conservadores esclarecidos percebiam a vontade do povo de acrescentar novas conquistas sociais, sem precisar ter de perder direitos já conquistados e liberdades públicas, como ameaçava como preço o stalinismo, diante da ameaça até niilista e racista do hitlerismo.

Conservadores, liberais e trabalhistas britânicos, terão a sabedoria política de unir-se contra os nazifascistas, de modo a Londres resistir sozinha desde a queda da França em julho de 1940, até a entrada da União Soviética no conflito em junho de 1941, os Estados Unidos em dezembro de 1942. Grã-Bretanha sob a liderança do *tory democrat* Churchill.

Joaquim Nabuco faleceu em 1910, com sessenta anos; poderia ter vivido ainda intensamente pelo menos a década seguinte, enfim social liberal anglófilo, não propriamente neo-girondino francófilo, sua americanofilia puramente pragmática. Ele testemunhara a mudança da era de Tocqueville pela de Jackson e suas conseqüências populistas, preferia a

52 *Idem*, p. 40.

53 CHURCHILL, Winston, *History of the English – Speaking Peoples*. Abridged edition. Nova York: Wings Books-Randon, 1994, p. 449.

54 MOHLER, Armin. *Die konservative Revolution in Deutschland (1918-1932)*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1989, dois volumes.

55 HOFMANNSTHAL, Hugo von. “Das Schrifttum als geistiger Raum der Nation”. *Die Neue Rundschau*, nº 38, 1927, vol. 2, pp. 11-26.

aliança funcional com os Estados Unidos, como a queria o Barão do Rio Branco para obtenção do Acre e de Palma-Missões por mediações de Washington, como se vê na carta de Nabuco a Artur Orlando em 15 de outubro de 1906: “O Oliveira Lima procura espalhar desconfianças contra os Estados Unidos. Com que fim? Mesmo no caso de serem elas justificadas, a nossa política melhor era fazer-nos amigos e não inimigos deles, ter a sua amizade e não o seu indiferentismo”.⁵⁶ Ou, pior, Washington ficar ao lado da Bolívia na Questão do Acre e da Argentina em Palma-Missões, em vez da aceitação da compra brasileira das ações da Bolivian Syndicate, proprietária das terras com seringais no Acre, e do parecer do próprio Presidente Grover Cleveland em favor do Brasil em Palma-Missões. Era a *Realpolitik* de Rio Branco e Joaquim Nabuco, com êxito, parcial só no caso da Guiana.

Já naquele tempo, Nabuco pertencia a algumas das primeiras organizações não-governamentais, a Anti-Slavery Society, ainda hoje com sede em Londres entre elas.⁵⁷ O relacionamento Nabuco-ONG mereceria estudo à parte, sobre mais este pioneirismo nabuqueano.

Por tantos motivos, Gilberto Freyre chega ao ponto de considerar Joaquim Nabuco um “revolucionário conservador”, além de “reformador social”: “Joaquim Nabuco parece ter compreendido que, em tais épocas, cabe aos homens de responsabilidade intelectual ou política, mesmo quando revolucionários na substância, serem conservadores de formas e de ritos para que dentro desses ritos se processem menos cruamente e violentamente alterações necessárias ao melhor ajustamento entre os homens. O sistema inglês de revolução política e até social...”. Que vem da Revolução Gloriosa de 1688.

Gilberto Freyre completa sua interpretação do Nabuco “revolucionário conservador” no sentido “intensamente personalista” social, além do individualismo: “Neste ponto antecipou-se, como noutros, ao moder-

56 Carta no Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

57 Joaquim NABUCO discursou no *public breakfast* de 23 de março de 1881 em sua honra em Londres pela British and Foreign Anti-Slavery Society, discurso publicado por *The Anti-Slavery Reporter*. Londres: séries 4, vol. I, nº 4, 14 de abril de 1881, pp. 51-56. Foi criado o equivalente no Brasil como se vê no *Manifesto of the Sociedade Brasileira contra a Escravidão (Brazilian Anti-Slavery Society)*, reprinted from *The Rio News*. Rio de Janeiro, 1880.

no socialismo ou trabalhismo inglês”, “que não esquece a pessoa nem pela raça, nem pela classe, nem pela massa”.⁵⁸

A filosofia política nabuqueana, em seu pensamento social e não só político e institucional, veio do liberalismo neo-girondino da juventude ao socialismo agrário de Henry George, passando pelo socialista *quarante-huitard* Louis Blanc e o liberalismo social *neo-whig* de Gladstone. Liberdade e igualdade mais a solidariedade do cristianismo social e liberal do seu tempo.

Gilberto Freyre mostra como “não era apenas o escravo que Joaquim Nabuco enxergava. Ultrapassando os abolicionistas do seu tempo, ele enxergava a necessidade, que outros homens públicos do Brasil, nem mesmo hoje, enxergam, de redimir-se, valorizar-se, elevar-se o homem aparentemente livre, mas pobre, que a escravidão, como regime social, tornou quase pária entre nós”. Pois, di-lo o próprio Nabuco, “a escravidão não é uma opressão ou constrangimento que se limita ao ponto em que ela é visível: ela espraia-se por toda a parte; ela está onde estás; em nossas ruas, em nossas casas, no ar que respiramos, na criança que nasce, na planta que brota do chão...”⁵⁹

Combater todas as formas de escravidão, em todas as partes do mundo e em todas as formas – econômica, social, política, moral, sem cair em novas formas de escravidão em nome do seu combate – eis a mensagem política mais profunda e duradoura de Joaquim Nabuco, fundamentada no seu grande, intenso e ativo humanismo; mesmo em meio das limitações sempre presentes em todas as épocas, às quais Nabuco tão bem entendeu e procurou superar na medida das suas forças e do seu tempo. Simmel já dizia: também os líderes são liderados.

58 FREYRE, G. *Discursos Parlamentares*, *op. cit.*, pp. 211 e 227.

59 *Idem*, p. 227, e *apud* a mesma página.

**CORRESPONDÊNCIA
DE
JOAQUIM NABUCO**

Rio, 2 de janeiro de 1889

Meu Caro José Mariano,

Escrevo-te para desejar-te um feliz 89, a ti e a todos os teus, máxime à D^a Olegarinha.

Tu estás neste momento, meu caro Amigo, numa posição difícil. És, *positivamente*, a esperança dos republicanos e o teu pronunciamento teria a importância de uma batalha perdida para a monarquia e ganha para a república. Eu, tu sabes, não tenho ambição política, nada quero nem espero da política hoje, que a missão de minha vida está terminada, mas deixa-me dizer-te: Não te enganes! A causa do *povo* não é a república. Eu vi os teus apertes na Assembléia Provincial na tua antiga veia republicana e fizeste muito bem em defender homens como Maciel Pinheiro e Martins Júnior da suspeita de quererem reescravizar os libertos! Mas qualquer que seja o caráter democrático do movimento no Norte, no Sul ele é uma explosão de despeito e de rancor contra a lei de 13 de maio.

Organizou-se nesta cidade uma chamada Guarda Negra e no domingo houve um combate entre ela e os republicanos na Sociedade Francesa de Ginástica. Os republicanos fizeram fogo sobre os sitiantees do prédio e dispararam não sei quantos tiros. Isto não promete nada bom, mas o resultado de tudo há de ser o ódio de raça, porque os republicanos falam abertamente em matar negros como se matam cães. Eu nunca pensei que tivéssemos no Brasil a guerra civil depois, em vez de antes, da Abolição. Mas havemos de tê-la. O que se quer hoje é o extermínio de uma raça e, como ela é a que tem mais coragem, o resultado será uma luta encarniçada. De tudo isto eu lavo as mãos. Os liberais se subirem hão de ter um papel difícil a desempenhar.

Estou me distanciando muito de ti, não sei mesmo se serei candidato, mas em todo tempo tu terás sempre a amizade sincera do teu companheiro de tantos anos de aspiração generosa pela libertação de nossa pátria. Não teremos outro 13 de maio! É o amor dos escravos, e o de Pernambuco, as duas paixões de minha carreira política, que me fazem hoje identificar-me com o liberalismo monárquico contra a revolução republicana. Espero ir breve a Pernambuco, mas neste momento não devo sair do Rio. Estamos no meio de grandes acontecimentos de sérias conseqüências. No dia em que te vir passado para a república, como os republicanos esperam, terei pena do pobre povo do qual és um dos poucos sinceros amigos que tenho conhecido e terei pena de Pernambuco.

Adeus, meu caro Amigo. Muitas felicidades a D^a Olegarinha pelo Ano Novo, e para ti um abraço apertado do teu sempre certo

Joaquim Nabuco

16 Cheyne Gardens, S. W.
Londres, 16 de março (de 1891?)

Meu caro Taunay,

Muito agradecido pela sua lisonjeira aprovação do meu folheto. É tudo que posso fazer infelizmente, pensando todavia que a época não é da monarquia porque a esta seria e deve ser incompatível com o período financeiro que atravessamos e que deve primeiro gastar-se pela liquidação à Argentina para ser possível uma política de reparação.

Quanto sinto não haver aí um jornal de nossa idéia!

Poderíamos assim pelo menos pugnar por ela. Devemos agora substituir os antigos palavrões pelas franquias das paixões a fim de poder viver nesse meio. Quem me dissesse há anos que o Brasil se tornaria um Paraguai, que nós nos embriagaríamos e deleitaríamos com a mesma adulação a um déspota com família, que teríamos sede da ditadura analfabeta de Solano López, me admiraria muito, mas hoje nada mais me admira. Adeus, meu caro Amigo.

Todos os meus desejos são poder voltar breve, mas ao mesmo tempo me pergunto a mim mesmo: para fazer o quê? Somente para assistir a esse triste espetáculo e ver figurar eu nele os homens do Império? Quando a decepção republicana for completa, será outra coisa, ao menos aos olhos de todos estaremos justificados em nossa divergência de boa fé com os republicanos honestos e verdadeiros. O que me fazia evitar a república não era o receio de que ela viesse com sangue. Era a certeza de que ela não poderia vir sem a ladroeira e o servilismo e apagamento do senso moral já tão debilitado. A coisa, porém, parece que era necessária. Sirva-nos ela para alguma coisa no futuro.

Li o seu magnífico artigo no *Jornal*.
Do seu muito afetuoso amigo,

Joaquim Nabuco

Paquetá, 31 de julho de 1890

Meu caro Barão,

Se pensa que há muito tempo que eu não lhe tenho escrito, engana-se muito apesar de não ter recebido cartas minhas. Escrevi-lhe longamente mais de cinco vezes e as cartas ficaram em minha secretaria. Mando-lhe uma que relendo agora acho a melhor para exemplificar o meu gênero de vacilação. Depois de lhe escrever, eu, ou receava que a carta não lhe chegasse às mãos pelo estado do nosso correio, ou acreditava ter desenhado mal a situação de modo a induzi-lo em erro e dar lugar a uma ação sua por perda a ela e nós. Escrevi-lhe longamente sobre a sua honrosíssima demissão e dessa carta, que ora inutilizo por ter muita coisa anacrônica, copio esses trechos: “O seu procedimento, meu caro amigo, eleva-o na opinião de todos quantos apreciam o caráter, em cujo número, fique certo, entram muitos que o não tem. Foi magistral a lição que deu ao nosso célebre ministro da Fazenda, ao que se diz, ‘assessor’ do Generalíssimo. Viu como ele procedeu com a Delegacia do Tesouro, com o BEM chamado e agora com o seu próprio Couto? Eu costumo dizer que ele não faz à monarquia todo o mal que podia ter feito, porque não chegou a ser ministro”. Escrevi-lhe quando nasceu a nossa filhinha em fevereiro e nessa carta que lhe remeto verá referência ao nascimento, porque eu tinha deixado de mandar a outra e não queria que não soubesse por mim mesmo de um fato tão importante para mim. Nessa carta que também rasgo eu lhe dizia: “Nasceu nesta ilha, cara aos Andradadas, uma filhinha nossa que se chamará por estes dias Maria Carolina e de cuja existência peço-lhes que tomem nota para casos futuros”. Escrevi-lhe de Lambari e ainda de volta, mas, como lhe

disse, acontecia-me sempre dizer nas cartas mais do que convinha, e os agradecimentos mudavam com tal rapidez que eu tinha medo de mandar-lhe uma impressão que o enganasse e que eu mesmo não tivesse mais no momento em que recebesse a minha carta. Por isso, rasgava umas cartas e deixava outras em cima da mesa, e, de fato, não lhe *escrevia* nunca, como digo na carta inclusa, porque escrever em correspondência é pôr a carta no correio.

Carlottinha me disse que *lhe* pareceu que eu não tinha feito tudo o que podia e devia por ocasião da sua remoção. Tenho consciência porém de que fiz, assim como de que eu não *podia* nada em tais circunstâncias. Depois de aceita a troca eu estava tolhido de dizer qualquer coisa na Câmara. Seria proceder como *amigo urso*, dar argumento aos seus inimigos para qualificar de desairoso, ou pelo menos hostil, um ato que me foi descrito como uma transação, *a compromise*, no próprio ministério e que portanto em nada o vexava. Se os debates porém fossem publicados tais como têm lugar e os apartes tomados, veria que ninguém na Câmara tinha dúvida sobre a espécie de devoção em que sempre o tive e que era um fato de notoriedade geral, posso dizer.

Basta de explicações, meu caro amigo. À medida que se vive, e a nossa geração envelhece e azeda mais cedo do que a sua, vai se compreendendo melhor o valor dos sentimentos verdadeiros que se tem, ainda talvez mais do que o dos que inspiramos. A amizade que eu lhes tenho a todos é para mim uma fonte de consolação de que eu gozo *ainda* mais, se é possível, no isolamento e à distância do que nas nossas longas e saudosas palestras quando nos encontramos, porque é só então que realmente podemos contar as raízes de nossa vida. Quantas vezes neste completo retiro de Paquetá, em que vivemos com pequenas interrupções desde que nos casamos, falo à minha mulher em seu nome e no da Baronesa, como de outra família minha e a quem tanto devo pelo lado do coração! Foi por isso, compreendo, uma felicidade imensa a chegada de Carlottinha, que vem duas vezes passar uns dias conosco e falar dos *nosso*s

Vivemos isolados não por vontade, mas porque é realmente *écoeurant* ouvir no Rio a linguagem dos que fariam parte da mesma sociedade que nós e que a especulação da Bolsa e a pressa de acumular milhões tornou ainda mais *aderentes* do que aos ambiciosos políticos o medo de perder a antiga influência. Não há maior aborrecimento do que expandir-se

alguém com outro que supõe das mesmas idéias e sentimentos e ouvi-lo com a maior calma dizer: “Pois eu tenho esperança no Deodoro”, ou “confiança no Rui”, ou “acredito que vamos muito bem, esses homens são bem intencionados, temos melhorado muito” ou outra fórmula adesiva semelhante. E não se sabe com quem falar.

Não creia, porém, por isso que todos aqui sejam republicanos. Se eu fosse descrever-lhe exatamente o estado de espírito nacional (deixemos por ora *o povo* de lado, para o povo a observação será outra) diria que pela faculdade geral do desânimo ilimitado (o que não exclui a faculdade de reanimar-se ilimitadamente ao menor sopro contrário) aqui geralmente se acredita que a monarquia não voltará, e pensando-se assim procuram não se incompatibilizar com a república e não desagradar aos seus prohomens. Mas não há sentimento algum (*de source*) republicano e se por acaso a monarquia voltasse, a condenação da república seria unânime e todos teriam vergonha de sua condescendência ou do seu desânimo. Quanto ao povo, o sentimento geral é o que se expressa por esta frase: “Essa gente há de pagar”. O Imperador pode estar certo de que ele representa aos olhos do povo brasileiro a mais elevada e nobre personificação de patriotismo que ele jamais teve. Disso não haja a menor dúvida e se por acaso dois batalhões amanhã fizessem um 15 de Novembro às avessas, a volta do Imperador seria uma alegria para a população brasileira, estrangeiros também, como ela talvez nunca sentiu. A consciência, o sentimento popular, fazem o vácuo em torno do atual regime, e a agiotagem procura encher esse vácuo, como na Argentina, por todos os mais artificiais de uma oligarquia para substituir a opinião e o amor do povo pelo ruído das cotações de Bolsa, efeitos materiais (iluminações, paradas, bailes etc. como no dia 5 – amanhã) ao alcance do dinheiro-papel distribuído pelo próprio governo. No fim de um ou dois anos deste regime, a situação republicana estará completamente apodrecida, não tenha dúvida.

Eu só vejo dificuldades para a organização da república. O antigo elemento republicano perdeu a importância que tinha no Império. O que temos é um governo militar pessoal à moda da América do Sul, governo fatal à disciplina militar e que em geral acaba por uma sedição militar, que sempre neles se produzem. O efeito moral da revolução de B. Aires foi enorme. Eu não sei se voltaremos à monarquia, isto depende de bem pouca

coisa e se o momento vier a solução da mais insignificante crise poderá ser a volta ao passado. Mas não tenho dúvida de que só com a monarquia haverá novamente liberdade e governo aceitável e confessável em nosso país, e por outro lado que à espécie de governo republicano de que o regime militar (esse indestrutível na república) é suscetível não resistirá a unidade nacional. Monarquia ou desmembramento é para mim a alternativa do futuro, do dia de amanhã e, como brasileiro, pode calcular com que ardor eu rezo para que não passemos pela separação primeiro, porque não tenho dúvida que ainda não chegou o momento de destruir-se uma nacionalidade em crescimento.

Não lhe falo de pessoas, porque deve acompanhar o nosso caos pelos jornais. O Rui agora mesmo gritou uma *Eureka* ao ressuscitar o plano do Inhomirim com as concessões que pediam os incorporadores franceses e num memorandum *bestialógico*, como tudo que eles fazem finanças, descompõe o (Afonso) Celso (Visconde de Ouro Preto, último primeiro-ministro da monarquia), a monarquia, os bancos nacionais, os seus antecessores todos e nos prometeu o Eldorado com um milhão de contos em *bonds* hipotecários do Henrique Lisboa e do Felício dos Santos.

É o Rio da Prata copiado, mas sem a elasticidade do progresso argentino.

Nós contamos ir ainda este ano à Europa e então, meu caro amigo, conversaremos como brasileiros que olham para o futuro com os mesmos sentimentos e para o passado com a mesma saudade! Estamos destinados a assistir à barbarização do nosso país e a ver o Brasil ao nível das “tirantias” que por irrisão se chamam – repúblicas – neste infeliz hemisfério americano? Eu sempre espero que não.

Muitas saudades nossas à Baronesa, em quem constantemente pensamos e creia sempre na amizade sincera do seu muito dedicado

Joaquim Nabuco

**DISCURSOS
DE
JOAQUIM NABUCO**

.....

URGÊNCIA PARA UM PROJETO ABOLINDO A ESCRAVIDÃO.
PROTESTO CONTRA SEU RETARDAMENTO

Sessão de 30-8-1880

O SR. JOAQUIM NABUCO – Sr. Presidente, na semana passada a Câmara, atendendo a um pedido motivado com a maior franqueza pelo orador que ocupa a tribuna neste momento, concedeu-lhe urgência para, na sessão de sexta-feira, fundamentar um projeto de lei que tinha por fim a extinção do elemento servil.

Nesse dia, porém, não houve sessão. O fato de ser muito freqüente não reunir-se o Parlamento, sem que mesmo haja na ordem do dia projeto algum que motive essa falta de reunião, me levaria a crer não houve motivo político que determinasse a falta da reunião da Câmara na sexta-feira, se de véspera não fosse positivamente sabido que a Câmara não devia reunir-se neste dia.

Neste caso, eu pergunto aos nobres ministros de Estado que se acham presentes e pergunto também ao nobre líder da maioria, cuja posição no governo parlamentar deve ser tão responsável e tão determinada por motivos políticos como a dos honrados ministros.

O Sr. Freitas Coutinho – Apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... Se houve algum motivo que levasse a Câmara a não reunir-se, e se ela quis assim, por meio de uma *parede*, deliberar fora de sessão o contrário do que tinha deliberado, reunida neste recinto. (*Reclamações; trocam-se muitos apertes.*)

Eu sou um contra muitos e peço aos nobres deputados que me deixem falar. S. Ex^{as} estão perfeitamente representados por um homem conhecido da tribuna e que trará a ela todos os esclarecimentos, o honrado Sr. Martinho Campos.

O Sr. Beltrão – O nobre deputado não está só na Câmara. A *parede* é um fato que está no domínio público.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Como na sexta-feira passada se reuniram nada menos de 58 Srs. Deputados.

(Há vários apartes que interrompem o orador.)

As declarações dos nobre deputados em apartes não figurarão no meu discurso e por consequência não serão feitas para o País.

Como, porém, compareceram, na sessão de sexta-feira, 58 senhores deputados e é de crer que dos ausentes pelo menos número suficiente para fazer sessão não fosse determinado por nenhum propósito firme de não comparecer nesse dia, eu não tenho o direito de supor que a Câmara, como corporação, deliberasse nos corredores o contrário do que tinha resolvido em sessão solene.

O Sr. Freitas Coutinho – Foi uma demonstração de confiança ao Gabinete.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Faço estas observações porque os negócios públicos, uma vez trazidos ao conhecimento do País pela imprensa e desde que afetam a dignidade de uma instituição à qual todos os dias os ministros lançam infelizmente em rosto que ela não representa o País, devem ser verificados de um modo que o País fique perfeitamente conhecendo, e que o historiador possa bem estudar, e o lugar próprio para os verificar é a própria tribuna do Parlamento.

Eu não me teria certamente levantado neste momento, se não fosse ter sido público que várias tentativas foram feitas para que a Câmara se não reunisse depois do voto de urgência.

O voto notável do meu ilustre amigo, o Sr. Ministro da Agricultura, o qual, como parlamentar, compreendeu que a tribuna nesta casa deve estar sempre franca a todas as opiniões, como o tem estado, desde os dias da independência, desde a Constituinte até hoje, sem haver sequer uma só vez uma tentativa para frustrar uma liberdade que é uma das garantias da ordem social, a liberdade dos debates parlamentares, o voto do nobre Ministro, dizia eu, o qual, convencido deste princípio de que todos os sistemas devem ser traduzidos à luz da discussão, que devem cair neste recinto ou sair dele triunfantes, foi interpretado como tendo sido uma verdadeira capitulação do Governo perante a tentativa feita por alguns membros da Câmara para irem adiante da Lei de 28 de setembro.

Não só se deu este fato, como boatos correram e circularam por esta cidade de que o Governo e a maioria queriam recorrer ao expediente que o Sr. Saião Lobato propunha nesta Câmara contra o gabinete de 3 de

agosto, quando esse gabinete atrevia-se a inserir na fala do trona a idéia de que o elemento servil precisava de uma reforma – a sessão secreta, que é a abolição da liberdade parlamentar, para a sustentação em particular de um negócio público, de um projeto apresentado, conforme o direito e iniciativa parlamentar, à luz do dia.

O Sr. Marcolino Moura – Mas a Câmara não quer sessão secreta.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Espero que não queira; mas a idéia de que podia recorrer-se à sessão secreta espalhou-se e correu por esta cidade. A respeito de todos esses assuntos eu desejo ouvir a opinião do Governo. Desejo saber do Governo se por acaso há tendências separatistas no Sul, se se quer converter a cidade do Rio de Janeiro na capital dos Estados confederados da escravidão.

Eu desejo ouvir a opinião do Governo se há tendências separatistas no País para dividir por esta linha negra da escravidão o País em dois; se essa tendência já começa a lavrar no seio da população e se é provocada pelo Norte, do qual parece que a idéia emancipadora está descendo. (*Apoiados e não-apoiados*.) São questões muito graves, são questões que interessam eminentemente ao Império, que interessam à nossa Pátria comum, e é preciso que destas questões não se cure somente nos corredores desta Câmara, é preciso que elas sejam discutidas nesta tribuna.

É exato que várias vezes em discussões públicas eu tenho denunciado a escravidão; mas não tenho usado de maior liberdade do que aquela de que usou o Sr. Sales Torres Homem no Senado, quando cobriu essa instituição com os seus maiores anátemas, e quando a profligou com a indignação da sua eloquência. Quando o grande José Bonifácio, o Patriarca da Independência, preparava-se para oferecer à consideração da Assembléia Constituinte um projeto que tinha por fim a emancipação gradual da escravidão, o Patriarca da Independência não usava de outra liberdade senão da que eu invoco.

Quando, em 1817, nessa primeira tentativa organizada da independência, os revolucionários de Pernambuco referiam-se à questão de emancipação, como sendo uma das primeiras que se tivesse de resolver, os meus comprovincianos indicavam, por assim dizer, a todos os que, em qualquer tempo, fossem contemporâneos da escravidão o dever de abolir, e hoje no Parlamento brasileiro não seria permitido tentar acompanhá-los nesse pensamento livremente exprimido no outro século.

Se não se tratasse de uma questão que interessa a liberdade parlamentar, que faz o mandato do deputado maior ou menor, se não se tratasse de uma questão que, sendo resolvida por uma forma, pode ser a iniciação do País em medidas de terror e de pânico, eu colocaria a reivindicação do meu direito nos termos em que tenho a honra de a colocar neste momento.

Desejo, pois, saber se o Governo pretende, pela primeira vez, talvez, neste reinado, intervir para abafar a liberdade dos debates do Parlamento. (*Sensação; apoiados e reclamações.*) Desejo saber se um governo liberal pretende proibir aquilo que era permitido às Câmaras conservadoras; pretendo saber se, quando a instituição monárquica é todos os dias atacada e a própria unidade do País discutida, se, quando nada se considera inviolável nas instituições, a escravidão somente terá esse direito que lhe querem dar de inviolável e sagrada, direito que hoje não tem a própria monarquia.

(*Há um aparte.*)

O nobre deputado não precisa uma vez mais chamar a atenção do nobre presidente para o regimento da Casa. O nobre presidente da Câmara compreende que este parlamento, onde se agitam as grandes questões e se decide dos destinos do País, não pode ser dirigido unicamente pela chicana (*reclamações*); que no Parlamento nacional é preciso que todas as vozes, que todas as causas tenham a liberdade de manifestar-se claramente e de cair ou morrer, conforme o voto da Câmara. (*Apartes.*)

Senhores, desejo saber qual é a opinião do Governo a este respeito, e desejo saber se o nobre presidente da Câmara não está disposto a tomar o voto da mesma Câmara, concedendo-me urgência como definitivo e ainda válido.

Vários Srs. Deputados – Foi para sexta-feira.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Quando eu pedi à Câmara urgência para justificar o meu projeto designando o dia de sexta-feira, muitos dos meus amigos auguraram que, pelo fato de não ter eu acrescentado as palavras, ou na sessão imediata, na sexta-feira a Câmara não se reuniria. Sempre eu supus, porém, que, mesmo não se reunindo a Câmara na sexta-feira, ela manteria o seu voto, fazendo ficar na ordem do dia a urgência concedida.

Vozes – É preciso requerer novamente.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Vejo-me peado a cada passo por essas tricas do regimento. (*Reclamações.*)

Senhores, peço à Câmara dos Deputados que, se ela não quis, não se reunindo na sexta-feira, por uma decisão tomada fora do local das suas deliberações e fora da publicidade necessária aos seus debates, anular e invalidar o voto que havia dado a favor da urgência por mim requerida, peço à Câmara dos Srs. Deputados queira renovar a mesma urgência, ou para a sessão de hoje, ou para a sessão seguinte.

Todavia, declaro que me reservo o direito de retirar o meu pedido de urgência, se o Governo, fazendo do voto dessa urgência questão de confiança, quiser por esta forma obrigar os emancipadores, aqueles que se manifestarem por ocasião da discussão do orçamento da Agricultura de um modo desagradável aos que sustentam a manutenção da escravidão, ou a abandonar a causa da emancipação, que conta com eles, ou a separar-se do Governo ao qual querem ficar fiéis. (*Apartes*)

Não quero colocar os meus amigos em posição tão difícil. Quanto à minha, está naturalmente traçada.

Há muitos que têm especulado com a idéia de que, tendo eu até hoje acompanhado o Governo, ainda que tivesse ocasião de divergir em pontos essenciais, dos quais o mesmo Governo havia feito questão de gabinete, como a reforma eleitoral, a minha propaganda em favor da emancipação adquiria alguma força em virtude desta posição de ministerialista que tive até hoje.

Senhores, é julgar a questão de um ponto de vista muito estreito. A força da emancipação não provém do fato de acompanhar um deputado ao gabinete, assim como não pode ser diminuída pelo de estar um deputado em oposição ao ministério, em frente do qual se agita esta idéia.

O Sr. Freitas Coutinho – As idéias levantadas pela Oposição morrem sempre.

(*Há outros apartes*.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – A força da idéia emancipadora não provém, nem da posição relativa em que se coloca aquele que a defende, nem da força e do prestígio deste, que lhe presta seus serviços. (*Apartes*.)

Eu posso dizer à Câmara, com franqueza, que a causa da emancipação não pode ser mais mal servida do que pelo presente orador. (*Muitos não-apoiados*.)

Não tenho, pela minha natureza, nem o amor nem os hábitos da luta; não posso ser um destes propagandistas, como Garrison, que ficam sempre firmes na luta até ao dia em que Lincoln assina a emancipação de quatro milhões de escravos, isto é, até forçarem o Governo a realizar a sua idéia.

A minha dedicação será sempre a mesma, porque parte de um sentimento que não pode mais mudar; mas o meu esforço, o meu trabalho têm limites.

O Sr. Presidente – O nobre deputado continua a interrogar o Governo ou quer discutir?

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu desejo formular algumas perguntas ao Governo, como ao chefe da maioria, sobre os motivos, se os houver, por que deixou de haver sessão na sexta-feira. (*Oh!*)

Senhores, se deixou de haver sessão na sexta-feira, por um motivo qualquer, como o que determina a falta de reunião, muitas vezes, na assembléia geral, a Câmara compreende que não me cabe a mim o direito de perguntar a nenhum dos nobres deputados o motivo por que faltou à sessão.

Dirijo-me, Senhores, ao nobre deputado líder da maioria e pergunto-lhe, esperando da sua lealdade a resposta que S. Ex^a entenda dever dar: se houve algum motivo público, algum motivo patriótico, algum motivo nacional ou algum motivo político que determinasse a não-reunião da Câmara na sexta-feira.

(*Cruzam-se muitos apartes.*)

Peço aos nobres deputados que me atendam e me escutem. Não é muito fácil a minha posição nesta tribuna, e não é muito fácil, principalmente desde que sou apresentado como inimigo dos proprietários agrícolas do meu país, sendo, por assim dizer, indicado ao ódio de todos.

Senhores, o nobre deputado, o Sr. Martinho Campos, tem testemunhos, não só particulares, como públicos, de quanto respeito o seu carácter. A reputação que S. Ex^a tem dia a dia edificado é uma reputação nacional. (*Apoiados*) Ninguém pode deixar de considerar um patrimônio brasileiro, esse carácter formado com tanta perseverança, que é uma acumulação lenta dia a dia de desinteresse, de abnegação, de coragem.

Mas ao nobre deputado, que sabe o profundo respeito que sempre pessoalmente lhe tributei, peço licença para dizer-lhe que nesta questão da emancipação eu não posso acompanhá-lo nem segui-lo.

(Há diversos apartes.)

Em 1867, quando o Gabinete de 3 de agosto, de que fazia parte como ministro da Justiça, o honrado Sr. Martim Francisco trazia à Câmara, inserido na fala do trono, o pensamento de modificar por alguma forma o elemento servil, o honrado Sr. Saião Lobato dizia que esta idéia só podia ser aventada em sessão secreta, e o honrado Sr. Martinho Campos o acompanhava nesse terreno.

O Sr. Martinho Campos – Apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Quando o Gabinete Rio Branco empreendia a lei da emancipação, o honrado Sr. Martinho Campos foi um adversário decidido, firme, enérgico dessa medida.

O Sr. Martinho Campos – Apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ...e todas as suas simpatias, todo o seu apoio, todo o seu concurso era para os conservadores, dissidentes, que nesta Câmara mantinham a idéia de deixar-se intata a escravidão.

(O Sr. Martinho Campos dá um aparte.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Estas idéias públicas de S. Ex^a em relação ao fato da escravidão fazem ver que a este respeito a sua opinião é que nunca se devia ter feito coisa alguma. É ou não é este o pensamento do nobre deputado?

Sendo assim, devo dizer com a maior franqueza que este pensamento não pode ser o meu.

O honrado deputado, a cujo caráter e a cuja inteligência estou pronto a render todas as minhas homenagens, pode ser o meu guia sempre que se tratar de reivindicar a dignidade do Parlamento e a força da opinião contra qualquer intervenção do governo.

O Sr. Martinho Campos – Apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – S. Ex^a levantou-se nesta tribuna como o maior de nossos parlamentares, mas, infelizmente, como eu tantas vezes o tenho comparado, infelizmente também, como o maior dos parlamentares dos Estados Unidos, Calhoun, tão fiel às grandes tradições do Congresso como aos interesses fundados na escravidão da grande zona que representava.

O Sr. Martinho Campos – Não apoiado neste ponto; nem quanto a ele, nem quanto a mim; suponho que compreendo melhor os interesses do país.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Nestas condições tenho o direito a que a Câmara manifeste-se entre as duas opiniões intransigentes, que se dividem neste recinto.

Há uns, como eu, abolicionistas intransigentes quanto ao fim, mas quanto aos meios muito transigentes.

O Sr. Martinho Campos – Não apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ...que aceitam tudo, que se contentam mesmo por enquanto, nesta sessão, com o projeto do nobre deputado por São Paulo.

O Sr. José Mariano – Não, este eu combato.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ...com um projeto que suspende o tráfico do norte para o sul, porque este projeto é um meio de modificar por qualquer forma o *status* da escravidão (*apoiados e não-apoiados*), embora outras medidas sejam necessárias da parte do Poder Legislativo para impedir que se dêem maus resultados.

Há nesta Câmara um partido de abolicionistas verdadeiramente intransigentes, entre os quais sobressai o nobre deputado pela Bahia, que pela primeira vez teve a coragem de defender nesta legislatura a emancipação dos escravos.

O Sr. Jerônimo Sodré – Do que me orgulho.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, a Câmara tem em seu seio duas frações, ambas muito pequenas em relação à grande totalidade de seus membros; há uma pequena fração, como eu disse, de abolicionistas não intransigentes quanto às medidas, porque aceitam ainda os meios brandos, que não se zangam com o nobre presidente do Conselho, quando S. Ex^a diz que os esforços feitos são meras brincadeiras, porque, ao mesmo tempo que S. Ex^a diz isso, vem conceder ao Fundo de Emancipação esses 500:000\$000 do excesso da taxa de escravos (*apoiados*), pelos quais eles eram os únicos que tinham votado nesta Casa.

O Sr. Martinho Campos – Perdoe-me, agora, reclamo a sua memória; na sessão passada eu pedi isso.

O SR. JOAQUIM NABUCO – É exato: tive o apoio franco de V. Ex^a

... E porque, ao mesmo tempo que o nobre presidente do Conselho parece recluir-se pelas medidas empregadas de que a questão da eman-

cipação seja aventada nesta tribuna, S. Ex^a consente que seja posto na ordem do dia o projeto do nobre deputado pelo Rio Grande do Sul, idêntico ao do nobre deputado por São Paulo, o Sr. Moreira de Barros, ao qual eu posso oferecer o meu como emenda, e que exatamente oferece o melhor meio de nesta câmara discutir-se profunda e completamente a questão da escravidão. (*Diversos apartes*)

Mas, digo eu à Câmara: há um pequeno partido abolicionista intransigente, porém, defronte deste partido, pequeno, há outro, também pequeno, e que não chamarei escravista, porque ofenderia os nobres deputados, mas que é o partido do *status quo*, o partido que não quer que se dê mais um passo sobre a emancipação, que quer ficar para todo o sempre na Lei de 28 de setembro como solução definitiva e final.

(*Trocam-se muitos apartes*)

Mas não se pode dizer que a maioria desta Câmara não queira ir além da Lei de 28 de setembro, e tanto ela quer ir que o próprio projeto que proíbe o comércio de escravos é uma nova solução, ainda que incompleta, e não só tardia como lenta, dada ao programa da escravidão, solução muito diversa da solução dada pela Lei de 28 de setembro. (*Diversos apartes*)

O Sr. Presidente – Para uma interrogação, o nobre deputado se está alongando muito. (*Risos*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu sinto que, para uma interrogação, o meu discurso tenha parecido ao nobre Presidente da Câmara muito longo (*apartes*), e eu devo agradecer a generosidade.

(*O Sr. Francisco Sodré dá um aparte.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu peço ao nobre deputado que não me interrompa; a metade do meu discurso já tem sido feita por S. Ex^a

O Sr. Francisco Sodré – Vá continuando, deixe os apartes de lado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não quero deixar de dar uma prova de deferência aos meus colegas.

O Sr. Presidente – Peço aos nobres deputados que não interrompam o orador.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, peço aos que são responsáveis pelo governo e pela direção desta Casa que me digam se, no

pensamento do governo, há algum medo de que a questão da emancipação seja tão completa, tão absoluta, tão livremente discutida nesta Casa como o pode ser pela imprensa. Desejo que os nobres ministros declarem se houve alguma tentativa indireta da sua parte para invalidar a liberdade dos debates nesta Casa. Concluindo meu discurso, direi que não quero sujeitar-me, no caso de me ser negada a urgência, a mandar o meu projeto à Mesa sem a justificação, sobretudo porque as idéias nele contidas são idéias apresentadas nesta Câmara por homens que tinham então o sopro liberal, como o Sr. Tavares Bastos, ou idéias apresentadas já à Assembléia Constituinte pelos patriarcas da nossa independência, ou medidas aconselhadas pelas comissões nomeadas nos países onde se abriu sério, profundo e verdadeiro inquérito sobre o grande problema que parece não preocupar o Sr. Presidente do Conselho, o problema da transformação do trabalho.

A força do meu projeto consiste, sobretudo, na justificação de que hei de acompanhar os seus artigos, para ver-se que muitos deles foram apresentados na Câmara em legislaturas anteriores por deputados que por aqui passaram, deixando o maior brilho, e os outros são o resultado da experiência de outros povos. Sendo assim, não me presto a apresentar o meu projeto em sessão secreta, nem sem a justificação que é a sua principal força para esclarecer a opinião.

Se os nobres ministros entendem que nesta questão, pela sua natureza, pelos receios do país, não falando na futura formação da federação dos estados do Sul, não se deve ir além da Lei de 28 de setembro, do ato do Sr. Visconde do Rio Branco; se os nobres ministros entenderem que a discussão é perigosa e que ela incute receios que não serão maiores do que os que foram incutidos pelo *Clube da Lavoura*, quando se dizia que a lei do Sr. Rio Branco trazia no bojo a ruína do país, receios que não serão maiores do que os incutidos pela lei da abolição do tráfico, quando no parecer apresentado pelo Sr. Cunha Matos se dizia que ela arruinava as nossas finanças, extinguiu a nossa vegetação, matava o nosso comércio, em uma palavra, era o fim do país; se os nobres ministros, por estes receios, fazem questão de gabinete da simples fundamentação do meu projeto, peço-lhes que leal e francamente dêem à Câmara as devidas explicações.

Acompanhei o gabinete, quando o vi suceder ao ministério passado, do qual fui sincero adversário. Pareceu-me que as idéias pelas quais

havia combatido eram as idéias vencedoras. Na lei eleitoral, divergindo radicalmente do gabinete, e votando contra ele, vi com o maior pesar que o Partido Liberal aceitava como sua a reforma.

Na questão da emancipação, porém, na convicção de que é preciso caminhar além da Lei de 28 de setembro, eu me separaria não só do gabinete, não só do Partido Liberal, não só da opinião pública e da conspiração geral do país, mas de tudo e de todos! Neste ponto faço uma aliança com o futuro. Cada ano será uma vitória das nossas idéias, e, daqui a 10 anos, a sessão de hoje há de aparecer como um desses exemplos históricos das divisões, dos temores e receios dos homens que recuam sempre diante das grandes medidas salvadoras, que transformam a face do país. Digo-o com toda a franqueza: não está no poder de nenhum gabinete, sombra transitória que não tem realidade, criação da fantasia do Imperador, opor-se à decretação de uma medida desta ordem, quando esse mesmo soberano entender que chegou a hora de conferir a milhão e meio de escravos que trabalham no seu país o benefício da liberdade.

Um dia chegou em que os poderosos traficantes de escravos, os poderosos armadores que mandavam as suas esquadras buscar às costas da África as vítimas da guerra, da traição e do crime, e que transportavam para esta cidade esse gado humano – como lhe chamou o Sr. Torres Homem, um dia chegou em que, a despeito de todo o poder reunido desses infames mercadores, o qual pesava sobre as Câmaras e o governo, a lei lhes disse: vós não sois mais do que piratas que devíeis ser enforcados nas vergas desses navios com que desonrais os mares. E o tráfico acabou!

Um dia chegou em que, vendo a renovação constante da escravatura no país, vendo que a escravidão não podia ter naturalmente um termo; que não havia nada que pudesse deter a multiplicação constante dos escravos no país, a lei disse aos poderosos proprietários de escravos, assim como às pobres mães que antes, ainda como disse Sales Torres Homem, esperavam com terror a hora da maternidade: ninguém nasce mais escravo no Brasil.

Pois bem; a despeito de todas as resistências do governo, da Câmara dos Deputados e do Senado, unidos contra nós; a despeito da conspiração de todos os interesses, criados pelo trabalho do próprio escravo, contra sua liberdade, uma ação mais poderosa, que é a atração do país pelas

grandes forças morais do nosso século, há de fazer que um dia essa mesma lei diga aos que hoje sustentam a escravidão e não querem que se lhe toque, com receio de que sem ela o país sucumba: não há mais escravos no Brasil!
(*Muito bem! Aplausos nas galerias.*)

.....

ELOGIO AO ABOLICIONISMO DO
VISCONDE DO RIO BRANCO

Sessão de 3-11-1880

O SR. JOAQUIM NABUCO – Ouvi com a mais profunda atenção os discursos pronunciados sobre o eminente estadista que anteontem faleceu, e sinto que neste momento solene, perante a Câmara reunida, devo destacar exatamente o lado de sua carreira, o ponto culminante de sua vida que há de ser iluminada pela história quando todos os outros tiverem mergulhado na sombra;

Senhores, o luto nacional que acompanhou o préstito mortuário do visconde do Rio Branco mostra bem que não perdemos nele somente um homem de partido. Os partidos são divisões intestinas, são oposições constantes no seio do país, e o que havia ali era a unanimidade da dor pública e a figura que se debruçava sobre o túmulo, era a figura invisível da pátria. (*Apoiados.*)

Poucos homens podem assistir em sua vida ao juízo da história; mas o visconde do Rio Branco, desde essa data que acaba de lembrar o nobre deputado pelo Amazonas, desde o dia 28 de setembro de 1871, podia-se dizer o que Clay disse a Lafayette, quando este, em 1824, penetrou no Congresso americano, no seio do povo que ele havia ajudado a criar: “Vós estais no seio da posteridade”.

É que houve um momento em que o visconde do Rio Branco foi mais do que o homem do partido, foi o homem da nação, a consciência do país; houve um momento em que lhe coube modelar o futuro da nossa pátria, deixar o seu cunho por tal forma impresso nos destinos nacionais que, por mais que este país viva, a história nunca se há de esquecer e o seu lugar nunca há de diminuir.

A lei disse à escravidão: “Contenta-te com as vítimas do tráfico; nutre-te do sangue de um milhão e meio de africanos que foste buscar por meio dos piratas negreiros nos mercados de Guiné e de Angola; mas não toques no filho de nenhuma escrava, porque ele é um cidadão”, essa lei, Senhores, é obra sua.

As carreiras mais brilhantes são muitas vezes simples combustões espontâneas da parte inflamável da opinião, mas a carreira do visconde do Rio Branco foi a conquista dia a dia do elemento flutuante da popularidade, foi devida ao esforço, à inteligência, às grandes quantidades que o nobre deputado por Minas Gerais tão bem pôs em relevo. Foi como a obra da Holanda, tratando de criar um solo permanente e imóvel nas águas e fazendo-as recuar. Assim, foi a sua carreira um patrimônio público até ao dia em que a glória veio coroá-la.

Ah! Quando se estuda a marcha da emancipação dos escravos, como ela se formou em 1871; quando recordamo-nos dos nomes de todos que concorreram para essa obra, com a qual estão apenas identificados de um modo anônimo; quando se recordam todos os trabalhos feitos para preparar esta grande luta, a iniciativa do gabinete Zacarias, os trabalhos do Conselho de Estado do qual saiu o original da lei, e tudo mais, vê-se bem que a glória é em grande parte um presente da fortuna. A glória política faz-se metade, sem dúvida, do esforço individual; mas faz-se metade também de felicidade. Pode-se servir uma causa todos os dias, trabalhar por ela durante longos anos de um modo anônimo, ao passo que outros podem, em um momento dado, impelidos pela mão desse poder superior que se revela em todos os atos humanos, aparecer no dia em que a realização dessa ideia se torna imperiosa e necessária e identificar-se com ela perante a História.

Foi o que aconteceu ao visconde do Rio Branco; nem por isso, porém, Senhores, nem porque ela é em parte devida ao acaso, como o nascimento, o talento, a beleza, o gênio, a glória é menos elevada e menos digna: o homem não se distinguiria dos seus semelhantes, se nada devesse ao favor dos seus protetores desconhecidos!

Entretanto, há momentos em que custa muito pouco tornar-se imortal; basta, por assim dizer, querer. Há momentos em que, para entrar na posteridade, basta olhar em torno de si, para as misérias e sofrimentos, para as opressões e as injustiças, simpatizar com os infelizes, estender-lhes a mão e levantá-los.

Também quando se realiza um grande bem social, um benefício geral, quaisquer que sejam os ressentimentos e os ódios do momento, encontra-se por fim a justiça dos adversários.

Foi assim o que aconteceu ao eminente estadista.

Todos vós lembrais do que foi a campanha de 1871. As ondas agitadas e revoltas, e o navio que ele comandava, tripulado, por quem, Senhores? Não pelos seus amigos, mas pelos seus adversários políticos, que punham também como ele a pátria acima do partido. É assim que se entra na História!

Entretanto, o que se via ontem? As ondas estavam calmas, a superfície do mar unida – os inimigos da lei e os seus sustentadores unânimes no mesmo sentimento em torno do túmulo, do julgamento do homem!

Estavam ali, não só os que receberam o benefício, como aqueles que se julgavam feridos nos seus interesses. O benefício que ele fizera não alcançou só os escravos, estendeu-se também aos senhores. (*Muito bem.*)

Senhores, perdoai-me a expansão com que neste momento eu falo de um tão grande acontecimento. Perdoai-me depois que o nobre deputado por Minas deu expressão aos votos de toda a Câmara; depois que o nobre deputado por Mato Grosso trouxe a homenagem saudosa de sua província; e o nobre deputado pelo Amazonas as empatias e o pesar do partido que representa; perdoai-me que eu traga um tributo que me julgo autorizado para depor perante a memória do grande cidadão; é o tributo da gratidão das escravas.

Acabo de falar do sentimento nacional que acompanhou ontem ao túmulo o visconde de Rio Branco; mas não foi menor, nem menos espontâneo o espetáculo a que todos nós assistimos ao voltar ele da Europa, quando foi recebido por uma população inteira. Eram as honras do triunfo, que entre nós só se tem concedido aos que fizeram alguma coisa para estender os limites da nossa pátria, para fazê-la colaborar na obra da arte, da justiça ou da liberdade, que é comum à nossa espécie.

O homem que nós lamentamos não fez uma obra incompleta.

Há uma parte definitiva nesta grande obra: há dez anos, ninguém nasce escravo; e quando mesmo não fôssemos além da Lei de 28 de setembro de 1871, se esquecêssemos o dever da nossa geração e do nosso tempo, ainda assim ele bastaria para deixar desassombrado o futuro, para assegurar que um dia a escravidão não existirá mais no nosso País. (*Muito bem!*)

É por isso também, Senhores, que Rio Branco esteve em sua vida na posse do melhor dos sentimentos que os escravos têm para oferecer aos seus benfeitores – a gratidão das mães!

Na verdade, que título de glória teve jamais alguém maior do que esse que lhe foi concedido, quando nas fazendas os ingênuos eram chamados pelo seu nome – como se fizessem parte da sua família? Que recompensa já teve homem algum, maior do que esta, por uma obra toda de desinteresse?

Tenho concluído, Senhores; tomei a mim trazer para a tribuna desta Câmara a gratidão, o pesar, as lágrimas dos escravos. Ainda que o benefício não se estendesse diretamente a eles; ainda que sob o regime da Lei de 28 de setembro eles só possam esperar a sua liberdade da morte benfazeja que demasiadamente poupa, eles não recusam um ceítil da sua dedicação, do seu amor, ao homem que libertou-lhes os filhos! É assim que ontem, no fundo do quadro, quando víamos descer ao túmulo o grande libertador, estavam as mães escravas como as testemunhas mudas da posteridade. (*Muito bem!*) Foi esta a sua glória, e eu venho afirmá-lo do alto desta tribuna, porque esta glória é patrimônio da ambição dos nossos homens de Estado, mas que, como Alexandre, ele só deixou ao mais digno. (*Muito bem! Muito bem.*)

.....

PROJETO DE MONARQUIA FEDERATIVA.
CONTRA O CENTRALISMO BUROCRÁTICO.
PELA REFORMA AGRÁRIA E
DEMOCRATIZAÇÃO SOCIAL MESMO COM A
QUEDA DA MONARQUIA

Sessão de 14-9-1885

O SR. JOAQUIM NABUCO (*Movimento de atenção.*) –
Agradecendo a esta augusta Câmara a urgência que me concedeu, serei o primeiro, Sr. Presidente, a não ver nesse ato, por parte dos conservadores, dos poucos conservadores, que tiveram a generosidade de associar-se a ele, outra coisa mais do que uma deferência entre adversários que se despedem na véspera de uma batalha. Da parte do Partido Liberal, porém, este ato significa a sua resolução de, no momento em que o recinto do Parlamento é o ocupado pelas forças do governo pessoal, deixar uma grande bandeira nacional como a da federação plantada nas ameias deste edifício. (*Apoiados; muito bem! Apartes.*)

Peço aos meus nobres colegas que me façam a honra do seu silêncio.

O assunto que tenho de atravessar é tão grave que me impõe a necessidade de medir cada uma de minhas palavras; é tal que realmente sinto, como os oradores antigos, que a tribuna é um lugar sagrado, porque neste momento estou assumindo a maior responsabilidade que um brasileiro, homem público ou particular, possa tomar sobre si: a de tocar na integridade do seu país, para pedir que ela seja refundida em um molde diverso daquele que existe desde que nos constituímos em nação independente. Com efeito, Sr. Presidente, venho propor, nos limites que terei ocasião de justificar, a federação monárquica do Brasil. Isto quer dizer que revive hoje nesta Câmara o projeto que, em outubro de 1831, o Partido Liberal mandou ao Senado, e que expressa a qualidade do liberalismo forte, másculo e patriótico da geração que fez o 7 de Abril.

O artigo único desse projeto dizia assim em começo:

“Os eleitores de deputados à seguinte legislatura lhes confiarão nas preocupações especial faculdade para reformarem os artigos da Constituição que forem opostos às proposições que se seguem: 1ª O Governo do Império do Brasil será uma monarquia federativa.”

Foi esse projeto que deu origem ao ato adicional (*apoiados*), e é substancialmente esse projeto – porquanto as suas outras partes cabem todas no vasto plano de uma nova Constituição Federal – que eu tenho a honra de enviar à Mesa assinado pela maioria do Partido Liberal desta Câmara.

Isso mostra, Sr. Presidente, que às grandes idéias destinadas ao governo do mundo acontece o mesmo que a Júpiter infante: elas podem ser escondidas, quando no berço, às cóleras do poder que são chamadas a destronar um dia, podem ter que procurar refúgio em algum ponto obscuro da terra e em condições humildes, e precisar de que os Curetes lhe abafem os vagidos com o estrondo dos seus escudos para que eles não sejam escutados; mas no dia marcado pelo destino o novo poder há de apresentar-se em toda a sua força e virilidade para reclamar o império que lhe pertence. (*Muito bem!*)

Eu sinto necessidade, Sr. Presidente, de responder a uma objeção, que se estivesse no espírito dos membros desta Casa, lhes proibiria de prestar às minhas palavras a atenção de que preciso.

A objeção é esta:

“Mas por que vindes apresentar um projeto desta magnitude a uma Câmara dispersa?”

Faço-o, Sr. Presidente, porque é um projeto que, por sua natureza, não se refere mais a esta Câmara, mas que tende unicamente a fazer com que o pensamento comum de tantos liberais que podem não voltar, a ela sobreviva nos nossos *Anais*. (*Apoiados*)

O Sr. Mac-Dowell – É uma bandeira para eleição.

O Sr. Adriano Pimentel – E que seja? É muito nobre.

O Sr. Andrade Figueira – É uma patacoada eleitoral. (*Há outros apartes.*)

O Sr. Leopoldo Cunha – É sempre uma bandeira eleitoral mais nobre do que a reação. (*Apoiados*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Faço-o para que o país saiba que havia nesta legislatura um grupo numeroso de liberais dispostos a darem uma batalha decisiva em favor da idéia federal, se esta Câmara não tivesse sido dissolvida logo no seu primeiro ano de sessão.

Faço-o, finalmente, para que o Partido Liberal mostre que ele entra na adversidade com um programa de reorganização nacional que os conservadores desta vez não hão de poder falsificar, porque a monarquia não lhes há de permitir, como falsificaram, com o mais vivo interesse e cumplicidade dela, e esse outro programa de reorganização social, que o abolicionismo levantou no país.

Até hoje se podia supor, Sr. Presidente, pelo silêncio relativo que reinava em torno desta idéia, por ela não ter uma imprensa sua, por não haver homens públicos que com ela se identificassem, que a autonomia local tinha morrido na consciência do país; mas o fato de ela aparecer hoje, revestida das assinaturas da maioria dos membros do Partido Liberal desta Casa, mostra, como eu disse, que ela não morreu de todo, e o eco imenso que o procedimento do Partido Liberal há de despertar em todas as províncias, as quais vão compreender agora a causa da sua atrofia, encontrará muito mais simpatia, muito mais interesse, muito mais entusiasmo, quero dizer, mais generalizado, do que encontrou esse grito a favor da emancipação de uma raça escravizada.

Emerson, o grande pensador americano escreveu uma vez estas palavras:

“Cada revolução, por maior que seja, é no começo apenas uma idéia no espírito de um só homem.”

A federação é uma revolução contra as velhas tradições monárquicas e contra as modernas tradições latinas; mas seria impossível dizer no espírito de que homem essa idéia despontou em nossa história. O que sabemos é que ela a ilumina toda, e que pode apontar não só para os cadafalsos dos seus mártires, mas também para o campo da batalha de seus heróis, para mostrar que ela foi irmã gêmea da Independência; e que, se a Independência ao triunfar procurou esmagá-la no berço, é porque foi feita sob uma forma de governo, que, por educação errônea e preconceitos antigos, repele instintivamente a autonomia local. (*Apoiados.*)

De fato, Sr. Presidente, ao passo que o abolicionismo, com raras exceções, é um fenômeno recente em nossa história, a Federação é um fenômeno do nosso passado todo. Nós a encontramos no crescimento gradual e lento do nosso país, encontramos-la associada às antigas capitanias; encontramos-la antes da Independência, e a despeito dela, durante o Primeiro Reinado, durante toda a Regência e, para perdê-la de vista, é preciso atravessar os 45 anos deste Reinado, em que a centralização se aperfeiçoou e fez desaparecer completamente da superfície o espírito que aviventa toda a história brasileira.

Com efeito, Sr. Presidente, as idéias federais acompanham em toda ela as esperanças de emancipação nacional. A Independência foi feita a favor delas, à sombra delas, mas a Constituição outorgada pelo Imperador abafou-se desde o começo. A essa Constituição responderam naturalmente movimentos como a Confederação do Equador, suprimido nas execuções de Pernambuco e do Ceará; mas o sentimento local, indistinto e inconsciente, como todos os fortes sentimentos populares, não morreu ainda desta vez, como todos os fortes sentimentos populares, não morreu ainda dessa vez: D. Pedro I encontrou-o na sua viagem ao Rio Grande do Sul, pressentindo-o na repercussão que teve em todo o país a queda de Carlos X, fugiu diante dele em Ouro Preto, até ser esmagado por ele, no campo de Santana, sem saber quem o derribava, na tarde de 6 de abril.

Esta é a história do nosso Primeiro Reinado. Com a Regência, com a menoridade do Imperador, com esse ensaio de República, viu-se, naturalmente, um verdadeiro caos, e este caos não foi mais do que a invasão do particularismo contra o jugo da nova metrópole, transportada de Lisboa para o Rio, contra o sistema todo da nossa coesão política que, por ser de força e de autoridade somente, ainda não tinha produzido a verdadeira unidade nacional.

O ato adicional, concessão feita às tendências da opinião, não satisfaz às necessidades provinciais; o Rio Grande do Sul levantou a bandeira da República; entretanto, apenas foi lei do Estado, os conservadores da monarquia, que já se preparavam para o futuro reinado, entenderam dever inutilizá-lo, interpretando-o, e o interpretaram quase sem resistência. Neste dia morreu a autonomia. (*Apoiados*.) No dia em que por telegrama o Sr. Visconde de Paranaguá suspendeu os impostos provinciais de Pernambuco,

não foi a autonomia que morreu; nesse dia apenas pode-se ver que o espírito local não tinha podido sobreviver à anulação das conquistas da Regência. (*Apoiados*)

Pois bem, Sr. Presidente, nós liberais entendemos que chegou o tempo de parar nesse caminho e que é urgente voltar às formas antigas e primitivas do desenvolvimento natural do Brasil.

Pelo que me diz respeito pessoalmente, se até hoje me tenho particularmente identificado com a idéia abolicionista, entendo que é chegada a ocasião de começar uma outra propaganda, para que não aconteça com as províncias o mesmo que aconteceu com os escravos.

Com efeito, Sr. Presidente, por mais agradável que seja para as recordações de toda a nossa vida, podermos reconhecer que nós abolicionistas, chegamos a tempo de apressar o movimento nacional, por tal forma que o brasileiro, que antigamente olhava para o dia da libertação completa do território como um sonho apenas do seu patriotismo, pode hoje contar o intervalo que nos separa dele por alguns anos prestes a passar; somos também obrigados a confessar que o abolicionismo apareceu uma geração mais tarde do que era preciso, para impedir a escravidão de completar a sua obra. Essa obra está consumada, as províncias como no caráter nacional, na fortuna do Estado como em toda a nossa vida pública e privada; e é relativamente quase que um fato insignificante que os últimos escravos sejam agora convertidos em dívida perpétua do Brasil, porque as conseqüências piores da escravidão já foram todas produzidas, e nós por séculos ainda teremos esse vício em nossa constituição social.

Mas, por isso mesmo é preciso que em todas as outras causas da atrofia e a decadência nacional, o partido da reforma chegue a tempo; e, portanto, neste momento, em que ainda é possível salvar o futuro das províncias, o Partido Liberal está no seu posto, querendo levar ao fim, simultaneamente, as duas grandes reformas que são uma o complemento da outra, que se associam entre si, que se dão força mutuamente, e que representam juntas esse ideal nacional de uma pátria reconstituída. (*Muito bem*)

Se nós, que somos abolicionistas porque somos patriotas, nos condenássemos a ter as nossas vistas perpetuamente voltadas para o sofrimento dos escravos e para os suplicios da escravidão, teríamos abandonado uma parte principal do nosso dever para com esta pátria, que é também o

escravo, que é principalmente o escravo, enquanto ele for o mais sofredor de todos nós, mas que não é somente ele.

A propaganda federal não diminui, pelo contrário, estimula o movimento abolicionista. É na emulação das províncias que o abolicionismo tem encontrado o seu principal fator. (*Apoiados*)

Foi a emulação do Amazonas pela iniciativa do Ceará, foi a emulação do Rio Grande do Sul, que constituíram os principais elementos da libertação do nosso solo, ao ponto de se poder pisar em três províncias sem medo de encontrar a sombra da escravidão. (*Apoiados*)

Mas exatamente, em honra e pelo interesse desses escravos, cujos filhos, se não aproximadamente eles mesmos, hão de ser cidadãos brasileiros, é que nos cumpre apresentar medidas que acautelem a sorte desta pátria, que não pertence à geração de hoje, que pertence mais às gerações futuras; que não tem só presente, que tem uma duração indefinida, e que, portanto, é assim um depósito de honra, ainda mais do que um patrimônio.

Posso dizer de mim mesmo, Sr. Presidente, que nasci abolicionista. É esta a convergência de todas as minhas idéias e sentimentos. A escravidão não a discuto.

Quando mesmo uma grande nação fosse obrigada a renunciar a toda a sua prosperidade, a viver na pobreza montenegrina, ainda assim era dever dela abandonar e soltar os seus escravos; perseverar em um ato que a própria consciência nos diz ser um crime, um roubo, pode ser a moral interesseira do credor insaciável, mas não será a moral honesta do devedor consciencioso.

Com a Federação, porém, deu-se em mim o contrário. Eu não nasci federalista; tornei-me por um processo de conversão lenta. A evidência moral de que o abolicionismo teve sempre para mim e que nunca se empanou em meu espírito, infelizmente a idéia provincial não a teve; ainda hoje, comparando os perigos e as vantagens dos dois sistemas, o saldo líquido é muito difícil de apurar, e é preciso um processo do espírito muito desprendido de todos os preconceitos, que eu vejo profundamente enraizado no gênio, por exemplo, do Sr. Andrade Figueira, para ter-se uma percepção clara das necessidades atuais.

O Sr. Andrade Figueira – Para mim, estão satisfeitas pelo ato adicional; executemo-lo.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Entre as duas propagandas dava-se a seguinte diferença: ao passo que a marcha e a direção do País era no sentido abolicionista, de forma que, mesmo sem a Lei de 28 de setembro, dentro de um prazo longo, é certo, o país teria abandonado voluntariamente a escravidão, pedir a Federação, ou melhor, a independência das províncias, era ir de encontro verdadeiramente a todas as causas que têm consolidado o país na sua posição atual, a todas as influências que o têm dirigido, a todo o processo do seu desenvolvimento depois da Independência, e até a essa mesma aquiescência das províncias, que já se satisfazem com o papel de simples dependência do Império.

O Brasil cresceu, Sr. Presidente; quem estudar a sua história verá, de um modo muito diverso, antes da Independência, daquele pelo qual está agora a se desenvolver. Se posso servir-me de uma comparação astronômica, direi que nós crescemos como cometas que se dirigissem, independentes nos seus movimentos, para uma grande nebulosa transoceânica. Havia uma série de forças centrífugas que solicitavam as capitânias e províncias no seu desenvolvimento interno, ao passo que elas obedeceriam todas àquele movimento de translação, que era o único movimento geral. Depois da Independência, porém, as províncias fundiram-se em uma massa compacta, e não são outra coisa mais do que a vasta superfície de um corpo com um centro único, não tendo outro movimento senão o de rotação em torno dele.

É essa transformação que nos parece nociva e fatal; nós entendemos ser urgente alterar este movimento, fazer com que as províncias não girem em torno do eixo do Império, mas do seu próprio eixo; que o desenvolvimento não seja somente de tronco, mas dos ramos; que o crescimento seja por expansão e não por aglomeração.

Ora, esse efeito, Sr. Presidente, somente a Federação pode determiná-lo; somente ela pode localizar o sangue onde ele foi produzido; somente ele pode dar vida ao nosso território, associar o homem com o solo, em vez de ocasionar – o que a centralização tem feito – esta hipertrofia do centro, pior das doenças nacionais.

Diversos projetos têm sido apresentados nesta Casa; diversos planos têm sido constantemente apresentados na imprensa, mas não há medidas parciais de autonomia que alcancem o fim que nós temos em

vista. Todas essas medidas concorriam apenas para extirpar os vícios menores desse sistema defeituoso. Somente a independência real de cada província, dentro da sua órbita, dentro de tudo aquilo que não for preciso que ela ceda a bem da unidade do estado, pode impedir a ruína prematura do vasto todo nacional pela atrofia de cada uma de suas grandes regiões.

Há quatro razões para que a independência das províncias se imponha ao espírito de todos os brasileiros. Há em primeiro lugar, só por si suficiente, a razão das distâncias enormes que nos separam.

Há, em segundo lugar, a diversidade de interesse, porque é tão absurdo sustentar-se a identidade de interesses do povo que habita às margens do Amazonas e do que habita às margens do Paraná, como afirmar-se que não são diferentes os interesses da costa da Grã-Bretanha e os da costa do mar Negro.

Há uma terceira razão, e é que, enquanto o governo das províncias for uma delegação de centro ele não poderá ser verdadeiramente provincial.

Há, ainda, a quarta razão, que é a impossibilidade de impedir, sem a autonomia absoluta, a absorção das províncias pelo estado, cada vez maior, porque, quanto mais o organismo central se depauperar, exatamente, na razão da fraqueza que ele impõe às províncias, tanto mais os recursos provinciais serão absorvidos pelo eu coletivo chamado estado.

Cada uma destas razões constitui, Sr. Presidente, um fundamento de direito, com o qual o legislador seria obrigado a decretar a Federação brasileira; mas, unidas, elas formam um conjunto de sentimento nacional como nenhum povo, que até hoje tenha tomado armas pela sua independência e pela sua autonomia, apresentou na história nem mais legítimo, nem mais urgente, nem mais vital. (*Apoiados*)

Tomemos primeiro conjuntamente a distância e a diversidade de interesses, que eu disse serem uma e a mesma coisa.

Sobre este último ponto é inútil insistir particularmente.

Não é preciso a uma Câmara como esta demonstrar que os interesses da bacia do Amazonas são diversos dos da bacia do São Francisco, dos da bacia do rio da Prata.

Basta olhar para o mapa-múndi para ver-se que o Brasil é um país que não pode ter uma administração centralizada. (*Apoiados*) Oito

milhões de quilômetros quadrados formam uma superfície que, só por não ser povoada, não exclui desde logo a idéia de uma nacionalidade única.

Quando esse imenso território estivesse todo ligado entre suas partes, como os Estados Unidos, pelos vapores, pela eletricidade e pelas estradas de ferro, ainda assim as suas dimensões só por si tornariam revoltante essa concentração de todos os recursos e de todas as necessidades em um ponto único.

Mas todos sabem o que se passa entre nós: não há, nem podem haver esses telégrafos, esses caminhos de ferro e esses vapores. O nosso País apresenta, em uma enorme parte, uma região quase desconhecida.

O Sr. Aristides Spínola – Pode dizer completamente desconhecida.

O SR. JOAQUIM NABUCO – De um ponto, a 23 graus do Sul do Equador e que serve de meridiano ao país, partem para os limites da Venezuela, para os limites do Peru, para os limites da Bolívia, para os limites do Paraguai, para os limites da Confederação Argentina e para os limites do Estado Oriental, os únicos fios condutores da atividade nacional. É esse o pequeno centro que serve de cérebro a esse incomensurável todo; é como se tivessem adaptado, Sr. Presidente, o coração de uma rã ao corpo de um elefante, a musculatura de um pombo às asas de uma águia.

É esse o nosso sistema social contra o qual protesta a própria geografia do Império, e cujo poder plástico é transmitido não ainda pela eletricidade e pelo vapor, mas nos surrões dos sertanejos, no fundo das canoas dos índios e costas de mulas, por meio de imensos embarços da nossa natureza física. É um sistema contra o qual protesta o perímetro dos nossos oito mil quilômetros da costa, junto ao imenso curso do Amazonas, ligando-se ao curso do Madeira, descendo pelo do Paraguai, e fechando-se no mar pelo Paraná e pelo Prata. E isso desenvolvido do modo o mais vagaroso, porque a nossa burocracia se move por um território dessa dimensão através do protesto da frequência das nossas serras, do relevo do nosso solo, da largura dos nossos rios, das nossas lagoas, das nossas florestas virgens, do nosso imenso planalto interior, em uma palavra, da formação física de um país onde realmente o homem até hoje só conseguiu estragar a natureza, mas ainda não conseguiu possuí-la, nem aperfeiçoá-la.

O Sr. Adriano Pimentel – Apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Tomemos o Amazonas por baixo e acima do Equador. Se eu provar que esse sistema não serve para o Amazonas, terei provado a minha tese, e tê-la-ei igualmente provado, se conseguir mostrar que ele não serve para o Mato Grosso.

É difícil calcular a grandeza do vale do Amazonas, porém ela pode ser imaginada pelo mediterrâneo que o atravessa. Lerei à Câmara o que um sábio naturalista, o Sr. Agassiz, observou sobre a centralização de todo aquele vale (lê):

“A delimitação atual das províncias do Pará e do Amazonas, escreve Agassiz, é inteiramente contra a natureza. O vale todo é cortado em duas partes de alto a baixo, de forma que a metade inferior fica fatalmente oposta ao livre desenvolvimento da metade superior; o Pará torna-se o centro de tudo, por assim dizer, esgota toda a região sem vivificar o interior, e o grande rio, que devia ser uma estrada interprovincial, torna-se um curso d’água local. Suponhamos por um instante que, pelo contrário, o Amazonas, assim como o Mississipi, se torne o limite entre uma série de províncias autônomas, situadas nas suas duas margens; que na vertente meridional tenhamos, da fronteira do Peru ao Madeira, a Província de Tefé, do Madeira ao Xingu, a Província de Santarém, e que a Província do Pará seja reduzida ao território compreendido entre o Xingu e o Oceano, acrescentando-se-lhe a ilha de Marajó, cada uma dessas divisões, sendo ao mesmo tempo limitada e atravessada por grandes rios, assegurar-se-ia a toda a região uma atividade dupla, pela concorrência e emulação nascida de interesses distintos. Da mesma forma, seria preciso que os territórios situados ao norte fossem divididos em várias províncias independentes; a de Monte Alegre, por exemplo, indo do Oceano ao rio Trombetas; a de Manaus, entre o Trombetas e o rio Negro, e talvez a de Japurá, compreendendo toda a região selvagem entre o rio Negro e o Solimões.”

O Sr. Mac-Dowell – É uma generosa aspiração do sábio viajante; porém, se V. Ex^a conhecesse a localidade, veria quanto ele exagerou.

O SR. JOAQUIM NABUCO – V. Ex^a proíbe-me de tocar nesse assunto, porque não conheço a localidade. Eis aí, Sr. Presidente, um

argumento a meu favor. Ocupo-me com esses assuntos do vale do Amazonas desde muito; desde menino a grandeza dessa região e as suas maravilhas fascinaram-me o espírito e a imaginação; eu tenho lido quase tudo o que há escrito sobre a natureza e o estado atual desse admirável território, e entretanto o nobre deputado julga-me incapaz de formar juízo a respeito. Mas a ser assim, não vê ele praticamente demonstrado que a sua província não pode ser governada de tão longe por uma Câmara composta de homens como eu? (*Apoiados. Muito bem!*)

O Sr. Mac-Dowell – Não disse isto. Não posso interrompê-lo; do contrário, mostraria que V. Ex^a não conhece as localidades de que está faltando.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não estou falando de localidades, estou apenas lendo as palavras de Agassiz.

O Sr. Mac-Dowell – Não faço injustiça a V. Ex^a, mas V. Ex^a não conhece a generosa aspiração do Sr. Agassiz. Não era mais do que uma aspiração de futuro. Ele não podia pretender que as localidades pequenas se pudessem converter em províncias. (*Apoiados e apartes.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Sr. Presidente, a idéia que o nobre deputado acaba de expressar é exatamente a idéia que mais perniciosamente tem sido àquela região, e que foi e continua a ser a causa de todo o atraso nacional.

A idéia é esta: desde que um território é novo e pouco populoso, é mesmo virgem, é indiferente à natureza da semente que se lança nele. (*Apoiados.*)

Esta tem sido a causa do mau desenvolvimento nacional todo, e muito especialmente a causa do atraso e do mau desenvolvimento do vale do Amazonas.

Mas continua Agassiz:

“Não se deixará de objectar-me que tal mudança acarretaria a criação de um estado-maior administrativo desproporcional ao efetivo atual da população. Mas o governo dessas províncias, qualquer que fosse o número dos seus habitantes, poderia ser organizado como o dos territórios que entre nós são o embrião dos estados; ele estimularia as energias locais e desenvolveria os recursos, sem estorvar a ação do governo central. Demais, quem estudou

bem o funcionamento do sistema atual no vale do Amazonas deve estar convencido de que, longe de progredirem, todas as cidades fundadas há um século nas margens do grande rio e dos seus tributários entraram em ruína e decadência. É isto, sem contestação possível, o resultado da centralização no Pará de toda a atividade real da região inteira."

Aí está, Sr. Presidente, na opinião de um sábio eminente, que conhecia praticamente também as vantagens da descentralização, porque suíço de nascimento morreu cidadão dos Estados Unidos, o efeito prolongado da centralização entre nós, e note V. Ex^a que ela aponta as desvantagens tão-somente da concentração da atividade do Amazonas na sua capital do Pará. Imagine-se agora a centralização nesta Corte das duas províncias, a Província suserana e a Província tributária.

Mas quero ainda tomar em consideração o aparte do nobre deputado, o Sr. Mac-Dowell. Quando fiz parte desta Câmara na primeira legislatura, senti-me obrigado, Sr. Presidente, a combater um projeto de lei que aprovava um contrato feito pelo governo, concedendo o vale do Xingu a alguns particulares. Esse simples contrato mostra exatamente qual é o estado ainda da nossa administração política. Doze anos depois da abertura do Amazonas, o governo do Rio de Janeiro doava nas suas margens um império a uma companhia. Nós ainda não saímos do regime das antigas metrópoles; não saímos do regime dos donatários; ainda é possível a um governo distante fazer concessões de territórios em que se poderia fundar um país como a França, territórios que ele não conhece, que nunca mandou explorar e com o qual tem tanta relação quase como o governo inglês com a ilha de Bornéu. (*Apoiados*)

Somente o patriotismo romântico do nosso tempo, em que a idéia de independência, de autonomia, tem perturbado tantas imaginações, poderia fazer acreditar ao Pará que ele se governa a si mesmo, porque manda seis deputados e três senadores ao Rio de Janeiro!

As diferenças são estas; os princípios hoje são liberais, ao passo que antigamente eram os princípios da obediência passiva. Temos hoje direitos constitucionais, ao passo que não tínhamos senão os direitos das Ordenações. Mas quanto à autonomia, a verdade é que o Pará é governado de fora do mesmo modo por um poder estranho, que nunca lá pôs o pé, e que

tem tanto conhecimento das suas necessidades, das suas aspirações e das suas tendências, como tinha o governo de Lisboa. (*Apoiados*)

O Sr. Cantão – Agradeço muito a V. Ex^a o ter-se ocupado de minha província no seu projeto.

O SR. JOAQUIM NABUCO – E V. Ex^a apóia o que estou dizendo.

O Sr. Cantão – Agradeço a sua boa vontade.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Se não me apóia, a província não lhe agradecerá o seu aparte. Ela, estou certo, tem sede do governo próprio, e sente, colocada debaixo do Equador, que não pode ser governada do Trópico de Capricórnio. Mas, Sr. Presidente, se V. Ex^a passar do Pará para Mato Grosso, província que é representada por seu distinto irmão, verá que é preciso também muita superstição constitucional da parte do povo de Mato Grosso para supor que se governa a si próprio, só porque mandar à Câmara dois representantes, um dos quais diz *Não*, quando o outro diz *Sim*, e que por consequência se anulam. (*Risos*)

A Província de Mato Grosso é uma província cuja história é a melhor demonstração do sistema absurdo de centralização que nos rege.

Para chegar a ela é preciso atravessar, se não as águas, pelo menos as bandeiras, de quatro estados diferentes; é preciso atravessar o Estado Oriental, a República Argentina, as águas estreitas do Paraguai e a margem da Bolívia.

A guerra do Paraguai veio mostrar que aquela província nos podia ser arrebatada sem por muito tempo sequer constar na Corte que ela nos fugia das mãos. Entretanto, é nestas condições, é dentro das nossas leis atuais, que se entende que a Província de Mato Grosso é governada por si mesma.

Uma observação ainda, Sr. Presidente, com as imensas distâncias deste país, com a distância de dois meses que eu suponho que se gasta daqui a Tabatinga, e de um mês daqui a Cuiabá, a saber três meses de viagem contínua, e isto nas melhores condições, como é que se pode ultimar o mais pequeno negócio que dependa de Tabatinga e de Cuiabá, como partes do mesmo Império? Não se pode calcular em menos de oito meses ou um ano, e pode um país ser governado assim, quando tem estas distâncias entre os seus diversos pontos?

O Sr. Augusto Fleuri – A Província de Mato Grosso por certo não está contente com esse sistema e apoiará com entusiasmo o Partido Liberal nesta nova aspiração.

O Sr. Mac-Dowell – A Federação atribui a defesa externa a cada uma das províncias? Se não é assim, a objeção de V. Ex^a cai por terra.

O SR. JOAQUIM NABUCO – A minha observação não se refere à unidade do Império, à defesa externa, que, por sua natureza, dada a extensão do território, tem que ser centralizada. Nisso cada província ganha a proteção do Império, o auxílio de todas as outras. Falo, porém, do que é somente provincial e não interesse à integridade do território.

Mas o atual sistema é tão absurdo, para o Amazonas e para o Pará, como para o Rio Grande do Sul.

Não sei, Sr. Presidente, quem nesta Câmara, exceto os membros da bancada rio-grandense, pode ter a pretensão de governar de tão longe, por si ou por meio de um ministro de Estado, uma província como o Rio Grande, cuja aproximação do Prata, cuja produção, cujo clima, cuja imigração constituem problemas completamente diversos daqueles que são agitados nesta corte, e que têm necessidade de governo próprio e verdadeira autonomia, para promover seus interesses, formar as suas milícias, aviventar o seu patriotismo, e por meio de leis adiantadas, que o seu espírito liberal aceita, atrair a imigração européia, conseguindo, assim, um crescimento paralelo ao do Rio da Prata, o que seria mais uma garantia de paz e mais um laço de união entre as duas democracias limítrofes. (*Apoiados*)

É preciso confiar demais em nossa ignorância em relação à topografia, à economia, e a todas as condições diversas do Império, para se nos dizer que devemos estar satisfeitos e considerar garantidos o desenvolvimento e os interesses de cada uma das províncias com a centralização da vida ativa do país.

A autonomia, Sr. Presidente, eis o grande interesse de todo ele (*apoiados*); o interesse dessas províncias novas, onde estão sendo lançadas as primeiras sementes da população do futuro; e o interesse dessas outras Províncias, como a do Ceará, onde o antigo sistema já produziu todos os seus perniciosos efeitos.

É o interesse das províncias pobres, que têm de fazer imensos sacrifícios para sustentarem a sua organização, como das ricas, que se gabam

de estarem sustentando as outras. (*Apoiados*.) É o interesse das Províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde predomina a população branca, como das Províncias do Amazonas, onde predomina a população cabocla, como das províncias onde predomina a população mestiça. É o interesse da região atlântica, da região amazônica, da Região Platina e do vasto interior do país.

Nenhuma província, por mais comprometida que esteja, será sacrificada pela autonomia. A Província do Rio de Janeiro, por exemplo, que se supõe erradamente interessada na centralização, teria um futuro grandioso, uma vez organizada em província autônoma.

O Sr. Leopoldo Cunha – É do interesse de todos.

O Sr. Joaquim Pedro – De todos os brasileiros.

O Sr. Tomás Pompeu – Todos estão de acordo.

O Sr. Joaquim Pedro – Todos sentem essa necessidade, mas nem todos têm a coragem para dizê-lo.

O Sr. Mac-Dowell – Eu queria ver como se sustentariam no tempo de seca algumas províncias que vivem do orçamento geral.

O Sr. Tomás Pompeu – Isto não impede a federação.

O Sr. Leopoldo Cunha – É preciso tirar-nos essa tutela.

O Sr. França Carvalho – A minha província não pode deixar de aplaudir semelhante idéia.

O Sr. Mac-Dowell – Há províncias que pedem até auxílio para fazer a Polícia.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Essa é a consequência do sistema.

Confesso que para mim é uma causa de maravilha e espanto que as Províncias se resignem ao governo que têm. É preciso muito boa vontade para acreditar-se que a administração inteiriça desta Corte possa favorecer igualmente os interesses do Amazonas e os de Pernambuco, os da Bahia e os de Mato Grosso, os do Rio de Janeiro e os de Minas Gerais, os do Maranhão e os do Rio Grande do Sul. Eu não teria tempo para mostrar ainda mesmo os mais notáveis de admirar ou a credulidade ou a paciência dos meus compatriotas de todas as províncias.

Não há uma só Província à qual o sistema atual não prejudique e não lhe cave a ruína; ele é tal fatal à Província do Rio como à do Piauí,

ao Rio Grande do Sul como ao Pará, a Mato Grosso como a São Paulo, e, no entanto, as Províncias não têm consciência de que a centralização lhes está colocando sobre o corpo um peso cada vez maior e que elas poderão cada vez menos levantar.

É um fato que deve imputar à superstição do patriotismo em seu estado de ignorância.

Acabei, Sr. Presidente, de referir-me a duas grandes razões que chamarei razões capitais; mas devo aludir a duas outras que já aponte. A primeira, Sr. Presidente, é a impossibilidade absoluta de converter em governo provincial um Presidente representante desta corte. Quando falo desta corte, falo do centro nominal deste sistema pernicioso de centralização, do qual a cidade do Rio de Janeiro é a primeira vítima.

É absolutamente impossível, mesmo quando se alterassem as condições atuais da delegação, fazer de um governo, com raízes nesta Corte, um governo verdadeiramente provincial de espírito e de coração.

Não me refiro neste momento ao nível baixo em que caíram as Presidências de Províncias, nível que por certo não será alteado de forma permanente pelo esforço leitoral que acaba de ser feito pelo Partido Conservador.

Não acredito que o esforço feito ultimamente pelo Governo para colocar, para fins eleitorais, homens de certa ordem nas administrações, eleve o nível das presidências.

Os presidentes, o que são em geral? São homens sem independência, nem a independência da fortuna, nem a outra única que a substitui, na independência do caráter; são homens que se encarregam de uma certa missão, que vão às Províncias passar um certo número de meses, que obtêm estas vilegiaturas ou esses empregos, e que voltam deles, distinguindo-se menos ainda pela sua ignorância de tudo que respeita a fisiologia de um Estado, ainda que pequeno como é a Província, do que pelo desprezo que afetam pela opinião das regiões que administram.

Eles sabem perfeitamente que o telescópio da Boa Vista penetra e alcança com a mesma segurança os igarapés do Amazonas e as florestas virgens de Mato Grosso, como as confeitarias da Rua do Ouvidor, e o seu único desejo é merecer a proteção do Imperador. Para isso, governam as Províncias sempre tendo a vista distraída para o poder central, em vez de tê-la fixada nas circunscrições territoriais que lhes foram entregues.

O atual Governo presidencial é, assim, de todas as formas de administração a pior. Delegados remissíveis de Ministérios anuais, os Presidentes são administradores coatos-transitórios, automáticos, criaturas políticas de um dia improvisadas por ministros que não têm a mínima idéia das condições, sequer topográficas, quanto mais econômicas, das Províncias para onde o despacham.

Entretanto, Sr. Presidente, homens, como eu disse na semana passada, que não tirariam em concurso nenhum lugar ou honra por mais insignificante de nenhuma profissão conhecida, acreditam que ser presidente, mesmo de uma grande Província, é ocupar posição inferior às suas aspirações, e, o que é pior, as aspirações no Brasil não tendo mais, nem noviciado nem disciplina, ninguém sequer lhes estranha isso.

Mas não insisto no que é apenas doença, ainda que essa doença seja constitucional, do nosso sistema administrativo, porque é o sistema mesmo que é injustificável. Quando fosse possível levantar sob o atual regime – e não é possível – o nível dos cargos públicos de primeira ordem, como são as presidências; quando fosse possível constituir partidos fortes e disciplinados por uma tradição seguida, tendo Gabinetes duradouros e, dessa forma, obter que os presidentes não só fossem homens de capacidade e prestígio como também tivesse tempo para conhecer as Províncias, ainda assim não estaria modificado senão no que respeita a moralidade e inteligência o atual governo das Províncias, governo de estrangeiros, de governantes irresponsáveis para com os governados. Esta é que é a característica.

Sim, eu o repito, quando fosse possível altear o nível da delegação ministerial nas Províncias, ainda assim não se poderia alterar a característica deste sistema, que é de ter as suas raízes nesta corte.

Governo de homens superiores e independentes seria melhor que o governo de simples instrumentos; administrações prolongadas seriam melhores que administrações que são meros noviciados; administrações de filhos estimados e respeitados das Províncias seriam melhores que administrações – como já as tenho chamado – de beduínos. Mas todas essas grandes alterações, que melhorariam consideravelmente o sistema administrativo brasileiro, não poderiam alterar substancialmente o *régimen* atual, que consiste na falta de relação imediata, causal, entre o governante e o governado.

Com efeito, o presidente representa nas Províncias o mandato que leva do poder central e não há nesta Corte – sinto dizê-lo – elemento algum que patrocine a causa das Províncias.

Temos sido definidos como um governo pessoal, como um despotismo e como uma democracia. A forma exatamente deste Governo é uma burocracia monárquica.

O Imperador pode muito na sua esfera, e, por conseqüência, sendo a fonte real de todos os poderes, é justo dizer que o Imperador pode tudo. Mas ele está obrigado, por sua vez, a governar dentro de um sistema *burocrático*, do qual não foi ele que traçou os limites, e que o forçará a andar pelo caminho que quiser, como os jesuítas de Roma forçam o Papa a sujeitar-se às deliberações da Companhia.

Ora, todos os fatores importantes da nossa política são contrários ao desenvolvimento local. O Imperador o é, naturalmente; chefe de uma dinastia, educado na persuasão e na crença de que o País é ele (*apoiados*), mais parecido com o tipo da família de Habsburgo do que com o tipo da família de Bragança, e, como os Habsburgos, ligando mais importância à opinião da sua Capital do que a do resto do Império; o Imperador não tem motivo nenhum para procurar desmembrar de si os poderes administrativos que possui e para criar a verdadeira autonomia provincial.

Ele não recebe pressão alguma provincial, ao passo que, pela sociedade que a freqüenta, pela população no meio da qual vive, e pela imprensa e todos os dias, recebe a forte pressão da opinião desta cidade, indiferente à sorte do País.

Ao lado do Imperador estão os ministros. Mas, ainda que os Ministérios organizem-se de alguma forma em atenção às influências regionais, o Ministério representa simplesmente o poder central. O presidente do Conselho é o inimigo natural de todas as pretensões provinciais, e, no caos atual da organização provincial, não serei eu quem o censure por isso.

O Senado compõe-se de representantes das províncias, mas são homens que se transplantaram todos para esta Corte (*apoiados*), família e penates; são homens que quase perderam de vista, por assim dizer, os interesses das pequenas localidades que formam as Províncias que os elegeram (*apoiados e não-apoiados*), e que representam, constituídos em aristocracia do País, o espírito central e não os interesses provinciais.

Mas não pára aí, Sr. Presidente, o abandono das Províncias: em todos os fatores da administração pública, em todos os elementos da sociedade, encontra-se o mesmo desprendimento pelo futuro e pelo engrandecimento das Províncias, a tremenda conspiração do silêncio e da indiferença, que constitui, como eu já disse, a principal força deste poder central.

Mas a pior feição de tudo isso é que as Províncias mesmo não mostram interessar-se pelo seu estado, não exercem a mínima pressão para reagirem, nem mesmo sobre os seus representantes, e parecem não ter consciência de que a centralização as está matando e impedindo o seu legítimo desenvolvimento, criando preferências entre elas e sobrecarregando-lhes o futuro, por forma que ninguém sabe se muitas delas ainda têm um futuro.

Como acontece com a escravidão, quando vemos 10.000.000 de brasileiros reduzidos à mais triste dependência a que um povo qualquer já se via reduzido, em um país fértil e mal povoado, não compreenderem que é a escravidão que os mantém nesse estado, pela força do seu tríplice monopólio: da terra, do capital e do trabalho; assim também as Províncias não compreendem que o seu atraso, o seu abatimento, a decadência de muitas, a ruína de algumas e o futuro tenebroso de todas resultam de um sistema de governo de fora e de longe, organizado para depauperá-las, cuja função é a da sanguessuga, cujo talento é o da aranha, que não deixa em ponto algum estiolou o patriotismo e o espírito público, e que se consolidou e engrandeceu, sacrificando a comunhão com a sua política de desigualdade e de absorção, de guerra no exterior e de mercantilismo no interior, tendo a escravidão por aliado, e a *burocracia* por exército.

Não creio, Sr. Presidente, que, em parte alguma do mundo, um povo civilizado tenha sofrido por tanto tempo um semelhante governo de drenagem sistemática de todas as economias, energias e aptidões locais, em uma tão prodigiosa área, sem sequer irritar-se contra ele, tornando-se, pelo contrário, cúmplice desse sistema de depredação, acreditando, talvez, que nesse acampamento colossal, levantado no meio do deserto, há lugar para todos os ambiciosos e para todos os famélicos, e que desse empobrecimento do País há de resultar a grandeza e a opulência de uma Capital rica bastante para renovar indefinidamente a magnificência da Roma antiga, nas vésperas da sua morte: distribuindo socorros às províncias que ela esgotou.

Em tais condições, Sr. Presidente, o delegado há de representar o sistema que arruína e não a Província arruinada.

Representante de um poder diverso e superior, com interesses constituídos em antagonismo permanente aos interesses locais, ele representa esse antagonismo entre as Províncias sem defesa e o poder central sem limites.

Mesmo filho da Província, ele não poderia romper o laço de solidariedade que o prende a esta Corte e teria que fazer parte do sistema desde que se tornara um instrumento dele, aceitando a delegação.

Sim, Sr. Presidente, é absolutamente impossível, sob o regime constitucional existente, termos presidentes que se identifiquem com as Províncias, em vez de identificarem-se com o Governo geral.

A natureza deste Governo é antipática ao livre desenvolvimento provincial. O que ele quer é dinheiro para gastar, empregos para distribuir, e das Províncias só quer que a receita geral não diminua e que a ordem pública se mantenha. Um Governo central, estabelecido nesta cidade, primeiro dotado da capacidade de atender à totalidade do serviço que pesa sobre ele, e depois possuindo o desejo de governar cada Província no interesse dela mesma e não do interesse de uma abstração chamada Estado, é uma utopia. Semelhante governo, se fosse possível, seria um grande melhoramento político, ainda que não solvesse as dificuldades todas e, portanto, não bastasse, mas imaginá-lo é o mesmo que supor uma revolução em todo o nosso clima e em todo o nosso solo de um extremo ao outro.

Não, Sr. Presidente, o atual sistema não pode ser mudado, enquanto não tivermos a autonomia provincial, enquanto não tivermos governantes representantes dos seus governados, eleitos por eles, obrigados a ganhar o que puderem ter de estima pública e de respeito em sua vida, dentro dos limites das suas Províncias; e não enquanto, por mais que se melhore, os interesses destas forem planejados e decididos em um centro que pretende dar o molde pelo qual devem crescer Províncias de que ele não forma idéia, populações que ele não conhece, e um molde adaptado às necessidades da absorção central cada vez maior.

A absorção foi a última razão que apresentei, mas ela é outro ponto em que não é preciso insistir com grande desenvolvimento.

Tenho ouvido falar em delimitações da receita e da despesa. É inútil classificar impostos, é absolutamente inútil dizer quais são as fontes

de receita provincial e quais são as fontes de receita geral, enquanto não se constituir a autonomia e a independência das Províncias. (*Apoiados*) Desde que o Estado tiver, como continuará a ter, o poder de taxar ilimitadamente, pouco importa saber quais são as ventosas que lhe ficam, o importante para ele é poder extrair a ultima gota do sangue. (*Apoiados*)

Todas as populações têm naturalmente um limite de taxação: os povos, como os indivíduos, não podem ir além dos seus próprios recursos. Desde que o Estado guarde o poder de taxar privilegiadamente esses recursos até o ultimo vintém, ser-lhe-á indiferente deixar à Província este ou aquele imposto, uma vez que ele não se desfalque em nada da renda de que precisa.

Se em relação à receita dá-se isto, em relação às despesas, ainda quando fosse possível organizar o custeio dos serviços públicos, delimitando a área da jurisdição dos dois poderes, geral e provincial, ainda seria baldado o esforço, porque entre nós a moralidade é literalmente o que cabe no domínio do sofisma, e nenhum poder se contém a si mesmo.

É preciso criar forças externas, que mantenham a autonomia das Províncias, porque o Estado é incapaz de limitar-se a si próprio.

Dividir os serviços sem organizar automaticamente a Província é desconhecer a natureza absorvente, invasora e irreprimível do poder central, assim como a impossibilidade de limitar-lhe a expansão viciosa senão por meio de uma força externa efetiva e real. O que uma ordinária lei fizesse, outra desfaria logo; o que uma revolução abatesse, outra levantaria; o que fosse hoje deixado à Província, amanhã ser-lhe-ia tirado, e não se faria assim mais do que anarquizar a administração toda, lançando-a em uma estrada de aventuras e mudanças constantes e destruindo a fixidez essencial a qualquer soberania: a dos limites da sua jurisdição.

Eu poderia multiplicar *ad infinitum*, Sr. Presidente, argumentos para demonstrar a inutilidade de classificar impostos e serviços em gerais, províncias e municipais, enquanto não se tiver organizado a independência da Província dentro do Estado, e a do Município dentro da Província, mas devo de preferência apontar o maior de todos os perigos da absorção.

No caminho em que vamos, eu perguntarei ao nobre deputado pelo Rio de Janeiro, o Sr. Andrade Figueira, que parece velar sobre a sorte do Tesouro, qual é o futuro reservado às nossas finanças?

Eu vou mostrar-lhe.

Para isso tomo, Sr. Presidente, ao acaso um relatório da Fazenda, não muito antigo, o do ano de 1858, do Sr. Sousa Franco, e tomo também o relatório último, do Sr. Saraiva, do ano de 1885. Há entre os dois somente o intervalo incompleto de uma geração – que infelizmente não é a minha, mas que é a de alguns membros desta câmara, como o honrado deputado pelo 20º Distrito de Minas, que tem assim o privilégio de representar neste recinto urna dupla juventude: a da nova geração, porque a ilustra, e a do espírito humano, porque é poeta.

No relatório de 1858, a despesa é fixada em 43.000 contos (números redondos), no de 1885, em 143.000, isto é, exatamente 100.000 contos mais, aos quais é preciso acrescentar o que não havia naqueles tempos – 8.000 contos da tabela C.

Agora comparemos essa despesa: Império, 8.000 contos, incluindo Agricultura – hoje, Império, 9.000, e Agricultura, com a tabela C, 45.000, ao todo 54.000; Justiça, 4, hoje, 7.000; Estrangeiros, 700, hoje, 1.000; Marinha. 6, hoje, 11.000; Guerra, 11, hoje. 15.000; Fazenda, 13, hoje, 63.000.

Agora vejamos mais claramente nossas cifras: ao passo que a nossa despesa mais do que triplicou, nem na Marinha, nem na Guerra, nem em Estrangeiros, nem nas despesas administrativas de natureza geral, isto é, em toda a parte do orçamento vivo que corresponde à unidade do Império, houve movimento naquela proporção. É na parte morta do orçamento, a dívida pública envolvida no Ministério da Fazenda e nas despesas de caráter local, que se verifica essa formidável proporção de 1 para 3 e mais.

A dívida pública, em 1858, não alcançava 200.000 contos; em 1885, com a taxa de câmbio e o capital garantido, excede de um milhão de contos. Isso quer dizer, Sr. Presidente. que o atual sistema sujeita a nacionalidade ao perigo do desmembramento, porque não somente avassala todo o território, comprimindo-o, mas também expõe as Províncias a não poderem viver dentro de um Estado que se move vertiginosamente para o precipício, esquecendo-se de que ele se compõe delas.

Devemos hoje para cima de um milhão de contos de réis. Não quero imaginar o que deveremos daqui a 20 anos, nas posso afiançar que, mantendo-se o atual sistema de taxaçaõ ilimitada, e irresponsável para com

os contribuintes, as Províncias dentro de 20 anos não poderão carregar com a despesa do Estado. Ora, nenhuma população se sujeita a viver sob um governo que as arruína; a dívida, isto é, a miséria, constituirá para a população brasileira um vexame maior do que a européia, que emigra e vai fundar ou buscar uma nova parceria onde seus filhos possam lutar pela vida.

Ora, Sr. Presidente, desafio o nobre deputado pelo Rio de Janeiro, o Sr. Andrade Figueira, a que, fora da autonomia provincial, encontre um meio de aliviar o futuro das Províncias desse peso de morte, dessa causa de separação – o desenvolvimento prodigioso da dívida pública.

Apresentando este projeto, temos em vista, nós liberais, estes diversos pontos:

1ª – Queremos organizar a responsabilidade efetiva da administração neste País, tornando-a em toda a parte e em todas as suas partes eletiva e responsável para com os governados. (*Apoiados*)

2ª – Queremos deixar onde eles são produzidos os recursos nacionais; onde a atividade é grande, os frutos dessa atividade; onde o trabalho prospera, as vantagens dessa prosperidade; de forma a fazer com que cada leira desta terra fique entregue às mãos dos que vivem dela e a beneficiam, porquanto é simplesmente desse consórcio real e efetivo do homem com o solo, que se deriva a prosperidade das ilações, porque essa é a grande lei do desenvolvimento da humanidade.

3ª – Queremos extinguir o beduinismo político; acabar, em todos os sentidos, com esta política de administração em que o País figura como um deserto, onde cada um pode levantar a sua tenda; com essas *aves de arribação e de rapina*, as quais substituindo a idéia de rapina para si mesmas, pela idéia de rapina para o Estado, merecem que se lhes apliquem as seguintes palavras de Burke aos magistrados ingleses na Índia:

“Eles passam uns após outros, onda após onda, e não há nada diante dos olhos dos naturais do país senão urna perspectiva sem esperança e sem fim de novos bandos de aves de rapina e de arribação com apetites continuamente renovados, por um alimento que continuamente diminui, e quando voltam para a Inglaterra carregados de despojos, os gritos da Índia são entregues aos mares e aos ventos para serem soprados cada vez que se levanta a monção por sobre um oceano remoto e sem ouvidos.”

4^a – Queremos extinguir, nos limites em que é possível, sem cercear o que não pode ser cerceado, o enorme tributo que esta Capital levanta sobre toda a sorte de superioridades provinciais; acabar com este sistema de absenteísmo por um lado e por outro de engrenagem, que faz com que todos os recursos do Brasil sejam esgotados, não em favor deste capital, mas em favor de um ente abstrato chamado Estado, a fim de que, quando o patriotismo brasileiro ressuscitar, ressuscite como existiu em outros tempos, isto é, ligado não a uma idéia somente, mas a um pedaço da nossa terra e a uma porção do nosso povo.

Agora, Sr. Presidente, respondo a uma observação que ouvi do nobre deputado pelo Pará, o Sr. Mac-Dowell, quando S. Ex^a disse que podia citar diversos povos, no atual mapa do mundo, governados como o Brasil.

Pretendo que não há povo nenhum do mundo governado assim, povo livre, bem entendido, pois não me refiro a esses grandes sistemas de governo despótico, como a China, por exemplo.

Digo que o nobre deputado pelo Pará terá de remontar-se a outro planeta para apresentar uma região da vastidão do Brasil, com um sistema de governo, que ainda longinquamente se pareça com o nosso. Seria preciso devassar, com o mesmo telescópio que já descobriu canais em Marte, esse ou outro planeta, para se descobrir uma área da extensão do Brasil governada como nós pela mesma centralização, a não ser um governo despótico, cuja fonte e ponto de apoio está exatamente no sistema de centralização absurda como nós temos.

Não, Sr. Presidente, nem o nobre deputado nem ninguém encontrará no globo um só país verdadeiramente livre, como é o Brasil, onde a distância não seja corrigida pela mais ampla autonomia local, a menos que as porções afastadas sejam simples possessões, como a Algéria o é da França.

Sei que a imensa expansão do nosso território é uma causa de legítimo orgulho para todos os brasileiros, e que é uma extraordinária fortuna nacional ocuparmos a parte talvez mais prometedora de todo o globo em uma extensão que permite que centenas de milhões, constituindo a nacionalidade brasileira dos séculos futuros, vivam e prosperem dentro do seu próprio país...

Eu não quisera diminuir de uma polegada o domínio incomparável que nos coube na partilha do mundo e que é só por si uma garantia de que, no solo que habitamos, há de existir um dia uma das mais fortes e poderosas sociedades humanas. O que eu digo é que não encontrareis em toda a Terra um país livre da extensão do Brasil governado pela mesma centralização absurda...

O fato de sermos uma nação não justifica semelhante regime, pelo contrário, o torna ainda mais odioso. Ser governado por um poder que está longe de nós um e dois meses de viagem e cujas comunicações redondas com a periferia nacional, para ultimar o mais simples dos negócios, consomem quase um ano, havendo pressa na máquina burocrática, que se move muito descansadamente, se não é estar na posição política de colônia, por certo é possuir um governo que tem o pior de todos os defeitos coloniais – o de governar-nos de longe e para si.

Somente a federação torna possível a existência, neste século, de grandes países como os Estados Unidos. Se não houvesse o sistema federal, aqueles Estados já teriam repartido diversas porções. (*Há um aparte em que alude à homogeneidade das raças.*) Nem se diga que a sua população é mais homogênea do que a nossa, ele têm quatro raças em todo e seu desenvolvimento. (*Interrupção.*) A nossa população também não é homogênea, também tem diversos fatores, diversas correntes subterrâneas, diversos temperamentos, diversas consciências.

Chamarei a atenção da Câmara para o que está acontecendo na Inglaterra, onde as colônias as mais longínquas, como a Austrália, estão procurando federar-se, onde o Canadá se federou, onde uma parte do Partido Liberal pede a federação total do Império, e onde, entretanto, a liberdade de cada uma das colônias é tal que elas podem taxar até as importações do Reino Unido; o que prova que o vínculo que as liga à Inglaterra é apenas o vínculo nominal da monarquia.

Um ilustre professor de Cambridge, cujo livro acaba de dar um imenso impulso às idéias federalistas inglesas, livro que foi um verdadeiro acontecimento nacional nos últimos 10 anos, o Sr. Seeley, estudando o fenômeno, que ele chama “expansão da Inglaterra”, mostra como na Antiguidade os Estados de tipo superior eram verdadeiramente cidades. Mesmo Roma, quando se tornou Império, teve de sujeitar-se a um governo de

tipo inferior. Na Idade Média, os Estados maiores foram também de governo inferior.

“A invenção do sistema representativo, porém”, continua ele, “fez com que esses Estados se elevassem a um nível superior. Nós vemos hoje nações dotadas de um poderoso espírito político ocupando territórios de 200.000 milhas quadradas com uma população de 30 milhões de almas. Um novo melhoramento sobrevém.

O sistema federal vem juntar-se ao sistema representativo e, ao mesmo tempo, o vapor e a eletricidade fazem a sua aparição. São esses progressos que tornam possível a criação de estados de organismo superior em territórios ainda mais vastos. Os Estados Unidos mostraram-se capazes de conciliar as mais livres instituições com a expansão sem limites”.

Pois bem, aplicando essas palavras, eu direi: o organismo atual do Brasil, nominalmente representativo, é um organismo inferior, e somente com o sistema federal poderemos ter, em tão vasta extensão, um tipo superior de Estado, isto é, um Estado que se desenvolva tão livremente em uma extremidade como em outra, e que se governe a si mesmo em cada uma de suas partes.

Isso quer dizer que, sem a federação, não existe a democracia real. A nação pode ter um caráter representativo, desde que de toda a parte são enviados homens a um Parlamento que delibera para todo o país, mas não têm a realidade de governo próprio. Sacrifica-se o que é perpétuo ao que é provisório.

Perpétuo é a terra, é a população; provisório o são as comunhões sociais em que uma e outra se dividem.

Sacrificar, por exemplo, o vale do Amazonas á existência de uma comunhão chamada Brasil seria conservar sempre ao patriotismo o caráter sentimental que, no século XIX, ele está perdendo. A prova é a imigração, que faz a grandeza dos Estados Unidos e mostra que a pátria, ao contrário do que dizia Danton, o homem a leva nas solas dos pés para colocá-la onde encontra a liberdade, a remuneração do seu trabalho, o respeito dos seus direitos individuais e o futuro da sua família. (*Apoiados e apartes*)

A nossa atual forma de governo centralizado é uma forma grosseira de sociedade política, uma falsa democracia dando em resultado uma

falsa independência. Essa burocracia que só serve para falsificar, na transmissão para o centro, as impressões da nossa vasta superfície, essa organização forasteira e espoliadora que, em vez de ajudar a viver, esgota em nome e com a força do Estado a atividade de cada uma de suas partes, não iludirá por muito tempo a inteligência da nossa época.

As províncias hão de compreender dentro de pouco, Sr. Presidente, que o que constitui o governo colonial não é a falta de representação parlamentar, nem a de Constituição, nem o nome de colônia, nem a diferença de nacionalidade. O que constitui o governo colonial é a administração em espírito contrário ao do desenvolvimento local. O que os territórios que se rebelam pela independência querem não é desde logo representação nem democracia: é autonomia, isto é, que cesse a exploração de fora.

Dentro do mesmo território, da mesma língua, da mesma religião, do mesmo povo, a necessidade do crescimento livre e independente de cada urna das partes componentes de uma comunhão social qualquer é tão imperiosa que, em não sendo respeitada, cria logo um patriotismo local separatista e começa a desenhar os contornos e os órgãos de uma nação diferente. Enquanto o Brasil, com a extensão que tem, for um governo centralizado, e, exceto nos grandes momentos nacionais, em que o País deve todo ter a mesma vibração, as Províncias tiverem que aguardar as ordens e o favor da Corte; enquanto uma só vontade irresponsável de uma abstração chamada Estado se estender soberanamente por 38 graus de latitude e 32 de longitude, poder-se-á dizer que somos uma nação que ainda não se constituiu definitivamente, que ainda não chegou ao período do seu metamorfismo democrático, está ainda na fase colonial.

Todos nós somos brasileiros, primeiro para a unidade nacional, segundo para a defesa do nosso território, terceiro para o desenvolvimento da nossa civilização; estamos prontos a fazer o último sacrifício, ainda que o modo pelo qual o poder central concorre para manter a unidade nacional seja quase contrário a ela; a defesa do nosso território perca em vez de ganhar com a centralização seguida; e, quanto ao desenvolvimento da civilização, os processos adotados quase todos tenham sido em direção oposta.

Mas, respeitado esse triplice compromisso, que corresponde aos três fatos – da existência, da dignidade e do crescimento – da comu-

nhão, eu, pernambucano, desconheço o direito pelo qual, invocando-se o título de cidadão brasileiro, se vai pedir a Pernambuco que, em vez de governar-se a si mesmo e de dirigir os seus destinos, abandone essa direção a um poder distante, que só é nacional para os fins do compromisso, e para tudo mais é estrangeiro.

Organizem como quiserem o contrato social do País, o gerente há de continuar nos mesmos erros e nos mesmos vícios; a não conhecer o capital social e a não saber a quanto monta; a gastar por conta de um dos sócios mais do que por conta do outro; a não medir os sacrifícios que deve fazer cada um; a administrar o País com o juízo de um louco e a prudência de um pródigo.

Ponham o Sr. Andrade Figueira na administração do País, e a distribuição há de ser igualmente injusta. (*Apartes*)

Não haverá meios de regular os sacrifícios das diversas Províncias.

Administre-se como se administrar, a centralização não pode dar outro resultado; com as melhores intenções, a máxima habilidade e a mais patriótica coragem ou o mais corajoso patriotismo, o efeito há de ser o mesmo: repartição desigual dos ônus e dos favores do Estado, dos prejuízos e benefícios da comunhão, sacrifício de umas Províncias por outras, desenvolvimento contrariado de todas e, por último, uma dívida esmagadora que determinará, em um futuro imediato, condições de vida tão duras que a população brasileira ficará debaixo delas em perpétuo atraso e em situação moral só comparável à dos povos vitimados por grandes flagelos físicos. A essência do sistema é a desigualdade e, portanto, a extorsão.

Fala-se da seca do Ceará; citam-se as obras de estratégia e defesa do Rio Grande do Sul; fala-se do abastecimento d'água ao Rio de Janeiro; lança-se em rosto aos deputados de Pernambuco a garantia dada a estradas de ferro, e um porto que nunca chegaram a conceder; e entretanto nada se sabe ao certo sobre a partilha geral dos recursos do Império. O que se sabe somente é que, enquanto durar este sistema, enquanto o que for nacional não estiver separado do que for local, será impossível fazer uma distribuição que se aproxime de qualquer aparência de igualdade. (*Apoiados*)

O Sr. Mac-Dowell – Antigamente clamavam só pelos 10%.

O Sr. José Mariano – Nem isso conseguimos.

O Sr. Mac-Dowell – Depois da noiva morta, faz a festa do noivado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Esse aparte do nobre deputado sugere-me um argumento.

Estes 10% propostos pelo nobre deputado por Pernambuco e que se afastam naturalmente do sistema atual, do plano de separação das despesas gerais das Províncias, vêm provar uma coisa, que é exatamente uma das mais fortes razões em favor da federação: a facilidade que há em taxar de fora e as dificuldades que há em taxar de dentro. Taxar de dentro, taxar conhecendo os contribuintes, taxar com responsabilidade direta, é muito diferente de taxar de fora, longe, e em massa.

A Assembléia Geral acharia facilidade em aumentar 50% aos impostos gerais; a Assembléia provincial já acharia dificuldade em aumentar 20% às suas imposições, e o Município não conseguiria porventura aumentar 10%. Sem algum perigo de ordem pessoal na faculdade ou no capricho de lançar tributos para o representante, os impostos gerais continuarão a ser lançados sem relação alguma com a fortuna dos contribuintes.

Propondo a forma federal, Sr. Presidente, devo acentuar os limites, dentro dos quais me parece desejável a federação. Como acabo de dizer, todos esses planos generosos que foram, durante toda a vida do Partido Liberal, engendrados para produzir certa autonomia provincial, e aos quais entre outros está associado o grande nome de Tavares Bastos, não podem dar resultado algum. Só a independência dos governos eletivos provinciais corresponde à gravidade do mal, mas por isso mesmo é preciso que o grande plano da federação acautele também grandes perigos.

Deve ser reservada para a Constituinte, que tiver algum dia de tomar conhecimento dos votos e desafios das Províncias, a solução deste problema, mas desde já devemos esclarecer as nossas idéias a respeito, para que se veja que demos a este grave assunto toda a atenção que ele impõe.

A Constituinte, a nosso ver, deverá evitar, entre todos, estes perigos: o perigo do desmembramento, pela criação do governo nacional forte; o perigo da oligarquia, pela constituição forte das democracias provinciais; o perigo da retrogradação de algumas Províncias, pela proteção da unidade nacional e da civilização adiantada do País; o perigo do particularismo, mantendo a unidade da comunhão brasileira; o perigo da bancarrota

provincial, esse só se pode remediar da mesma forma que o da bancarrota geral, limitando o poder taxativo da Província pela criação autonômica, independente do Município dentro dela; finalmente, o perigo de conflitos entre o geral e o particular, pela constituição de uma magistratura nacional que mantenha essa que Bismarck disse dever ser a única soberania – a soberania da lei, de modo tão patriótico e satisfatório para todas as partes da comunhão como o tem feito nos Estados Unidos, a magistratura federal, que tem sido o verdadeiro eixo da União americana.

Utilizando e considerando todos os grandes interesses que apon-tei, estou certo, Sr. Presidente, de que a forma federal impor-se-á à Constituente brasileira.

Ela é, em primeiro lugar, a forma americana. E a forma que, exceto nos países onde está implantado o vírus teológico, e em países onde o despotismo e a ditadura têm reinado constantemente, prevalece em toda a América. É preciso ir ao Chile para procurar um país livre que não a tenha adotado; mas o Chile é uma nesga de terra ainda que dotada de um forte espírito. É a forma do Canadá, dos Estados Unidos, do México, como foi a da América Central; é a forma da Colômbia, é a forma da República Argentina.

É uma forma que convém ainda mais às Províncias que principiam, aos territórios ainda por nascer, porque, eu já disse em começo, não há nada mais importante para a vida futura de qualquer país do que a natureza das primeiras sementes lançadas no seu solo. (*Há vários apartes*)

Não creiam os nobres deputados, porque a vegetação do Amazonas é colossal, porque as suas águas perdem-se à vista, que seja ali indifere-n-te o princípio pelo qual a sua imensa região comece a ser colonizada. É muito importante, dentro mesmo de uma muito pequena área, a natureza dos primeiros contatos do homem com a terra, do espírito com o barro que ele tem de transformar durante séculos.

Os grandes Estados, como o Brasil, têm forçosamente que ser, pelas suas distâncias, Estados federais. Basta olhar para o nosso território para ver-se que dentro de 100 ou 200 anos, cada um de seus grandes rios ter-se-á tornado a artéria vivificante de uma região fortemente coesa e ligada em todas as suas partes, assim como ao longo da sua imensa costa, e espalhados pela sua vastíssima superfície, haverá uma série de centros de comér-

cio e indústria em competência e rivalidades uns com os outros, e que necessariamente as aptidões, as variedades, as energias todas e diferentes de urna área em que cabem centenas de milhões de almas, ter-se-ão acentuado e especificado, em constituições e organizações locais diversas.

Pois bem, quem não pensará que, sendo esse o futuro de todas essas regiões em vinte, em cinqüenta, em cem ou duzentos anos, nós, que não somos senão os depositários temporários de todo esse território, devemos fazer com que ele seja administrado de forma a não ser permanentemente estragado como o tem sido, mas que os germes de Estados, que há espalhados por eles, desenvolvam-se pela liberdade, em vez de atrofiar-se pela absorção?

Agora, Sr. Presidente, que expus a natureza, a necessidade e o alcance da medida proposta, consinta V. Ex^a que eu faça algumas observações finais.

Acredito ser de vantagem para o País que o ensaio da federação, julgo uma fortuna para o País, seja feito sob a forma monárquica. Penso que, em vez de preceder a república à federação, a federação deve preceder à república; que, no momento em que se ensaiar o sistema republicano em 20 Estados diferentes, deve existir um poder central forte bastante para corrigir os excessos ou os desvios da organização federal e do espírito separatista, que pudessem abalar a unidade nacional. (*Apoiados e apartes*.)

Não sei, porém, se para a monarquia é vantajosa ou desvantajosa a organização federal. Inclino-me a crer que é vantajosa; inclino-me a crer que, se a monarquia pudesse ter a intuição das reformas nacionais, se pudesse, por exemplo, pôr-se à testa do abolicionismo, pôr-se à frente da federação, e acompanhasse assim as aspirações nacionais até chegar a constituir-se, como é na Inglaterra, quando a nação quer, substituir um governo por outro, a monarquia escudaria assim o seu futuro muito melhor do que condenando-se a resistir a todos os movimentos, até ser forçada a sujeitar-se a eles por uma capitulação, que não pode deixai de ser dolorosa. (*Apoiados e apartes*.)

O Sr. Campos Sales— A monarquia havia de opor-se com todas as forças à federação.

O SR. JOAQUIM NABUCO — O nobre deputado imagina em todas as Províncias federadas a monarquia, ou o poder central, cons-

pirando com os imensos recursos de que dispõe para o descrédito da forma federal.

É claro que isto seria um perigo, ainda que a monarquia nessa forma conspirasse contra si mesma, mas não é perigo que deva fazer recuar diante da necessidade de ensaiar a reforma federal, e uma vez ela ensaiada, todos os esforços e sacrifícios devem ser empregados, para que, em cada Província, dê os melhores resultados, deixando ao futuro a solução do outro problema, que é o problema monárquico. (*Apartes*)

O único perigo, Sr. Presidente, que pode haver para uma dinastia patriótica, como é, por exemplo, a da Sabóia, em dirigir a transformação democrática do seu tempo, é que um dia, pelo desenvolvimento natural do País, em consequência mesmo dessas reformas que ela promoveu, a monarquia chegue a ser desnecessária. (*Apoiados e apartes*)

Mas todo príncipe digno de sentar-se em um trono deve estar pronto a perdê-lo, quando essa perda resultar do próprio desenvolvimento que ele tenha dado à liberdade em seu reinado. Uma dinastia assim, Sr. Presidente, ficaria sendo a primeira, mais respeitada e mais influente das famílias brasileiras – desde que vivemos em um país onde não haverá Partido Restaurador –, e qualquer homem de patriotismo que ela produzisse havia de exercer uma dessas ditaduras da opinião que formam o governo democrático moderno e que valem mais do que um trono. Esta perspectiva é por certo melhor do que a de ser uma família de pretendentes ou a de se julgar interessada no atraso e na morte do País que a sustenta, receosa da expansão das idéias democráticas. (*Apoiados*)

Nesse terreno, o Partido Republicano daria prova de falta de sinceridade e inteligência, se não se juntasse conosco, para formarmos uma união democrática federal que reservasse a questão da forma de governo do Estado para depois que as Províncias tivessem adquirido a forma eletiva pura, e que ela houvesse produzido resultados de liberdade em vez de oligarquia, de moderação em vez de vindita, de engrandecimento em vez de retração.

O mesmo direito do Partido Abolicionista. O abolicionismo e o provincialismo têm quase os mesmos fundamentos. O abolicionismo significa a liberdade pessoal, ainda melhor a igualdade civil de todas as classes sem exceção – é assim uma reforma social; significa o trabalho livre, é

assim uma reforma econômica; significa no futuro a pequena propriedade, é assim uma reforma agrária, e como é uma explosão da dignidade humana, do sentimento da família, do respeito ao próximo, é uma reforma moral de primeira ordem.

No todo, o que se pretende com ele é elevar o nível moral e social do povo brasileiro.

Pois bem, em mim pelo menos a origem do meu provincialismo de hoje é a mesma. Não se trata de criar diversas pátrias, mas de fortalecer o sentimento da Pátria; não se quer destruir a unidade moral do nosso povo, tão fortemente acentuada, mas, pelo contrário, fazer com que essa unidade corresponda a um alto apreço do valor da nossa nacionalidade; o que se quer, sobretudo, é tornar em toda a parte o território brasileiro vivo, animado, independente, para que o Brasil readquira a sua expansibilidade e se desenvolva, em vez de retrair-se sobre si mesmo, como está acontecendo; é que neste incomparável domínio de terra não cresça uma abstração chamada Estado à custa de um território e de uma nação, e que um governo, isto é, um nome, não esterilize e atrofie essas duas grandes realidades: um povo e um mundo.

Agora, Sr. Presidente, volto-me para o Partido Liberal e com estas palavras pretendo terminar o meu extenso discurso, de cujas proposições peço desculpa à Câmara, agradecendo-lhe a atenção sustentada com que me ouviu.

O Partido Liberal, como hoje se acha e como hoje comparece perante o País, sujeito à autoridade de diversos chefes inimigos entre si, obedecendo às inspirações de um Senado, onde, como foi eloqüentemente dito, há liberais, mas não há Partido Liberal (*apoiados*), voltando-se para perscrutar os sentimentos do Imperador, cujo lápis desenha os limites possíveis das reformas necessárias, e cujo olhar parece domar os grandes lutadores, como se domam serpentes venenosas, preparando-se para voltar ao poder para representar os mesmos papéis, sujeitar-se aos mesmos homens, praticar as mesmas apostasias e sofrer as mesmas humilhações, o Partido Liberal, assim constituído, não tem nenhum fim útil e, pelo contrário, ilude a todos que aderem a ele pelo nome falso e falsa bandeira que levanta, ilude à democracia nacional, que se sacrifica por ele e seus homens, quando a sua intenção era somente sacrificar-se por nobres idéias. (*Apoiados*)

Mas, ao lado dessa disposição de espírito de muitos liberais, há a disposição de outros que acreditam, Sr. Presidente, que, se a união efetiva do partido se realizar em torno de idéias e não de chefes, mas de idéias que sejam grandes aspirações nacionais, o último dos soldados, quando todos os marechais nos abandonassem em caminho, seria capaz de levar a democracia à vitória e de mostrar que os partidos, como os povos que sabem o que querem, não precisam, como precisavam os exércitos romanos, de ser acompanhados à batalha por um grupo de sacerdotes para lhe interpretarem os presságios celestes.

Mas, para isto, é preciso que o Partido Liberal coloque a sua força, não em alguns indivíduos que se sentam no vértice da pirâmide social, mas nas extensas camadas populares sobre que ela se levanta. (*Apoiados*)

Convença-se o Partido Liberal disso, hasteie a grande bandeira da abolição, da federação e da paz; a abolição, que é o trabalho e a terra; a federação, que é a independência e o crescimento; a paz, que é o engrandecimento exterior e a expansão legítima de todos os estímulos da atividade nacional; e, esse partido há de mostrar, qualquer que seja o seu número, que é a maior força deste País, porque o coração do País está ainda são, é ainda profundamente liberal e democrático.

Todos se recordam deste País quando a monarquia era uma verdadeira adoração, e o Imperador era por assim dizer adorado por meio de cerimônias quase religiosas como o beija-mão. Todos se lembram do tempo em que o escravo ainda não tinha sentido as primeiras esperanças de liberdade; em que uma política de tradições suspeitosas tinha os brasileiros constantemente voltados para o Rio da Prata, onde os governos de uma classe que nunca se bateu sacrificavam, em carnificinas inúteis, a flor da população e o exército ao trabalho; em que o fanatismo não tinha sofrido os primeiros golpes da liberdade do pensamento.

Hoje os tempos são muito diversos: a adoração monárquica está viva apenas no espírito de alguns subservientes; o fanatismo acabou nas prisões dos bispos de Pernambuco e do Pará – a escravidão foi varrida de norte ao sul por um verdadeiro *simun* nacional; e já não há medo de que o fantasma da guerra se levante dos túmulos do Paraná e do Paraguai – para vir agourar o nosso futuro pacífico, liberal e americano.

É por isso que eu digo: é desconfiar muito da coragem e do patriotismo do País, supor que, entre a idéia liberal que se afirmasse com

todas as suas forças em defesa do ideal de uma pátria reconstituída sobre os grandes alicerces modernos, o País, falando de um homem, preferisse o culto de algumas múmias, ou falando de instituições decadentes, o culto dos sarcófagos que guardam a poeira embalsamada do passado.

Eu, pelo menos, Sr. Presidente, tenho ainda confiança no desenvolvimento e no poder das forças que hão de realizar a grandeza nacional, e entregando à Câmara, em nome da maioria do Partido Liberal, o projeto que estabelece no Brasil a forma federativa monárquica, faço-o com a maior certeza dos seus resultados. O navio que é hoje lançado ao mar há de encontrar no seu curso tempestades e tormentas; recifes e correntes contrárias; desânimos e traições a bordo; podem transformar-lhe a bandeira em bandeira de corsário, ou arriá-la diante de um inimigo que não ousaria lutar com ele; mas esse navio há de um dia avistar a terra que demanda, porque ele vai entregue ao Futuro, que é a maior das divindades nacionais. (*Muito bem! Muito bem! O orador é cumprimentado. Aplausos nas galerias.*)

.....

UM PROJETO DE FEDERAÇÃO

Sessão de 8-8-1888

O SR. JOAQUIM NABUCO – Tenho a honra, Sr. Presidente, de mandar à Mesa um projeto de reforma constitucional, no sentido de estabelecer o regime federal no Governo do Brasil, projeto assinado por 18 membros da minoria liberal. Este projeto é literalmente o mesmo que tive a honra de apresentar na legislatura passada, em nome de uma grande parte do Partido Liberal.

Ao ver-se as assinaturas deste projeto, pode-se pensar que a idéia federal ainda se acha no seu período partidário, como esteve por tanto tempo a idéia abolicionista. Não há dúvida que hoje pode-se dizer que, praticamente, a idéia da monarquia federativa está aceita por todo o Partido Liberal do Império.

Desde que ela foi restaurada nesta câmara na legislatura passada, encontrou o apoio decidido da Província de Minas, levantado pela propaganda, principalmente, do honrado deputado pelo 8º Distrito daquela Província; encontrou o apoio unânime do Partido Liberal paulista; moveu o Partido Liberal da Bahia a pronunciar-se; teve um eco distinto na Província de Goiás.

O Sr. Afonso Celso – Em Minas foi a imprensa quem levantou a propaganda.

O Sr. Henrique Sales – Apoiado, toda a imprensa.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ...teve um eco distinto e significativo na Província de Goiás, devido à inteligente e esclarecida ação do Sr. Leopoldo de Bulhões (*apoiados*), que passou com tanto brilho nesta casa (*apoiados*), na Província do Pará representa um compromisso de partido, e não é preciso dizer que em Pernambuco é o credo político de todo o liberalismo.

O fato de a idéia do federalismo ser por enquanto a bandeira do Partido Liberal não quer, entretanto, dizer que ela tenha simplesmente trabalhado a consciência desse partido, apesar de que isto já seja tanto como

tornar-se em tempo lei do País, como vimos com a abolição, que, apesar de ser somente bandeira liberal na véspera, tornou-se, de repente, idéia, quase unânime do Partido Conservador.

A idéia federal, porém, está trabalhando mais do que um partido político, está trabalhando as Províncias, e na próxima legislatura pode-se anunciar que os deputados, que hão de vir com mandato imperativo de sustentar a autonomia provincial, não se hão de reduzir simplesmente nos membros do Partido Liberal. (*Apoiados*)

Apresentamos o projeto de reforma sob a forma constitucional, mas alguns de meus honrados colegas da maioria; que não o assinaram, não são absolutamente contrários; pelo contrário, são firmemente aderentes à idéia do projeto: unicamente entendem que a reforma deve ser feita sem reforma da Constituição. (*Apoiados*)

O Sr. Pedro Luís – Depois da reforma eleitoral, a Constituição não é mais embaraço para coisa alguma. (*Há mais partes*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Há um certo número da maioria liberal, como acredito que há alguns chefes liberais no Senado, que entendem que a reforma que estabelecer a monarquia federativa poderá ser feita sem reforma da Constituição.

De fato, é difícil dizer qual o artigo da Constituição que definitivamente se opõe a tão extenso alargamento das fraquezas provinciais.

Se este Ministério, ou algum Ministério liberal, apresentar, nesta ou na legislatura seguinte, algum projeto de reforma federativa pelo molde das leis comuns, posso dizer que todos os signatários deste projeto, desde já hipotecam seus votos a esse projeto. (*Apoiado*.)

Um Sr. Deputado da Oposição – Não há dúvida.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu, porém, creio que, se for a reforma feita sem Constituinte, haverá um certo perigo de que outra assembléia ordinária, em momento de pânico ou de reação política, tente destruir a reforma feita.

O Sr. Lourenço de Albuquerque – Não tenha esse receio.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Já vimos, por um simples telegrama, um Ministério liberal suspender o Ato Adicional; não era de estranhar que uma legislatura conservadora desfizesse, por lei ordinária, o que outra tivesse feito por sua exclusiva competência. (*Apoiados*.)

Creio que uma reforma desta magnitude, que importa reorganização completa do País e está destinada a ser uma Constituição mais importante do que a Constituição de 1824, não poderá ser feita de modo completo e definitivo senão por meio de uma Constituinte.

Há uma razão que prevalece em meu espírito, razão política, para pedir a Constituinte.

A objeção principal que leva alguns dos meus ilustres amigos a não aceitarem a adoção pura e simples da reforma constitucional, é a oposição que se prevê à Constituinte da parte do elemento conservador do Senado.

O Sr. Lourenço de Albuquerque – A razão principal é a urgência da reforma.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas, Sr. Presidente, cedo ou tarde a democracia há de achar-se em luta aberta com o Senado, e é melhor que essa luta se trave antes de termos capitulado, como escapamos de capitular, em 1879, quando quiser dar ao Senado até o próprio Poder Constituinte. (*Muitos apoiados.*)

O Poder Constituinte, aquele que reside na Nação, não se comunica de forma alguma a urna instituição como o Senado, verdadeira estratificação de camadas sucessivas depositadas por gerações diferentes, sem homogeneidade política, sem relação alguma com o estado crescente da sociedade. (*Apoiados.*)

O Sr. João Primo – Formação terciária. (*Riso.*)

O Sr. Paula Primo – O Senado vitalício não tem razão de ser.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Uns entendem que a lei deve ser feita de modo ordinário, somente porque assim se economiza tempo; mas estes, que assim pensam, talvez se enganem.

Uma reforma que altera fundamentalmente a organização política do País não forçará as portas do Senado se não chegar lá sustentada e cercada pelo prestígio de uma manifestação constituinte da soberania nacional. (*Apartes.*)

Sr. Presidente, o tempo que me faculta o Regimento é escasso.

Não pretendo agora fazer a justificação de um projeto que com tanto desenvolvimento fundamentei em 1885. Recordarei somente que apresentei, então, quatro razões, que me pareceram absolutamente imperiosas, em favor da autonomia das Províncias.

A primeira, foi a extraordinária extensão do nosso território.

Um país das proporções físicas do Brasil não pode ser administrado de um ponto qualquer da sua circunferência. (*Apoiados*)

A segunda, foi a diversidade de interesses provinciais, que impede que esses interesses sejam tratados de modo uniforme e convenientemente atendidos por um poder que não tem conhecimento nem consciência das circunferências especiais das diversas zonas em que se divide o País. (*Apoiados*)

A terceira razão foi a impossibilidade de fazer de uma delegação do Governo central, como são as presidências de Província, um Governo provincial efetivamente responsável perante aqueles que administra identificado com eles.

A quarta razão foi a absorção constante e contínua, pelo Estado, do elemento provincial, não só dos capitais como também da inteligência da atividade de todas as forças vivas das Províncias, determinando uma imensa hipertrofia, do centro do Império, fatal a todo ele. (*Apoiados*)

A vida nacional, com o Governo central, há de forçosamente concentrar-se na parte de onde se irradia a ação do mesmo Governo; isso é fatal ao desenvolvimento das diversas zonas do nosso território. (*Apoiados*)

Estas razões, Sr. Presidente, nada perderão com o decurso do tempo, porque dimanam da natureza das coisas.

A política mesmo começa a apresentar uma face nova prove-niente da intervenção dos interesses provinciais, a qual tem sido e será ainda causa de perturbações estranhas na política geral do Império. (*Apoiados*)

Esse particularismo provincial, que começou no Rio Grande do Sul, acentuou-se no Ceará e em São Paulo, mostra que apareceu um novo elemento importante em nossa política, determinado pela força irresistível da autonomia provincial.

Isto quer dizer que muito naturalmente as Províncias estão convencendo-se de que o que mais diretamente lhes interessa é o seu próprio progresso, o seu próprio desenvolvimento; e a verdade é que chegou até ser ridículo tratar-se nesta Câmara de interesses provinciais.

Não há nenhum deputado que consiga despertar a atenção da Câmara na discussão de negócios que se possam considerar como puramente provinciais. Por isso, enquanto é preciso que eles sejam tratados nas Pro-

víncias, onde despertam o maior interesse, o que vemos é que as Províncias, por sua vez, vão procurando reduzir a política geral a uma luta pela própria existência.

Direi algumas palavras sobre a questão propriamente política.

Quando, em 1885, eu apresentei, em nome dos meus colegas, este projeto de monarquia federativa no Brasil, argüiu-se que as duas expressões – monarquia e federação – eram incompatíveis, e que os interesses dinásticos haviam de fazer oposição invencível à marcha da idéia federal.

Que a idéia da federação era um forte concorrente em popularidade, que ia disputar o passo à própria idéia republicana, como todo o tempo lho disputou eficazmente a idéia abolicionista, viram-no republicanos dos mais competentes.

O Sr. Prudente de Moraes, que nesse tempo representava com grande sinceridade nesta Câmara o interesse republicano, fez-me a honra de propor-me o seguinte pacto, que consta do discurso por ele proferido poucos dias depois da apresentação do projeto da monarquia federativa.

Dizia ele (lê):

“Com certeza, isso é que é um sonho, uma utopia irrealizável, e tal é a minha convicção, que não tenho dúvida em propor ao nobre deputado uma transação honrosa para ambos. Se o nobre deputado conseguir neste regime a conversão das Províncias em Estados confederados com monarquia, eu deixarei de ser republicano, para ir assentar praça nas fileiras do partido do nobre deputado; mas, em compensação, tenho direito de pedir ao nobre deputado que, se encontrar nas instituições atuais, especialmente na Coroa onipotente, um obstáculo invencível para a realização do seu sonho patriótico, que nesse dia o nobre deputado venha também assentar praça no Partido Republicano.”

O SR. JOAQUIM NABUCO – O pacto está feito. (*Há outros apartes.*)

Sr. Presidente, não somente as idéias de federação e monarquia não se opõem e não se excluem, como há muito maior futuro e segurança no Brasil para o desenvolvimento da autonomia provável sob a monarquia do que sob a república.

Em 1841, um estadista que não é suspeito ao Partido Conservador, Silvestre Pinheiro Ferreira, redigia um documento precioso, que eu peço licença para transcrever no meu discurso, a fim de ser publicado no *Diário Oficial*^(*) como ilustração da marcha da idéia federal no Brasil. Esse documento era uma carta ao Imperador, que acabara de tomar posse do trono, em que o eminente publicista aconselhava a divisão do Império em cinco monarquias confederadas, com o Imperador por chefe, e estabelecia de modo irrefutável, no meu entender, a impossibilidade de ser governado tão extenso território como o Brasil sob qualquer forma central de governo. Profundamente monarquista, adepto da monarquia, Silvestre Pinheiro entendia que com os príncipes da Casa reinante no Brasil se podia fundar, como posteriormente fez a Alemanha, confederando as suas monarquias sob a direção suprema do representante do Império, cinco monarquias correspondentes às cinco grandes regiões em que se divide naturalmente o Brasil.

O Sr. Pedro Luís – Hoje ele encontraria pessoal de sobra para tudo isto.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu não venho propor que se fundem monarquias subordinadas à direção do Governo central, pelo contrário; o que venho propor é a criação de repúblicas, como hão de ser os diferentes Estados confederados do Brasil, unidos pelo laço nacional da monarquia.

Quem tem estudado a história das repúblicas na América vê que em quase todos esses Estados se tem travado uma luta constante entre o princípio federal e o princípio unitário, e que em toda a parte, exceto nos Estados Unidos (e dos Estados Unidos direi duas palavras de passagem), em todas as partes as repúblicas, para existirem, têm tido necessidade de anular o princípio federal, isto é, o princípio da autonomia local. Exceto na República Argentina, onde o Partido Federal podia-se dizer que era o antigo Partido Conservador e que ao Partido Unitário correspondia o Partido Liberal, em todo o resto da América, em que tem aparecido luta entre a federação e o unitarismo, o Partido Federal tem sido o Partido Liberal e o Partido Unitário tem sido o Partido Conservador. E que os presidentes

(*) “Divisão do Império do Brasil em cinco monarquias confederadas.

O Sr. D. Pedro II, Chefe da Confederação”.

desses Estados têm-se visto forçados, no interesse de suas reeleições ou de sua permanência no poder, a destruir a independência local, onde se aninhavam os seus rivais, determinando, como na América Central, essa luta entre os dois princípios constitucionais, reconstruções das próprias nacionalidades.

Ora, eu pretendo, e digo que apenas com o laço monárquico entre elas, que as Províncias do Império teriam muito maior proteção e muito maior garantia para o desenvolvimento da sua autonomia, do que se fossem organizadas sob a forma republicana, porque, necessariamente, pelas lutas e pelas competições provinciais, a república tenderia a ser unitária, a república seria mesmo sustentada, para ser unitária, por todos os elementos liberais do País, e, se não fosse por esses, sê-lo-ia pelos elementos reacionários. Em qualquer dos casos seria uma séria e grande ameaça ou de confiscação da autonomia local ou de desmembramento da comunhão. (*Apoiados e não apoiados*.) A república federativa não pode deixar de ser um imenso perigo, e as Províncias, sob ela, ver-se-iam ameaçadas ou de perder a sua independência legislativa ou de separar-se da coletividade. A monarquia, porém, pôde dar a maior extensão ao princípio federativo, e disto temos a melhor prova na Inglaterra, que é o admirável exemplo da elasticidade que há na forma monárquica, para admiti, ao mesmo tempo e no mesmo Império, a formação de Estados quase independentes, porque são autônomos em tudo que diz respeito á sua vida própria.

A exceção única de solidez federativa das repúblicas americanas são os Estados Unidos; mas quem se lembrar que em 1860, unicamente porque a eleição de Lincoln ofendeu o orgulho, até então intato do escravismo sulista, os Estados Unidos passaram pela mais tremenda guerra civil de que há noção na história, reconhecerá também que uma nação, como o Brasil ou qualquer outra nação latina, não teria saído com a sua unidade intacta de uma situação tão grave e quase desesperada, de que saiu ilesa a União Americana.

Mas ainda em 1876 a república esteve em risco de cindir-se de novo, por causa da duplicata na eleição presidencial, e somente o espírito anglo-saxônio poderia ter achado, e fora da Constituição, o expediente arbitral pelo qual apurou quem era o legítimo titular da cadeira presidencial.

A raça latina, Sr. Presidente, incapaz de refrear as suas paixões quando elas chegam ao grande exaltamento de que irrompem as guerras

civis, não teria conseguido evitar por uma transação arbitral o conflito eminente, de que os Estados Unidos souberam fugir em 1876.

Todos os quatro ou todos os seis anos, conforme fosse o período marcado para a renovação do mandato presidencial, nós veríamos o Brasil sob a república exposto a essas imensas e graves perturbações, que caracterizam a vida das repúblicas sul e centro-americanas.

O Sr. João Penido – V. Ex^a está enganado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ...e o resultado seria ou a supressão das autonomias locais por meio de algumas ditaduras fortes, militar ou oligárquica, como fosse servindo-se da compressão, da suspensão da liberdade da imprensa, das deportações, até do fuzilamento, com a conseqüente reação nas conspirações e nos assassinatos políticos, ou triunfando, em vez do unitarismo, o princípio autonômico, o desmembramento do País.

O Sr. Lourenço de Albuquerque – Apoiado, essa é que é a verdade.

O Sr. João Penido – Não apoiado.

O Sr. Pedro Luís – Não receie o desmembramento enquanto as Províncias pedirem dinheiro ao Centro. (*Apartes.*) O Centro nunca deixou de dá-lo. Isto se prova com os documentos.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Quanto à resistência da monarquia à federação, eu não tenho a crença, em que muitos estão, de que a monarquia seja um obstáculo, e invencível, ao estabelecimento das autonomias provinciais.

Devo dizer que, pessoalmente, tenho mais medo da oposição do próprio Senado, do que da oposição do elemento dinástico. (*Apoiados.*)

Em um livro admirável, que é verdadeiramente o orgulho do liberalismo brasileiro, o espírito liberal, que maior irradiação já teve em nosso País, Aureliano Cândido Tavares Bastos (*Muitos apoiados*)...

O Sr. Rodrigues Peixoto – É um livro que nunca envelheceu nem envelhece no Brasil.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ...falava com esta acrimônia, com esta veemência, com esta violência, devo dizer, da obra histórica da monarquia em relação às fraquezas provinciais.

Dizia ele num ponto (*lê*):

“Ainda depois de 1840, depois de dilacerado o Ato Adicional, a muitos espíritos leais parecia que a reação era um fato

transitório, os brasileiros resgatariam bem cedo as ludibriadas conquistas da revolução. Era com estranheza e grande emoção que se via restaurado nas Câmaras e no Governo o sistema vencido em 1831. Debalde lutou-se, porém; cada ano, o génio da monarquia, o ideal de um governo forte pela centralização simétrica, fazia maiores conquistas nas leis, na prática da administração, digamos mesmo, por vergonha nossa, no espírito das populações. Vinte anos depois, ainda promulgava-se a lei contra o direito de reunião, a lei afrancesada de 22 de agosto de 1860, esse diadema da onipotência monárquica. Foi o seu zênite, e o mais alto grau do ceticismo.

Animosos preparavam-se os brasileiros em 1834 para o jogo das instituições livres. Hoje, nosso espírito cede instintivamente a uma influência perversa, que o corrompe e degrada. Não somos um povo, somos um Império. Temos, infelizmente, que fazer uma educação nova. Mas, se não foi impossível ensaiar a liberdade em terra que surgia da escravidão, sê-lo-á porventura restabelecer doutrinas que já foram lei do Estado ou aspiração nacional?"

E noutro ponto dizia ele (lê):

"A política centralizadora da monarquia brasileira não contrasta, porventura, com a política da Coroa britânica, relativamente a possessões espalhadas por todos os mares; e que aliás não são, como as nossas Províncias, partes integrantes de um só Estado. Aprecia as vantagens incomparáveis da administração independente, das liberdades civis e políticas: com menos da metade da nossa população, Canadá, essa terra hiperbórea das neves, dos lagos e rios gelados, tinha, há quatro anos, um movimento comercial igual ao nosso. As sete colônias da Austrália, a quem aliás se dão somente 200.000 habitantes, mais favorecidos pela natureza, mas também muito mais distantes, já faziam em 1866 um comércio duplo do Brasil, e seus governos já dispunham de rendas superiores às nossas, aplicando milhares de contos a estas duas grandes forças modernas – a estrada de ferro e a instrução popular. Pungente paralelo! Aqui as Províncias desfalecem descontentes; lá as colônias prosperam e breve serão Estados soberanos. Aqui

vive o Governo central a inquietar-se com os mais inocentes movimentos das Províncias; lá, essa atitude de um poder suspeito, porque é injusto e fraco, não a conhece o governo britânico. E se uma monarquia antiquíssima procria repúblicas democráticas, pode na América uma monarquia exótica converter os seus Estados em satrapias silenciosas?”

Vozes – Muito bem!

O SR. JOAQUIM NABUCO – Sr. Presidente, a monarquia no Brasil não resistiria muito tempo à linguagem, como essa, de homens como Tavares Bastos; à linguagem empregada nestas frases contra o espírito, contra a ação centralizadora da tendência monárquica.

Eu, que, pelo contrário, tenho fé e fé viva na encarnação democrática do espírito monárquico no Brasil.

O Sr. Paula Primo – E deve ter.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ...eu, que tenho fé viva de que a monarquia será ainda, depois da abolição, um elemento de regeneração nacional, de levantamento gradual do nosso povo, não me resigno a vê-la eternamente colocada sob o estigma dessas terríveis palavras, dessas acusações formais de usurpação. (*Apoiados. Muito bem!*)

A obra da monarquia no Brasil tem sido inconscientemente em parte, mas, em parte também com imenso sacrifício próprio, uma obra nacional por excelência. Em primeiro lugar, ela fez a Independência, foi a obra de Pedro I; em segundo lugar, e esta é a grande obra do Segundo Reinado, ela fez a unificação do povo brasileiro (*apoiado*); em terceiro lugar, ela fez a Abolição da escravidão, o que quer dizer a igualdade das duas raças vinculadas ao nosso solo. (*Apoiados. Muito bem!*)

Não há razão para que ela não faça agora a organização definitiva do país que libertou e igualou, sob a forma federal, a única que permite o crescimento legítimo e natural de todas as partes da comunhão.

Acusa-se o Imperador e seu Reinado de ter estabelecido a centralização pesada que liga todo o País no Governo Central. É isto verdade, mas não há dúvida de que, se não fosse também a ação desta causa, o Brasil não se teria constituído em nação homogênea, e o território ter-se-ia talvez dividido em tantas regiões quantas são as diversas grandes zonas dos interesses nacionais.

A América espanhola era, como o Brasil, uma só terra sujeita à Espanha; não havia distinção de nacionalidade entre as 13 ou 14 repúblicas em que se divide hoje o antigo domínio espanhol, havia, simplesmente a ação diferente, topograficamente diferente dos interesses locais, e o resultado foi que as conquistas espanholas da América cristalizaram-se em numerosas nacionalidades rivais e inimigas, como se tem mostrado, ao passo que a grande conquista portuguesa manteve-se unida e identificada numa só nacionalidade, cujo desmembramento nenhum de nós desejaria ver. (*Muitos apoiados*)

Esta foi a grande e imensa obra nacional deste Reinado que, ao começar, encontrou vivas ainda as dissensões locais da Regência; por outra, as antigas Capitanias com o seu aspecto separatista e que as uniu ao ponto de darmos o exemplo da mais completa unificação nacional que se tenha visto na América; a Guerra do Paraguai.

Tivemos e teremos ainda, é certo, que pagar essa obra da unificação nacional com uma perda sensível da autonomia das Províncias. As Províncias perderam muito da sua antiga energia; o seu crescimento autônomo teria sido muito mais vigoroso, mas era preciso que durante o tempo da fusão nacional o sentimento particularista, autonomista não estivesse tão vivo como dantes.

Mas hoje, que a unificação está feita em todo o sentido, que somos a nação mais homogênea do mundo, porque temos a fortuna de não ver a imutável dualidade que nos oferecem os Estados Unidos – de duas raças inimigas que nunca se hão de encontrar no terreno da liberdade humana –, é tempo de procurarmos organizar o País de modo a não impedir em proveito de umas o desenvolvimento a que todas as Províncias têm o mesmo direito.

Hoje, sobretudo, que o espírito paulista, encarnado no honrado Sr. ministro da Agricultura, é tão vivaz, mostrando que há verdadeiramente um problema do Sul pela imigração estrangeira e um problema do Norte, somente solúvel pela dificuldade do clima, pelo desenvolvimento moral da população nacional aclimada, que só deseja aumentar-se de todas as sobras das outras Províncias donde a imigração as for expulsando; hoje, que é incontestável que o País cresce de modo a formar um dia mais de uma nação uma, duas ou três, identificadas pelo mesmo sentimento da Pátria,

mas profundamente diferentes em seus interesses pela diversidade das próprias condições físicas do Império, é preciso procurar a forma de governo que permita que se salvem aquelas Províncias que ainda se podem salvar, que progridam as que se acham sob o peso de contribuições superiores à sua quota, e que todas se desenvolvam, não no sentido dos seus interesses e na razão de suas forças e atividade, em vez de ficarem atrofiadas pela hipertrofia do centro.

O Sr. Presidente – Está dada a hora.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Agradeço a V. Ex^a a sua observação; mas creio que neste momento não excederei dois minutos para fazer ainda uma observação sobre a impossibilidade material que se vê, de constituir-se a federação sob a monarquia.

A idéia federal não é uma idéia, em si, liberal ou conservadora, é uma idéia apenas devida local, é um recurso extremo de salvação para o Norte e uma medida de justiça e de equidade para o Sul.

Não é justo que Províncias, como a de São Paulo e outras, que se vão desenvolvendo e crescendo, carreguem com uma parte de responsabilidade além da quota que lhes deve pertencer; assim como, quando se nos propõem aqui esses gigantescos projetos que se dividem por todo o Império, é impossível repartir o benefício de forma equitativa, e de sorte que o encargo da Província corresponda exatamente ao que lhe aproveitou.

Eu sei que se lança sempre em rosto ao Norte a imensa despesa que o Império fez com a seca do Norte. Mas eu quero crer que, se nesse tempo houvesse já a independência das Províncias, ter-se-ia feito muito mais economicamente, com muito menos desmoralização para o povo, com muito menos ônus para o contribuinte e com muito mais moralidade para os contratos, do que foi feito todo esse imenso e desacreditado serviço da seca do Norte.

Terminando, Sr. Presidente, devo dizer que não acredito que a monarquia perca esta grande oportunidade de conseguir a clientela das Províncias, como já conseguiu a da raça negra.

A monarquia matou o colonialismo; matou depois o separatismo, o particularismo; matou o escravismo.

O Sr. João Penido – E há de matar-se a si própria. (*Riso*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – ...e agora o que resta é organizar o nacionalismo brasileiro pela única forma que lhe é adequada, e que

é exatamente o provincialismo democrático e liberal, que se resume na fórmula – monarquia.

O problema é muito difícil por certo, porquanto, aplicando a bela imagem de Sir Robert Peel, é preciso que o novo sistema federal que vamos criar, subordinado ao grande centro nacional, não obedeça tanto à ação da massa da qual saiu, que possa voltar a ser absorvido por ela, e por outro lado, é preciso que ele não escape tanto à atração dessa mesma massa, que corra o risco de precipitar-se nos espaços vazios do separatismo.

Mas isto é exatamente a missão do legislador constituinte ou ordinário, como seja, que se capacitará de que realmente o pedido de autonomia das Províncias não é um pedido da anarquia, revolucionário, não é um pedido de paixões incandescentes, mas o grito de socorro de quem se sente perdido (*apoiados*), e eu não duvido de que, sem espírito partidário, pelo contrário, somente com espírito patriótico, homens de todos os partidos possam encontrar-se no pensamento e na resolução de fundar indestrutivelmente a integridade da Pátria sobre a autonomia da Província. (*Muito bem! Muito bem!*)

Tenho a honra de mandar à Mesa o seguinte projeto de lei, assinado por 18 membros da minoria liberal desta Câmara (*lê*):

“A Assembléia Geral Legislativa resolve:

Artigo único. Os eleitores de deputados à próxima legislatura darão aos seus representantes poderes especiais para reformarem os artigos da Constituição que se opuserem às proposições seguintes:

O Governo do Brasil é uma monarquia federativa.

Em tudo o que não disser respeito à defesa externa e interna do Império, à sua representação exterior, à arrecadação dos impostos gerais e às instituições necessárias para garantir e desenvolver a unidade nacional e proteger efetivamente os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros, os Governos provinciais serão completamente independentes do Poder Central.”

.....

ENCÍCLICA DE LEÃO XIII CONTRA A ESCRAVIDÃO

Sessão em 24-9-1888

O SR. JOAQUIM NABUCO(*) diz que ouviu na sessão passada, com o respeito que merece, o orador e a atenção que impõe o assunto, o discurso do nobre deputado pelo 11^a Distrito da Província do Rio de Janeiro, a quem vai dar uma breve resposta, sentindo que S. Ex^a não esteja presente.

Confessa que, estando em divergência de opiniões com o nobre deputado, pela primeira vez o ouviu sem constrangimento; ouviu-o como se estivesse admirando uma velha armadura em um museu de antiguidades, da qual a geração atual já se não pode servir pelo peso. O orador ouviu o nobre deputado, que se mostrava convencido de que a sua palavra não podia mais ressuscitar a escravidão, que tinha sido julgada definitivamente pela opinião nacional. Não era S. Ex^a um adversário que pudesse causar receios, mas um homem fiel aos princípios que sustentou, o que queria mostrar que não tinha capitulado mesmo depois da lei de 13 de maio.

O nobre deputado representa nesta questão o papel que nas canonizações da Igreja representa o sacerdote encarregado de descobrir as faltas daquele que se quer canonizar, representando o papel de advogado do diabo.

Era preciso que nessa encíclica, que é a justificação mais completa do abolicionismo brasileiro, e da ação, ainda que à última hora, decisiva do nosso episcopado, houvesse alguém que representasse o papel que tomou a si o nobre deputado.

S. Ex^a impugnou a mensagem. Fundando-se em que a encíclica de Sua Santidade não faz referência à questão principal; impugnou-a, dizendo que a data da encíclica era de 5 de maio e o Papa não podia, portanto, referir-se à lei que tem a data de 13 do mesmo mês e ano; e, finalmente, S.

(*) Sinopse indireta do discurso.

Ex^a procurou enxergar nesse documento importantíssimo e nas doutrinas nele exaradas um libelo de formal acusação contra o clero brasileiro. E depois, saindo desse terreno que era verdadeiramente insincero, em que S. Ex^a dirigia uma ironia contra o documento, o nobre deputado contestou que fosse prudente, que fosse útil fazer intervir a autoridade moral do Pontífice em questões que se referiam a interesses materiais, como era essa da escravidão; advertindo-nos de que Sua Santidade não era infalível nesse terreno, lembrança esta que talvez não devesse ter partido daquele ilustre deputado, que, ainda há pouco, fora escolhido para trazer a esta Câmara, por parte de senhoras, um protesto contra a liberdade dos cultos.

O nobre deputado disse mais que o exemplo de 1871 deveria ter aproveitado, porque naquele ano S. Ex^a anunciou ao clero que tinha feito uma manifestação em favor da lei de 28 de setembro, que essa manifestação importaria dentro de pouco tempo a invasão de suas próprias atribuições pelo Poder Civil, e que assim acontecera. Finalmente, concluiu S. Ex^a por achar que não tinha razão a nossa mensagem ao Santo Padre, porque Sua Santidade não podia ter consciência de nos haver felicitado, resumindo assim o seu discurso com uma observação que cabe na aplicação que lhe fez o honrado deputado pela Província de Minas, o Sr. João Penido – de que estávamos pregando um sermão que não nos havia sido encomendado.

A verdade, diz o orador, é que, quando Sua Santidade se manifestou sobre o procedimento do clero brasileiro em relação à abolição, ele estava perfeitamente informado da parte que o mesmo clero tinha tido naquele movimento. É preciso não conhecer os hábitos da Igreja, é preciso não conhecer a prudência com que a mínima palavra é, por assim dizer, coada pelos lábios do Sumo Pontífice, para supor que Sua Santidade se houvesse pronunciado no tom encomiástico por que o fez sobre os nossos bispos, se tivesse a menor dúvida a respeito da perfeita coerência do procedimento deles, com as práticas conservadoras estabelecidas pela Igreja Católica.

O Papa sabia perfeitamente e tinha conhecimento pessoal dessa pastoral do honrado prelado de Diamantina, que o nobre deputado pelo 11^o Distrito do Rio de Janeiro acoimou de revolucionária.

O orador mesmo teve a honra de apresentar ao cardeal secretário de Estado as pastorais dos nossos bispos, que foram devidamente vertidas para o italiano; as quais foram examinadas com aquele minucioso cui-

dato que é o desespero de quantos recorrem à Santa Sé, pois ela costuma examinar todas as matérias em que tem de fazer interferir a sua autoridade com o maior exemplo. Foi, por consequência, um documento pronunciado *ex informata conscientia*, no sentido literal da frase; a consciência do Santíssimo Padre estava perfeitamente informada de todo o movimento abolicionista; não há que separá-lo nisto do Episcopado.

Mas o sumário que deu à Câmara o nobre deputado pelo 11º Distrito do Rio de Janeiro, da encíclica de Sua Santidade é uma verdadeira caricatura desse documento.

A encíclica foi escrita por quem sabia o que queria dizer, porque se tivesse a menor dúvida a respeito do procedimento dos bispos, teria empregado a linguagem própria para manifestar pelo menos esse estado de dúvida; mas, pelo contrário, a encíclica manifesta-se do modo mais afirmativo e mais determinante em defesa e aprovação dos mesmos bispos.

Não é um novo *gesta tua non laudantur*, que foi expedido por Sua Santidade, é um documento da mais perfeita e completa identificação do alto pontificado católico com o episcopado brasileiro e com a tradição de todo o catolicismo.

Por conseguinte, não pode, nem em desrespeito à Santa Sé, fazer-se servir este documento para fins diretamente contrários àqueles em virtude dos quais foi expedido.

Depois de entrar na análise da encíclica, no sentido de demonstrar que Sua Santidade não historiou rapidamente o escravismo no intuito de justificá-lo, mas de pôr em relevo a luta que o catolicismo teve que sustentar para aboli-lo, o orador aponta e aplaude o papel que Sua Santidade representa neste momento, pondo-se à frente de uma cruzada nobilíssima que tem por fim extinguir para sempre a exploração do homem como escravo no continente africano, e, lembrando a estrofe de Castro Alves, quando invocava Deus, pedindo-lhe que ouvisse os brados de uma raça que há tantos séculos implorava a sua misericórdia, acredita que Deus afinal ouviu esses brados e que a hora da redenção chegou para a infeliz raça negra.

E diz, com fé, o Papa quando se pronunciou, a escravidão estava a extinguir-se no Brasil, e, se não se pronunciou antes, é que razões poderosas a isso o impediram, sendo-lhe alegadas talvez por parte do Brasil urgentes considerações de ordem política ou econômica.

A encíclica há muito estava escrita, e se Sua Santidade só a publicou depois, foi porque só depois é que se achou em face de um Ministério abolicionista.

Desde que ele não viu nos poderes do Estado um limite à sua ação, ele a pôs em prática, segundo as tradições e uso da Igreja; e procurando dar maior realce à sua intervenção, a esta encíclica fez seguir a outorga, à Princesa Regente, da Rosa de Ouro.

O orador vota, por conseguinte, pela moção modificada pelo nobre deputado pelo Pará.

.....

ABOLIÇÃO SEM INDENIZAÇÃO

Sessão em 15-10-1888

O SR. JOAQUIM NABUCO – Sr. Presidente, V. Ex^a sabe que tive a honra de apresentar um projeto de lei, assinado pela maioria dos membros desta Câmara, propondo que se apagasse da nossa legislação penal tudo o que nela se refere a escravos.

Supus que, estando assinado por tão grande número de deputados, o projeto merecia ser imediatamente tomado em consideração pela respectiva Comissão, e que ela não nos fizesse esperar o seu parecer.

Consinta V. Ex^a que eu apresse um pouco a Comissão, porque, depois que um dos chefes do Partido Liberal, o Sr. Lafayette, aconselhou ao honrado Presidente do Conselho que depusesse o poder nas mãos dos amigos da escravidão, daqueles que podiam reconciliar a monarquia com a escravidão ofendida, a Coroa pode-se tomar de terror, acreditar que neste Conselho de um Conselheiro de Estado está verdadeiramente a salvação das instituições (*apoiados*) e mudar tão de repente a situação abolicionista em situação escravista, que qualquer projeto no sentido de consolidar a política da abolição fique prejudicado.

Consinta V. Ex^a que eu diga que vejo no Conselho do honrado Sr. Lafayette menos um golpe vibrado contra o atual Presidente do Conselho do que contra a sua substituição por um liberal abolicionista.

Se o Sr. João Alfredo é incompatível com a lavoura, incompatível também o Sr. Dantas, incompatíveis são todos aqueles que se associarem de coração à lei de 13 de maio (*apoiados; muito bem*), e só restam compatíveis com ela ou aqueles que tomaram, antes do dia 13 de maio, resolutamente, o partido da resistência, ou que, vendo-se impotentes para impedir a passagem daquela lei, curvaram-se submissos na aparência, porém resolvidos a tirar a desforra da derrota sofrida no primeiro momento que isso lhes fosse possível. (*Apoiados e apartes*.)

O Sr. Jaguaribe – Sem dúvida. É uma indignidade que toda a Nação repele.

O SR. JOAQUIM NABUCO – A palavra – reparação – de que S. Ex^a usou, é uma forma dinamizada de indenização. (*Apoiados*)

Aplicando a frase do honrado Ministro da Guerra, eu posso dizer que seria uma afronta, não desta vez, ao atual Gabinete, mas o Partido Liberal inteiro, supor que ele podia de qualquer modo prestar o seu apoio, a sua força moral a uma política atrasada, que viesse ainda colocar-se à retaguarda do Partido Conservador. (*Apoiados; muito bem!*)

Eu tive ocasião de divergir do honrado senador em uma estranha teoria que S. Ex^a formulou a respeito da perda do capital resultante da lei de 13 de maio.

Essa lei, Sr. Presidente, não destruiu capital. (*Apoiados*) Se o capital que se pretende que essa lei destruiu foi o escravo, o escravo tendo-se tornado homem livre, o capital, em vez de ser destruído, foi dobrado; é hoje um capital duplo. (*Apoiados*) Não há destruição de capital – há aumento de capital. (*Apoiados*)

O honrado senador respondeu a este meu argumento figurando uma hipótese: um indivíduo adquire um navio, este navio naufraga; há evidente perda de capital.

Felizmente, Sr. Presidente, por honra deste País, o milhão de homens resgatados pela lei de 13 de maio não afundou, sobrenadou, e é hoje uma população livre, que acresceu aos grandes fatores da riqueza nacional. (*Apoiados; muito bem!*)

Também seria terrível que o Ministério ou o Imperador, a quem S. Ex^a se dirigia, quisesse seguir à risca a teoria de Maquiavel: de que se pode decapitar, mas não confiscar os bens, porque os herdeiros perdoam a morte dos seus parentes mas não a perda de sua fortuna.

Maquiavel não se referia, na sua alma de patriota florentino, quando falava de bens, a estes bens chamados escravos. Estes são bens que também têm filhos, que também têm herdeiros para guardar os sentimentos das injustiças que eles sofrem, da espoliação que se lhes faça.

Se ele aconselhasse, como foi, sem dúvida nenhuma, a teoria do honrado senador por Minas, que se restituíssem aos seus legítimos proprietários bens desta espécie, teria abafado talvez o ressentimento passageiro de uma classe, mas teria criado outro ressentimento muito maior – o da Nação, descendente, em sua grande maioria, daqueles bens desapropriados.

Devo dizer, não tenho de me envolver na questão pessoal entre o Sr. Lafayette e o Sr. João Alfredo; mas pela minha parte tenho que salvar a minha responsabilidade e, tanto quanto me cabe, quero salvar a responsabilidade de uma fração do Partido Liberal, que não é tão pequena como se quer fazer crer e que é principalmente representada pelo estadista que, pela sua coragem, energia, patriotismo e resolução, em um momento grave da nossa história e na maior crise do nosso partido, tornou-se a maior esperança do verdadeiro liberalismo no País o Sr. Dantas. (*Apoiados; muito bem!*)

Quero salvar a minha responsabilidade e a responsabilidade desse liberalismo, com o qual estou identificado; especialmente a do liberalismo do Recife, que me mandou; quero salvar a responsabilidade de toda essa parte do Partido Liberal, que nunca se subordinou aos interesses da escravidão, dizendo que o meio de salvar as instituições não é voltar atrás por um inexplicável terror pânico, não é entregar-se a monarquia aos representantes de um interesse morto, e que tende forçosamente a desaparecer e a apagar-se na sociedade brasileira. (*Apoiados. Muito bem!*)

O verdadeiro meio de salvar as instituições, Sr. Presidente, é exatamente adiantar-se no caminho das reformas, é deixar para trás este passado ignonioso, sem sequer voltar para olhá-lo, para não ficar petrificado no cativeiro (*muito bem!*); é caminhar resolutamente pela estrada das grandes reformas populares, como a de 13 de maio, estrada em que o liberalismo não pode ser, sem dor, que estadistas conservadores deixam ainda agora distanciados os chamados chefes liberais. (*Apoiados. Muito bem! Muito bem!*)

.....

EMENDAS NO SENADO AO ORÇAMENTO DA AGRICULTURA E
SITUAÇÃO DOS EX-ESCRAVOS. CONTRA A IMPLANTAÇÃO
DE COOLIES CHINESES E EM FAVOR DA EDUCAÇÃO
DOS EX-ESCRAVOS PARA A LIBERDADE

Sessão em 15-11-1888

O SR. JOAQUIM NABUCO^(*) diz que não tornará tempo à Casa discutindo as emendas do Senado ao orçamento do Ministério da Agricultura; seu fim é tornar saliente que o verdadeiro meio de encaminhar qualquer pretensão do Parlamento não é apresentá-la nesta Câmara, mas sim esperar que o orçamento esteja no Senado e fazê-la votar à última hora.

Pensa que desta anarquia legislativa o Senado nesta sessão tornou-se grandemente culpado. Esperava ao principio que ele, como se gaba-va, fizesse restringir o orçamento já extraordinário partido da Câmara; mas, pelo contrário, o cometa voltou muito maior, com uma cauda de projeção muito mais considerável.

Há, entre as emendas, uma que o orador destacará para levantar um protesto contra o modo pelo qual o Senado, à última hora, iniciou, e que não passa de uma política de alguma forma perigosa, um ponto de parada novo na história do nosso País.

O orador não foi dos que se associaram com entusiasmo a resolver as dificuldades que provieram da lei de 13 de maio por um grande plano de Imigração europeia. Acredita que teria sido muito melhor resolver esse problema do trabalho livre pela população nacional que se libertou com esforço, para levá-la pela moralidade, pela família e pela propriedade, do que importar novos elementos de população estrangeira, elementos heterogêneos de moralidade duvidosa, de fontes desconhecidas, e cujo próprio recrutamento no estrangeiro poderia sujeitar este País a complicações internacionais.

(*) Sinopse indireta do discurso.

Levado a efeito o plano de imigração com certo limite, com certa discrição, com certo discernimento, não há dúvida que a imigração estrangeira é um grande elemento de progresso nacional, porque, sendo calculado, como os americanos calculam, em 2:000\$ o valor acrescido à riqueza nacional pela vinda de um imigrante, a importação de 100 ou 200 trabalhadores estrangeiros traz realmente um considerável aumento de riqueza pública.

Mas o que o orador quis dizer é que logo em seguida à lei de 13 de maio, esta Câmara, que não podia esquecer as circunstâncias a que ficava sujeita a população escrava, lançada de um jato à liberdade, teria revelado grande patriotismo se se preocupasse da sorte desta população, não falando já da sorte da população proletária, de cujo bem-estar nunca o legislador cuidou.

A Câmara votou a soma considerável de 10.000:000\$, para um plano que se defendeu e justificou, como sendo um meio de reparar os males, da lei de 13 de maio. Era visivelmente um plano de resolver o problema da população nacional do Brasil, por um extraordinário influxo de imigração européia.

O Senado, porém, o converteu em um imenso pensamento da colonização asiática.

Pensava o orador que esta questão de imigração asiática não tivesse que voltar à Câmara depois de 1879, quando um Ministério, que chamara de rabicho, tentou introduzir o *coolie* em substituição do escravo, que neste tempo, se verificava já como devendo desaparecer do País. Mandou-se uma ostentosa comissão à China, procurou-se obter daquele Governo as suas boas graças, o seu favor, a sua intervenção, para este plano de reorganização asiática no Brasil. Foi um tremendo fiasco o que se deu em 1879, porque, desde então até hoje, não veio um só asiático para o nosso País.

Esta emenda é uma verdadeira utopia, não pode ter execução, porque a China, nas condições em que conviria aos seus importadores, não sai mais das regiões da Ásia, como ia outrora para Cuba, por meio desse tráfico, que é uma vergonha tão grande, como era o de africanos.

Ora, desde que o chim não vem mais nessas condições para o Brasil, como foi para a Austrália e para a Califórnia a procura de melhor sorte, é perfeitamente certo que o chim não ouvirá, porque será um traba-

lhador muito mais custoso, muito mais precário do que o próprio trabalhador europeu.

Se estivéssemos ainda no tempo em que o tráfico de *coolies* existia, no tempo em que se viam chegar, como em Havana, os navios carregados de *coolies* para serem vendidos a conto de réis nas agências de importação chinesa, então seria um magnífico negócio, muito melhor para os grandes proprietários do que o tráfico dos africanos.

Mas este tráfico é impossível; a China está diretamente interessada na sorte dos seus nacionais, e a Inglaterra, que forneceu *coolies* às Antilhas e a diversas possessões coloniais, não consentiria que viessem *coolies* nestas condições para o Brasil a fim de substituírem os escravos. Por consequência, é uma colonização, como tantas outras, falaz, é ainda uma ilusão daqueles que não se querem conformar com a lei de 13 de maio.

O orador não receia os resultados dessa emenda do Senado, porque está convencido de que o Ministério, compreendendo o pensamento da Câmara dos Deputados e inspirando-se na grande lei aqui votada, será o primeiro, depois de ter abolido a escravidão dos africanos, a não querer concorrer para a escravidão dos asiáticos.

Acredita que, se esta tivesse o caráter compulsório, o nobre ministro da Agricultura não se sentaria mais nestas cadeiras reservadas aos membros do Governo, porque teria deixado inutilizar o seu plano de imigração européia por um plano híbrido de colonização mongólica.

É uma ilusão acreditar que se pode combinar o trabalho livre com o trabalho escravo, que se pode combinar a imigração européia com a colonização asiática. Uma coisa mata a outra; e desde que o Governo tem como parte do seu programa a imigração européia, ele não poderia cingir-se obrigativamente ao pensamento do Senado sem comprometer de todo a sua política.

Diz que este país só teve um Ministério da lavoura, que foi o Ministério Sinimbu; e, a um aparte do nobre deputado, o Sr. Pedro Luís, que o interrompe, lembrando que o Sr. Sinimbu fora muito maltratado pelos liberais, responde que fora sim. porque não tinha um programa que se pudesse dizer de partido, mas de classe, que fazia o Partido Liberal, como se diz em advocacia, um partido de partido, e não de idéias em benefício deste povo expoliado da comunhão social.

Ainda quando o Governo atual mostrasse um zelo igual ao do Gabinete de 5 de janeiro, nada seria possível conseguir. Era preciso ir além; era preciso comprometer a responsabilidade moral do País em bem de um tráfico que tem sido urna das calamidades do século e uma das vergonhas da civilização cristã.

Há uma grande confusão entre o que se chama imigrante chinês e o *coolie*. Este era fornecido pela Inglaterra, das suas possessões da Índia, para as colônias inglesas. Ainda ultimamente o Governo francês empregou bastantes esforços no intuito de obter *coolies* para a ilha da Reunião, e o governo inglês não achava o meio de destruir o embarço que se opõe à ida desses *coolies*, simplesmente porque os diversos inquéritos feitos naquela ilha tinham provado que a sorte dos *coolies*, em toda parte onde eles trabalham, é a mesma do escravo. Mas o chim que vai para a Califórnia e para Austrália, está muito longe de ser esse indivíduo desprezível, sem educação e apoio que se nos quer figurar.

É um homem que conhece os seus direitos e o seu valor; é um imigrante movido pelo impulso da atividade que move os outros imigrantes, e a prova é que raças mais fortes, a própria raça anglo-saxônia, confessa a sua incapacidade de lutar com o chim no *struggle for life*, e é sabida a frase de que o chim é uma pedra no estômago das nações que o aceitam e que não a podem digerir. O orador não crê que tenhamos estômago para digerir o chim.

Acresce que os chins vão em muito pequeno número para países de extensa população, de grande vitalidade.

Quando em 1879, nesta câmara, o Governo, em previsão de que a lei de 1871 tinha de extinguir a escravidão, preparava um substituto ao negro, ficou bem patente o pensamento de que, quando chegasse o dia da abolição da escravidão, não teria outro cuidado senão afastar a raça negra e substitui-la por outra, e assim tem-se criado no País uma ilusão de que o chim é o escravo possível.

A um aparte do Sr. Lacerda Werneck, em que diz que este é o meio transitório, o orador responde que todos os empregados são aceitos sob o pretexto de serem transitórios e tornam-se depois permanentes.

Se viesse a imigração chinesa e se se a espalhasse pelo País, não havia meio de pará-la.

Quando os primeiros exploradores do Brasil mandaram buscar os primeiros africanos, eles olharam para a grandeza do território e disseram: – esta raça não pode contaminar a população, porque o território é muito vasto.

Se fosse possível fazer urna tentativa bem-sucedida de imigração asiática, se fosse possível fazê-la com vantagem manifesta para o proprietário de terras, e, quando ninguém quisesse outra imigração senão essa, não haveria força neste país, que de fato é possuído por uma classe, que pudesse impedir a continuação dessa raça no Brasil, e o Brasil seria envolvido uma e muitas vezes nas aventuras da imigração chinesa.

Respondendo a um aparte do Sr. Ratisbona, em que diz que o liberto não quer continuar a trabalhar, o orador observa que é tarde e é cedo para dizer que a raça negra é incapaz de fazer no regime da liberdade o que fez sob o domínio da escravidão. É tarde, porque há três séculos ela está identificada com este País e nele crescem todos os elementos de prosperidade nacional; porque adquiriu a este solo um direito muito maior do que talvez podem ter os próprios rendeiros irlandeses ao solo, no qual o Parlamento britânico lhes reconheceu também um direito ao lado do proprietário.

É cedo, porque a experiência da lei de 13 de maio ainda não está concluída. Estamos ainda em uma fase de transição; os escravos acabam de sair do cativeiro e saíram com todos os instintos, com toda a sofreguidão que necessariamente tinham de conhecer o novo estado, no qual entram.

É cedo demais para dizer-se que essa raça não correrá ao salário.

A questão é que essa raça ainda não tem as garantias necessárias para o homem livre trabalhar. Se há queixas de que o negro é vadio, de que é ladrão, vagabundo, pergunta: qual foi a raça no mundo que jamais aprendeu a respeitar a propriedade senão pela educação que recebeu nessa propriedade? Há raça que, privada de tudo, já atingiu a qualquer grau de moralidade possível?

A educação se faz na prática pela liberdade, pela moralidade e pelo trabalho.

Como educaram os fazendeiros aos ex-escravos para exigir deles hoje procedimento diverso?

Não os educaram absolutamente: pensaram que nunca havia de chegar o momento de libertação, não os prepararam para serem os seus

trabalhadores livres. Não é uma acusação que o orador faz aos fazendeiros; nunca atacou a classe agrícola, ataca o sistema que é seguido.

A questão é saber se, quando se vem pedir recursos ao Estado, e recursos como este que são tirados dos impostos de importação, exportação e de consumo, se tem o direito de exigir este sacrifício para um plano, que não tem outro fim ostensivo senão substituir a raça negra por outra que convém mais aos interesses da lavoura.

É certo que em toda parte, e a história da escravidão é a mesma, o chim foi o substituto do escravo; que nas Antilhas inglesa, francesa, em toda parte, enfim, importaram o *coolie* para substituir o negro; mas há uma exceção – os Estados Unidos, porque neste país se consultavam os grandes interesses nacionais.

O que orador acha mais extraordinário seja sustentado é que esta medida seja um presente que se quer fazer às Províncias do Norte do Império, quando estas não se manifestaram até hoje desejosas de possuir o chim. Este projeto parece antes sair da vizinhança em que está. a Província do Rio de Janeiro da de São Paulo, da dificuldade que supõe o fazendeiro fluminense de conservar os imigrantes atraídos pelo alto salário de São Paulo, e por conseguinte da necessidade de possuir como imigração no Rio um elemento que não seja desejado, nem que se possa estender a São Paulo.

Confessa que, enquanto o atual Ministério estiver no poder, não acredita que possa dar o apoio moral indispensável a esse novo gênero de colonização. Está convencido de que o Governo tem uma reputação a zelar, que não lhe permite que entre em uma aventura tão contrária à tendência do destino nacional, tão contrária ao característico da nossa civilização, corno esta da imigração asiática.

Fazendo o histórico desta imigração, o orador diz que, se nós a tivermos em qualquer proporção, teremos em nossa nacionalidade uma mácula, que será inapagável.

Em 1879, o orador teve ocasião de ocupar-se do assunto, discutindo-o também em um notável discurso o Sr. Afonso Pena. Dele também se ocupou o Sr. Manuel Pedro, verdadeira glória do Parlamento, morto na sua estréia. E ele dizia em um discurso que merece ficar ao lado dos discursos de Sales Torres Homem, como monumento da eloquência brasileira: “Um país livre não pode transigir absolutamente com o escravismo. A

escravidão chegou no começo à América e apoderou-se do índio; houve um movimento de filantropia e a escravidão largou o índio, mas agarrando logo com a outra mão o negro. Novo movimento de filantropia e a escravidão larga o negro, mas quer logo agarrar o *coolie*. É porque tudo lhe serve, menos o homem livre”.

E é uma verdade, diz o orador. Tudo serve à escravidão: o índio, o africano, o *coolie*, tudo lhe serve, menos a concorrência, o mercado regular do salário. Tudo lhe serve, menos a liberdade.

E agora ainda é à custa do País inteiro que ela nos vem ainda pedir os vinténs com que terá de pagar a importação dos chins.

O orador, lavrando este protesto, está de acordo com a tradição da abolição; não libertamos uma raça para exterminá-la depois; não libertamos a raça negra para condena-la a uma escravidão ainda maior, a escravidão do vício e da ociosidade.

Concluindo, o orador diz que o principal dever para uma nação não é acumular sacas de café, mas levantar o nível moral das populações e é cru nome desse dever que o orador rejeita essa emenda, que faz com que o trabalho dos emancipados pela lei de 13 de maio seja substituído pelo trabalho de uma raça dita inferior.

.....

Índice Onomástico

A

Abaeté, (visconde de) – 35
Aberdeen – 27, 101, 103
Abreu e Lima – 36
Acton (lorde) – 111
Addison – 65
Afonso – 142
Afonso Celso – 197
Agassiz – 170, 171
Alberto (príncipe) – 74, 111
Albuquerque, Lourenço de – 198, 199, 204
Alexandre – 45, 160
Alstin – 83
Ana (rainha) – 61, 62, 63, 67
Andrada – 30
Andradas (os) – 139
Andrade Figueira – 162, 166, 181, 183, 188
Araripe, Tristão de Alencar – 36
Araújo, José Tomás Nabuco de – 9, 10, 22, 30, 57, 74, 75, 108, 122
Aristófanés – 102
Aristóteles – 45, 105
Aron, Raymond – 42, 44, 45

B

Bacon, Francis – 64, 67, 105
Bagehot, Walter – 24, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 96, 101, 102, 105

Banks – 95
Barbosa, Rui – 33, 35, 78, 120, 121, 122, 131, 132
Barreto, Tobias – 14, 91, 118, 122
Bastos, Aureliano Cândido Tavares – 51, 154, 189, 204, 206
Bear Jr., James A. – 31
Beltrão – 145
Bentham – 23, 83, 101, 115
Berkeley – 65
Berry (duque de) – 26
Best, Judith – 53, 94
Bethell, Leslie – 104
Bismarck – 14, 16, 19, 24, 48, 75, 76, 190
Black – 65
Blackstone, William – 64, 65
Blake, Sir Robert – 63
Blanc, Louis – 118, 132
Bocaccio – 105
Boehrer, George C. A. – 124
Bonapartes (os) – 27
Bonifácio, José – 147
Bossuet – 105
Bosswell – 65
Bourbons (os) – 20, 24, 26, 27
Bragança (os) – 178
Braganças (dinastia dos) – 122
Broglie (duque de) – 24, 29, 30, 49
Brougham – 34, 74, 105
Brunschvicg – 44

Bulhões, Leopoldo de – 197
 Buckhardt – 36
 Burke, Edmund – 29, 30, 68, 70, 71, 101, 103, 113
 Buxton – 109
 Byron – 102

C

Calhoun – 151
 Calvino – 65
 Camões – 76
 Campos Sales – 127, 128, 191
 Cândido, Antônio – 20, 21
 Canning, George – 29, 72, 101, 102, 104
 Cantão – 173
 Carlos I (rei) – 27, 66
 Carlos II – 27, 66
 Carlos X – 19, 164
 Carvalho Borges (barão de) – 53
 Casimir, Périer – 22
 Castro Alves – 213
 Cavour – 76
 Celso – 142
 Chatham – 105
 Chénier, André – 71
 Chrimes, S. B. – 90
 Churchill, Randolph (lorde) – 109
 Churchill, Winston – 109, 130
 Clay – 157
 Cleveland, Grover – 94, 96, 131
 Clinton, Bill – 54
 Cobden, Richard – 108
 Comte, Augusto – 30, 44, 115, 125
 Conrad, Robert – 121
 Constant, Benjamim – 32, 72

Constantine, Stephen – 129
 Cousin, Victor – 27, 105
 Cromwell – 66, 87, 88
 Cunha Matos – 154
 Cunha, Leopoldo – 162, 175
 Curtius – 36

D

D'Eu (conde) – 129
 Dantas, Rodolfo – 108, 127, 215, 217
 Dante – 36, 105, 116
 Danton – 186
 Darwin – 101, 115
 David Ricardo – 28, 81, 83, 84
 Defoe – 65
 Dickens – 101
 Dickson, H. T. – 65
 Dionísio – 45
 Disraeli – 101, 102, 105, 106, 108, 109, 118
 Dreyfus – 24
 Dryden – 65
 Dufaure – 22
 Dumas, Alexandre – 16, 17
 Durkheim – 44
 Duvergier de Hauranne – 30

E

Eduardo VII – 98, 99, 100, 101
 Engels, Friedrich – 19, 28, 46, 57
 Epiteto – 117
 Erskine – 90

F

Faoro, Raymundo – 109

Ferreira, Silvestre Pinheiro – 202
Ferry, Jules – 16, 24
Fielding – 65
Fleuri, Augusto – 174
Fonseca, Deodoro da – 121, 141
Fox, Charles James – 70, 71
França Carvalho – 175
Frèches, Claude-Henri – 98, 110, 114
Frèches, Nicole – 98, 114
Frederico (O Grande) – 42
Freeman – 90
Freitas Coutinho – 145, 146, 149
Freitas, Caio de – 103
Freyre, Gilberto – 11, 22, 47, 108
Furet, François – 39, 40, 41

G

Gametta, Léon – 21, 22, 23, 25
Garcias, Valeriano – 111
Garfield – 95
Garnier, H. – 76
Garrison – 150
Garrison, Wendell Philipps – 55
Garrison, William Lloyd – 55, 56
George (rei) – 66
George, Lloyd – 129
George I – 63, 67
Gilley, Sheridan – 111
Gladstone – 76, 79, 89, 90, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 118, 132
Gladstone, William Ewart – 101, 102, 103
Gneist – 90
Goethe – 36, 116
Goldschmidt – 115

Goschen – 90
Gouvêa, Fernando da Cruz – 122, 123
Granville – 107
Green – 90
Grévy, Jules – 24
Grote – 90
Guilherme – 67
Guilherme IV – 89
Guizot, François – 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 46, 93, 118

H

Habsburgo (os) – 178
Hales – 65
Hallam – 34
Halley – 65
Hambloch, Ernest – 74
Handel – 65
Hanovers (dinastia dos) – 67
Hanovers (os) – 61, 63
Harrison, Benjamin – 94
Harrison, William H. – 94
Hayes, Rutherford B. – 52, 53, 55, 93
Hegel – 27, 28, 46, 114, 115, 116, 117
Helvétius – 71
Henri Martin – 30
Henry George – 10, 17, 56, 57, 58, 59, 118, 132
Heródoto – 102
Himmelfarb, Gertrude – 101
Hirschfeld, Fritz – 31
Hofmannsthal, Hugo von – 130
Holanda, Sérgio Buarque de – 109
Holtman, Robert B. – 42
Homero – 102

230 *Vamireh Chacon*

Horace – 66
Hume, David – 23, 27, 30, 64, 69, 115
Hutton, Richard Holt – 83
Hynes, Samuel – 101

I

Isabel (princesa) – 33, 72, 128, 129
Ivor Jennings (lorde) – 74, 90

J

Jackson – 130
Jackson, Andrew – 47, 52, 53
Jaguaribe – 215
Jaime II – 66, 67
James Stuart – 83
Jefferson, Thomas – 10, 31, 47
Jennings, Sir Ivor – 90
João Alfredo – 75, 129, 215, 217
João VI – 103
Joaquim Pedro – 175
Jones, J. R. – 31
Jonh Wesley – 65, 66
José Mariano – 11, 77, 123, 135, 152, 188
Justiniano – 83

K

Kant – 116
Kautsky – 57
Kennedy – 95
Keynes, John Maynard – 83, 84, 85
King, Martin Luther – 97
Kingdom, Abraham – 20, 125

L

Laboulaye – 30

Lacerda Werneck – 222
Laet, Carlos de – 128
Lafayette – 157, 215, 217
Lafayette (marquês de) – 71
Lamar – 95
Lamartine – 91, 118
Lamartine, Alphonse de – 10, 18, 20, 36
Lavoisier – 71
Leão VIII – 211
Leão XIII – 106, 108, 109, 111
Leite, Beatriz Westin de Cerqueira – 109
Leuzinger, G. – 122
Levy, Leonard W. – 31
Lincoln – 55, 89, 95, 150, 203
Linneaus – 65
Lipset, Seymour Martin – 58
Lisboa, Henrique – 142
Locke, John – 48, 61, 62, 64, 68, 70, 105
Lopes Neto, Filipe – 30
López, Solano – 137
Lord North – 72
Luís XIV – 26
Luís XVI – 19, 43, 71
Luís XVII – 19
Luís-Filipe (rei) – 15, 19, 24, 27
Luís-Napoleão – 20
Lutero – 65
Lynch – 97

M

Mac Mahon – 24
Macaulay – 23, 30, 34, 36, 90
MacCulloch – 84
Mac-Dowell – 162, 170, 171, 172, 174,
175, 184, 188, 189

Madison, James – 10, 94
Malthus, Thomas Robert – 82, 83, 84, 85
Mangabeira, João – 120
Manning – 106, 111
Manuel Pedro – 21, 224
Manzoni – 105
Maquiavel – 105, 216
Maria – 67
Maria Carolina – 139
Martim Francisco – 30, 150
Martinho Campos – 145, 150, 151, 152
Martins Júnior – 135
Marx, Karl – 6, 19, 28, 40, 41, 83, 84, 101
Mary II – 67
May – 90
Mazzoni, Roberto R. Reys – 80
McKinley – 95
Melbourne (lorde) – 89, 101, 102, 111
Michelet – 19
Mignet – 10, 19, 36, 91
Milière – 102, 105
Mill, James – 82, 84
Mill, John Stuart – 82, 84, 85, 101
Milton, John – 102
Mirabeau – 42, 70
Mitchell, L. G. – 63
Mohler, Armin – 130
Mommson – 36
Montalembert – 30
Montesquieu – 27, 41, 44, 47, 48, 70
Moore Jr, Barrington – 76
Morley, John – 102, 103, 109
Morreria de Barros – 153
Moura, Marcolino – 147
Muniz Tavaréz – 59

Murray, John – 106
Musset – 36

N

Nabuco de Araújo – Ver Araújo, José To-
más Nabuco de
Nabuco, Carolina – 21, 22, 57, 99, 106,
108
Nabuco, Joaquim – 10, 11, 13, 14, 16,
17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26,
30, 32, 35, 36, 37, 39, 48, 49, 51, 52,
53, 54, 55, 56, 57, 59, 74, 76, 77, 78,
79, 80, 85, 86, 90, 92, 93, 94, 95, 96,
97, 98, 99, 100, 102, 106, 107, 108,
109, 110, 111, 113, 114, 115, 116,
118, 119, 120, 122, 123, 124, 125,
126, 127, 128, 129, 130, 131, 132,
136, 138, 142, 145, 146, 147, 148,
149, 150, 151, 152, 153, 157, 161,
163, 167, 169, 170, 171, 173, 174,
175, 189, 191, 197, 198, 199, 201,
202, 204, 206, 208, 211, 215, 216,
218
Namier, Lewis – 65
Napoleão – 19, 42
Napoleão I – 26, 27
Napoleão II – 27
Napoleão III – 14, 15, 16, 19, 20, 24, 27,
48
Necker – 68
Newham – 125
Newman, John Henry – 98, 101, 105, 106,
109, 110, 111
Newton – 65

O

Occam – 64, 67
Olegarinha – 135, 136
Oliveira Lima – 58, 96, 103, 131

Oliver, Émile – 30
 Orange, Guilherme de – 66
 Orlando, Artur – 131
 Ouro Preto, (visconde de) – 21

P

Paine, Thomas – 10
 Palmerston (lorde) – 29, 89, 101
 Paraná (marquês de) – 35
 Paranaguá (visconde de) – 164
 Patrocínio, José do – 122
 Pedro I – 164, 206
 Pedro II – 30, 33, 34, 35, 72, 121, 202
 Pedro Luís – 198, 202, 204, 221
 Peel, Robert – 29, 81, 101, 103, 108, 111, 209
 Peixoto, Floriano – 121, 125
 Pena, Afonso – 224
 Penedo (barão de) – 98, 99
 Penedo (baronesa de) – 99
 Penido, João – 204, 208, 212
 Petrarca – 105
 Pierson, George Wilson – 47
 Pimentel, Adriano – 162, 169
 Pimentel, Sancho de Barros – 23
 Pinheiro, Maciel – 135
 Pitt – 102, 103
 Pitt, Jovem – 72
 Pitt, Velho – 71, 72
 Pitt, William – 71
 Plantagenet – 99
 Platão – 45
 Plekhanov – 28
 Plotino – 116
 Pompéia, Raul – 118, 124

Pompeu, Tomás – 175
 Pope – 65
 Porto, Walter Costa – 33
 Prado, Eduardo – 126, 128
 Prado, Veridiana – 126
 Prevost-Paradol – 26
 Primo, João – 199
 Primo, Paula – 199, 206
 Prudente de Moraes – 121, 201

Q

Quinet – 10, 19, 36, 91
 Quintas, Amaro – 59

R

Racine – 102, 105
 Ranke – 36
 Ratisbona – 223
 Rebouças, André – 119, 122, 126
 Rémusat – 22, 30
 Renan, Ernest – 16, 17, 18, 37, 110, 116, 117, 118
 Renouvier – 44
 Ribeiro, Domingos – 126
 Ricardo – 82
 Richardson – 65
 Richelieu – 76
 Rio Branco (visconde do) – 11, 73, 75, 78, 96, 109, 122, 129, 130, 131, 151, 154, 157, 158, 159, 160
 Rio Branco (barão do) – 11, 100, 108, 129, 130
 Rodrigues Peixoto – 204
 Rodrigues, Ricardo Vêlez – 27, 28, 32, 48
 Roebuck – 65
 Root, Elihu – 96

Rosanvallon, Pierre – 28
Rosas – 31
Rousseau – 27, 48, 93
Royer-Collard – 26, 30
Russel (lorde) – 74

S

Sadi-Carnot – 24
Saião Lobato – 146, 151
Saint-Beuve – 18
Saldanha Marinho – 124
Sales Torres Homem – 147, 155, 224
Sales, Henrique – 197
Salisbury (marquês de) – 101, 105, 106
Salisbury (lord) – 100
Samuel Johnson – 65
Sand, George – 18
Santo Agostinho – 105
Santos, Felício dos – 142
Saraiva – 182
Saraiva, José Antônio – 33
Say, Léon – 22
Scherer, Edmond – 18
Schiller – 36, 105
Schleiermacher – 117
Schlesinger Jr., Arthur M. – 47
Scott, Walter – 102
Seeley – 185
Senior – 84
Shelley – 36, 102
Silva, Leonardo Dantas – 125
Silveira Martins – 73
Simmel – 132
Simon, Jules – 15, 16, 24
Sinimbu – 221

Smith, Adam – 64, 69, 82, 84
Sodré, Francisco – 153
Sodré, Jerônimo – 152
Sousa Franco – 182
Souza, Braz Florentino Henrique de – 34, 52, 74
Souza, Paulino José Soares de – 31
Spencer, Herbert – 101, 113, 114, 115, 125
Spínola, Aristides – 169
Spinoza – 116, 117
Stanley Jevons – 84
Stanton, Lúcia – 31
Steele – 65
Sterne – 65
Stockmar – 111
Strachey, Lytton – 102
Strauss, David Friedrich – 116, 117
Stuart, Maria – 116
Stuarts (os) – 61, 63
Swift – 65

T

Taunay (visconde de) – 11, 78, 137
Tavares Bastos – V. Bastos, Aureliano Cândido Tavares
Tawney, R. H. – 88
Thierry, Augustin – 19, 28, 46
Thiers, Adolphe – 10, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 34, 35, 36, 76, 91, 93
Tilden – 53
Tilden, Samuel J. – 93
Tocqueville, Alexis de – 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 89, 90, 94, 120

Tolstoy – 75

Tomás, José – V. Araújo, José Tomás Nabuco de

Tormes, Jacinto (os) – 13

Torres, João Camilo de Oliveira – 72, 74, 109

Tucídides – 102

Tudor – 99

Turgot – 68

Tyler, John – 94

U

Uruguai (visconde de) – 31, 32

V

Varnhagen – 36

Vasconcelos, Zacarias de Góes e – 34, 35, 52, 74

Victor Hugo – 36

Vitória (rainha) – 29, 74, 98, 99, 102, 107, 111

Vittorio Emanuel III (rei) – 100

Voltaire – 27, 41, 42, 44, 70

W

Waddington – 22

Wallenstein – 116

Walpole – 102

Walpole, Horace – 63, 65

Walpole, Horatio – 66

Walpole, Robert – 29, 63, 66, 67, 68, 69, 73, 89

Walras, Léon – 84

Washington, George – 10, 31, 47

Weber, Max – 84, 87, 88, 115

Wellington (duque de) – 72

Wellington (lorde) – 103

Wilberforce – 109

Wilberforce, William – 55

William III – 67

Williams, Basil – 64

Winston – 109

Withers, Hartley – 80

Wordsworth – 102

Z

Zacarias – 158